

# Fazendas Paulistas

Arquitetura Rural no Ciclo do Café

Volume 1



Vladimir Benincasa (autor) - Maria Angela P.C.S. Bortolucci (orientadora)



Vladimir Benincasa

# **FAZENDAS PAULISTAS**

## **Arquitetura Rural no Ciclo Cafeeiro**

**VOLUME 1**

Tese apresentada ao Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Arquitetura e Urbanismo

Orientadora: Profa. Dra. Maria Ângela P. C. S. Bortolucci

São Carlos, 2007

Projeto gráfico e editoração: José Eduardo Zanardi

Revisão ortográfica: Neide Maria Prato

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Ficha Catalográfica preparada pela Seção de Tratamento da Informação do Serviço de Biblioteca - EESC/USP

B467f Benincasa, Vladimir  
Fazendas paulistas : arquitetura rural no ciclo cafeeiro / Vladimir Benincasa ; orientador Maria Ângela P. de C. e S. Bortolucci. — São Carlos, 2007.

Tese (Doutorado-Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e Área de Concentração em Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo) — Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, 2007.

1. Fazendas de café. 2. Arquitetura rural. 3. Arquitetura paulista. 4. História da Arquitetura – Brasil. I. Título.

A todos aqueles que fizeram a história  
da cafeicultura paulista...



## Agradecimentos

Um trabalho como esse não se faz sozinho e nem sem auxílios vários, todos importantes, todos necessários... Alguns são fundamentais, como o de Maria Ângela, essa fabulosa pessoa, mais que orientadora, amiga de todas as horas; e, também, o do parecerista da FAPESP, a quem não conheço, mas agradeço imensamente as palavras de elogio e as críticas. Ambos acreditaram, embora com ressalvas e certa desconfiança, que esse(s) volume(s) pudessem se tornar reais algum dia... Acho que eu mesmo não acreditava muito, embora não faltasse vontade de fazê-lo(s)!

Aos professores Maria Lúcia Bressan Pinheiro, Paulo César Garcez Marins e Rafael de Bivar Marquese, da USP, e André M. de Argollo Ferrão, da Unicamp; o meu obrigado pelos conselhos, pelas indicações, pelo interesse demonstrado e pela honra de ter podido compartilhar de momentos sempre especiais e agradáveis junto a vocês!

Também é imprescindível agradecer alguns amigos especiais, uns já antigos, outros que foram surgindo ao longo desses anos de pesquisa, que se dedicaram quase como se a pesquisa fosse deles, ou que me apoiaram em momentos de angústias, me incentivaram, me ouviram, mas também me deram "chacoalhões" nas horas certas: Adolpho Legnaro Filho, de Casa Branca; Luzia Márcia Mei da Silva Rosa e D. Hedina, de Orlandia; Mateus Rosada, Zezé e Jurandir, de Limeira; Denis W. Esteves e Natália, de Ribeirão Preto; Balduino e Arlete, de Catanduva; Carmem, Mareliza, Adriana, Andréia, Karina, Mirela, Laudely, Rosely, André, Rosa, Vera e Natale (Oda), de São Paulo; Deubles, Gisela, Nardo e Aparecida, de Jaú; Guilherme e D. Maria Antonieta, da fazenda Mandaguahy, de Jaú; Iuri Rizzi; Irma, de São Carlos; Jan, Leonor e Marina da fazenda Nova, de Mococa; Joana Darc de Oliveira, Melissa Bossolan e Juliana Geraldi, de São Carlos; João Batista T. Paschoalotti, de São Carlos; José Eduardo Zanardi, de São Carlos; Luciana, Michelle, Ana Barbosa, Preta, Elaine, Marcus Vinícius, Paola, Valéria, Camila, Cícero, companheiros de pesquisa da EESC-USP; Neide Maria Prato, de Itirapina; Paulo Hoffmann, da fazenda Bela Aliança, de Descalvado; Suelito de Campos Moraes, de Tietê... Tudo foi mais fácil e prazeroso com o auxílio de vocês...

Agradecimentos especialíssimos à minha família, em especial a meus pais, Aldesir e Olympio, que sempre acreditaram e me apoiaram...

A todas as pessoas de fazendas e instituições das cidades visitadas, que me forneceram informações, ajudaram nos contatos, me acolheram em suas casas, e me ofereceram suas memórias pessoais... Seria injusto nomeá-las e cair no sério risco de esquecer algum nome. Obrigado a todos pela gentileza, pela presteza, pela amabilidade e pela hospitalidade com que me receberam... Guardo com carinho a lembrança de cada momento vivido durante toda a trajetória desses mais de quatro anos de andanças pelo Estado de São Paulo...

À FAPESP, cujo auxílio financeiro foi decisivo e, sem o qual, um estudo desse porte jamais seria viável, deixo aqui meu reconhecimento e minha gratidão pela realização de um sonho...

Aos professores e funcionários do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da EESC-USP, que são parte de minha vida desde o longínquo 1985...

Enfim, a todos os que se dedicaram e/ou possibilitaram a realização desse trabalho, o meu muito obrigado. Espero, sinceramente, que eu os tenha honrado e que essas páginas correspondam à confiança em mim depositada.



# Sumário

## Volume 1

### Resumo e Abstract i

#### Introdução v

#### 1. São Paulo Antes da Cafeicultura 1

- A ocupação do território paulista 3
- As implicações da descoberta do ouro em Minas Gerais 6
- O início do povoamento do chamado Oeste Paulista 7
- Características gerais das primeiras fazendas de açúcar paulistas 12
- Ciclo do gado na Alta Mojiana 23

#### 2. Vale do Paraíba. O início de tudo... 25

- Características gerais das primeiras fazendas 32
- As fazendas de café do Vale do Paraíba 42
- Edificações do beneficiamento do café 53
- Engenhos de açúcar, cozinhas, oficinas, pomar, etc 68
- Ranchos, Casas e Senzalas 70
- Casarão 72

#### 3. Rumo ao Oeste Paulista: o quadrilátero do açúcar se rende aos cafezais... 111

- Implantação 124
- Edificações do beneficiamento de café da região Central 136
- Tulhas e casas de máquinas 138
- Colônias 164
- Senzalas 170
- Capelas 177
- Casarão e entorno 189

## Volume 2

#### 4. Adentrando os Sertões do Rio Pardo e de Araraquara: o café encontra a terra roxa... 245

- A chegada da cafeicultura 273
- As fazendas de café 277
- Implantação 278
- As colônias 297
- Senzalas 298
- Edificações do beneficiamento 302
- Aspectos gerais das fazendas 321
- Capelas 328
- Casarões 342

#### 5. As Frentes Pioneiras do Século XX: desbravando os sertões com o auxílio da ferrovia... 461

- Aspectos gerais das propriedades cafeicultoras 468
- As fazendas mais antigas das "zonas novas" 470
- As casas "mineiras" e as de ecletismo tardio 511
- Características gerais das fazendas a partir de 1920 520
- Inovações na arquitetura do beneficiamento 548
- As outras instalações 581
- Colônias 548
- Casas de administradores e fiscais 605
- Casarões 610

#### 6. Considerações finais 645

#### Referências 651



## **Resumo**

Analisa a arquitetura rural do atual Estado de São Paulo durante o ciclo cafeeiro entre 1800 e a década de 1940, período marcado por grandes transformações na história brasileira. O enfoque é dado ao núcleo rural da fazenda cafeeira, investigando questões como: critérios para a escolha do sítio a ser implantado; o agenciamento e as inter-relações entre as edificações; a arquitetura e o uso dos diversos edifícios que o compõem; além de suas mudanças no tempo e no espaço. O estudo se vale de levantamentos inéditos (métrico e fotográfico), da leitura de estudos correlatos, entrevistas, coleta de dados em arquivos, bibliotecas entre outros, produzindo um amplo conjunto de informações a respeito de fazendas da região paulista.

## **Abstract**

The present thesis examines São Paulo's rural architecture during the coffee export cycle, nearly from 1800 to 1940, a period marked by large changes in Brazilian history. The focal point is the rural nucleus of the coffee plantation analyzed by a chain of research questions. Such as, criteria for the choice of the site to be deployed, the organization and hierarchical arrange of the buildings, its architectural shape and use manners, taking into account the gradual changes that took place within the chosen time span. The investigation makes use of inedited photographic data and in site metrics survey, in addition to the review of parallel studies, interviews, data collection on archives and libraries in a way to produce a wide range of information about farms within the current borders of São Paulo state.



*Ôh cafezal! Cafezal grande na mágua sangrenta da tarde,  
Ôh sonhos de tempos claros, gosto de um tempo  
[acabado, será permitido sonhar?...*

(Trecho de "Café. Concepção melodramática (em três atos)", de Mário de Andrade. In: *Poesias Completas*. São Paulo: Círculo do Livro, p. 423.)



## Introdução



Até o século XVIII, a economia no meio rural paulista não lograra os sucessos atingidos por outras localidades do Brasil Colônia, como aquelas do Nordeste, por exemplo. No entanto, a partir da segunda metade do século XVIII, com o final do ciclo minerador, a Corte de Portugal passa a atentar para a fertilidade das terras do sul do Brasil, vendo nelas a possibilidade de ocupar uma fatia maior do comércio internacional de produtos tropicais, como açúcar, café, entre outros. A partir de então, tem início, pela primeira vez em terras paulistas, uma economia agrícola mais expressiva, quando assume o cargo de governador geral de São Paulo, Dom Luís Antônio de Souza Botelho Mourão, o Morgado de Mateus, que incentivou o surgimento de novos núcleos urbanos e, acatando ordens portuguesas, o desenvolvimento da agricultura em São Paulo, principalmente no território compreendido entre as cidades de Moji-Guaçu, Jundiá, Sorocaba e Piracicaba e no Vale do Paraíba. Essas eram as regiões já ocupadas da capitania, razoavelmente equipada com estradas, comércio, e representantes do poder constituído.

A arquitetura produzida nessas regiões e período foi praticamente a mesma dos séculos anteriores. Porém, o bom desempenho econômico deste ciclo acabou por atrair levas de migrantes de Minas Gerais, além de reinóis, que começaram a chegar nas últimas décadas do século XVIII. A influência de sua arquitetura se refletiria nas novas fronteiras agrícolas abertas pela cana-de-açúcar (cujo ciclo se estendeu até as primeiras décadas do século XIX).

Em fins do século XVIII, um novo produto agrícola surgiria: o café. Por volta de 1790, os cafezais chegaram ao vale do Paraíba e litoral norte. Daí avançaram em direção ao Centro-Oeste, sendo que em 1830 já se encontravam em Campinas. A expansão continuou em direção a Limeira e Rio Claro, atingindo os Campos de Araraquara por volta de 1840. Em 1870, o café alcançava Ribeirão Preto, no Nordeste paulista. Dessas regiões as plantações foram se espalhando, juntamente com as ferrovias recém implantadas pelas zonas pioneiras da Sorocabana, Alta Paulista, Noroeste e Araraquarense.

O avanço dessa nova cultura ampliou as fronteiras agrícolas fazendo com que as plantações de café percorressem quase todo o território paulista. A partir de 1929, com a quebra da Bolsa de Nova York, aliada à ascensão de outros produtores mundiais - Colômbia, Equador, Quênia e Etiópia - os lucros da cultura cafeeira tornaram-se pouco atrativos aos produtores brasileiros e São Paulo foi perdendo, a partir de 1940, a posição de maior produtor brasileiro.

Do final do século XVIII ao início do século XX, houve uma grande transformação no modo de vida paulista, que se refletiu na arquitetura e em suas técnicas e tipologias: da arquitetura tradicional, com influências indígenas e portuguesas, a uma arquitetura que absorvia as inovações tecnológicas do período que antecede o Modernismo. No meio rural também se notam mudanças: os toscos estabelecimentos "caipiras" de subsistência deram lugar aos especialadíssimos e complexos conjuntos de edifícios da fazenda cafeeira.

Isto se explica essencialmente por alguns fatores: primeiramente, a Abolição e a necessidade de mão-de-obra numerosa para os cuidados com a lavoura cafeeira, provocaram a vinda de um vasto contingente de imigrantes entre o final do século XIX e início do XX, dentre os quais, inúmeros trabalhadores da construção civil, que acabariam por facilitar a introdução de novas técnicas e padrões arquitetônicos; e, em segundo lugar, pelo enriquecimento da sociedade paulista, principalmente da aristocracia rural, o que proporcionou a criação de uma extensa malha ferroviária e a importação de materiais de

construção industrializados ou não (da Europa e dos EUA), além do emprego de novas e sofisticadas técnicas construtivas. Porém, o principal fator está relacionado ao modo em que a cafeicultura foi introduzida no Sudeste do Brasil: a grande lavoura destinada ao comércio internacional.

O resultado disso foi a produção de um importante acervo de edifícios que hoje fazem parte e ajudam a explicar a história do ciclo do café em São Paulo que, infelizmente, vem sendo destruído ou descaracterizado desde que as fazendas deixaram de se dedicar à cafeicultura, com uma documentação ainda muito reduzida, em comparação ao volume de material existente.

É urgente a necessidade de pesquisas sobre o período, que enfoquem os modos de vida e a produção arquitetônica e, principalmente, de uma maior divulgação dos resultados às pessoas em geral, principalmente aos paulistas, com o objetivo de despertar-lhes a consciência do pertencer, de ser parte de uma história maior. E que percebam que possuem um patrimônio cultural bastante significativo, o qual merece e deve ser preservado.

Dessa maneira, fez parte dos objetivos do presente trabalho dar uma amostra do que, ainda hoje, é possível encontrar pelo Estado de São Paulo, uma visão geral do acervo arquitetônico rural produzido durante o ciclo cafeeiro, entre o início do século XIX e a década de 1940; e, nesse período, detectar como se deu a criação do modo paulista de construir e morar no meio rural, como se deram as influências externas sofridas, averiguando os impactos das transformações introduzidas pelo capitalismo – como a mecanização, eletrificação, etc. – na configuração dos espaços de produção e de moradia; analisar as alterações na tipologia, no uso dos materiais e nas técnicas construtivas empregadas, verificando quais foram as ações e as suas reações; desvendar as relações de poder existentes nas fazendas cafeeiras, à época em que foram construídas e como estas relações determinaram as estratégias de sua configuração.

Tivemos o intuito de compor um painel geral deste patrimônio, tratando-o como um fenômeno importante da arquitetura paulista que se espalhou por quase todo o seu território, atravessando diferentes épocas, relevos, climas, políticas, culturas, e que fez surgir cidades, estradas, ferrovias, novas técnicas agrícolas, e promoveu o seu povoamento, mas que também causou a destruição de extensas áreas de matas e um extermínio brutal de povos indígenas. Enfim, que ajudou a moldar as suas características essenciais.

Para chegarmos a um resultado satisfatório, realizamos o levantamento métrico e fotográfico em pouco mais de trezentos exemplares de fazendas, boa parte deles inéditos, divididos em oito grandes sub-regiões, tomando por base, primeiramente, a divisão proposta por Sérgio Milliet e José Teixeira de Oliveira<sup>1</sup>. Posteriormente, agrupamos algumas regiões por detectarmos nelas afinidades históricas e socioculturais, pertinentes à nossa pesquisa, resultando, finalmente em quatro sub-regiões. Nelas, visitamos fazendas nos seguintes municípios:

**Vale do Paraíba:** *Aparecida, Areias, Bananal, Cruzeiro, Guaratinguetá, Lagoinha, Pindamonhangaba, Queluz, São Luiz do Paraitinga, São José do Barreiro, Taubaté e Tremembé.*

---

<sup>1</sup> MILLIET, Sérgio. *Roteiro do Café e outros ensaios*. São Paulo: Hucitec/INC, 1982; OLIVEIRA, José Teixeira. *História do Café no Brasil e no Mundo*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Itatiaia, 1993.

**Central:** *Amparo, Bragança Paulista, Campinas, Itatiba, Itapira, Itu, Jundiá e Vinhedo.*

**Paulista-Mojiana:** *Araraquara, Araras, Batatais, Bocaina, Brotas, Casa Branca, Cordeirópolis, Descalvado, Dourado, Franca, Ibaté, Itobi, Igarapava, Iracemápolis, Itirapina, Jaboticabal, Jaú, Limeira, Mococa, Morro Agudo, Nuporanga, Orlandia, Restinga, Ribeirão Bonito, Ribeirão Preto, Rio Claro, Sales Oliveira, Santa Cruz das Palmeiras, Santa Gertrudes, Santa Lúcia, São Carlos, São João da Boa Vista e São José do Rio Pardo.*

**Zonas Pioneiras do Século XX:** *Agudos, Areiópolis, Bálsamo, Botucatu, Braúna, Cafelândia, Catanduva, Catiguá, Estrela d'Oeste, Fernão, Gália, Garça, Guarantã, Jaci, Júlio de Mesquita, Jumirim, Laranjal Paulista, Lins, Lupércio, Neves Paulista, Novais, Penápolis, Pindorama, Pirajuí, Pongaí, São Manuel, Tietê, Tupã e Vera Cruz.*

A escolha dos municípios incluídos no roteiro de visitas e levantamento da pesquisa, em cada um dos setores, obedeceu, aos seguintes critérios:

- aqueles que mais se destacaram como produtores de café ao longo dos séculos XIX e XX;
- aqueles que possuem um acervo arquitetônico rural do ciclo do café (hoje histórico), ainda conservado e numericamente significativo; e,
- municípios historicamente importantes do período, como São José do Barreiro, Areias e Bananal, onde surgiram as primeiras fazendas de café paulistas.

Os índices relativos à produção cafeeira foram retirados dos trabalhos já mencionados, de Sérgio Milliet e José Teixeira de Oliveira, e também do famoso trabalho de Daniel Pedro Müller, que trazem dados sobre a produção de café nos diversos municípios paulistas, relativos aos anos de 1836, 1854, 1886, 1920 e 1935. Assim, a probabilidade de se encontrar um acervo significativo de velhas fazendas nestes municípios era maior; no entanto, incluímos também exemplares inéditos que fomos encontrando em outros municípios, através de informações obtidas em museus, sindicatos rurais, cooperativas agrícolas, etc, das localidades em que nos encontrávamos.

Nas fazendas desses municípios realizamos, quando permitido, os levantamentos fotográfico e métrico. Esse último, por ser mais moroso que o levantamento fotográfico e documental, levou em consideração alguns critérios, como: interesse e qualidade arquitetônica do exemplar; diversidade tipológica; diversidade técnico-construtiva; diversidade de edificações e implantação destas no conjunto; diversidade do sítio escolhido; e, aspectos históricos. Já o levantamento fotográfico foi feito em todas as fazendas visitadas, com o que constituímos um grande acervo de imagens (cerca de 15.000 imagens) deste tipo de arquitetura, permitindo uma análise mais apurada das soluções ornamentais externas e internas e de desenhos de fachada.

Também consultamos levantamentos já efetuados por algumas instituições, como CONDEPHAAT e IPHAN, ou aqueles existentes em trabalhos correlatos. Infelizmente constatamos que alguns dos levantamentos existentes, não correspondem à realidade.

Em nossas viagens pelo Estado de São Paulo, fomos coletando dados em arquivos particulares e públicos, bibliotecas, cartórios, museus, cooperativas, sindicatos rurais, e, evidentemente, nas próprias fazendas. A relação das

instituições consultadas encontra-se ao final das Referências, no volume 02. Informações valiosas foram obtidas em fontes como: jornais, revistas e almanaques de época; velhos catálogos de propaganda; fotografias antigas; documentos contábeis; notas fiscais; escrituras; inventários; atas de reuniões; livros de apontamento; livros de contas correntes; projetos arquitetônicos originais; etc. Neles conseguimos um importante conjunto de dados sobre o modo de vida da época em estudo; sobre as edificações; sobre trabalho; que ajudaram a compor um amplo painel para a compreensão da fazenda cafeeira paulista. Esses dados foram complementados com a realização de várias entrevistas, que nos ajudaram a desvendar algumas dúvidas sobre os dados coletados em fontes impressas, principalmente.

Outra valiosa fonte de informações foi a revisão bibliográfica em obras de Arquitetura e Urbanismo, Agronomia, História, Sociologia, Geografia, que tratam, principalmente, da porção rural do Brasil, desde o período colonial até, mais especificamente, os séculos XIX e XX; além de arquitetura rural dos locais de origem das principais correntes imigratórias que povoaram e/ou influenciaram São Paulo naquele período.

Devido à grande extensão do assunto tratado e ao grande período envolvido, o presente trabalho está estruturado da seguinte forma. O primeiro capítulo, **São Paulo Antes da Cafeicultura**, trata das questões de povoamento e das atividades econômicas desenvolvidas no território paulista, nos três primeiros séculos de colonização, que proporcionaram o surgimento de uma lavoura cafeeira nos moldes comerciais, voltada para atender a forte demanda do mercado consumidor internacional. Também tecemos algumas considerações e análises sobre a arquitetura rural surgida nesse período, que influenciariam sobremaneira aquela do ciclo cafeeiro. É uma rápida abordagem sobre as condições que a lavoura cafeeira encontraria no território paulista.

No capítulo seguinte, **O Vale do Paraíba. O início de tudo...**, abordamos as questões históricas que permitiram o início do cultivo do café em São Paulo, nos moldes de grande lavoura; a literatura que influenciou a constituição das primeiras fazendas; as características gerais da arquitetura rural e das técnicas de beneficiamento no período de prevalência da cafeicultura na região do Vale do Paraíba. Nesse capítulo já utilizamos os dados obtidos em nossos levantamentos, métrico e fotográfico, e os encontrados em literatura correlata e arquivos.

O terceiro capítulo, **Rumo ao Oeste Paulista: o quadrilátero do açúcar se rende aos cafezais...**, trata da chegada da lavoura cafeeira na região de Campinas, Itu e municípios vizinhos e das características das fazendas cafeeiras aí surgidas. A grande produção exigiu novos e melhores meios de transporte, o que resultou na criação de várias companhias ferroviárias, a partir da década de 1870, da melhoria das estradas de rodagem e do aparelhamento do porto de Santos, que a partir de então se tornou o grande escoadouro do café, em terras paulistas. As ferrovias teriam desde então um papel central no processo de expansão das lavouras cafeeiras.

No quarto capítulo, **Adentrando os Sertões do Rio Pardo e de Araraquara: o café encontra a terra roxa...**, tratamos do processo de expansão da cafeicultura na direção norte, seguindo o antigo caminho de Goiás, por um lado, e cruzando as *cuestas* do Planalto Ocidental, em outro, onde existiam extensas manchas de terra roxa; e todos os fatores decorrentes, como o povoamento da região, a expansão ferroviária, a forte imigração européia... Incluímos, também, a análise das primeiras fazendas abertas por mineiros ao longo do Caminho de Goiás, ainda na primeira metade do século XIX, que

mais tarde se tornariam cafeicultoras, porém a ênfase é dada aos exemplares de fazendas constituídas no auge do período cafeeiro local: entre as décadas de 1880 e 1920.

O quinto e último capítulo - **As Frentes Pioneiras do Século XX: desbravando os sertões com o auxílio da ferrovia...** – é dedicado àquelas últimas zonas a serem povoadas, cuja ocupação foi facilitada, mais do que qualquer outra, pela ferrovia. Concomitantemente, ocorre o surgimento do automóvel e das grandes rodovias, o que teria influências diretas na estrutura de suas fazendas.

...

Antes de iniciarmos a pesquisa, pensávamos encontrar particularidades, expressões arquitetônicas regionais. O que encontramos, porém, foi um universo heterogêneo, rico em sua diversidade de soluções formais/estruturais e sempre receptivo às inovações e aberto às mudanças, na medida em que essas eram possíveis; construído por homens e mulheres de origens diversas, que foram quebrando preconceitos, mudando formas de morar e de trabalhar.

Em pouco mais de um século, esse mundo da cafeicultura transformou um vasto território: de um sertão ocupado esparsamente por povos indígenas e coberto por matas e cerrados, em um local repleto de plantações, pastagens e cidades, cortado por ferrovias e estradas de rodagem, fortemente inserido na economia mundial... Foi um processo difícil, sem dúvida, com ganhos e perdas imensas, mas de um dinamismo impressionante, cujas repercussões suscitam, cada vez mais, novas investigações para o seu entendimento...





## **São Paulo Antes da Cafeicultura**



## A Ocupação do Território Paulista

Até meados do século XVIII as terras que hoje compõem o atual Estado de São Paulo pouco interesse despertaram à Coroa Portuguesa, no que diz respeito à implantação de uma grande lavoura de produtos tropicais voltada à exportação. As dificuldades para se chegar às férteis zonas do planalto eram tremendas. Situadas nos vales dos rios Paraíba e Tietê, somente eram acessíveis por trilhas precárias que atravessavam longos trechos de serras e matas fechadas, e isso se constituía num dos empecilhos para o surgimento de uma agricultura voltada para o comércio externo. Outra desvantagem era a grande distância dos principais centros consumidores europeus, que encarecia o transporte. Nesse aspecto, o Nordeste brasileiro levou enormes vantagens, nos primeiros tempos, por estar muito mais próximo da Europa, além de possuir um clima extremamente favorável à lavoura de cana-de-açúcar.

Assim, principalmente no que se refere à economia, nos três primeiros séculos de colonização, a então chamada capitania de São Vicente voltou-se para a produção de gêneros alimentícios, tais como trigo, mandioca, gado, entre outros produtos destinados ao circuito comercial intercapitanias, principalmente, ao abastecimento de zonas açucareiras de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, chegando inclusive a exportar trigo para Portugal e Angola. Até os princípios do século XVIII, essa lavoura, cuja mão-de-obra era quase totalmente indígena, fez surgir inúmeras fortunas, forjando os tradicionais troncos familiares de São Paulo.<sup>1</sup>

Os “paulistas”, como já então eram designados os habitantes dessa área da colônia portuguesa, eram conhecidos por sua grande vocação para a mobilidade. Vivendo quase isolados no Planalto, eles tiveram oportunidade de desenvolver uma civilização com certo grau de independência da Metrópole portuguesa e com características muito peculiares. Nesses primeiros tempos foi criada uma estreita relação entre o habitante nativo e o colonizador, como em nenhuma outra região da América. Até a língua usada, o tupi, só seria suplantada pelo idioma português no século XVIII.

*(...) a ação colonizadora realiza-se aqui por um processo de contínua adaptação a condições específicas do ambiente americano. Por isso mesmo não se enrija logo em formas inflexíveis. Retrocede, ao contrário, a padrões rudes e primitivos: espécie de tributo exigido para um melhor conhecimento e para a posse final da terra.<sup>2</sup>*

A ação dominadora do português transformou o índio nativo em seu escravo, mas também, paradoxalmente, em seu

aliado, inserindo-o no contexto das relações mais íntimas do colonizador branco. No contato com o índio, os colonizadores de São Paulo abandonaram *as comodidades da vida civilizada* e desenvolveram um conhecimento maior da terra, aprendendo a resistir *à fome, à sede, ao cansaço; o senso topográfico levado a extremos; a familiaridade quase instintiva com a natureza agreste, sobretudo com seus produtos medicinais ou comestíveis, são algumas das imposições feitas aos caminantes, nessas veredas estreitas e rudimentares. Delas aprende o sertanista a abandonar o uso de calçados, a caminhar em “fila índia”, a só contar com as próprias forças, durante o trajeto.*<sup>3</sup>

Estes caminhos árduos e estreitos, feitos para pedestres, eram, às vezes, interrompidos por grandes rios – rios de canoa. Antes de serem obstáculos, logo os portugueses aprenderam que poderiam se transformar em importantes vias de penetração aos sertões.<sup>4</sup>

O estabelecimento da vila de São Paulo de Piratininga serra acima, no promontório entre os rios Anhangabaú e Tamanduateí, em estratégica posição no contexto geográfico do planalto, fez intensificar a marcha colonizadora em direção ao interior.

O Tietê corria perto e bastava seguir-lhe o curso para alcançar a bacia do rio da Prata. Além disso, este rio possuía importantes afluentes nas duas margens (Pinheiros, Cotia, Piracicaba, Jacaré-Pepira, etc) que facilitavam a penetração e a exploração do território. Tietê acima, se transpunha uma garganta e logo se avistava o vale do rio Paraíba, encaixado entre a serra do Mar e a da Mantiqueira, apontando o caminho do norte.<sup>5</sup>

A presença dos rios foi bastante favorável à exploração dos sertões desconhecidos por parte dos paulistas e, também, responsável até por um certo desenvolvimento e o surgimento dos primeiros núcleos urbanos no interior brasileiro.<sup>6</sup>

<sup>1</sup> MONTEIRO, J. M. *Negros da Terra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, pp. 79, 99, 102.

<sup>2</sup> HOLANDA, S. B. de. *Monções*. São Paulo: Brasiliense, 3ª ed., 1990, p. 16.

<sup>3</sup> Idem, ibidem, p. 16.

<sup>4</sup> Idem, ibidem, p. 18.

<sup>5</sup> ABREU, J. C. de. *Capítulos de História Colonial, 1500-1800*. São Paulo: Publifolha, 2000, p. 127.

<sup>6</sup> BEM, S. F. de. *Gaiolas da Arquitetura Tradicional Paulista*. São Paulo: FAU-USP (monografia), 1993, p. 06.

Não só os rios iriam contribuir, ou mesmo determinar, o avanço paulista para o interior. O relevo também definiria, séculos mais tarde, o direcionamento dos principais caminhos em direção ao norte, fosse seguindo as cabeceiras dos rios rumo a Minas Gerais e a Goiás, fosse seguindo o alto dos espigões, em direção ao Mato Grosso; ou rumo ao nordeste, em direção ao Vale do Paraíba e às minas do Sabarabuçu; ou, ainda, ao oeste e ao sul, por onde se estendiam imensos descampados, cortados por capões e manchas de florestas, rumo aos campos do sul.

Até o período da grande dispersão provocada pelas descobertas das minas de ouro e pedras preciosas nos sertões mineiro, goiano e mato-grossense, principalmente a partir do século XVIII, a população paulista concentrou-se às margens dos rios Tietê e Paraíba.

Na zona do Tietê surgiram, num raio de aproximadamente 90 quilômetros da vila de São Paulo, as vilas de Mogi das Cruzes (1611), Santana de Parnaíba (1625), Jundiá (1655), Itu (1657) e Sorocaba (1661). O surgimento dessas vilas, criando um cinturão ao redor de São Paulo, ainda no século XVII, tem a ver com uma série de fatores, como: a necessidade de ocupação e tomada de posse das terras de planalto acima para impedir uma possível invasão espanhola, através dos caminhos que ligavam São Paulo a Assunção; de formar uma rede protetora contra ataque de tribos indígenas inimigas; e, sobretudo, porque as novas vilas deveriam estar em terras onde pudessem contar com certo contingente de mão-de-obra indígena, para que suas lavouras e criações de animais pudessem prosperar, uma vez que a população originária de Portugal era escassa.<sup>7</sup>

Alcântara Machado resumiu assim o quadro geral do planalto de Piratininga ao final do século XVI:

*Afinal, com o recuo, a submissão e o extermínio do gentio vizinho, mais folgada se torna a condição dos*

*paulistanos e começa o aproveitamento regular do chão.*

*Deste, somente deste, podem os colonos tirar algum sustento e cabedais. É nulo ou quase nulo o capital com que iniciam a vida. Entre eles não há representantes das grandes casas peninsulares, nem da burguesia dinheirosa. Certo que alguns se aparentam com a pequena nobreza do reino. Mas, se emigraram para província tão áspera e distante, é exatamente porque a sorte lhes foi madrasta na terra natal. Outros, a imensa maioria, são homens do campo, mercadores de recursos limitados, artífices aventureiros de toda a casta, seduzidos pelas promessas dos donatários ou pelas possibilidades com que lhes acena o continente novo.<sup>8</sup>*

Os "paulistanos", além da falta de recursos, só podiam contar com mão-de-obra indígena, o que demandava custosas expedições de apresamento pelos sertões, que nem sempre surtiam os resultados esperados; a Coroa Portuguesa só permitiria a importação direta do escravo africano para São Paulo a partir de 1700. Os poucos africanos que havia em São Paulo eram comprados em capitânicas vizinhas, onde esse tipo de comércio era permitido.

Assim, uma das principais atividades dos paulistas nesses primeiros tempos, foi o aprisionamento do gentio da terra, para o fornecimento de mão-de-obra para as suas fazendas. As expedições militares para o apresamento dessa mão-de-obra indígena, cada vez mais rumo ao interior dos sertões brasileiros, foi a motivação inicial da grande exploração

<sup>7</sup> MONTEIRO, J. M. *Op. cit.*, 1994, p. 109.

<sup>8</sup> MACHADO, A. *Vida e Morte do Bandeirante*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980, pp. 37-8.



Figura 1 - Aspecto de São Paulo, em 1827. Willian John Burchell. Fonte: Ferrez, G. *O Brasil do Primeiro Reinado pelo botânico Willian John Burchell*. Rio de Janeiro: Fund. Moreira Salles/ Fnd. Nacional Pró-Memória, 1981, p. 104.

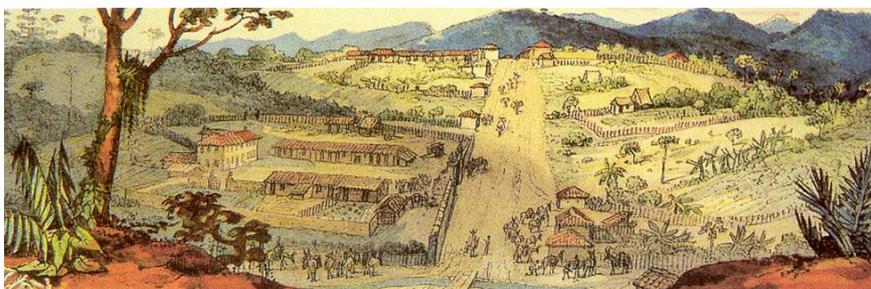
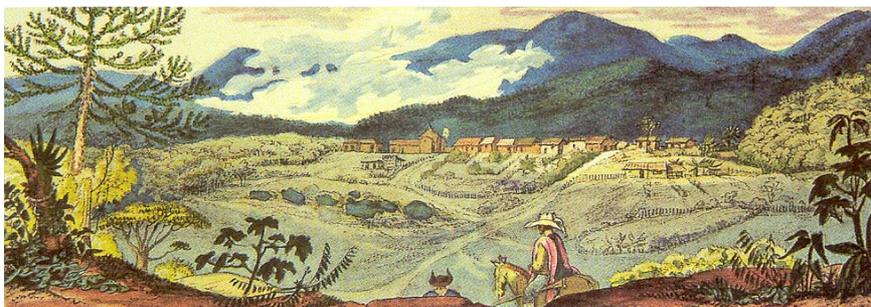
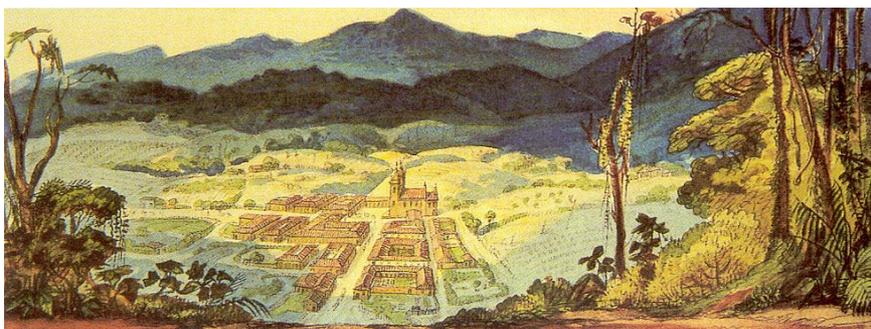


Figura 2 - Taubaté, em 1827. Aquarela de Jean B. Debret. Fonte: *O Café*. São Paulo: Banco Real/ABN AMRO Bank, p. 21.

Figura 3 - Pindamonhangaba, em 1827. Aquarela de Jean B. Debret. Fonte: *O Café*. São Paulo: Banco Real/ABN AMRO Bank, p. 21.

Figura 4 - Guaratinguetá, em 1827. Aquarela de Jean B. Debret. Fonte: *O Café*. São Paulo: Banco Real/ABN AMRO Bank, p. 21.

realizada por esses “paulistas” no imenso território que ia da Amazônia às missões jesuíticas espanholas na região do rio da Prata. Enquanto a aquisição de braços para a lavoura paulista foi farta e se dava em terras razoavelmente próximas, o agronegócio se desenvolveu, no entanto, a partir do final do século XVII, com a crescente diminuição da população indígena escravizada, resultado de epidemias, fome, maus tratos e fugas, e a escassez cada vez maior dessas populações, a lavoura paulista entra em declínio. Aqueles que ainda dispunham de recursos, os empregam em incursões não mais a procura de índios, mas de riquezas minerais, o que provocou o povoamento de grandes áreas do interior da Bahia, de Minas Gerais, de Goiás e Mato Grosso.

Assim, durante boa parte do século XVIII, a economia paulista foi movimentada por uma agricultura de proporções mais modestas que no século anterior, devido à escassez de mão-de-obra, voltada ao consumo local e ao abastecimento das regiões mineradoras, uma vez que, como já mencionado, a barreira da Serra do Mar não animava o surgimento de uma lavoura destinada ao comércio internacional, e também, porque boa parte dos recursos

que haviam, tinham sido aplicados nas lavras mineiras. Sobre esse período, Luna e Klein dizem que:

*(...), a economia da província baseou-se principalmente nas culturas de subsistência, sobretudo milho, feijão e arroz, juntamente com alguma produção de mandioca e trigo. Os paulistas também produziam açúcar e aguardente para o consumo local, algodão fiado e transformado em tecidos rústicos, e criavam porcos, cavalos, vacas, bois e mulas, além de pescar em pequenas quantidades no litoral. Como em muitas partes do Brasil, florescia a atividade artesanal familiar, produzindo têxteis de algodão, roupas, ferramentas e cerâmica.*<sup>9</sup>

Por outro lado, se a agricultura sofrera com a dificuldade de se encontrar escravos, Borrego destaca a foração de uma importante teia de relações comerciais desenvolvida principalmente por reinóis, que se estabeleciam em São

<sup>9</sup> LUNA, F. V.; KLEIN, H. S. *Evolução da Sociedade Escravista de São Paulo*. São Paulo: EDUSP, 2005, p. 33-6.

Paulo, devido à sua estratégica posição em relação às várias regiões mineradoras de Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais. Assim, Borrego demonstra que, mesmo no século XVIII, se os níveis de riqueza *não indicam pujança, tampouco revelam decadência*.<sup>10</sup>

Quanto à ocupação portuguesa, poucos eram os núcleos urbanos estabelecidos. A nordeste da vila de São Paulo de Piratininga, além de Moji das Cruzes, em meados do século XVII surgiram pequenos povoados à beira do caminho estabelecido entre a capital paulista e a região dos sertões gerais do alto da Mantiqueira. É dessa época a instalação das vilas de Taubaté (1650), Jacareí (1653) e Guaratinguetá (1657).<sup>11</sup> No início do século XVIII surgiram Pindamonhangaba e Caçapava Velha; depois São José dos Campos (1775), Lorena (1778), e Cachoeira (1780).<sup>12</sup>

O povoamento dessa região começou a se consolidar com as descobertas das minas de ouro e pedras preciosas e a conseqüente abertura de caminhos – entre as Minas Gerais e o Vale do Paraíba, e entre este e as vilas que se fundavam no litoral norte paulista: os portos de São Sebastião, Caraguatatuba e Ubatuba. A partir de então, a economia do médio Paraíba voltou-se para o comércio com as cidades mineradoras.

## As implicações da descoberta do ouro em Minas Gerais

*E o achado, na última década do Seiscentos, de tesouros que tão longamente se desejaram, no sertão de Cataguazes, apresenta-se, afinal, como o vitorioso remate de um esforço sem tréguas. Não é bem significativo o nome que primeiramente lhes puseram, de Minas de Taubaté?*<sup>13</sup>

Depois de quase dois séculos de busca, seguindo indícios recolhidos através dos próprios indígenas, várias minas de ouro foram achadas quase ao mesmo tempo, na década de 1690, nas atuais cidades de Ouro Preto, Mariana, São João Del Rey, Tiradentes, Caeté e Serro, entre outras.<sup>14</sup> A notícia espalhou-se rapidamente, agitando a vila de São Paulo. Seus moradores acorreram à zona mineradora, o que, por conseqüente, provocou um esvaziamento dos incipientes vilarejos paulistas.

Pouco demorou, entretanto, o monopólio paulista na região das minas gerais. Aventureiros de vários cantos da Colônia não tardaram em chegar às lavras, logo seguidos dos portugueses vindos do Reino. Os conflitos foram inevitáveis e, em 1707, teve início aquela que ficou conhecida como Guerra dos Emboabas. De um lado os paulistas, os descobridores das lavras, aliados aos indígenas; de outro, os portugueses e baianos, juntamente com seus escravos africanos. Emboabas era o nome dado pelos paulistas aos forasteiros. A princípio, os paulistas levaram vantagens, pois tinham maior conhecimento dos sertões e, além disso,

estavam em seu território. Mas os emboabas pediram apoio ao Governo Geral do Rio de Janeiro, que enviou tropas para a região.

*(...). A chegada das tropas amainou os ânimos, e os emboabas aproveitaram-se do clima de aparente pacificação para desferir o maior golpe em seus inimigos: conseguiram convencer um grande grupo de paulistas e aliados indígenas concentrados num bosque a depor as armas, com garantia de vida. Quando estes se renderam, foram massacrados numa localidade que ficaria conhecida a partir de então como Capão da Traição.*<sup>15</sup>

A descoberta do ouro em abundância em Minas Gerais e a subseqüente expulsão dos paulistas daquelas terras acarretaram várias conseqüências para o povoamento da capitania de São Paulo.

Uma delas foi a criação de um caminho novo entre as Minas e o Rio de Janeiro, para onde a quinta parte de toda a produção era levada como imposto à Coroa Portuguesa. A princípio, entre os vários caminhos usados para o escoamento do ouro das Minas Gerais para a capital da Colônia, o de Parati foi o preferido: ele seguia por terra até esse porto e, depois, era embarcado para o Rio de Janeiro. Firmou-se, nesse período, entre o final do século XVII e início do XVIII, a região do vale do Paraíba como área de intenso tráfego. Surgiram ali pequenas plantações e criação de víveres para abastecimento das minas. Taubaté era o *centro polarizador, abrigando em seu termo núcleos administrativos de controle e fiscalização das atividades da mineração, local da primeira casa de fundição, passagem obrigatória dos caminhos que demandavam o litoral, portos de Parati, Ubatuba e São Sebastião*.<sup>16</sup>

Ao lado destes caminhos, surgiram outros núcleos populacionais, como as futuras vilas de Facão (atual Cunha), São Luiz do Paraitinga e Santo Antônio de Paraibuna.

<sup>10</sup> BORREGO, M. A. de M. *A Teia Mercantil: negócios e poderes em São Paulo colonial (1711-1765)*. São Paulo: FFLCH-USP (tese de doutorado), 2006, p. 316.

<sup>11</sup> ABREU, C. de. *Op. cit.*, p. 135.

<sup>12</sup> RODRIGUES, P. de C. *O Caminho Novo: povoadores do Bananal*. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1980, p. 18.

<sup>13</sup> HOLANDA, S. B. de. *Op. cit.*, 1990, p. 205.

<sup>14</sup> SILVA, V. A. da. Paulistas em movimento: bandeiras, monções e tropas. In: *Terra Paulista: A formação do Estado de São Paulo, seus habitantes e os usos da terra*. São Paulo: Cenpec/Imprensa Oficial, 2004, p. 74.

<sup>15</sup> CALDEIRA, J. *Op. cit.*, 1997, p. 75.

<sup>16</sup> ANDRADE, A. L. D. de. *Vale do Paraíba: Sistemas Construtivos*. São Paulo: FAU-USP (dissertação), 1984, p. 26.

Outro fator importante para o crescimento econômico dessa região foi a permissão dada pela Coroa Portuguesa aos habitantes da Capitania de São Paulo, em 1700, de importar escravos diretamente da África:

*A força de trabalho, antes principalmente indígena, passou a ser dominada por brancos livres e africanos cativos. Nesse ano, os paulistas foram autorizados a obter escravos diretamente da África pela primeira vez. Iniciado esse afluxo de escravos africanos, seu crescimento foi constante a cada ano, e a nova força de trabalho seria crucial na implantação de uma próspera economia açucareira e cafeeira em São Paulo.*<sup>17</sup>

O capital para a compra de escravos africanos pelos paulistas viria da exploração das minas auríferas em Minas Gerais. No entanto, logo a seguir a economia da região seria profundamente abalada com a conclusão do caminho construído por Garcia Rodrigues Paes, que se iniciara em 1702, e que ligava o Rio de Janeiro à região das Minas Gerais.

*A vantagem da ligação direta encarecera-a o mesmo Garcia Rodrigues, quando em carta de 1705 ao governador lhe disse que além de reduzir a menos de terça parte o tempo do trajeto, se comparado ao caminho de Parati, tinha menos rios, menos serranias e nem havia nela o detrimento da viagem do mar. (...) O episódio, agravado com a abertura das minas, encerra uma fase. Até agora os bandeirantes foram auxiliares do rei, tolerados os arranhões na autoridade régia, com os olhos fechados à turbulência dos sertões. A política seria, daqui por diante, outra: o governo metropolitano calaria a insubmissão – o rei tomaria conta diretamente, do seu negócio, seu e não dos paulistas.*<sup>18</sup>

Novo alento à capitania de São Paulo viria, em meados do século XVIII, com a abertura do caminho novo da Freguesia da Piedade, ligando Guaratinguetá ao Rio de Janeiro, por terra. As conseqüências foram o aumento das atividades

agrícolas, do comércio local, e da população. No território paulista, esse *Caminho Novo da Piedade* provocou o surgimento de vários pousos que se desenvolveram e deram origem a novas vilas como Areias (1782), Bananal (1783), São José do Barreiro (1820), Silveiras (1843), entre outras. A ligação entre Minas e Rio de Janeiro explica, de certa forma, a grande presença de pessoas originárias desses locais entre os primeiros habitantes dos novos povoados.<sup>19</sup> Já nesta época, o ouro das Minas Gerais dava os primeiros sinais de esgotamento, e os caminhos velho e novo serviram para acolher os retirantes daquelas antigas zonas mineradoras, em busca de novas e férteis terras para atividades agropastoris.

## O início do povoamento do chamado Oeste Paulista

Logo após a Guerra dos Emboabas, com a derrota dos paulistas e todo o prejuízo daí decorrente, novas minas foram procuradas, em outras partes do país. De grande contribuição para o povoamento do território paulista foram as entradas e bandeiras rumo ao Mato Grosso e Goiás. A descoberta do ouro em Cuiabá, em 1718, por Paschoal Moreira Cabral, entre outros; e em Goiás, em 1725, por Bartolomeu Bueno da Silva, o filho, permitiu a consolidação de uma rede de caminhos que se estruturava já desde o século anterior. Esses fatos permitiram o início de uma efetiva ocupação dos sertões paulistas localizados no Vale do Rio Grande e do Tietê.

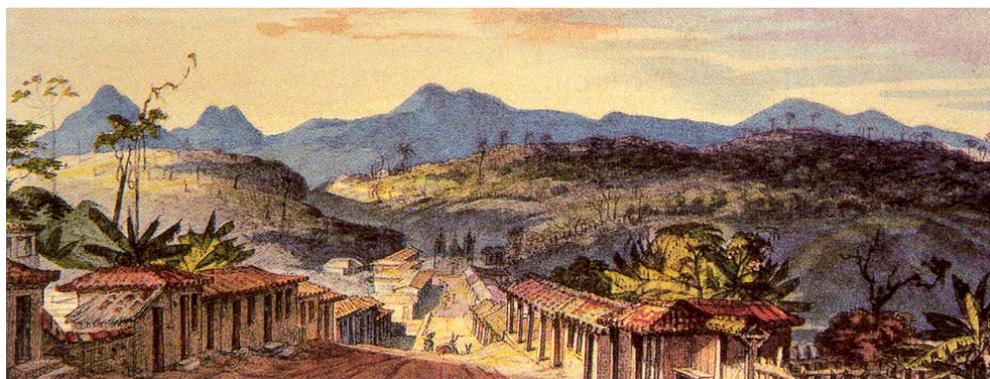
O Caminho de Goiás fora estabelecido através do alto curso dos afluentes da margem esquerda do rio Grande e da

<sup>17</sup> LUNA, F. V.; KLEIN, H. S. *Op. cit.*, 2005, p. 39.

<sup>18</sup> FAORO, R. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. Porto Alegre, Globo, 1979. p. 162.

<sup>19</sup> RODRIGUES, P. de C. *Op. cit.*, 1980, pp. 18 e 19.

Figura 5 - Bananal, em 1827. Aquarela de Jean B. Debret. Fonte: *O Café*. São Paulo: Banco Real/ABN AMRO Bank, p. 21.



margem direita do Tietê. Para Cuiabá, a princípio, também se utilizava o mesmo caminho até Goiás, que depois prosseguia para o Mato Grosso. Havia também a variante fluvial até Cuiabá, seguindo pelos rios Tietê, Paranaíba e outros rios navegáveis. Porém, essa rota mostrou-se inviável pelas inúmeras quedas d'água, perigosos redemoinhos e ataques de índios.

Por diversas vezes houve tentativas de se construir um caminho, que seguisse por terra, entre o caminho de Goiás e o rio Tietê, mas esse, que seria chamado de Picadão de Cuiabá, só ao final do século XVIII seria definitivamente aberto, gerando um novo eixo de ocupação.

O caminho mais utilizado durante o século XVIII para se chegar àquelas minas foi, mesmo, o de Goiás. Em seu trajeto surgiram pousos que logo se transformariam em povoados e vilas, e começariam a produzir gêneros para o abastecimento das tropas que seguiam em direção ao Centro-Oeste brasileiro. O caminho partia de São Paulo em

direção à Freguesia do Ó e daí passava pelas atuais Jundiá, Campinas, Moji-Mirim, Moji-Guaçu, Casa Branca, Batatais e Franca; adentrava então, após a passagem do rio Grande, o sertão da Farinha Podre, em território mineiro, seguindo até Goiás e Mato Grosso. Esse caminho era cortado por várias outras pequenas estradas que ligavam toda essa nova região à pioneira zona aurífera de São João D'El Rey, Tiradentes, Ouro Preto, Mariana, através dos vales dos rios Grande, Sapucaí, Pardo e Moji-Guaçu, entre outros.<sup>20</sup>

Assim como aconteceu na ocupação do Vale do Paraíba, também nessa região se observam duas áreas de influência cultural: uma de tradição paulista que, grosso modo, se estende até pouco antes da altura de Moji-Mirim; e uma segunda, cuja influência dita "mineira" é mais presente, de Moji-Mirim para frente. Embora esses limites sejam

---

<sup>20</sup> Ver BRIOSCHI, L. R., et alli. *Entrantes no sertão do rio Pardo*. São Paulo: CERU, 1991.



Figura 6 - Uma rua de Campinas, em 1827, por Burchell. Fonte: Ferrez, G. *O Brasil do Primeiro Reinado pelo botânico William John Burchell*. Rio de Janeiro: Fund. Moreira Salles/Fund. Nacional Pró-Memória, 1981, p. 109.

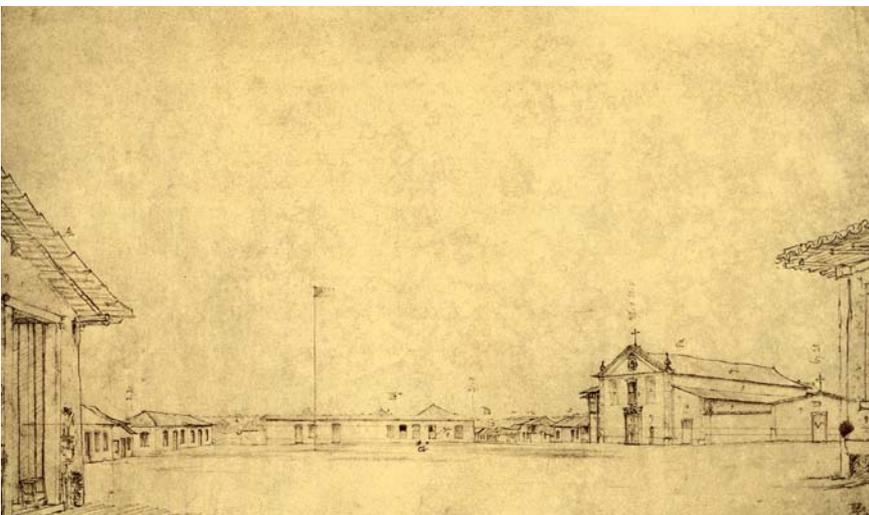


Figura 7 - Aspecto de Moji-Mirim, em 1827, por Burchell. Notar a casa da extrema direita, com estrutura autônoma de madeira. Fonte: Ferrez, G. *Op. cit.*, 1981, p. 110.



Figura 8 - Aspecto de Franca, em 1827, por Burchell. Notar a capela e as casas em que aparece a estrutura autônoma de madeira, preenchida por taipa de mão. Fonte: Ferrez, G. *Op. cit.*, 1981, p. 113.

difíceis de estabelecer, com uma extensa faixa de interposição, pode-se afirmar que na primeira área, no âmbito da arquitetura, prevaleceu a taipa de pilão, técnica bastante utilizada, desde os primeiros, tempos pelos habitantes da região situada ao redor da cidade de São Paulo; na outra, a prevalência foi da técnica da taipa de mão, a que melhor se adaptou ao relevo e clima da região situada ao redor daqueles primeiros núcleos urbanos do sertão de Minas Gerais.

É interessante atentar a esse respeito, para a descrição de dois viajantes que passaram por esse caminho de Goiás, no início do século XIX, Aires de Casal e Luiz D'Alincourt. Ambos tecem comentários sobre a Província de São Paulo, descrevendo brevemente seus núcleos urbanos e algumas características gerais de suas edificações.

A descrição, por Aires de Casal, da província paulista, que nessa época ainda englobava o Paraná, revela que em sua parte setentrional, ela possuía duas cabeças de comarcas, em 1817, São Paulo e Itu. A comarca de São Paulo era constituída pelas vilas de São Paulo, São Vicente, Santos, São Sebastião, Vila da Princesa (Ilhabela), Ubatuba, Itanhaém, Moji das Cruzes, Jacaréí, São José (dos Campos), Taubaté, Pindamonhangaba, Guaratinguetá, Lorena, Cunha, Paraitinga (São Luís do Paraitinga), Parnaíba (Santana de Parnaíba), Jundiáí, Tibaia (Atibaia), Bragança (Bragança Paulista) e Moji-Mirim.<sup>21</sup> Já a comarca de Itu, por Itu, Porto Feliz, Sorocaba, São Carlos (atual Campinas), Itapeva, Itapetininga e Apiaí.

Relata, ainda, a existência de alguns povoados, como Cananéia, Areias, Aparecida, Tremembé, Piracicaba, Moji-

Guaçu e Franca. Provavelmente já existissem outros núcleos populacionais incipientes e não mencionados por ele - como São Bento de Araraquara e Belém do Descalvado, ambos com datas oficiais de fundação na década de 1810, por exemplo - embora essas escassas informações ajudem a localizar os principais eixos de povoamento existentes até princípios do século XIX em São Paulo.

A observação quanto às técnicas construtivas de suas edificações ajuda a compor algumas áreas em que predominam as duas técnicas mais utilizadas na época: a taipa de pilão e a taipa de mão, popularmente conhecida como pau-a-pique.

As edificações de taipa de pilão são encontradas em São Paulo, Moji das Cruzes, Taubaté, Guaratinguetá, Itapetininga e Itu, todas elas com forte influência da tradição das gentes de São Paulo de Piratininga, onde essa técnica do barro socado entre pranchões foi adotada primeiramente, em terras brasileiras, divulgada e generalizada pelo jesuíta Afonso Brás, no dizer de Carlos A. C. Lemos.<sup>22</sup>

Às informações do padre Aires de Casal somam-se às do viajante Luiz D'Alincourt, que descreve os núcleos além Jundiáí, no caminho de Goiás.<sup>23</sup>

<sup>21</sup> CASAL, Pe. M. A. de. *Corografia Brasileira*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1976.

<sup>22</sup> LEMOS, C. A. C. *Casa Paulista*. São Paulo: Edusp, 1999, p.23.

<sup>23</sup> D'ALINCOURT, L. *Memória sobre a Viagem do Porto de Santos à Cidade de Cuiabá*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975, p. 47.

De Jundiá até Moji-Mirim, passando pela atual Campinas há menções às construções de taipa de pilão, porém já em Moji-Mirim aparecem as edificações de taipa de mão ou, como se refere D'Alincourt, "paus a prumo":

*Foi erecta em Vila no primeiro de Abril de 1770, com o nome do seu Orago, o Patriarca S. José, (...), geralmente as casas são pequenas, algumas de taipa, porém a maior parte construída de paus a prumo, ligados com ripas horizontais e os vãos cheios de barro; há somente duas moradas altas, a do Capitão Mor, e a da Câmara, com Cadeira, por baixo; (...).<sup>24</sup>*

Até as barrancas do rio Grande, sucedem-se os núcleos de Moji-Guaçu, Casa Branca, Batatais e, finalmente, Franca, por essa época a última povoação em território paulista antes de se adentrar Minas Gerais:

*(...) foi fundado há treze para quatorze anos, por Hypolito Antonio Pinheiro, Capitão do Distrito, e natural da Comarca de São João d'El Rey, Província de Minas Gerais (...).*

*Deu-se êste Arraial o nome de Franca, por virem a êle estabelecer-se tôda a qualidade de pessoas de diversos lugares; todavia a mor parte delas veio de Minas Gerais (...).*

*Os habitantes dêste lugar são industriosos, e trabalhadores; fazem diversos tecidos de algodão; boas toalhas, colchas e cobertores; fabricam pano azul de lâ muito sofrível; chapéus; alguma pólvora; e até já têm feito espingardas; a sua principal exportação consta de gado vacum, porcos, e algodão, que levam a Minas; plantam milho, feijão, e outros legumes para o consumo do país. O Arraial está bem arruado, porém a maior parte das ruas é ainda mui pouco povoada, só o largo da Matriz está mais guarnecido de casas que são construídas de pau a prumo, com travessões, e ripas, cheios os vãos de barro, e as paredes rebocadas com areia fina, misturada com bosta, geralmente são pequenas, e a maior parte delas cobertas de palha.<sup>25</sup>*

Ainda sobre Franca, D'Alincourt faz um seguinte comentário, alusivo à sua segunda passagem por lá, em 1823: *Hoje são raras as cobertas de palha, e há boas propriedades; desde o ano de 1818, em que estive nesse Arraial, até o princípio de 1823, que por ali tornei a passar (...).*<sup>26</sup>

O importante, aqui, é destacar certos detalhes narrados por esses viajantes. Nota-se que até Moji-Mirim, são sempre mencionadas as casas de taipa, o que, evidentemente, refere-se ao barro socado a pilão, e, logo a seguir, desaparecem as referências a essa técnica, dando lugar às casas de pau a prumo, também conhecido como pau-a-pique ou taipa de mão. E crescem as referências às pessoas originárias de Minas Gerais e a produtos mais comuns aos seus costumes, como a criação de gado bovino, ao invés dos capados ou

porcos, mais comuns na zona de povoamento mais antiga, ao redor da cidade de São Paulo.

Outro fato que chama a atenção, nos relatos desses dois viajantes, é o surgimento de uma lavoura comercial, a da cana-de-açúcar, que se ampliara muito entre a passagem do século XVIII para o XIX, indicando que o paulista ou, ao menos, a população que agora residia em território paulista, estava aumentando e se fixava à terra.

Ainda na década de 1730, surgiram novos caminhos entre a Província de Minas Gerais e as minas de Goiás e Cuiabá, e o mencionado caminho de Goiás, aberto pouco antes, foi se tornando cada vez menos utilizado. Os novos caminhos, ligando o centro-oeste brasileiro ao Rio de Janeiro eram melhores, mais curtos e novamente atraíram levas de aventureiros.

Passado o surto minerador, a capitania paulista parecia condenada a um marasmo econômico sem fim. O paulista se fixava à terra, espalhado na imensidão dos sertões, praticamente isolado do resto da Colônia, vivendo de sua lavoura pequena e de suas parcas criações. A escassez de produtos locais destinados à exportação fez com que a Coroa Portuguesa extinguisse o Governo local e decidisse anexá-la ao Rio de Janeiro. No entanto, já na segunda metade do século XVIII, o declínio da produção das minas preocupava a Coroa Portuguesa que decidiu, então, estimular a produção agrícola direcionando suas atenções para a expansão das fronteiras meridionais e suas férteis terras. Além disso, temia-se o crescimento das colônias espanholas que poderiam realizar avanços consideráveis sobre o sul do Brasil.

*São Paulo era na época a área efetivamente colonizada mais ao sul e contava com a capacidade militar necessária para essa expansão. Em 1765 a região tornou-se novamente uma capitania autônoma, com governo próprio.<sup>27</sup>*

Mas a reorganização de atividades agrárias em São Paulo, com vistas ao comércio exterior, não seria tarefa fácil. Em 1751, quando se criaram as Mesas de Inspeção do Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Maranhão, a Capitania de São Paulo, segundo relatório de época, não produzia *huma só arroba de assucar, nem algum outro efeito* para o comércio com a Europa.<sup>28</sup> Recuperada a autonomia como capitania, foi nomeado como governador Dom Luís Antônio

<sup>24</sup> D'ALINCOURT, L. *Op. cit.*, 1975, p. 59.

<sup>25</sup> Idem, ibidem, pp. 70-1.

<sup>26</sup> Idem, ibidem, p. 71.

<sup>27</sup> LUNA, F. V.; KLEIN, H. S. *Op. cit.*, p. 13.

<sup>28</sup> PETRONE, M. T. S. *A Lavoura Canavieira em São Paulo*. São Paulo: Difel, 1968, p. 09.

de Souza Botelho Mourão, o Morgado de Mateus. No seguinte trecho, o próprio governador relata a difícil missão que teria pela frente:

*O Morgado de Mateus escreveu, logo após a sua chegada a São Paulo, a diversas câmaras municipais, pedindo que estudassem as possibilidades de aumentar a produção: "considerando que o melhor meyo de se enriquecer os Povos, he a agricultura, e o comercio, com que se tem feito poderozas e opulentas as mais famozas Nações do Mundo". Naturalmente, a recuperação da Capitania não podia ser imediata. O próprio Morgado de Mateus sabia que era necessário muito tempo para melhorar a situação da Capitania. Em 1722 escrevia ao marquês de Lavradio, pedindo mais auxílio: "Eu achei esta Capitania morta e ressuscitalla hé mais difficil que crialla de novo. O criar está na responsabilidade de qualquer homem o Ressuscitar foi milagre reservado a Cristo. Para crear o Mundo, bastou a Deus hum fiat, e para o restaurar depois de perdido, foi necessário humanar a sua Omnipotencia, gastar trinta annos, e dar a vida".<sup>29</sup>*

Os esforços envidados surtiram efeitos benéficos. Muito lentamente, estruturou-se a agricultura paulista, ainda modesta se comparada ao Nordeste brasileiro ou ao Rio de Janeiro. Porém, a situação se mostrava favorável. No âmbito internacional, ampliava-se o consumo europeu do açúcar e do algodão; por outro lado, agitações políticas e guerras dificultavam a produção dos concorrentes brasileiros, como as Antilhas francesa e inglesa. Internamente, o declínio do ouro direcionava o capital existente às atividades agropastoris.

O retorno de paulistas e o afluxo de lavradores mineiros em direção às terras férteis e planas de São Paulo também contribuíram para esse impulso agrícola. Uma outra fonte de recursos para a implantação de uma lavoura comercial visando o comércio externo veio das atividades ligadas ao tropeirismo e da pequena produção agropecuária que nunca deixou de existir desde os primeiros tempos.<sup>30</sup>

O constante incentivo dos governantes paulistas efetivou-se a partir do governo de Bernardo José de Lorena, que tomou uma série de medidas para incentivar a agricultura, entre elas a concentração da exportação de todos os produtos agrícolas pelo porto de Santos, fortalecendo-o, e favorecendo, em muito, a economia de "serra acima", em detrimento dos produtos do litoral norte, que eram enviados ao Rio de Janeiro. Essas medidas surtiram efeitos benéficos na produção agrícola de duas zonas paulistas: o Vale do Paraíba e a região situada a noroeste da capital.

No Vale do Paraíba teve início, então, uma fase de crescimento da lavoura canavieira, com significativa produção de açúcar e aguardente que se estende até cerca de 1830, e que faria surgir inúmeros estabelecimentos agrícolas por todo o território que vai de Bananal a Jacaref.

Entretanto, a principal zona canavieira paulista do período foi, sem dúvida, o território compreendido entre as cidades de Moji-Guaçu, Jundiá, Sorocaba e Piracicaba, incluindo-se, aí, as duas maiores produtoras: Itu e Campinas. A essa região o historiador Alfredo Ellis Júnior deu o nome de "quadrilátero do açúcar". A lavoura canavieira proporcionou o crescimento da região, fazendo surgir, inclusive, alguns novos povoados, como a própria Piracicaba, Capivari e Cabreúva, e dando condições para a consolidação de outros já existentes.<sup>31</sup> A produção era comerciada não só com a Europa, mas também com o resto do país. A rede de caminhos abertos nos sertões para Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás e Rio de Janeiro facilitava o comércio com essas regiões. São Paulo experimentava uma vocação até então desconhecida: a de pólo gerador e exportador de alimentos.

Inúmeras propriedades agrícolas eram abertas e, aos poucos, os sertões iam sendo ocupados e as suas fronteiras alargadas. Como salientam Luna e Klein, *a implantação bem-sucedida da produção de açúcar de qualidade para a exportação em São Paulo na parte final do século XVIII foi a força propulsora que finalmente alçou a economia paulista a um novo patamar de complexidade e orientação para o mercado externo.*<sup>32</sup>

Segundo Lemos<sup>33</sup>, a arquitetura rural produzida neste período, na região do quadrilátero do açúcar foi praticamente a mesma dos séculos anteriores. Havia uma permanência tanto da tipologia das casas quanto da técnica utilizada, a taipa de pilão. Poucas alterações são sentidas nas primeiras casas rurais do ciclo da cana-de-açúcar paulista, como aquelas do Sítio do Rosário, da Fazenda Capoava, em Itu, ou mesmo da Chácara do Quinzinho, em Sorocaba, em comparação com as casas rurais do período anterior, as casas "bandeiristas", quando a tricultura era a principal lavoura de São Paulo.

Porém, o relativo desempenho econômico deste ciclo acabou por atrair levas de migrantes de Minas Gerais, e também reinóis, que começaram a chegar nas últimas décadas do século XVIII. A influência de sua arquitetura se refletiria nas novas fronteiras agrícolas abertas nas regiões além-Jundiá, de Campinas para o norte e, também, no Vale do Paraíba, principalmente em sua porção do Caminho Novo da Piedade, e esse grande surto migratório acarretaria em mudanças profundas na arquitetura praticada, até então,

<sup>29</sup> PETRONE, M. T. S. *Op. cit.* 1968, p. 13.

<sup>30</sup> CAMARGO, M. D. B. de. São Paulo moderno: açúcar e café, escravos e imigrantes. In: *Terra Paulista, A formação do Estado de São Paulo, seus habitantes e os usos da terra*. São Paulo: CENPEC/Imprensa Oficial, 2004, p. 104-5.

<sup>31</sup> Idem, *ibidem*, p. 108.

<sup>32</sup> LUNA, F. V.; KLEIN, H. S. *Op. cit.*, 2005, p. 55.

<sup>33</sup> LEMOS, C. A. C. *Op. cit.*, 1999, p. 75.

em território paulista, tanto no que se refere à escolha das técnicas construtivas quanto aos aspectos formais e programáticos das edificações.

O resultado da mescla desses repertórios definiria a arquitetura rural paulista dos tempos seguintes.

## Características gerais das primeiras fazendas de açúcar paulistas

Os lucros advindos da exploração do ouro em Minas Gerais possibilitaram a São Paulo substituir a mão-de-obra indígena por outra muito mais eficiente, a dos escravos africanos, o que influenciaria a dinâmica dos novos núcleos agrícolas rurais. Com o braço africano, as fazendas aumentariam significativamente sua produção e o conjunto de edifícios seria ampliado, de acordo com as necessidades surgidas, além de serem erguidos casarões mais adequados ao novo padrão econômico e social dos proprietários.

A economia foi movimentada pelo dinheiro do açúcar, que possibilitou a melhoria dos caminhos e dos portos por onde se escoava a produção agrícola, enfim implantada com êxito, nos moldes dos *modernos sistemas de produção*.<sup>34</sup>

As fazendas canavieiras em São Paulo, abertas no Vale do Paraíba e nas terras mais planas da região de Campinas e Itu, começaram como pequenas unidades, produzindo para abastecer o mercado local, ao contrário das unidades do Rio de Janeiro e do Nordeste brasileiro. Mas mesmo depois de tornarem-se grandes unidades produtoras e exportadoras, tendo o açúcar como o principal produto, continuaram fabricando também rapadura, melado e aguardente, além de gêneros alimentícios, como milho, feijão, arroz, toucinho, etc., para o seu próprio consumo e para a comercialização. Essa característica permaneceria nas grandes unidades de produção rural paulista até adiantado o século XX, fossem elas canavieiras ou cafeicultoras, e se refletiria na sua organização espacial, como se verá adiante.

Até essa primeira expansão canavieira, pouco se sabe das fazendas paulistas, pois as edificações remanescentes certamente não refletem as suas características originais. Supõe-se que a maioria era simples e pequenas, voltadas para um cultivo destinado à própria subsistência e ao abastecimento dos mercados locais. Quando muito, produziam para o abastecimento das tropas que passavam rumo às minas. O mesmo não se pode afirmar daquelas fazendas em que restaram os grandes casarões de arquitetura bandeirista, que devem ter tido um programa mais complexo e tiveram significativa produção de trigo.

Como salienta Lemos, não há como afirmar, mas apenas supor, sobre as características dessas propriedades rurais paulistas do período anterior ao advento da grande lavoura canavieira, pois inexistem informações suficientes nos relatos conhecidos de viajantes, nem na documentação

pesquisada, sobre elas. Presume-se que o núcleo dessa propriedade rural devia ser fragmentado em várias edificações, tendo como centro a casa do proprietário. Geralmente, para a sua implantação escolhia-se um local próximo a ribeirões ou nascente de água, à meia encosta.

*As longas visuais eram importantes, pois havia interesse em se avistar do alpendre os movimentos de escravos, o deslocamento dos carros, os eventuais transportes pelos cursos de água – enfim, a localização da casa deveria permitir a observação ou o controle das lides cotidianas e da presença dos escravos e agregados. (...). Talvez não existisse ainda no mundo mameluco o terreiro organizado à moda portuguesa – o terreno plano em torno do qual se dispunham as dependências dos diversos serviços e misteres da vida rural (...). A força motriz hidráulica era usada apenas nos monjolos e nos raros moinhos de fubá, estes já de influência mineira no fim do período colonial, ao tempo do açúcar.*<sup>35</sup>

Das edificações que compunham esses assentamentos rurais paulistas, como salientamos anteriormente, só restaram algumas casas senhoriais e uma ou outra capela, todas na bacia do rio Tietê, no território estabelecido entre Itu e Mauá, passando pelas cidades de São Roque, Sorocaba, Cotia São Paulo e Santo André. A essa arquitetura convencionou-se chamar de bandeirista.

A arquitetura residencial desse período é o que interessa a esse estudo, pois traz em si lições que permaneceriam em muitas casas construídas no século XIX. Entre as suas principais características podemos mencionar a construção sobre terraplenos artificiais, o uso da taipa de pilão e a tradicional planta cuja origem suscita, até hoje, discussões.<sup>36</sup>

A planta quadrada ou retangular, já bastante discutida e estudada por vários historiadores, caracterizava-se por uma faixa fronteira constituída por um alpendre central ladeado por dois cômodos: o abrigo para viajantes e a capela. A seguir, a sala central envolvida por diversos cômodos, dormitórios e despensas. Na maioria dos inventários de época observa-se que a cozinha era externa a essa planta básica, porém isso não se constitui regra geral nas casas rurais paulistas dos primeiros séculos. Por vezes, nas descrições de outros inventários, aparecem as cozinhas junto

<sup>34</sup> LUNA, F. V.; KLEIN, H. S. *Op. cit.*, 2005, p. 55.

<sup>35</sup> LEMOS, C. A. C. *Op. cit.*, 1999, p. 46.

<sup>36</sup> Sobre esse assunto ver: BRUNO, E. S. *O Equipamento da Casa Bandeirista*. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, Prefeitura Municipal de São Paulo, 1977; LEMOS, C. A. C. . *Op. Cit.*, 1999; e, ZANETTINI, P. E. *Maloqueiros de barro e seus palácios: o cotidiano doméstico na casa bandeirista*. São Paulo: MAE-USP, 2005.

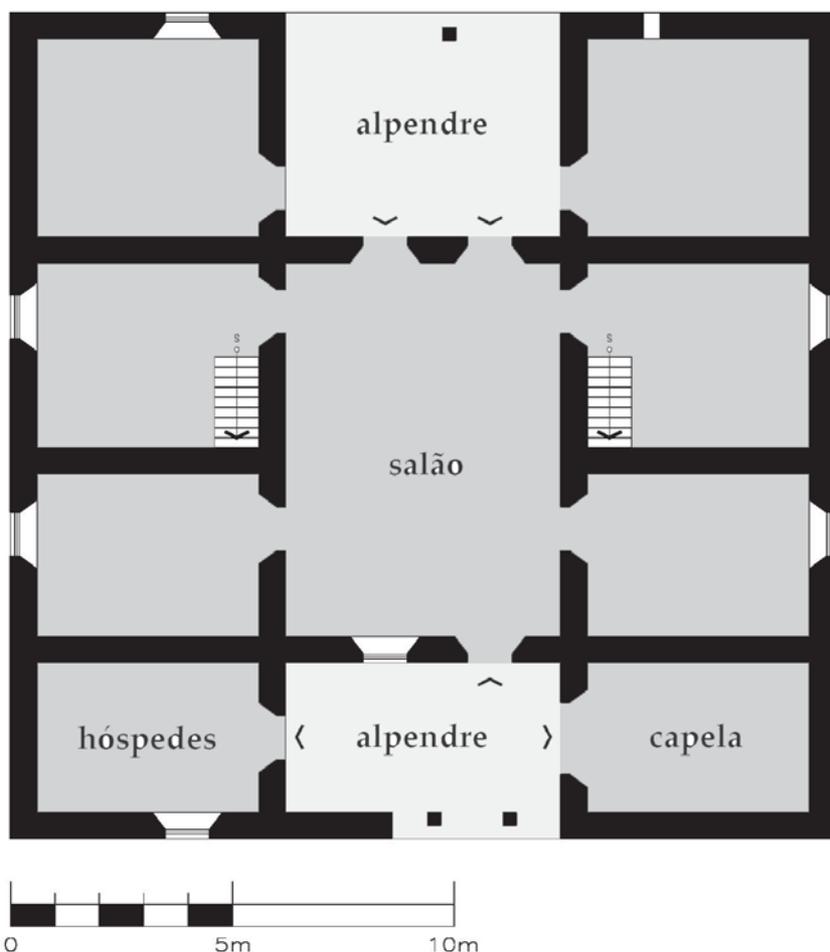


Figura 9 - Planta da casa do Sítio do Mandu, Cotia. Desenho: V. Benincasa, baseado em levantamento original de Luís Saia.

às casas. Isso ocorre também em relação à técnica da taipa de pilão, que nunca foi uma exclusividade entre os paulistas: nesses mesmos inventários há casas descritas como sendo de pau-a-pique; infelizmente nenhuma dessas, por serem mais frágeis, se conservou até os dias atuais.

As unidades agrícolas nas zonas de predomínio<sup>37</sup> da lavoura canaveira, de meados do século XVIII até meados do século XIX, contariam com algumas inovações e outras tantas permanências em relação a esses primitivos núcleos rurais bandeiristas.

Segundo Lemos, no quadrilátero do açúcar manteve-se a tradição do caráter pulverizado de edificações independentes distribuídas ao redor do casarão, ao contrário do que ocorreu no litoral paulista e alguns engenhos nordestinos, onde a casa senhorial estava anexada às instalações de fabrico de açúcar. O homem do planalto mantinha, assim, o modo das antigas unidades rurais que aprendeu a construir em duzentos e poucos anos.<sup>38</sup>

Almeida, em "Casas Grandes e Senzalas de Sorocaba", relata alguns aspectos dessas novas casas rurais paulistas:

*A sala de jantar é nome moderno. Sempre se dizia varanda, talvez porque nunca levava fôrro e, às vezes, era mesmo aberta. Quando muito se dizia sala de dentro, por contraste com as duas salas de fora. Essa onomástica não é sem significado. Qualquer desconhecido era recebido na sala de fora. Na de dentro, a família e os íntimos. Diz-se ainda hoje: aquele que já passou da porta do meio para dentro...*<sup>39</sup>

Almeida segue nos informando que, *segundo as tradições orais*, a varanda era local de trabalho de senhoras e escravas, embora, às vezes, separadas, porém sempre conversando. *Trabalhos de agulha, de renda de bilros, de fiação, tear de pano (horizontal), tear de rêde e baixeiro (vertical), preparação de doces etc.*<sup>40</sup>

<sup>37</sup> Predomínio porque também havia na mesma região, chamada de *Quadrilátero do Açúcar*, muitos proprietários rurais que se dedicavam ao comércio de muareis.

<sup>38</sup> LEMOS, C. A. C. *Op. cit.*, 1999, p. 76.

<sup>39</sup> Idem, *ibidem*, p. 80.

<sup>40</sup> Idem, *ibidem*, p. 80.

Ele faz outra descrição importante da fazenda de Cláudio Madureira Calheiros, que se situava às margens do rio Sorocaba. O casarão, o maior de Sorocaba, na época, era do século XVIII:

*No terreiro da frente havia, de um lado, as senzalas, as pequenas casas de telha para a família, paredes-meia. (...) Mais abaixo passava o rio que tocava o engenho. É exatamente o triângulo, como gostam de dizer os escritores do Nordeste: casa grande, senzala e engenho.(...). O engenho compreendia quatro casas: do engenho, das fornhalhas, dos cochos ou de purgar, e depósito de açúcar e estanco de pinga, este fechado a chave. (...) Mas a sala de fora, sem corredor, abrindo diretamente para o terreiro, e muito grande, era o ponto de reunião dos escravos para as orações diárias da manhã e da noite, e canto do terço aos domingos, e muitas vezes, na semana. Sino tocava às 5 horas da manhã e o senhor em pessoa esperava a escravaria na sala de fora, para responder ao 'Sussuncristo, Sinhô' e presidir às orações, que embora curtas eram quase só benditos cantados (...). O tal salão de fora era forrado e no teto havia pinturas e dourados. Soalho de ladrilho. Muitos quartos forrados, com soalho de sobrado. Daí serem altos os pés direitos. A varanda, na fazenda não diziam sala de jantar, era enorme. Nela trabalhavam mucamas, velhas de estimação junto com as sinhás. (...) A cozinha em lanço separado, muito grande, com um enorme fogão de pedra e sem chapa, ao modo antigo. Não, não havia dentro um córrego com em certos conventos e casas de outras regiões do país. Havia era um barrião roubado ao estanco do engenho, e as pretas o dia todo despejando nêle água de barrís*

*menores, trazidos à cabeça e do córrego próximo, ao fundo do pomar.*<sup>41</sup>

Desse trecho podemos destacar a menção aos novos equipamentos da unidade rural paulista, senzala e engenho e, também, uma inovação no casarão, em relação às velhas casas bandeiristas: o fato de o "corredor", o antigo alpendre entalado, ter sido fechado e transformado na "sala da frente".

Um dos principais fatores responsáveis pelas alterações nas propriedades rurais paulistas, nesse período, é a chegada de grande leva de pessoas advindas de Minas Gerais e atraídas pela possibilidade de riqueza gerada pelas frentes agrícolas abertas em território paulista.

O primeiro grande contingente de mineiros ocupa as terras ao norte de Campinas, dentro do quadrilátero do açúcar, na segunda metade do século XVIII, em zona cujo povoamento havia se dado pouco antes. Já os paulistas ou descendentes destes – os chamados torna-viagens – preferiram se estabelecer nas zonas de ocupação mais antiga, como Itu, Porto Feliz, Sorocaba e arredores. Desta maneira criaram-se dois núcleos de povoamento "mineiro", por assim dizer, dentro do chamado quadrilátero, cujas influências se refletirão de maneira diferenciada na arquitetura rural de cada uma delas.

Na região de Itu e arredores, a arquitetura bandeirista seria, a princípio, pouco alterada; na outra - a de Campinas,

<sup>41</sup> LEMOS, Carlos A. C. *Op. cit.*, 1999, p. 76.

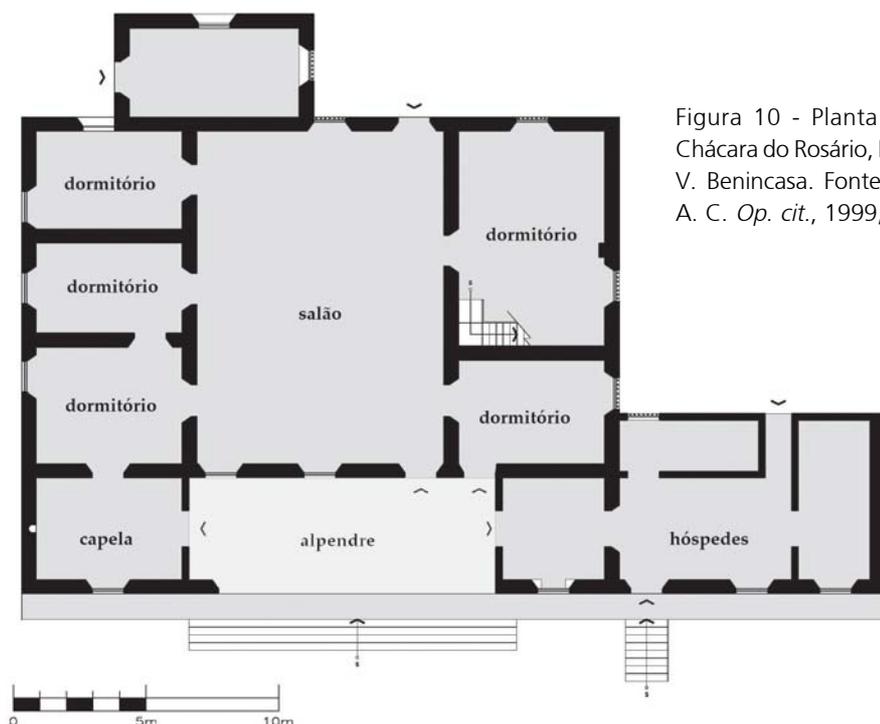


Figura 10 - Planta da casa da Chácara do Rosário, Itu. Desenho: V. Benincasa. Fonte: LEMOS, C. A. C. *Op. cit.*, 1999, p. 130.

Piracicaba e arredores - a interação entre os modos de construir paulista e mineiro se agregariam, criando soluções novas.

Nessa zona de predominância paulista, dentre as casas rurais construídas no período podem-se destacar, em Itu: a casa da chácara do Rosário, construída por volta de 1760, a do Sítio de Nossa Senhora da Conceição, de 1763 e a da fazenda Capoava, do final do século XVIII; e, em Sorocaba, a casa da chácara do Quinzinho, construída na década de 1780. Todas elas têm em comum o fato de terem sido construídas por paulistas que abandonavam outras atividades exploratórias e se fixavam, dando início ao cultivo da terra, em especial o da cana-de-açúcar e a criação de gado.

Em linhas gerais, essas casas mantêm os mesmos aspectos das casas bandeiristas, o emprego da taipa de pilão e, em particular, a característica fachada com o alpendre entalado entre dois cômodos. Uma diferença fundamental, provavelmente novidade trazida das terras mineiras, é a presença da zona de serviços não mais separada do corpo principal, mas acoplada à edificação, formando o partido que seria o mais tradicional na zona rural paulista no século seguinte, a planta em "L". Na chácara do Rosário e também na sede da fazenda Vassoural, construídas na segunda metade do século XVIII, aparecem as janelas de verga de arco abatido, muito difundidas em Minas Gerais, uma novidade então recém-chegada de Portugal.

Outra diferença entre as casas desse período e as do período anterior é salientada por Corinto Luís Ribeiro:

*(...) se encontra no apuro do acabamento de carpintaria, com demonstrações de arte mista do português com índio, no aparecimento dos entalhes, cuja função é*

*meramente plástica, decorativa, deixando de ser apenas funcional.*<sup>42</sup>

Lemos também destaca, além dos aspectos ornamentais, a maior altura dos cômodos, alguma alteração na modulação das aberturas, o emprego do assoalho elevado do solo, para ventilação, e modificações na estrutura dos telhados:

*Agora não mais puxados escondidos sob o beiral da água mestra, mas prolongamentos da construção fazendo ângulo reto com o corpo principal e criando rincões, ou águas furtadas, exequíveis graças a calhas de madeira, cujos canais eram esculpidos em longas peças a serem apoiadas nos frechais. Muita influência mineira, mas na maior parte das vezes, mineiridades trazidas na bagagem de paulistas retornando à pátria, como no caso das janelas recurvadas da casa do engenho do Rosário, dos Pachecos de Itu, cujo fundador chegou de Minas por volta de 1756 (...).*<sup>43</sup>

A influência luso-mineira alterou profundamente o partido arquitetônico rural paulista, embora fosse, a princípio, resguardada a técnica da taipa de pilão acrescida, porém, das inovações do uso do assoalho elevado do solo, feito com tábuas largas amparadas em grossos barrotes, como foi visto anteriormente.

<sup>42</sup> RIBEIRO, L. C. Um jeito bandeirante de morar. In: *Fazendas Históricas em Itu: presença bandeirista*. Itu: Fazenda Capoava; São Paulo: CENPEC, s/d, p. 03.

<sup>43</sup> LEMOS, C. A. C. *Op. cit.*, 1999, p. 128.



Figura 11 - Casa da Chácara do Rosário. Foto: V. Benincasa.

Naquelas regiões em que os mineiros acabaram sendo a maioria, mas que também houve a presença de um número significativo de portugueses recém chegados, na zona de Campinas para o norte, a influência luso-mineira foi um pouco mais acentuada. Ali, prevaleceram as edificações rurais acompanhando o desnível do terreno, casa térrea atrás e assobradada na frente. Exemplos dessa nova tipologia de construção são encontrados em várias regiões, como a casa da fazenda Pinhal, em São Carlos, e da fazenda Milhã, em Piracicaba, ambas da primeira metade do século XIX. Houve também o sobrado "ortodoxo", com o piso térreo e o piso elevado, plantado no terreno em nível, como o engenho Salto Grande, em Americana, porém essa tipologia não foi tão usual como a anterior, como salienta Lemos.

Esse engenho de Americana foi construído pelo mineiro Manuel Teixeira Vilela, que comprou as terras em 1799,

registrando-as em cartório em 1809. O sobrado possui as paredes externas e a mestra, ao centro da edificação, em taipa de pilão. As demais paredes, divisórias, são de taipa de mão. No térreo, a planta concentra as atividades de trabalho, principalmente aquelas domésticas; no piso superior, a tradicional divisão entre a parte íntima e a social: salas e alcovas destinadas a hóspedes e, em local mais reservado, a sala de jantar e os dormitórios dos moradores.<sup>41</sup>

A solução desse tipo de sobrado era pouco comum, à época, em São Paulo. Daí supor-se que já seria uma contribuição dos novos moradores vindos de Minas Gerais, ou de portugueses. Há outros indícios "mineiros" nessa

---

<sup>44</sup> LEMOS, Carlos A. C. *Op. cit.*, 1999, p. 88.

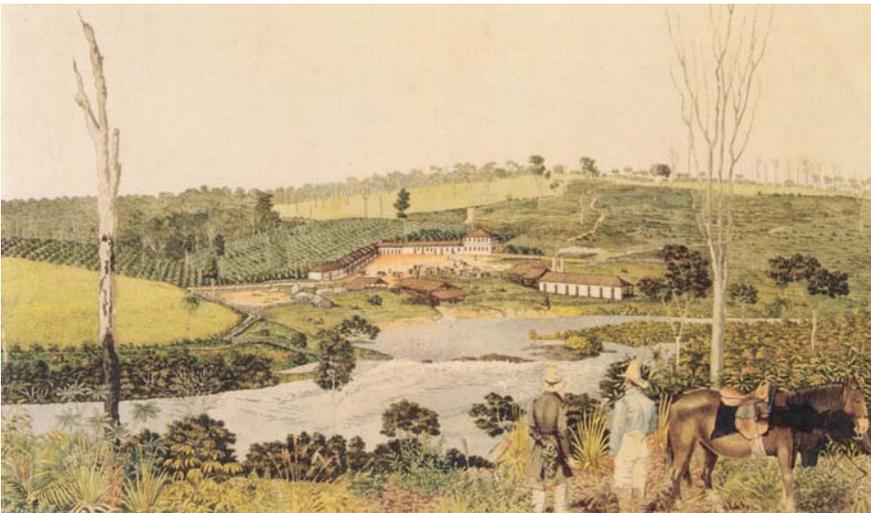


Figura 12 - Engenho Salto Grande, Americana. Aquarela de Hércules Florence. Fonte: LEMOS, C. A. C. *Op. cit.*, 1999, p. 85.

Figura 13 - Engenho Salto Grande, Americana. Fonte: LEMOS, C. A. C. *Op. cit.*, 1999, p. 87.



edificação como, por exemplo, o forro de esteiras de taquara e guarda-corpos de escadarias com balaústres torneados.

Quanto à implantação, observa-se pela primeira vez, em São Paulo, um lanço de cômodos ligado ao casarão, seguido de outro, perpendicular ao primeiro. O primeiro lanço destinava-se, provavelmente, a diversas atividades como selaria, ferraria, depósitos, fabrico de alimentos e, talvez, também a acomodações para hóspedes de baixo estrato social, além de escravos de dentro. No segundo lanço, a senzala propriamente dita.

*Essa prática de justaposição de um longo correr de cômodos à construção principal pegou e se repetiu à exaustão, proporcionando o aparecimento do chamado "quadrado", vasto pátio formado a partir do ângulo definido por aquelas duas alas e por dois muros altos, às vezes um deles também de arrimo, (...). Nesse "quadrado", sempre havia um portão reforçado, talvez para prender animais, quem sabe cachorros bravos, quem sabe para guardar produtos da colheita de mantimentos.<sup>45</sup>*

Essa prática se difundiu e seria comum nas fazendas de café até quase findo o século XIX, principalmente nas regiões de Campinas e no Vale do Paraíba.

Pode-se afirmar que essas casas de partido assumido pela meia encosta foi a grande contribuição dos mineiros atraídos pela lavoura canavieira. *Casa assobradada na frente e térrea nos fundos satisfazendo a um novo programa de uma sociedade em que paulistas e mineiros se aliaram e se irmanaram na nova frente de lavoura.<sup>46</sup>*

Um dos exemplares mais antigos dessa tipologia em terras paulistas é o casarão do Engenho do Tatu, em Limeira, cuja construção avalia-se ser do final da década de 1820. O engenho foi fundado por Luís Manuel da Cunha Bastos, português proveniente do Porto, onde nasceu em 1788, mas crescido em Minas, em Vila Rica, onde recebeu patente na Companhia de Ordenanças. Em 1818 já era capitão em São Paulo, sem no entanto receber soldo e dedicado ao comércio e à política. (...). Por volta de 1824 recebeu sesmarias no chamado sertão de Piracicaba, zona de ricas terras, densas florestas e de população rarefeita, quase toda formada por pessoas sem posses e muitas fugidas da justiça.<sup>47</sup>

<sup>45</sup> LEMOS, Carlos A. C. *Op. cit.*, 1999, p. 88-9.

<sup>46</sup> Idem, *ibidem*, p. 89.

<sup>47</sup> Idem, *ibidem*, p. 89.

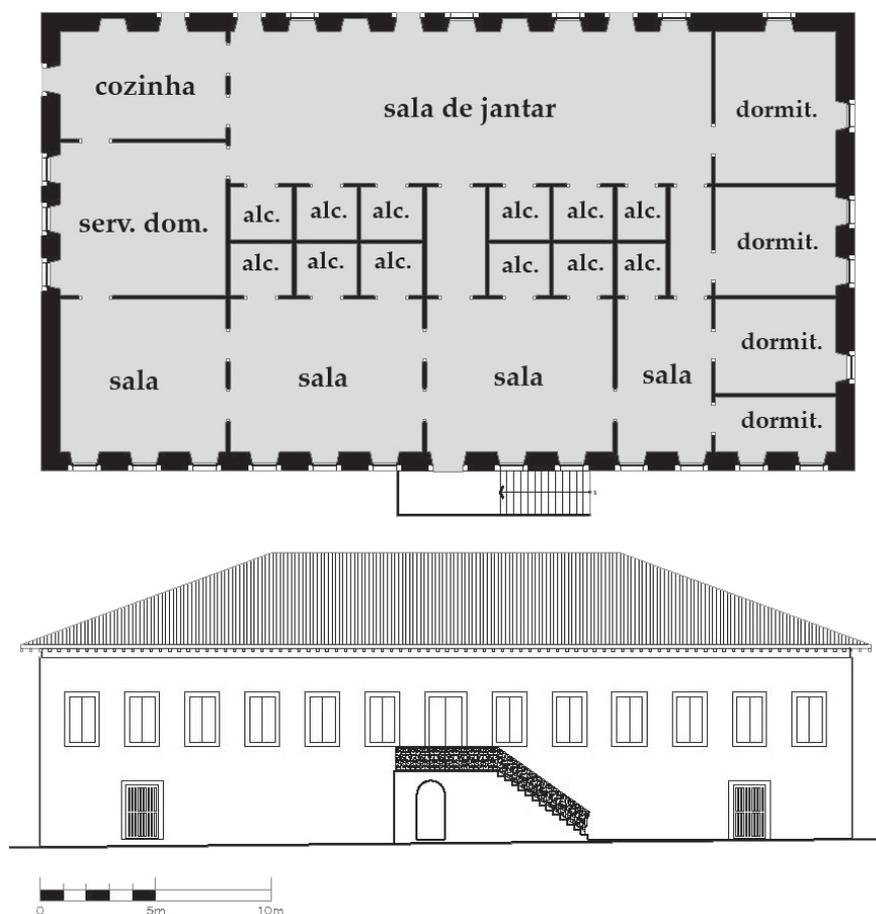


Figura 14 - Planta da casa da Fazenda do Tatu, Limeira. Desenho: Mateus Rosada. Fonte: LEMOS, C. A. C. *Op. cit.*, 1999, p. 90.



Figura 15 - Fazenda do Tatu, Limeira.  
Foto: V. Benincasa.

Figura 16 - Fazenda do Tatu, Limeira.  
Foto: V. Benincasa.

Em seu inventário, de 1835, consta uma "morada de casas", que provavelmente é a que chegou aos dias atuais. Segundo Lemos, *é construção do tempo do açúcar e apresenta porão de pouca altura no seu frontispício. A escada de alvenaria provida de gradil de ferro é nova, substituindo a original que teria sido de madeira.*<sup>48</sup>

A casa do Tatu é imensa, e sua planta retangular. Possui doze alcovas, três enormes dependências talvez de serviços, incluindo a cozinha; as salas fronteiras e mais quatro dormitórios. Ela sai dos padrões de época por ter somente as paredes externas de taipa de pilão, as internas de taipa de mão, fato ainda inédito na bacia do Tietê. A bateria de alcovas ao centro também era incomum, porém se tornaria

quase uma norma, anos mais tarde, nas casas de fazendas de café!

No Vale do Paraíba, poucas foram as edificações que restaram do período anterior ao ciclo do café. A fazenda Pasto Grande, no bairro do Mato Grande é, por sua raridade, um dos mais importantes exemplares dessa época. A sua sede, segundo o arquiteto e pesquisador Romeu Simi, foi construída por volta de 1770, por Pedro Pereira de Barros. No inventário desse senhor, de 1793, encontra-se a seguinte informação: (...) *que ela, Quitéria Maria da Fonseca Teles, era*

<sup>48</sup> LEMOS, C. A. C. *Op. cit.*, 1999, p. 89.

*verdadeira Senhora e possuidora da metade de um sítio e terra, com Casa de Telha, com seis lanços, com sua engenhoca de fazer Aguardente, cuja meação lhe coube por falecimento de seu falecido marido, Pedro Pereira de Barros (...).*<sup>49</sup>

Desse trecho pode-se entender que a casa de telha mencionada é a que ainda existe na fazenda Pasto Grande, e os seis lanços correspondem aos *seis cômodos básicos que a casa tem em seu desenvolvimento longitudinal (...)*.<sup>50</sup>

Em 1824, quando Pedro Pereira da Fonseca Telles, filho do fundador da Pasto Grande, comprou a parte de seus irmãos, a escritura de venda menciona a existência de um “Engenho”, não mais citando a “engenhoca”, o que, segundo Simi, significa que a fazenda já produzia café. O “engenho” designaria a casa de máquinas de beneficiar o novo produto. Ou seja, o caso exemplifica o que se tornaria típico na região: antigos engenhos de açúcar transformando-se em fazendas cafeicultoras voltadas para o comércio exterior. São Paulo inseria-se de vez no mercado mundial e isso exigia mudanças e adaptações na estrutura de suas unidades produtoras. E, por conseguinte, adaptações das suas edificações.

No inventário de Pedro Pereira da Fonseca Telles, de 1844,<sup>51</sup> observa-se a existência de 16 escravos, alguns animais (12 mulas, um macho, 2 cavalos, 1 boi de carro, 1 vaca, 24 cabeças de porco, uma besta arreada), e uma relação de móveis, entre os quais destacam-se utensílios para a fabricação de açúcar e objetos destinados aos cultos religiosos na capela interna da sede. No que se refere às plantações aparecem: um mandiocal; 6.000 pés de cafés, sendo mil velhos; 6 alqueires de feijão; 6 alqueires de arroz; e milharais. É curioso notar que embora constassem, na relação dos bens, objetos para a fabricação do açúcar, não se mencionam canaviais, nem há mais indícios de produção de açúcar, ou, se houvesse, não era digna de nota.

Entre as edificações arroladas constam uma tenda de ferreiro, casas de engenho, uma casa de tropa, dois paióis e um rancho de palha, e um engenho de “socar café”.

Todas essas edificações foram construídas ao redor de um grande pátio que acabou se transformando - quando a fazenda deixou de cultivar cana-de-açúcar - em vários terreiros de café. Uma foto antiga do núcleo central da fazenda mostra que o pátio central era todo circundado por muro de taipa de pilão, como se constatou no local. Em seu interior estavam localizados os terreiros de café, em número de quatro, e o casarão locado logo acima deles.

Os dois terreiros maiores que ficam na parte superior do pátio, junto ao casarão, foram feitos em 1890, ao custo de 11 contos de réis. Neles, foram consumidas 25.000 carroças para o nivelamento: *Um é cimentado, e era usado para dar ponto no café e o outro é atijolado. Os de terra eram usados para murchar o café. O terreiro menor, de cima, foi atijolado em 1933 (...)*.<sup>52</sup>

Atrás do casarão, em uma antiga foto do início do século XX, nota-se um outro pátio que, de acordo com o artigo de Simi e com os inventários, servia às tropas, e onde ficavam o pomar e a horta, protegidos por cerca, ao que parece de bambu. O pequeno edifício que se observa acima do casarão, era o *quarto das tropas*, que existiu até 1943 e já constava no inventário de Pedro Pereira da Fonseca Teles de 1844. Na parte inferior, abaixo dos terreiros, aparecem outras edificações, uma das quais parece ter sido a mencionada tenda de ferreiro, e que possuía alguns foles, bigorna, forno e as respectivas ferramentas, como martelos, malho, etc. Ainda faziam parte do conjunto, em 1844, um rancho de palha, dois paióis e o engenho de socar café.

O casarão da Pasto Grande possui uma disposição de cômodos e um desenho de fachada incomuns entre aquelas sedes de fazendas que restaram desse período do açúcar no Vale do Paraíba paulista.

*Nela não há a simetria do neoclássico, com a porta de verga de arco pleno no centro da composição. Nela há envazaduras de vergas arqueadas, típicas da versão tropical da arquitetura pombalina aqui introduzida no século XVIII.*<sup>53</sup>

As paredes externas do corpo principal são de taipa de pilão. Já as paredes internas e do anexo de serviços foram erguidas com a técnica do pau-a-pique ou taipa de mão, combinação que se tornaria comum no século XIX em todo o Vale do Paraíba e também na região Central. Em sua planta, o salão independente com uma única porta voltada para os terreiros, na extremidade esquerda do casarão, servia como tulha e tinha, até recentemente, o chão original de terra batida. Ali se guardavam *os cereais produzidos na Fazenda: milho, café, feijão, arroz, etc., onde havia também uma liteira guardada*.<sup>54</sup> Apegada a ele, voltada para o pátio dos fundos do casarão, ficava a casa de arreios, também sem comunicação com o interior da habitação.

Ao seu lado, está a despensa da casa, onde se guardavam as carnes salgadas, o sal, e os demais mantimentos. Esta se comunicava por uma porta com o quarto das raparigas, ou escravas de dentro, que, por sua vez, ficava junto ao quarto das filhas. Todos esses cômodos eram originalmente de terra batida.

<sup>49</sup> SIMI, R. Sede de Fazenda. In: *Revista Acrópole n° 351*. São Paulo: Max Grunewald & Cia, junho de 1968, p. 21.

<sup>50</sup> Idem, *ibidem*, p. 21.

<sup>51</sup> Inventário de Pedro Pereira da Fonseca Telles, de 1844.

<sup>52</sup> SIMI, R. *Op. cit.*, p. 21.

<sup>53</sup> LEMOS, C. A. C. *Op. cit.*, 1999, p. 113.

<sup>54</sup> SIMI, R. *Op. cit.*, p. 24.

Na parte fronteira da edificação, aparece o grande salão longilíneo, forrado e com piso de soalho feito com tábuas trabalhadas a enxó, que tem um oratório ao fundo e, na sua lateral, cinco alcovas. A alcova próxima do oratório era a ocupada pelo padre Joaquim Pereira de Barros, irmão do fundador da fazenda; a do meio, a destinada a visitantes; e as demais eram para familiares e os filhos do fazendeiro.

Os donos da fazenda ocupavam o quarto da frente, com porta voltada para a sala de entrada. O salão era o local em que ficavam as pessoas durante as missas, além de ser ocupado, segundo Simi, por escravos doentes. Segundo consta, não houve senzala na fazenda e, realmente, não aparece nenhuma nos dois inventários já mencionados. Os escravos ficavam alojados em casas isoladas, de pau-a-pique, que não sobreviveram ao tempo.

A sala de entrada funcionava, ao mesmo tempo, como recepção aos visitantes e escritório: tinha o piso atijolado (o

ladrilho hidráulico do tipo mosaico atual foi colocado em 1924). Em direção aos fundos, está a antiga varanda, ou sala de jantar, onde se faziam todas as refeições. Nela foram mantidos o piso atijolado e a ausência de forro. Aliás, o único cômodo originalmente forrado desse casarão era, mesmo, o grande salão do oratório.

O anexo de serviços constituía-se de um grande salão ocupado pela cozinha. Era um espaço único, de terra batida. Posteriormente foi subdividido: não havia as despensas ao fundo, e o fogão ficava no local hoje ocupado pelo banheiro. Comunicava-se internamente com a sala de jantar e a porta externa, a mesma de sempre, abria-se para o *pomar dos cachorros caçadores de veado (50 a 70 cachorros – 25 trelas)*.<sup>55</sup>

O principal elemento dessa casa é, sem dúvida, o grande salão de usos múltiplos. Como bem destacou Lemos, pode mesmo ter sido uma variação da habitual varanda alpendrada, que freqüentou, não raro, as casas rurais

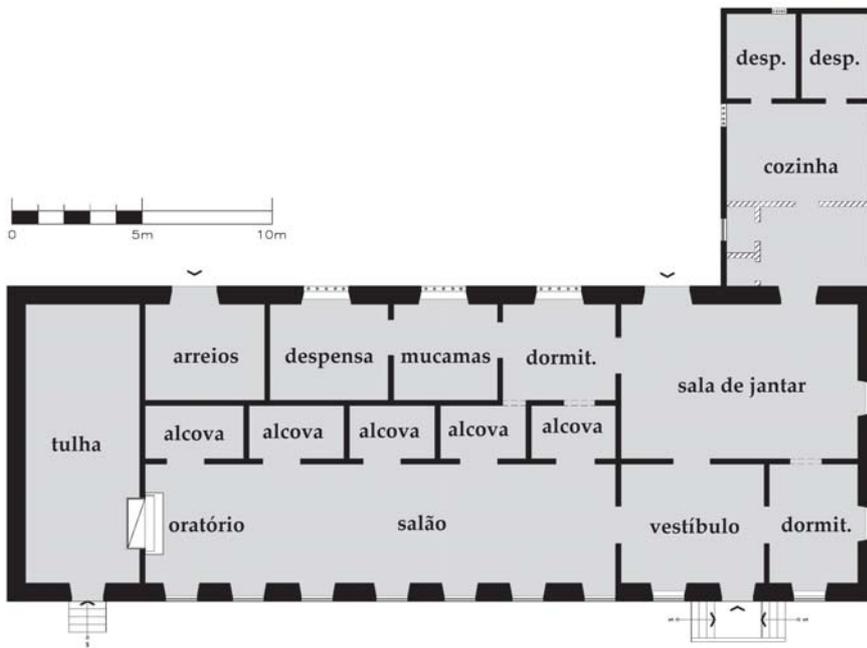


Figura 17 - Planta da Fazenda Pasto Grande, Taubaté. Desenho: V. Benincasa. Fonte: Simi, R. *Acrópole no. 351*, p. 22.

Figura 18 - Casarão da Fazenda Pasto Grande, Taubaté. Foto: V. Benincasa.



brasileiras e portuguesas.<sup>56</sup> Teria sido uma adaptação ao clima mais frio de planalto acima? É uma hipótese a ser considerada. O fato é que soluções semelhantes de uso desse grande salão longilíneo com capela ao fundo e alcovas em uma de suas laterais foi utilizada em algumas casas de fazenda do Sudeste brasileiro da primeira metade do século XIX.<sup>57</sup> Mas, como restam poucas casas do século XVIII, não se pode afirmar que isso tenha sido usual ou tenha se constituído em uma característica do período.

Muitas dessas antigas edificações foram demolidas ou reformadas durante o período da cafeicultura. Um caso típico é o da fazenda Pinhal, em São Carlos. Essa fazenda surgiu de sesmária adquirida ao final do século XVIII pelo Capitão Carlos Bartolomeu de Arruda, residente em Piracicaba. No entanto, a fazenda só veio a ser demarcada em 1831, por seu filho Carlos José Botelho. As primeiras atividades foram o fabrico de açúcar, aguardente e criação de gado.

A casa, segundo tradição oral, foi iniciada em 1830, por Carlos José. Posteriormente, a fazenda passou a pertencer ao seu filho, Antônio Carlos de Arruda Botelho, o futuro Conde do Pinhal.

Sua planta original apresentava solução em L, e foi implantada à mineira, ou seja, aproveitando o desnível do terreno. O partido de sobrado na parte frontal foi conseguido, além do desnível natural, pela execução de um pequeno corte no terreno. O embasamento dessa parte original da casa, curiosamente, é de taipa de pilão. Não se conhece outro exemplar, nessa região do Planalto Ocidental paulista, que tenha utilizado a técnica do barro socado em sua execução. O restante das paredes, inclusive as externas, são de taipa de mão.

O pavimento superior era dividido em espaço da família e de visitantes. Estes, no entanto, ficavam separados dos moradores, abrigados em alcovas junto ao salão da capela: aqui ocorre a semelhança com a casa da fazenda Pasto Grande. Nesse salão se recebiam tropeiros, amigos e chefes políticos.<sup>58</sup> Nele, também, as pessoas se reuniam para assistir às cerimônias religiosas. Ocasionalmente, também servia de dormitório improvisado para os familiares do Conde do Pinhal, uma vez que a casa possuía poucos aposentos destinados a esse uso.

A parte fronteira da casa é ocupada por três salas e alguns dormitórios. Há dúvidas quanto ao fato da atual sala de jantar fazer parte da construção original, pois as suas paredes, hoje, são de tijolos, e não de taipa de mão. Seria necessário fazer-se uma escavação para confirmar se o alicerce de taipa de pilão avança em direção a ela, ou não. O forro, no entanto, tem a mesma estrutura da parte original da edificação, inclusive com um barroto em uma de suas

<sup>55</sup> SIMI, R. *Op. cit.*, p. 25.

<sup>56</sup> Sobre esse assunto ver o interessante estudo de Joaquim Cardoso, "Um tipo de casa rural do Distrito Federal e Estado do Rio", in: *Arquitetura Civil II*. São Paulo: FAU-USP/MEC-IPHAN, 1975.

<sup>57</sup> Esse tipo de salão aparece nas plantas, entre outras, das fazendas São Fernando (em Vassouras), Ribeirão Claro (em Barra Mansa), Ribeirão Frio (em Barra do Piraí), e também na fazenda Pinhal em São Carlos, no interior de São Paulo. Ver: TELLES, A. C. da S. *O Vale do Paraíba e a Arquitetura do Café*. Rio de Janeiro: Capivara, 2006.

<sup>58</sup> BENINCASA, V. *Velhas Fazendas. Arquitetura e Cotidiano nos Campos de Araraquara, 1830-1930*. São Paulo: Imesp; São Carlos: Edufscar, 1998, p. 296.



Figura 19 - Casarão da Fazenda Pinhal. Foto: V. Benincasa.

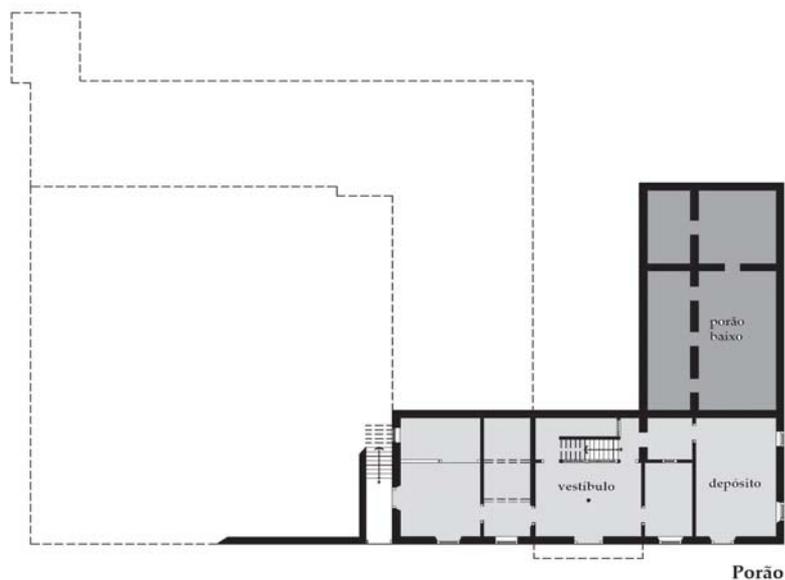
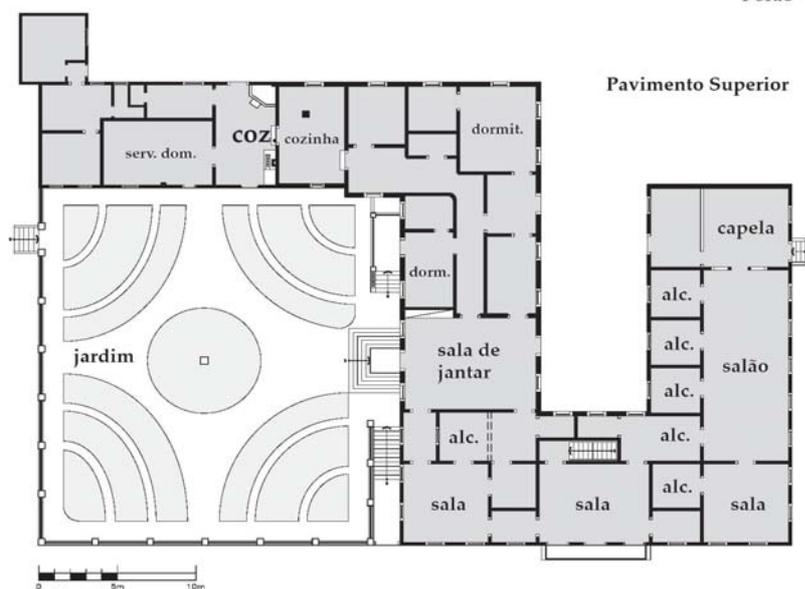


Figura 20 - Planta do casarão da Fazenda Pinhal. Desenho: M. Rosada.



laterais, indicando que pode ter havido ali um alpendre, embutido no corpo da edificação. Infelizmente, as reformas do final do século XIX, para ampliação da casa, e a falta de antigas descrições conhecidas, sobre ela, só permitem suposições.

O certo é que as dependências de serviço ficavam isoladas, como era de costume nas antigas casas paulistas, do século XVIII para trás. Só quando da reforma mencionada é que se construiu um lanço de cômodos unindo-as à casa.

Esse período - de acomodação entre a tradicional arquitetura rural praticada em terras paulistas e as inovações trazidas pelos novos moradores vindos de Minas Gerais - produziu muitos exemplares que chegaram aos dias atuais e ajudam a compreender a arquitetura rural praticada no período de predominância do café.

É na primeira metade do século XIX que aparece uma solução de planta que define bem essa simbiose ocorrida entre as tradições paulista e mineira na arquitetura das sedes rurais: a incorporação do anexo de serviços ao corpo principal do casarão. Com poucas alterações, ela apareceria em várias regiões paulistas, tanto em engenhos de açúcar, como em fazendas cafeeiras. Mas não só:

*As barreiras se afrouxam: a convivência entre senhores e escravos, dentro da casa, foi se dando aos poucos e, mesmo cômodos antes apartados, como o quarto de hóspedes, vão sendo cada vez mais inseridos dentro da casa. Os limites de acesso ao seu interior vão diminuindo, porém não deixam de existir.<sup>59</sup>*

Essas casas vão apresentar a tradicional forma de planta em L, ou seja, corpo principal retangular com o anexo de

serviços aos fundos. Nelas se pode observar também ecos daquela arquitetura bandeirista na disposição de uma faixa fronteira em que aparecem três salas. Logo a seguir, aparece outra faixa intermediária em que se dispõem as alcovas e, ao fundo do corpo principal, a varanda, ou sala de jantar. Bons exemplos dessa nova disposição são as casas das fazendas Milhã (1850), em Piracicaba, do engenho Chapadão (da primeira metade do século XIX), em Campinas, ou da fazenda Saltinho (meados da segunda metade do século XIX), em Itirapina. Nos dois primeiros casos, permaneceu a técnica da taipa de pilão nas paredes externas; no caso da Saltinho, por estar em área onde a influência mineira se deu de forma mais acentuada, ocorrem as paredes externas de pedra entaipada. Todas, no entanto, apresentam paredes internas de pau-a-pique. Sobre a Fazenda Milhã, Lemos escreveu:

*É uma casa muito interessante e, sem dúvida alguma está diretamente filiada à arquitetura tradicional bandeirista, sendo um dos últimos exemplares que conhecemos dessas casas paulistas vinculadas aos velhos partidos – casas não mais ortodoxas no seu planejamento original, mas ainda demonstrando vínculos com as gerações anteriores e compromissos com os novos modos de vida roceira.*<sup>60</sup>

Isso pode ser aplicado a muitas das casas desse período e dessas regiões paulistas em que a cultura da cana-de-açúcar floresceu e conviveu, por algumas décadas, com a cafeicultura. A arquitetura e a implantação dessas fazendas açucareiras marcariam de maneira muito forte a fazenda de café que surgia nos princípios do século XIX.

## Ciclo do gado na Alta Mojiana

Há, entretanto, uma outra região em que a influência da arquitetura praticada em Minas Gerais foi muito mais presente: naquela situada ao norte de Campinas, de Moji-Mirim a Franca.

Até meados do século XVIII, essa região era pouco povoada, limitando-se a pequenos núcleos urbanos ao longo do antigo caminho de Goiás. No entanto, uma rede de caminhos não oficiais já havia sido aberta, ligando o interior da capitania mineira às novas lavras auríferas de Goiás e Mato Grosso, caminhos que se uniam à estrada oficial de Goiás, muitos deles passando pelo nordeste paulista.

No final dos setecentos, por esses caminhos, ocorre um avanço das atividades pecuárias para além das fronteiras mineiras, invadindo o território paulista. Segundo Brioschi:

*Esse período em que os entrantes mineiros povoaram o Nordeste Paulista foi uma época marcada pela decadência das minas de ouro e por um esvaziamento das vilas e cidades formadas pela função da atividade mineradora. Minas Gerais, que à época da mineração*

*já apresentava uma rede urbana desenvolvida, conheceu uma dispersão de sua população pelo campo, dando-se verdadeira “ruralização” da sociedade mineira. Dentro dessa conjuntura processou-se grande migração de mineiros para as Capitânicas de São Paulo e Rio de Janeiro, fazendo crer em um avanço das atividades desenvolvidas no sul de Minas, para as Capitânicas vizinhas e não simplesmente uma forma de evasão à decadência mineradora.*<sup>61</sup>

Já havia uma sociedade rural mineira que praticava uma agricultura diversificada e a pecuária de corte e de leite para o abastecimento das cidades. O exaurir das minas, ainda no dizer de Brioschi, *liberando recursos e força de trabalho em abundância, propiciou a expansão da lavoura, da pecuária e das manufaturas nas Minas Gerais.*<sup>62</sup>

As terras férteis, o clima favorável, e a presença da estrada de Goiás, ligando o Nordeste Paulista ao novo mercado consumidor recém-criado no quadrilátero do açúcar, segundo Freitas, também fazem parte do rol de fatores que incentivaram a fixação desses mineiros em solo paulista.<sup>63</sup>

Esse processo migratório pode ser comprovado também pelos relatos dos viajantes D’Alincourt e Saint-Hilaire, que no início do século XIX percorreram a região em direção a Goiás e Mato Grosso, e encontraram muitas pessoas morando na região, originárias de Minas Gerais, e que se dedicavam ao cultivo de cereais como milho, feijão, arroz e cana-de-açúcar, à fabricação de queijos, de aguardente e açúcar, mas, principalmente, à criação de gado bovino e suíno.<sup>64</sup>

Não cabe aqui tratar da forma de ocupação dessas terras e dos embates entre os antigos posseiros paulistas e os mineiros que chegavam com escravos e donos, já, de certa fortuna. O importante é a constatação da grande influência nos hábitos, na arquitetura, nas tradições que esses forasteiros deixaram em toda a região. Vindos, em sua maioria, do vale do rio das Mortes, região de São João del Rey, acabaram por se

<sup>59</sup> BENINCASA, V. *Op. cit.*, 1998, p. 300.

<sup>60</sup> LEMOS, C. A. C. *Cozinhas, etc.* São Paulo: Perspectiva, 1976, p. 91.

<sup>61</sup> BRIOSCHI, L. R. Fazendas de Criar. In: BACELLAR, C. de A. P.; BRIOSCHI, L. R. (org.). *Na Estrada de Anhangüera. Uma visão regional da história paulista.* São Paulo: Humanitas Publicações FFLCH/USP, 1999, p. 59.

<sup>62</sup> Idem, *ibidem*, p. 60.

<sup>63</sup> FREITAS, D. C. A. *Arquitetura Rural no Nordeste Paulista: Influências Mineiras 1800-1874.* São Paulo: Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo/USP (dissertação de mestrado), 1986, p. 64.

<sup>64</sup> Ver: D’ALINCOURT, L. *Memória sobre a Viagem do Porto de Santos à Cidade de Cuiabá.* Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975; e também, SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à Província de São Paulo.* São Paulo: Livraria Martins, 1940.

estabelecer nessas terras e implantar fazendas de gado, ali deixando sua descendência. Os antigos pousos ao longo do caminho de Goiás cresceram, e já no início do século XIX duas freguesias foram criadas: a de Franca, em 1805, e a do Senhor Bom Jesus da Cana Verde (Batatais), em 1815. Freitas, em seu trabalho sobre a arquitetura rural do Nordeste Paulista, baseada em intensa pesquisa em documentos do início do século XIX, mostra a expressiva presença de mineiros na região e o seu papel fundamental na abertura de fazendas, na fundação de povoados. Famílias que teriam importante papel na história local, como os Garcia Leal, Garcia de Figueiredo, Diniz Junqueira, Pereira Lima, Alves Moreira, Barcelos, Faria, Martins, etc, todos procedentes das Gerais.

A situação que essas famílias encontraram no Nordeste paulista foi muito diferente daquela do quadrilátero do açúcar: uma região já constituída, povoada e com o peso da tradição paulista de séculos. Por outro lado, naquela os migrantes se viram em meio a uma região praticamente deserta, inculta, repleta de terras devolutas, fruto de sesmarias concedidas e não ocupadas. Desse modo, eles foram os principais responsáveis pela criação de todos os seus aspectos socioculturais, transformando-a na mais mineira das regiões paulistas.

Como resultado dessa ocupação, as unidades agrícolas conservaram da tradição mineira a destilaria e o engenho de açúcar, a casa de farinha, o monjolo, o paiol, a queijaria, o indispensável curral cercado de lascas de arceira, e o costume de se abrir grandes valos para determinar as divisas de pastos e mesmo entre as propriedades. Essas eram as características das fazendas da Comarca do Rio das Mortes, e ainda hoje são visíveis nas fazendas da região.<sup>65</sup>

Freitas também afirma, e isso é facilmente comprovável, que essas fazendas herdaram das mineiras a *técnica construtiva, a implantação no terreno, o respeito à topografia, a proximidade dos córregos, o rego d'água correndo entre as árvores do quintal e indo mover o monjolo ou a roda d'água ou ainda o engenho de serra. Este uso do rego d'água para mover estes equipamentos é, pelos antigos, chamado de engenharia mineira.*<sup>66</sup>

Todos esses equipamentos e edificações, aí incluídas o casarão e a senzala, se organizavam ao redor de um pátio de terra ou calçado de pedra, geralmente cercado por paliçadas. Pátio de tradição portuguesa, com funções múltiplas de organização do espaço, circulação, secagem de cereais ou guarda do rebanho. A religiosidade era marca significativa dos mineiros e em suas fazendas, quase sempre aparece a cruz latina, plantada num local próximo ao casarão. Esse foi um costume que se perpetuou e se tornou freqüente em muitas das fazendas da Mojiana.

Hoje, os mais antigos desses casarões datam das primeiras décadas do século XIX. Lemos destaca que essas casas

mineiras construídas em São Paulo não tiveram uma constância no seu planejamento:

*(...) as plantas assumiam as mais variadas disposições, contanto que sempre ficasse assegurada aquela separação de circulações, a íntima e a de cerimônia. Constante foi a opção: casa elevada do chão numa de suas extremidades, porão alto, estrutura autônoma de madeira e vãos estruturais preenchidos com adobes nos exemplares mais antigos. No embasamento, muros de pedra. Nas paredes internas, taipa de mão. Quase todas, principalmente as mais velhas, providas de varandas alpendradas sob telhados de prolongo, varandas de recepção e às vezes servindo de nave para a capela.*<sup>67</sup>

Na verdade, o historiador generaliza algumas características nem sempre presentes. O alpendre não foi tão usual assim - muitas delas são desprovidas desse elemento - e podem-se citar como exemplos as casas das duas fazendas de mesmo nome, São José, existentes no município de Nuporanga; da fazenda São Pedro, em São João da Boa Vista; da Invernada, em Morro Agudo; da fazenda Floresta, em Mococa; fazendas Cachoeira, Itatinga e São José, de Batatais, entre outras. O adobe também não foi uma constante nas paredes externas, já que em muitas delas a técnica utilizada foi a taipa de mão. Quanto à disposição da planta, pode-se afirmar que houve um predomínio do partido em L: corpo principal atrelado ao anexo de serviços. Mas deve-se concordar que a variação é grande.<sup>68</sup>

Freitas, em seu estudo sobre a arquitetura rural da região de Batatais e Franca, salienta a existência, em algumas casas, do alpendre posterior, e também a influência das casas da Comarca do Rio das Velhas, *onde se entra diretamente na sala*,<sup>69</sup> o que reflete a inexistência de alpendre.

Muitas dessas antigas fazendas de gado se transformariam em fazendas cafeeiras, nas décadas seguintes. Os velhos pátios e antigas dependências dos primeiros tempos seriam substituídos por terreiros de café, lavadores, tulhas, casas de máquinas de beneficiamento. Boa parte delas, no entanto, conservaria seus casarões, alguns intactos, outros com algumas alterações.

<sup>65</sup> FREITAS, D. C. A. *Op. cit.*, pp. 161-7.

<sup>66</sup> Idem, *ibidem*, p. 168.

<sup>67</sup> LEMOS, C. A. C. *Op. cit.*, 1999, pp. 99 e 112.

<sup>68</sup> Sobre essas fazendas trataremos mais detalhadamente no capítulo 4.

<sup>69</sup> FREITAS, D. C. A. *Op. cit.*, p. 173.

**2**

**Vale do Paraíba. O Início de Tudo...**



*O Caffé da mesma sorte se vai fazendo hum artigo de Commercio concideravel; elle vegeta, e produz bem em toda a Capitania, (...). Tem de mais a mais esta excelente planta huma addição particular que deve fazer entrar em vistas de Economia politica o animar a sua cultura pelo diminuto dispendio que faz ao Lavrador, que com pequeno numero de braços pode fazer huma colheita avultadissima.<sup>1</sup>*

Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça, 1782

O movimento que introduziu a cafeicultura em São Paulo, segundo Monbeig, não foi *brusco, nem brutal*. Segundo ele, foi o simples prosseguir de um avanço que se dava em terras fluminenses, continuando sua expansão natural pelo vale do rio Paraíba, buscando novas terras para expansão de uma lavoura que se mostrava promissora. Lentamente, as lavouras de café eliminavam as de cana-de-açúcar, procurando terras menos cansadas, onde a produção e os lucros dela advindos seriam maiores.<sup>2</sup> Na verdade, era mais que isso, seguia uma estratégia portuguesa de implantar em sua colônia o sistema altamente rentável das grandes lavouras comerciais, ou *plantations*, especializadas em produtos tropicais, já experimentadas com sucesso nas Antilhas.<sup>3</sup>

O cafeeiro, assim como se dera na porção fluminense do Vale do Paraíba, encontraria no lado paulista daquele vale, condições naturais muito próprias ao seu cultivo, com vastas porções de terrenos variando entre 400 e 900m de altitude, o que mantinha as temperaturas dentro dos limites ideais. A maior parte dessa região, no início do século XIX, ainda estava coberta por densas florestas, guardando solos muito férteis, e o seu relevo acidentado possuía encostas protegidas dos ventos, com boa insolação, o que era favorável aos cafezais.<sup>4</sup>

É, assim, nessa região limítrofe com a Província do Rio de Janeiro que surgem as primeiras plantações comerciais de café em solo paulista, ao final do século XVIII. As mudas vieram de Mendanha, Resende e São João Marcos, regiões fluminenses já então importantes produtoras, adentrando pelo Caminho Novo, nas atuais cidades de Areias, Bananal, São José do Barreiro, Silveiras e Lorena.

Não foram, porém, as plantações pioneiras, pois já se podiam encontrar algumas plantações esparsas pela Capitania paulista, inclusive na própria capital, como demonstram as exportações registradas no porto de Santos, em 1787. Exportações ínfimas, como salientou Taunay.<sup>5</sup> Tratava-se, evidentemente, do produto de plantações modestíssimas, de primeiras experiências com a desconhecida lavoura, que muito provavelmente ainda não seguiam as novas orientações portuguesas.<sup>6</sup>

A aceitação da cafeicultura, porém, não foi fácil pelos fazendeiros paulistas. Depois de anos e anos de uma

economia acanhada, vivendo na dependência dos sucessos da exploração mineradora da Capitania de Minas Gerais, o Vale do Paraíba paulista experimentava, então, os primeiros sucessos com a lavoura canavieira. Os lavradores haviam investido alto para a implementação de seus engenhos e não lhes convinha abandoná-los de uma hora para outra. Assim, de início, o café em São Paulo não foi produzido pelas mesmas unidades produtoras de açúcar. O tempo entre o plantio das mudas de café e a primeira colheita era de quatro anos, em média. Ou seja, a espera entre o plantio e os primeiros lucros era muito longa, e esse foi um fator preponderante para que a cafeicultura paulista não se desenvolvesse de imediato.<sup>7</sup>

Por outro lado, como os custos de plantio e de beneficiamento do grão não fossem tão caros, as primeiras roças de café acabaram sendo feitas por pequenos proprietários que se tornaram, deste modo, cafeicultores. Estes tinham a vantagem de poder plantar outras culturas, como milho, arroz, feijão, criar porcos, gado bovino, etc, com cujos rendimentos sobreviveriam até as primeiras colheitas.<sup>8</sup>

<sup>1</sup> MENDONÇA, A. M. de M. C. Memória econômico política da Capitania de São Paulo. In: Anais do Museu Paulista, XV. São Paulo, 1961, p. 202. Apud: OLIVEIRA, J. T. de. *História do Café no Brasil e no Mundo*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Editora Itatiaia Ltda, 1999, p. 256.

<sup>2</sup> MONBEIG, P. *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1977, p. 95.

<sup>3</sup> MARQUESE, R. de B. Moradia Escrava na Era do Tráfico Illegal: Senzalas Rurais no Brasil e em Cuba, c1830-1860. In: *Anais do Museu Paulista, História e Cultura Material*. Nova Série, nº 2, vol. 13. São Paulo: USP, julho-dezembro de 2005, p. 170.

<sup>4</sup> PRADO Jr., C. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1977, p. 162.

<sup>5</sup> TAUNAY, A. d'E. Notas sobre os primórdios da lavoura cafeeira em S. Paulo. In: *Revista do Instituto do Café*. São Paulo, Ano X, nº 96, janeiro de 1935, vol. XIX, p.89.

<sup>6</sup> OLIVEIRA, J. T. de. *História do Café no Brasil e no Mundo*. Belo Horizonte, Rio de Janeiro: Editora Itatiaia Ltda., 1993, p. 247-8.

<sup>7</sup> LUNA, F. V.; KLEIN, H. S. *Evolução da Sociedade Escravista de São Paulo de 1750 a 1850*. São Paulo: Edusp, 2005, p. 82.

<sup>8</sup> Idem, *ibidem*, p. 86.

Alguns dados, relativos às exportações através do porto de Santos, no período que vai de 1801 a 1807, mostram que então a produção paulista era pequena, porém aumentava continuamente, bem como o preço que esta atingia no mercado mundial (ver quadro 1).

Quadro 1 - Exportações de Café pelo porto de Santos

Ano	Exportação (arrobas)	Preço (mil-réis)
1801	132	3\$000
1802	116	2\$000
1803	675	2\$400
1804	243	3\$000
1805	954	4\$000
1806	1.060	4\$000
1807	1.270	3\$900

Fonte: Revista do Instituto do Café. São Paulo, Ano X, nº 96, janeiro de 1935, vol. XIX, p.90.

Mesmo crescendo lentamente, a produção se ressentia da baixa qualidade, em comparação com a produção de outros produtores internacionais. Havia um desconhecimento das técnicas de beneficiamento dos grãos. Os preços, mesmo animadores, não atingiam a cotação dos chamados cafés finos produzidos em Cuba, Martinica ou Ceilão, por exemplo. Isso acabava limitando a sua expansão e não despertava o interesse dos grandes lavradores paulistas.

Aos poucos, porém, com a crescente melhoria das técnicas de beneficiamento, a aceitação do café brasileiro no mercado europeu e americano foi crescendo. O aumento da demanda do produto no mercado mundial foi definitiva para que a resistência dos lavradores de São Paulo fosse quebrada. Um outro fator determinante para a evolução da cafeicultura no Brasil foi a lenta decadência dos cafezais de São Domingos, a partir de 1790, e a devastação das plantações cubanas por furacões, na década de 1830. A partir de então, o Brasil assumiu a liderança da produção mundial e, logo no início da década de 1830, o café superaria o açúcar, e se constituiria em metade do valor total das exportações brasileiras.<sup>9</sup>

Essa expansão começa a ocorrer efetivamente a partir de 1815, quando houve uma verdadeira proliferação das fazendas de café em São Paulo. Do Caminho Novo da Piedade as lavouras se espalharam por terras vizinhas e alcançaram o Médio e o Alto Paraíba, numa onda contínua, gerando riquezas, modificando toda a estrutura socioeconômica regional. Areias seria a principal produtora dessa fase inicial e se manteria nesse posto até cerca de 1830. Em 1836, o surto de desenvolvimento populacional e econômico local fez com que novas vilas ganhassem autonomia; uma delas foi Bananal, que se emancipou de Areias, tornando-se, em pouco tempo, a maior produtora paulista. Nesse mesmo ano, cerca de 2/3 da produção paulista de café provinham de fazendas do Vale do Paraíba.

Em dados sobre o ano de 1817, podemos observar que havia, nesta região do Caminho Novo, por volta de 200 cafeicultores, com algo em torno de mil escravos, produzindo aproximadamente cem toneladas de café. Em 1829, esse número sobe para quase mil fazendas, com cerca de 7.000 cativos, que geraram 2.000 toneladas, juntamente com quantias significativas de outros produtos (milho, arroz, feijão, víveres, etc). Esse aumento pode ser explicado pelos altos preços alcançados pelo café em 1822, o que motivou o surto de novas plantações e aquisição de escravos, além de grande ingresso de agricultores na nova e promissora lavoura. E aqui já se nota uma inversão de valores: as grandes propriedades com número expressivo de escravos apresentavam números relativos de produção muito maiores que as pequenas propriedades, com pouco ou nenhum escravo. Era o sistema de plantação comercial com vistas ao mercado externo se apoderando da nova lavoura, como já ocorrera com a cana-de-açúcar. A fazenda de café tradicional herdava, assim, a forma de organização, de gerenciamento e de mão-de-obra da cana-de-açúcar.

Segundo Luna e Klein, a maior parte das propriedades com número expressivo de escravos, superior a quarenta, eram de pessoas originárias de fora da Província, vindos de Minas Gerais, do Rio de Janeiro, onde já se iniciara a decadência das plantações e, também, de Portugal.<sup>10</sup>

Carvalho confirma esses dados ao nos informar sobre a procedência de várias famílias que povoaram a região de Bananal:

a) *De freguesias e vilas do Vale do Paraíba e de outras regiões de São Paulo: Cunha, São Luiz do Paraitinga, Taubaté, Pindamonhangaba, Guaratinguetá, Mogi das Cruzes, S. José dos Campos, Areias, Mogi Mirim, Campinas e Sorocaba. Em época posterior vieram também de Silveiras e Barreiro;*

b) *De freguesias e vilas de Minas Gerais: Campanha, Sabará, S. João del Rei, São Tomé das Letras, Baependi, Carrancas, Pouso Alegre, Aiuruoca, Queluz de Minas;*

c) *De freguesias e vilas fluminenses: Angra, Parati, Jacuecanga, Ribeira Jurumirim, Aarão, e outras nesse trecho do litoral; Itacuruçá, Mangaratiba, S. João Marcos, Barra Mansa, Resende, Rio Claro, S. Fidelis, Cabo Frio;*

d) *Da cidade do Rio de Janeiro e seus distritos;*

e) *De Portugal e suas ilhas: Madeira, Açores, Faial; (...).<sup>11</sup>*

<sup>9</sup> LUNA, F. V.; KLEIN, H. S. *Evolução da Sociedade Escravista de São Paulo de 1750 a 1850*. São Paulo: Edusp, 2006, p. 82.

<sup>10</sup> Idem, ibidem, p. 88.

<sup>11</sup> RODRIGUES, P. de C. *O Caminho Novo: Povoadores do Bananal*. São Paulo: Governo do Estado, 1980, p. 63.

O exemplo de Bananal serve para toda a região vizinha. Na verdade, como vários historiadores mencionam, essas vilas e freguesias instaladas à beira do Caminho Novo, culturalmente, estavam muito mais ligadas ao Rio de Janeiro que ao resto de São Paulo.

Na primeira metade do século XIX, os lucros da cafeicultura foram se tornando cada vez mais vantajosos, pela falta de concorrência no mercado mundial. O principal obstáculo para um aumento ainda maior da produção encontrava-se no próprio Brasil: a cafeicultura dependia de melhoria nas estradas para agilizar e baratear o seu escoamento.

Para amenizar esse problema, ainda durante o governo de D. João VI criara-se um novo caminho, conhecido como Estrada da Polícia, ligando Rio de Janeiro à Capitania de Minas Gerais. Era uma estrada mais ampla que as existentes, e por ela passaram a circular as tropas de burros, os carros de bois e as seges. Por ela se escoava a produção para o Rio de Janeiro. Logo outros caminhos se ligariam a ela, financiadas por capital particular, algumas sendo, inclusive, calçadas, feitas para permitir o melhor transporte do café e o ir e vir dos fazendeiros.<sup>12</sup>

Também é bom que se diga que o café não teria se desenvolvido, nesses primeiros tempos, sem os tropeiros e os burros. Taunay afirma que: *Sem a organização das feiras de Sorocaba apoiada na indústria eqüina do Sul do Brasil e regiões castelhanas adjacentes, a lavoura do café não teria podido alcançar o enorme surto que lhe conhecemos, antes do estabelecimento da rede ferroviária*.<sup>13</sup> Segundo Pandiá Calógeras, o tropeiro:

*Era um mensageiro da civilização. Era o homem que tinha ido à corte, ou pelo menos, a lugares nos quais se tinha notícia do que se passava na corte. Nesse tempo em que raros jornais circulavam, sem assinaturas no interior, linhas postais seriam escassas, quando não inexistentes, a tradição oral no interior valia como meio quase único de contacto com os acontecimentos do litoral e do estrangeiro. Coisa muito semelhante ao papel que, na Média Idade, desempenhavam mercadores ambulantes ou tropeiros.*

*Por eles, chegavam ao sertão longínquo rumores dos sucessos litorâneos, isto é, das alternativas políticas pelas quais tanto se interessavam os chefetes regionais, dos preços das mercadorias a comprar e dos gêneros a vender. Por eles se faziam encomendas, não sendo das menos importantes as incumbências do elemento feminino das fazendas.*<sup>14</sup>

O terreno acidentado da região fez com que se continuasse a contar com o transporte em lombo de burro, mesmo depois do predomínio da cafeicultura por todo o vale

<sup>12</sup> MILLIET, S. *Roteiro do Café e Outros Ensaios*. São Paulo: Hucitec/ Pró-Memória/Instituto Nacional do Livro, 1982, p. 252.

<sup>13</sup> TAUNAY, A. d' E. *História do Café*. Rio de Janeiro, 1939/43, vol. IV, p. 361.

<sup>14</sup> CALÓGERAS, P. Transportes Arcaicos. In: *O café no segundo centenário de sua introdução no Brasil*. Rio de Janeiro, 1934, p. 92.



Figura 1 - Tropa carregando café. Marc Ferrez, 1881-86. Fonte: Catálogo da Exposição "O Café". São Paulo: Banco Real/ABN AMRO Bank, 2000, p. 41.

paraibano, já adentrado o século XX. Bem antes disso, em 1847, o barão de Pati do Alferes, em suas célebres memórias, já preconizava que, *sem tropa não se pode fazer fazendeiro de serra acima*.<sup>15</sup> A aspereza dos caminhos que serpenteavam pelas serras do Vale do Paraíba é, muito seguramente, a razão dessa permanência das grandes tropas de muares por tanto tempo, e a análise de inventários de fazendeiros de diversas épocas comprova que o conselho do barão foi sempre seguido naquelas paragens.

Na década de 1870, parte do problema de escoamento seria sanado. A ferrovia D. Pedro II, futura Estrada de Ferro Central do Brasil, cortaria a região, unindo o Rio de Janeiro à capital paulista. Mas o transporte entre as fazendas e as estações, ou mesmo entre vilas não cortadas pelas ferrovias, continuaria a ser feita basicamente pelas tropas de muares. O seguinte trecho encontrado num livro sobre as tropas de burros do Vale do Paraíba, exemplifica bem o fato:

*Filho de antigo fazendeiro do café e dono de tropas, José Antunes de Oliveira lembrou um fato significativo ocorrido em 1926. Tendo seu pai comprado um dos três carros de Guaratinguetá, foi com ele até sua fazenda do Bonito, município de Lorena. Pela mesma estrada vinha sua tropa de burros carregada de café. "O carro foi que nem coisa-ruim pros burros. O madrinheiro foi o primeiro a apear e se mandar pelo campo. Os burros todos dispararam, derrubando as cargas. Papai encostou o carro e desligou o moto. Só assim conseguiram juntar a tropa, arrumar a carga e seguir o caminho".*<sup>16</sup>

Na década de 1890, ramais férreos chegariam às cidades de São José do Barreiro e Bananal. Era uma tentativa desesperada de salvar a região da derrocada final que se avizinhava, integrando-a à linha-tronco da Estrada de Ferro Central do Brasil. Significativamente, estes ramais ferroviários partiam de cidades fluminenses, e não paulistas: o de Bananal saía de Barra Mansa e o de São José do Barreiro, de Resende. Os trilhos chegaram a Bananal em 1889; e em 1892, a São José do Barreiro. No entanto, a decadência em que já se achava o Vale do Paraíba, as lavouras cafeeiras produzindo cada vez menos, determinaram a pouca duração de ambos.

A navegação costeira, naqueles primeiros anos de fausto do café em terras paulistas e fluminenses, também se desenvolveu bastante. Ela facilitava o escoamento das safras e, como conseqüência, muitos portos marítimos se desenvolveram, principalmente na enseada de Angra dos Reis. Vários caminhos então foram abertos, outros melhorados, ligando as fazendas do vale aos portos do litoral, sempre percorridos pelas tropas de muares, transportando as crescentes safras.

A riqueza gerada pela economia cafeeira se refletia em todos os setores em que se desdobra a existência de um povo. Importava-se como nunca mão-de-obra da África; o porto do Rio de Janeiro, o maior escoadouro do produto, tornava-

se um dos mais movimentados do hemisfério sul: em 1822, 351 embarcações haviam ali aportado, 15 anos depois, em 1837, o número subia para 693 cargueiros, a maior parte deles atrás do café.<sup>17</sup>

Um grande incentivo à produção brasileira foi o crescimento contínuo da venda para os Estados Unidos, que cada vez importavam mais o produto brasileiro. Recém independentes da Inglaterra, os americanos davam preferência de comercialização a outros mercados, que não os diretamente ligados ao interesse britânico. *Em particular o Brasil, favorecido além do mais, com relação a eles, pela posição geográfica*.<sup>18</sup> A cafeicultura paulista conseguia um importante aliado no plano internacional, que lhe daria condições excepcionais para um desenvolvimento contínuo e para a conquista de novos territórios.

Em 1809, foram exportadas para o mercado americano 1522 sacas de café; em 1825, 16.925. Esses números aumentariam sobremaneira a partir de 1832, quando os Estados Unidos extinguiram as pesadas taxas que mantinham desde 1789 sobre a importação do produto. O reflexo disso é que, em 1840, as exportações brasileiras para o mercado americano pulavam para 296.329 sacas. O potencial de consumo daquele país era extraordinário, sendo que em meados do século XIX, quando o café se torna o principal produto da pauta das exportações nacionais, 50% de toda a produção é para lá enviado.

A conseqüência da boa aceitação do café brasileiro no exterior foi que, já em 1830, o país se tornava o maior produtor mundial. Os números impressionam pela rapidez da expansão da nova lavoura! Na década de 1820, o Brasil exportara 3.178.000 sacas, ou 18,4% do total das exportações. Na década seguinte, exportaria 9.744.000, subindo para 43,8% das divisas que entraram no país. Mesmo com uma queda de preço no mercado mundial, o aumento da produção gerou uma espetacular fonte de rendas para o país, recém constituído em nação livre.<sup>19</sup>

As exportações aumentavam ano a ano, e em 1848 atingiam a *cifra animadora de 1.710.715 saccas, sendo que 903.808 seguiram para a Europa e 806.907 para os Estados Unidos*.<sup>20</sup>

<sup>15</sup> WERNECK, F. P. de L. *Memória sobre a fundação de uma Fazenda na província do Rio de Janeiro*. Brasília, Rio de Janeiro: Senado Federal/Fundação Casa de Rui Barbosa, 1985, pp. 82-3.

<sup>16</sup> MAIA, T.; MAIA, T. R. de C. *O folclore das tropas, tropeiros e cargueiros no Vale do Paraíba*. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo/Universidade de Taubaté, 1980, pp. 12-3.

<sup>17</sup> OLIVEIRA, J. T. de. *Op. cit.*, 1993, p. 260.

<sup>18</sup> PRADO Jr., C. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1977, p. 160.

<sup>19</sup> OLIVEIRA, J. T. de. *Op. cit.*, 1993, p. 261.

A ascensão da cafeicultura e a falta de competitividade do açúcar brasileiro deslocam definitivamente o centro da economia, do Nordeste para o Sul do Brasil. Assim, em 1852, as províncias do sudeste brasileiro despontavam como as mais dinâmicas do país, graças à cafeicultura.<sup>21</sup> Quase 99% da produção brasileira se concentravam em apenas quatro províncias, como podemos observar nos dados abaixo:

Quadro 2 - Produção de Café Exportado pelo Brasil, em 1852

<i>Província</i>	<i>Produção (arrobas)</i>	<i>% do total</i>
Rio de Janeiro	7.193.000	77, 12
São Paulo	1.289.375	13,825
Minas Gerais	714.002	7,655
Espírito Santo	108.088	1,159
Bahia	18.829	0,202

Fonte: Oliveira, J. T. História do café no Brasil e no mundo. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Itatiaia, 1993, p.262.

A produção paulista, por sua vez, se concentrava no Vale do Paraíba, que, por cinqüenta anos, seria o principal colaborador da riqueza gerada pela Província. O ponto culminante desse progresso da região situa-se entre os anos de 1854 e 1886. Mas já é visível a sua supremacia sobre o restante da província, nos valiosos dados estatísticos encontrados nos levantamentos de Daniel Pedro Müller,<sup>22</sup> onde se podem observar alguns dos principais produtores paulistas de café em 1836 (ver quadro 3).

Por esses dados vemos que, apesar de também existir uma grande produção no litoral norte, era no Vale do Paraíba que ela se concentrava fortemente. A zona Central ensaiava os primeiros contatos com a rubiácea, com uma produção razoavelmente significativa. Outro dado importante: o café já chegara às longínquas regiões de Araraquara e Franca, então consideradas bocas de sertão, muito embora as cifras ainda fossem insignificantes, se as compararmos à produção que essas mesmas vilas viriam a alcançar décadas mais tarde.

Já no ano agrícola de 1850-51, o café ultrapassara o açúcar como principal produto de exportação no porto de Santos.<sup>23</sup> Outros dados, de 1854, mostram que a produção paulista de café chegava a 51.000 toneladas, um expressivo aumento, e empregava cerca de 54.000 escravos, em 2.600 fazendas. Quanto à importância regional, o Vale do Paraíba continuava na liderança, com 63% do total, mas dera-se um aumento importante na região de Campinas, com 22% da produção total. A média de escravos em ambas as zonas era a mesma, 24 escravos por fazenda. Esse era um número ainda pequeno, se comparado com dados do final do século XIX quando, na Província do Rio de Janeiro, as fazendas de café teriam uma média de 43 escravos. Também é preciso levar-se em conta que grande parte dos cafeeiros paulistas

– principalmente os do chamado Oeste - estavam em fase inicial de produção, não chegando a todo o seu potencial. A produção paulista aumentava, mas a província fluminense ainda era, então, a maior produtora e a mais rica das províncias brasileiras, concentrando a mão-de-obra disponível.

Quadro 3 - Produção de Café em São Paulo, 1836

<i>Localidade</i>	<i>Produção (arrobas)</i>
<u>Vale do Paraíba</u>	
Areias	102.797
Bananal	64.822
Pindamonhangaba	62.628
Parnaíba	55.000
Jacareí	54.004
Lorena	33.649
Taubaté	23.607
Guaratinguetá	22.442
<u>Litoral</u>	
São Sebastião	42.845
Ubatuba	31.000
Ilhabela	10.289
<u>Central</u>	
Campinas	8.081
Piracicaba	4.699
Bragança	2.400
Jundiá	1.276
Itu	1.052
Moji Mirim	610
<u>Sertão</u>	
Araraquara	440
Franca	211

Fonte: Müller, D. P. Ensaio d'um quadro estatístico da província de São Paulo. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1978.

À medida que aumentava a produção das fazendas paulistas, o panorama ia se alterando. Em 1854, Bananal capitaneava

<sup>20</sup> SALLES, R. de A. Nosso café e a preocupação da qualidade, no passado. In: *Revista do Instituto do Café*. São Paulo, Ano X, nº 98, março de 1935, vol. XIX, p. 623.

<sup>21</sup> OLIVEIRA, J. T. de. *Op. cit.*, 1993, p. 262.

<sup>22</sup> MÜLLER, D. P. *Ensaio d'um Quadro Estatístico da Província de São Paulo*. São Paulo: Governo do Estado, 1978, pp. 124-129.

<sup>23</sup> OLIVEIRA, J. T. de. *Op. cit.*, 1993, p. 267.

a lavoura paulista. Em suas setenta fazendas, produziam-se 8 mil toneladas de café, utilizando para isso 7.600 escravos. Campinas já era, então, a segunda maior produtora: possuía 177 fazendas produzindo 5 mil toneladas com 6.000 cativos. Ou seja, nas zonas em que o café dava mais lucros, crescia a população escrava, que constituía cerca de 60 a 70% da mão-de-obra das fazendas. Mas não só: a população como um todo aumentava expressivamente, em São Paulo, pela chegada não apenas dos africanos, mas também de pessoas de várias partes do Brasil e da Europa, atraídos pela fama da cafeicultura, que ia se espalhando. Os dados seguintes são expressivos e exemplificam bem a situação: em 1811, a população de São Paulo em seus atuais limites era de 165.468 habitantes, e em 1836, de 284.012. Dezesseis anos mais tarde, em 1852, passava a 468.839, e a 837.354, em 1872.<sup>24</sup> Ao aumento da população, correspondia o aumento da produção:

Quadro 4 - Produção de Café em São Paulo

Ano	Produção (sacas)
1801	132
1802	116
1803	675
1804	243
1805	954
1806	1.060
1807	1.270

Fonte: Teixeira, J. T. História do café no Brasil e no mundo. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Itatiaia, p.250.

O café permaneceria como a principal cultura do Vale até bem adiantado o século XX, embora depois de 1886 a produção vá decrescendo pouco a pouco, sendo suplantado por outras regiões da província paulista.

O plantio do café em longas linhas retas, de morro acima, não respeitando as curvas de nível, acabou provocando a retirada da camada de húmus que recobria a terra vale-paraibana. Foi uma decisão consciente dos fazendeiros, a fim de se facilitar a fiscalização do trabalho escravo pelo feitor. Já se sabia que aquela forma de plantio, no solo acidentado do Vale do Paraíba, não era a ideal. Assim, ano após ano, a produção cafeeira, ali na região, depois de uma rápida ascensão, despencou. Pouco se fazia pela recuperação do solo. Junte-se a esses fatos, também, o pouco interesse despertado pela mudança do trabalho servil pela mão-de-obra imigrante. A abolição da escravidão em 1888 foi, assim, um duro golpe numa lavoura que já se achava combalida.

Ao final do século XIX, o Vale do Paraíba constituía a exceção no vigor econômico que demonstrava o restante da porção

povoada da Província, ao final do Império. O café praticamente abandonara as velhas terras do vale, passara por Campinas e, agora, superado o centro-oeste, começava a espalhar-se pelo nordeste e pelo Planalto Ocidental. O Vale do Paraíba, tão rico outrora, não soube, ou não pode, beneficiar-se do trabalho livre. Depois de 1880, a região foi cada vez mais perdendo a importância no cenário da cafeicultura paulista:

*Instalações antigas, capitais imobilizados em casas, engenhos, benefícios de toda a ordem; terras e escravaria hipotecadas aos estabelecimentos de crédito; produtividade em declínio nas terras cansadas; não tinham as mesmas facilidades para a substituição de braços que gozavam as lavouras novas em climas onde o europeu normalmente se adaptava.*<sup>25</sup>

## Características gerais das primeiras fazendas

### Os primeiros tratados agrícolas sobre cafeicultura

*Dos tratados sobre a cultura do cafeeiro aquella que a prática tem provado ser o melhor, he o de Mr. de Laborie (...).*<sup>26</sup>

Quando no Brasil se resolveu dar à lavoura cafeeira o status de grande plantação, pouco se sabia sobre o trato com o arbusto e, menos ainda, sobre o seu preparo para a comercialização. Não por acaso, apesar dos apelos e incentivos do governo da Colônia para que se plantasse café no Brasil, a aceitação não foi fácil. Somente quando se percebeu que o açúcar já não era um produto com mercado garantido internacionalmente é que os lavradores brasileiros, principalmente os fluminenses, iniciaram o cultivo do café.

Nesses primórdios, as chamadas memórias para o cultivo de café é que viriam a suprir a falta de intimidade do agricultor brasileiro com o cafeeiro e as instalações necessárias ao seu beneficiamento. Um dos mais importantes manuais da cafeicultura, que serviu de base para algumas obras publicadas no Brasil, foi "O Fazendeiro de Café da Ilha de São Domingos" de P. S. Laborie, traduzido por Antônio Carlos Ribeiro de Andrade e editado em 1799, na

<sup>24</sup> MONBEIG, P. *Op. cit.*, 1977, p. 24.

<sup>25</sup> Citação de SIMONSEN, R. Aspectos da história econômica do café. In: Anais do Congresso de História Nacional, no. 04, Rio de Janeiro, 1941, p. 272. Apud: MATOS, O. de N. *Café e Ferrovias. A evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira*. Campinas: Pontes, 1990, pp. 113-4.

<sup>26</sup> REBELLO, J. S. Memória sobre a cultura do Cafeeiro. In: O Auxiliador da Indústria Nacional, Rio de Janeiro, 1833, nº5, p.2. Apud: CARRILHO, M. J. *As Fazendas de Café do Caminho Novo da Piedade*. São Paulo: FAU-USP, 1994, p. 22.

coleção "O Fazendeiro do Brasil", organizada pelo Frei José Mariano da Conceição Velloso.

Nele surgem recomendações que, hoje podemos observar, acabaram sendo adotadas pelos brasileiros, talvez não diretamente de sua obra, mas através de outras publicações, mais difundidas em terras brasileiras, no início do século XIX, como: reservar terras cobertas de mata na fazenda para substituir aquelas já cansadas pela cafeicultura e o assentamento das casas do fazendeiro nas porções mais altas do terreno, para que dali fosse possível uma fácil observação dos seus domínios e controle das atividades. Sobre essa última, segundo Marquese, pode-se observar uma apropriação do palladianismo, que no final do século XVIII havia sido retomado com a corrente neoclassicista.<sup>27</sup> Não só a melhor organização das atividades da propriedade agrícola estava em jogo nas propostas de implantação dos edifícios, mas também uma representação simbólica do poder, com certo destaque para o casarão, a residência do fazendeiro. Na verdade, essas regras já se praticavam na propriedade rural brasileira, talvez fruto daquele mesmo palladianismo, chegado anteriormente com os portugueses, principalmente através dos engenheiros militares<sup>28</sup>, nos primeiros séculos de colonização.

Laborie prossegue indicando que, escolhido o terreno para a implantação da sede da fazenda, era muito importante fazer um plano geral das edificações, e mais ainda:

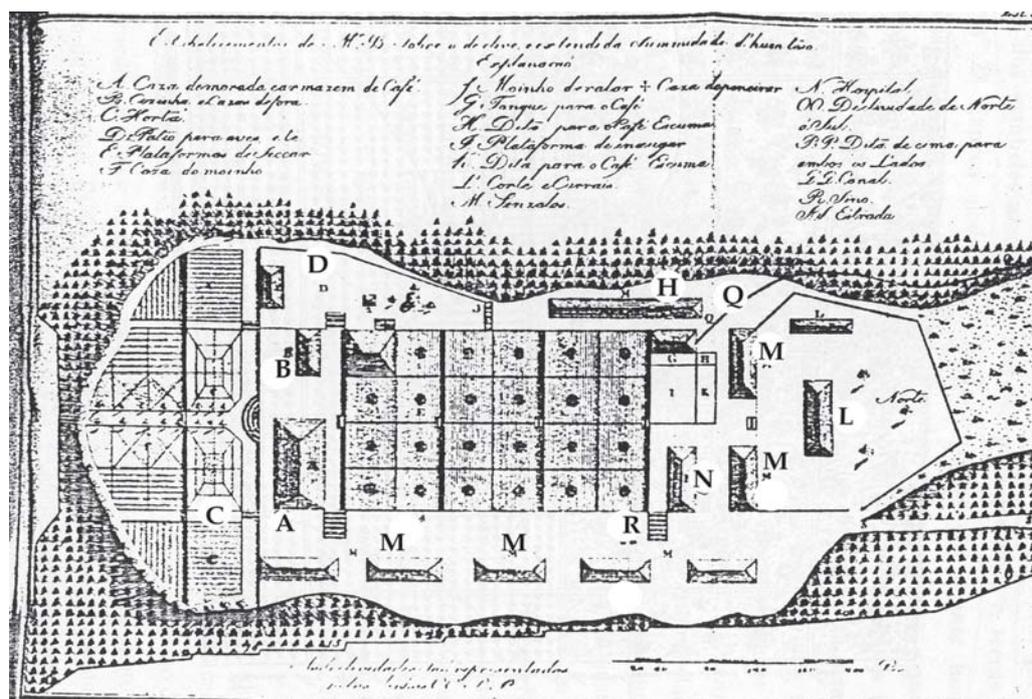
*He porém ainda mais necessario hum plano dos estabelecimentos, propriamente ditos, como edificios, plataforma, e casas; pois se fazem á aventura hum depois do outro, como vários sucede, pôde acontecer ficar o primeiro no lugar, em que depois se conhece, que devia ficar o outro; e não se guardar á symetria, que custa pouco, e sem o que as melhores cousas são desengraçadas, e perdem muito do seu merecimento.*<sup>29</sup>

<sup>27</sup> MARQUESE, R. de B. *Revisitando casas grandes e senzalas: a arquitetura das plantations escravistas americanas no século XIX*. Conferência apresentada no II Encontro "Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional". Porto Alegre: UFRGS, em 26 de outubro de 2005, p. 04.

<sup>28</sup> Sobre esse assunto ver: LEMOS, C. A. C. *Casa Paulista*. São Paulo: EDUSP, 1999, pp 65-70.

<sup>29</sup> LABORIE, P. J. *O Fazendeiro de Café na Ilha de São Domingos*. In: *O Fazendeiro do Brasil*. Rio de Janeiro: Oficinas de S. T. Ferreira, 1799, Tomo 3, Parte 2, pp. 52-3. Apud: CARRILHO, M. J. *Op. cit.*, 1994, p. 25.

Figura 2 - Plano de uma fazenda cafeeira de São Domingos. A-casarão; B-Cozinha e casas de fora; C-Horta; D-Pátio para aves; E-Terreiro; F-Moi-nhos; G-Tanque de lavar café; H-Senzala; L-Currais; M-Senzalas; N-Hospital; Q-Canal; R-Sino. Fonte: Carrilho, M. J. *Fazendas de Café do Caminho Novo da Piedade*, p. 27.



Na obra original de Laborie, seguem-se a estas recomendações um desenho, com o plano de uma fazenda ideal de café. No entanto, esses desenhos, à época, não foram reproduzidos na tradução para o português. Mesmo assim, a idéia principal deve ter servido de inspiração a muitas daquelas fazendas cafeeiras pioneiras fluminenses, das quais descendem as paulistas. Segundo Carrilho, tratava-se de ter, antecipadamente, o controle de todas as atividades a serem desenvolvidas na fazenda, elaborando da melhor forma o seu encadeamento e suas articulações. *Evidentemente estamos diante de um princípio de projeto, anunciando a faculdade de antecipação característica desta atividade. Esta notável preocupação não negligencia sequer a dimensão estética em que o gosto pela simetria é ressaltado junto à sua adequação econômica.*<sup>30</sup>

As recomendações continuavam: nivelamento do terreno; construções de plataformas com cortes e aterros, caso o terreno fosse inclinado; cálculo do tamanho das edificações. Recomendações que visavam sobretudo poupar futuros percalços ao fazendeiro.

No segundo capítulo, Laborie se atinha às edificações da fazenda, mas já antecipava que, antes de mais nada, o cafeicultor deveria estar ciente das particularidades de sua lavoura, nisso incluindo o conhecimento das etapas de beneficiamento do café. Discorre, então, sobre as várias etapas desse processo, até a sua finalização, sobre os diversos moinhos e instalações que uma fazenda cafeeira deveria possuir.

Cabe ressaltar que já aparecia uma característica da casa de máquinas - nome pelo qual a edificação onde se beneficia o café se consagraria no Brasil - que seria muito comum nas fazendas paulistas: *em todas as terras íngremes, havendo hum bom muro de socalco, póde n' huma das extremidades ficar tão chegado ao córte de hum monte, que os negros possão entrar nas aguas furtadas sem subir, e ao nivel.*<sup>31</sup> Essa seria a forma mais comum de ligação entre terreiro e casa de máquinas, nas fazendas do Oeste paulista e nas regiões pioneiras, décadas depois. O moinho, ou casa de máquinas, Laborie recomendava que fosse assobradado e que as máquinas ficassem no térreo, e que suas paredes fossem de pedra ou de carpintaria, desde que sólidas. Segue-se a isto uma minuciosa descrição das dimensões do edifício para que comporte de maneira correta o maquinário, fosse ele movido a tração animal ou a água. No entanto, como ressalta Carrilho, a preferência no Brasil, quando esse tipo de maquinário começou a ser comum, foi o emprego da força hidráulica.<sup>32</sup> Laborie mesmo esclarece que o moinho hidráulico rende mais que o dobro que o movido a tração animal.

O item seguinte, em sua explanação, refere-se aos terreiros, e aconselhava o uso de pavimentação, pois desde o final do século XVIII, usava-se água tanto para lavar o café colhido, como também, através de canais, para espalhá-lo pelos diferentes cantos do terreiro, uso que, somente adiantado

o século XIX, ocorreria no Brasil. Havia também a preocupação com a declividade dessas plataformas, para que a água das chuvas não acumulasse. O terreiro deveria, ainda, ser construído de maneira a ser aumentado aos poucos, à medida que a produção de café também fosse crescendo, sem demandar gastos iniciais muito grandes.

A drenagem do terreiro é esmiuçada e sua importância enfatizada, com a construção de canais independentes concernente a cada uma das quadras, nunca devendo o dreno de uma passar por outra e, sim, lançá-lo para fora, em um canal de captação externo que, por sua vez, levaria essa água para longe. Paredes externas de pedra, segundo Laborie, eram as mais indicadas.

Outro ensinamento, muito verificado nas fazendas paulistas, diz respeito às tulhas ou armazéns do café:

*(...) paredes, e repartições (ainda que sejam de pedraria) devem ser forradas de taboas até a altura de dez pés, do mesmo modo, que os caibros nas aguas furtadas.*

*(...) pavimento do corpo principal das casas, deve ser de vigas, e taboas bem fortes, com livre passagem para o ar debaixo, por entre as aberturas em roda (...).*

*(...) que todos os armazens tenham janellas, para depois das chuvas poder o ar secco absorver a humidade.*<sup>33</sup>

As paredes forradas de tábuas estariam, décadas mais tarde, presentes em todas as tulhas construídas em São Paulo. Elas evitavam o contato dos grãos com a umidade das paredes, impedindo sua degeneração.

Há, ainda, indicações para a construção de hospital para os negros, uma vez que estes eram parte importante do processo produtivo e deviam ser bem cuidados; pela descrição de Laborie, tratar-se-ia de edificação sofisticada, que parece ter inexistido no Brasil, a se julgar pelo que encontramos nos levantamentos de campo e na literatura sobre o assunto.

As recomendações sobre as senzalas também atingem uma complexidade que não parece terem sido seguidas à risca por aqui. Era dividida em cubículos, em que ficavam no máximo três negros. Nesse cubículo havia uma subdivisão: um local para o repouso e outro onde se fazia o fogo. Eram alinhados, formando uma construção longilínea, com galerias cobertas em ambos os lados: a de trás para criação

<sup>30</sup> CARRILHO, M. J. *Op. cit.*, 1994, p. 25.

<sup>31</sup> LABORIE, P. J. Apud: CARRILHO, M. J. *Op. cit.*, 1994, pp. 89-5.

<sup>32</sup> CARRILHO, M. J. *Op. cit.*, 1994, p. 29.

<sup>33</sup> LABORIE, P. J. Apud: CARRILHO, M. J. *Op. cit.*, 1994, pp. 89-5.

de aves dos escravos, a da frente para que os negros, saindo de repente de um ambiente aquecido pelo fogo para o ar enregelado da manhã, não se resfriassem, pegassem catarros, e molestias ainda peores.<sup>34</sup>

Segundo Marquese, a organização interna dessas senzalas seguia claramente o padrão de moradia ioruba, adotado por grande parte dos escravos em São Domingos, quando tinham a autonomia para tanto. Eram construções que se baseavam em módulos de 10 por 20 pés. A disposição em dois cômodos era essencial para o sistema arquitetônico ioruba.<sup>35</sup> A disposição dessas senzalas, para Laborie, devia ser de tal sorte que:

*(...) possa o senhor ver tudo, ouvir e dar ordem. A exaço, e cuidado da manufatura, o serviço do hospital, que se deve guardar de dia, e de noite, a polícia das senzalas, e o cuidado do gado de toda a casta, inteiramente dependem da presença e vigilância do senhor.*<sup>36</sup>

A análise de Marquese sobre a disposição das senzalas, proposta por Laborie, compara-a com o modelo militar europeu no qual se enfatizava a disciplina do espaço proporcionando controle das ações. Modelos desse tipo haviam sido construídos no Suriname, não sem a reação dos escravos, que preferiam viver nas palhoças independentes, semelhantes àquelas em que viviam na África. Mas interessava ao fazendeiro essa nova forma de moradia, sobre a qual tinha, de fato, maior controle.<sup>37</sup>

Laborie prossegue em seu tratado aconselhando a criação do que ele chama de casas de fora: uma lavanderia, uma cozinha com chaminé, forno e fornalha e armazéns de provisão, para o preparo de grandes quantias de alimento para os negros, que poderiam estar associadas ao hospital, tomando-se as devidas precauções contra incêndios. Segue tratando das demais edificações e serviços, como cocheiras, estábulos, mangueiras, etc.

Tudo era pensado para o melhor aproveitamento do espaço e das edificações, evitando gastos desnecessários e garantindo um funcionamento o mais próximo possível do perfeito, além da facilidade de fiscalização por parte do fazendeiro. Laborie propunha uma previsão ampla da fazenda, antes de se começar a sua efetiva ocupação. Tendo circulado pelos meios rurais brasileiros desde o final do século XVIII, suas recomendações podem ser observadas nas fazendas paulistas e, no que diz respeito ao beneficiamento de café e suas instalações, principalmente a partir de meados do século XIX.

### **As recomendações do Barão**

O Barão de Pati do Alferes foi um dos maiores fazendeiros fluminenses do século XIX, membro de uma família que ilustra de forma típica a trajetória social dos barões do

café.<sup>38</sup> Nascido em 1795, viveu o momento de expansão e apogeu da cafeicultura escravista na Província do Rio de Janeiro. Ao morrer, no ano de 1861, deixava sete fazendas montadas, cerca de mil escravos, além de outras terras incultas, na divisa entre Rio e Minas. Era, então, uma das maiores fortunas do município de Vassouras. Porém, seu nome passaria à história também por outra razão, a elaboração de um manual agrícola, as “Memórias Sobre a Fundação de uma Fazenda Na Província do Rio de Janeiro”, que nos fornece muitas informações sobre o lado prático da lavoura desenvolvida no Vale do Paraíba, na primeira metade do século XIX. Ao ser publicado, em 1847, numa linguagem direta e acessível, rapidamente se esgotou, o que prova que havia uma grande demanda por esse tipo de informação. Por outro lado, tendo sido publicado por um lavrador de sucesso, os ensinamentos ali contidos nos levam a crer que derivavam de exaustivas experimentações e bons resultados – ao menos para a época. São conselhos genéricos destinados a quaisquer tipos de fazendas. Não por acaso, boa parte das recomendações existentes nessas memórias são semelhantes àquelas contidas no trabalho de Laborie, embora haja diferenças decorrentes principalmente da necessidade de adaptação às condições socioeconômicas e geográficas encontradas nas regiões cafeicultoras do Brasil. No entanto, não podemos afirmar que o Barão conhecia a obra do autor antilhano. Porém, já no primeiro parágrafo ele ensinava que:

*O primeiro cuidado que deve ter o fazendeiro que de novo se estabelece e que vai fundar uma fazenda é procurar aguada, e se houver tirar-lhe o nível com direção à melhor localidade; se porém não houver remédio, se não fizer as obras à feição da altura que ela der, não a podendo levar aonde se quer, aí mesmo fundará a fazenda, e eis o motivo por que muitos e grandes estabelecimentos estão feitos sem aformoseamento, porque as aguadas obrigam às vezes a buscar sítio menos agradável, mais trabalhoso e até dispendioso para levantar os edifícios, que muitas vezes dependem de grandes escavações e grossas muralhas.*<sup>39</sup>

<sup>34</sup> LABORIE, P. J. Apud: CARRILHO, M. J. *Op. cit.*, 1994, pp. 38-40.

<sup>35</sup> MARQUESE, R. de B. *Op. cit.*, julho-dezembro de 2005, p. 169.

<sup>36</sup> LABORIE, P. J. *The Coffe Planter of Saint Domingo*. London, 1798, p. 83. In: MARQUESE, R. de B. *Op. cit.*, julho-dezembro de 2005, p. 169.

<sup>37</sup> MARQUESE, R. de B. *Op. cit.*, julho-dezembro de 2005, pp.168-9.

<sup>38</sup> SILVA, E. O Barão de Pati do Alferes e a Fazenda de Café da Velha Província. In: WERNECK, F. P. de L. *Memória sobre a fundação de uma fazenda na Província do Rio de Janeiro*. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1985, p. 17.

<sup>39</sup> WERNECK, F. P. de L. *Op. cit.*, 1985, p. 57.

A água era necessária não só para o consumo de homens, animais e para a rega de hortas, jardins e pomares, mas também para a movimentação dos mais variados maquinários de engenhos, de serrarias, etc. O principal, realmente, era a aguada para as máquinas. A existência e a possibilidade de uso da água é que determinavam o local da construção de todos os edifícios da sede da fazenda.<sup>40</sup>

Uma análise das características das fazendas de café do Vale do Paraíba, ao menos naquelas que restaram, é que a escolha do sítio para o assentamento das edificações também priorizou os terrenos que tinham insolação abundante durante a maior parte do dia, principalmente nos locais em que seria instalado o terreiro de café, para que o processo de secagem dos grãos fosse realizado da melhor maneira possível.

A boa insolação também era propícia para a construção de tulhas de armazenamento, que deviam ser secas e ventiladas, para que o café não se estragasse até seu embarque em direção aos portos litorâneos. Assim, os sítios nas encostas voltadas para norte, noroeste ou nordeste eram os preferidos, evitando-se aqueles voltados para sul, sudeste ou sudoeste.

O terreno em declive também facilitava o bom aproveitamento da água, por gravidade, para o abastecimento das edificações e para o processo de beneficiamento dos grãos, além de fornecer a energia hidráulica necessária à movimentação de rodas d'água de moinhos e engenhos de toda a espécie, tudo em concordância com o conhecimento acumulado pelos lavradores. Ainda hoje, apesar de geralmente em ruínas, as rodas d'água, sejam as grandes verticais ou as pequenas horizontais, marcam a paisagem rural do Vale, associadas às velhas casas de máquinas, aos moinhos de fubá e aos engenhos de cana-de-açúcar.

A seguir, o Barão do Pati de Alferes aconselhava que o fazendeiro deveria mandar *tirar a planta, com designação da casa de moradia, de todas as máquinas que forem necessárias, de paióis e armazéns, de cavalariças e senzalas para moradia dos pretos*.<sup>41</sup> Essa informação é valiosa: as fazendas não eram feitas ao acaso, havia um projeto anterior, ou seja, eram resultado de um estudo preliminar.

Feito isso, iniciava-se a construção de casas temporárias para os proprietários, os escravos e os camaradas, porém de maneira a não atrapalhar o plano definitivo da fazenda. Depois a preocupação se voltava para a construção do rego d'água para tocar as máquinas, que deveria ser bem feito e nivelado de modo que não se estragasse facilmente com as chuvas. Aí sim, os esforços se concentrariam nas construções definitivas:

*A primeira obra que se deve fazer é o engenho de serrar, que fará com que a vossa fazenda vos custe a metade do que custaria se não o tivesse. Logo a seguir deveis*

*fazer o moinho, o engenho de mandioca, e depois o de pilões, ou de açúcar se esse for o vosso estabelecimento, seguindo-se as senzalas dos pretos, que devem ser voltadas para o nascente ou o poente, e em uma só linha, se for possível, com quartos de 24 palmos em quadro, e uma varanda, de oito de largo em todo o comprimento. As varandas nas senzalas são de muita utilidade porque o preto, na visita que faz ao seu parceiro, não molha os pés se está a chover; quase sempre estão eles ao pé do fogo, saem quentes para o ar frio e chuva, constipam, e adoecem. Depois que fiz todas as senzalas avarandadas adoece muito menor número de pretos, além de se conservarem mais robustos. As senzalas devem ser feitas no lugar mais sadio e enxuto da fazenda; é da conservação da escravatura que depende a prosperidade do fazendeiro.*<sup>42</sup>

Pensamentos e cuidados empresariais, sem dúvida. A descrição segue minuciosa. A primeira derrubada e queima da mata deveria ser grande e, acrescenta:

*(...) por tal forma perfeita que para um lado da fazenda vos fique terreno suficiente, reservado para pastos; no mais ameno e próximo, uma boa quadra para o pomar que é útil e agradável, a um lado do qual, porém debaixo da mesma cerca, deve ficar desocupado terreno suficiente para hortalíça, que deveis ter com variedade para a vossa mesa. Para o outro lado deveis fazer as vossas plantações, ou seja, de café, de chá ou de cana. As primeiras devem ser em grande escala, nos seguintes anos a fareis graduando as vossas forças.*<sup>43</sup>

O fazendeiro não podia se esquecer das estradas dentro da sua propriedade, para facilitar o ir e vir dos escravos entre a senzala e as plantações, evitando gastos desnecessários de energia de sua mão-de-obra, estradas que deviam cruzar-se para que, a cavalo, o fazendeiro e o administrador pudessem percorrer, o mais facilmente, os campos cultivados. De trezentas em trezentas braças deviam ser construídos ranchos, para proteção dos trabalhadores de eventuais chuvas e, à sua frente, terreiros para bater e secar feijão ou café. Os ranchos poderiam ser ainda utilizados para criação de aves para o gasto da fazenda, bastando um *preto ou preta velha, ou com algum defeito* para seus cuidados, e *então há sempre superabundância deste prato necessário para a mesa e para os doentes*.<sup>44</sup>

<sup>40</sup> WERNECK, F. P. de L. *Op. cit.*, 1985, p. 57.

<sup>41</sup> Idem, *ibidem*, p. 57.

<sup>42</sup> Idem, *ibidem*, p. 57-8.

<sup>43</sup> Idem, *ibidem*, p. 58.

<sup>44</sup> Idem, *ibidem*, p. 58.

Laranjeiras poderiam ser plantadas à beira dos caminhos, ou qualquer outra árvore frutífera; pelas grotas, bananeiras, e por baixo delas inhame; à roda dos terreiros das roças de algodão, que vos servirá, além de outros usos domésticos, para fiar linhas para coser a roupa dos pretos. Arrematava afirmando:

*Um fazendeiro cuidadoso tem todos os dias um jantar esplêndido, e só lhe custa dinheiro o vinho e o sal, ou alguma iguaria para acepipe, o mais tem ele de casa e com muita profusão. (...).*

*Todo o fazendeiro deve plantar mantimentos que lhe cheguem para o gasto, de forma que lhe não seja preciso comprar para o consumo, embora faça menor safra; ela lhe ficará livre, e seus domésticos estarão fartos, pois quando se compra, nunca há abundância, e eles mais ou menos sempre sofrem.<sup>45</sup>*

Essas e muitas outras informações úteis estão tanto nas memórias do Barão de Pati do Alferes quanto nas de P. J. Laborie, como, por exemplo, sobre as madeiras e seus usos, sobre as plantações, formas de administração, trato com a mão-de-obra, etc. Estas regras, expostas pelos experientes agricultores, o antilhano e o brasileiro, aliadas a informações de outros tratados agrícolas que surgiram no século XIX,<sup>46</sup> encontraram eco na implementação daquelas fazendas do Vale do Paraíba, evidentemente com as devidas adaptações. Com o passar do tempo e o avanço dos cafezais para o oeste de São Paulo, essas lições, somadas a outras experiências e tecnologias, e às condicionantes locais, de clima, de relevo, etc, seriam transmitidas para as novas fazendas que iam sendo abertas. O conhecimento se propagava, e pode-se até afirmar que algumas dessas condicionantes gerais seriam uma constante em todo o ciclo cafeeiro paulista, guardadas as devidas particularidades, dos primórdios até o seu declínio. Um conhecimento que atravessou o século XIX e seguiu junto com as lavouras para as frentes pioneiras.

### **As primitivas formas de beneficiamento do café**

Desde sempre, plantar café significou também beneficiar café. Assim como anteriormente vimos nos manuais de Laborie e do Barão do Pati de Alferes, o arquiteto Argollo Ferrão também relata, em seus estudos, que desde os primórdios da cafeicultura comercial, nas Antilhas, o beneficiamento do café já era considerado um processo intrínseco ao sistema de produção.<sup>47</sup> Preparar o café para a comercialização era um meio para conseguir melhores preços e aceitação no mercado. No Brasil, a experimentação dos primeiros tempos, a partir da segunda metade do século XIX, deu lugar a uma tecnologia complexa e eficiente, sem a qual o país não teria condições de manter-se como um grande produtor mundial.

O preparo do grão basicamente se dava em duas etapas: secagem e despulpamento, ou seja, retirada das duas cascas

que envolvem o fruto do café. Para isso, havia dois métodos, um por via seca, outro por via úmida. Segundo Rozestraten, essas técnicas diferiam basicamente pelo uso ou não da água no processo de separação do grão das cascas.<sup>48</sup> O método por via úmida consiste em despulpar o grão logo depois da colheita, através de uma máquina despulpadora manual ou acionada por força hidráulica, deixando-o depois, por 24 horas, num tanque com água corrente, para retirar a goma que o envolve e também separar os maduros dos verdes, restando somente o pergaminho - a película que reveste a semente propriamente dita - para somente depois secá-lo. É utilizado com frequência na Colômbia e nos países centro-americanos. No Brasil, passou a ser mais difundido a partir da década de 1860. Já o método por via seca consistia, resumidamente, em espalhar o café colhido e lavado sobre um terreiro, e só depois de seco procedia-se ao seu despulpamento. Esse foi o método mais difundido no Brasil, a princípio, e ainda hoje é muito utilizado.<sup>49</sup> O método por via seca acabou por dotar as fazendas paulistas de um elemento extremamente característico, o grande terreiro de secagem de café, que mesmo depois de ser adotado o despulpamento prévio continuou existindo e sendo utilizado.<sup>50</sup>

Ambos os métodos, no entanto, compartilhavam uma primeira operação, realizada após a colheita, que era a lavagem, cuja função era retirar a sujeira grossa, como pedras, gravetos, torrões de terra, etc.<sup>51</sup>

Os terreiros das primeiras fazendas brasileiras eram muito simples. Por utilizarem o método da via seca, ou seja, secagem dos grãos com casca - ou em coco - possuíam superfície de terra batida. Apesar dessa precariedade, alguns cuidados eram tomados na sua execução, como podemos ver na seguinte descrição, feita por Filipe Miller, em seu tratado sobre a cafeicultura:

*He muito essencial que se haja de alimpar bem o terreno, arrancar-lhe as hervas, os cepos as pedras.*

<sup>45</sup> WERNECK, F. P. de L. *Op. cit.*, 1985, p. 58-9.

<sup>46</sup> Houve outros manuais, como a obra de Frei José Mariano da Conceição Velloso, que ajudou a difundir e tornou-se fonte de inspiração para o maquinário de beneficiamento, porém acreditamos que para esse estudo esses dois, o de Laborie e o do Barão do Pati de Alferes, sejam os mais importantes.

<sup>47</sup> FERRÃO, A. M. de A. *Arquitetura do Café*. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: IMESP, 2004, p. 59.

<sup>48</sup> ROZESTRATEN, A. S. *Estudo sobre a evolução do maquinário de benefício do café no Estado de São Paulo no século XIX e início do XX*. São Paulo: CNPq/FAU-USP (iniciação científica), 1993/94, p. 16.

<sup>49</sup> FERRÃO, A. M. de A. *Op. cit.*, 2004, p. 58.

<sup>50</sup> Em alguns países, o processo de secagem do café é feito em estufas, aquecidas por fornalhas, ou em plataformas retráteis, sobrepostas, evitando assim a necessidade dos terreiros.

<sup>51</sup> ROZESTRATEN, A. S. *Op. cit.*, 1993/94, p. 16.

*Applinar-se há ao depois ao nível da inclinação, que se lhe houver de dar; feito isto se humedeça, e se lhe lancem cinzas. Então os escravos, armados de varas, baterão todo o terreno igualmente. Estando bem batido, se remolha e se torna a lançar cinzas segunda vez. Estas diferentes acções se repetem até cinco vezes.*<sup>52</sup>

Desse processo resultava um produto de qualidade inferior. Mas como o mercado internacional possuía uma demanda muito grande, a princípio isso não foi problema para a sua comercialização. Em junho de 1937, Assis Cintra afirmava que *quem hoje aprecia o maquinário do benefício do café não pôde fazer idéa dos processos antigos de preparo da rubiacea*.<sup>53</sup> Em fins do século XVIII e início do XIX, as plantações eram pequenas e deficientes, e as técnicas de beneficiamento muito rudimentares:

*(...), o café, depois de seccado ao sol, era collocado em cima de u'a mesa grande e ahi despoldado por escravos, que o apertavam entre as palmas das mãos, em movimentos de fricção, os negros eram empregados nos trabalhos da plantação e as mulheres no do preparo do producto.*<sup>54</sup>

Esse era um método moroso e incompatível com uma grande produção; assim, ainda no século XVIII, começou o emprego do pilão manual: *Collocado o café no côcho do pilão, era*

Figura 3 - Pilão manual, por J. B. Wiegandt. Fonte: Cintra, A. *Origens do machinario do café*, p. 1081.



*macetado pelas pretas. Separava-se depois os grãos da palha por meio de abano nas peneiras.*<sup>55</sup>

Outra forma utilizada era a malhação do café seco com varas, quando ainda estava esparramado nos terreiros. Mas esses métodos, além de serem improdutivos e gerarem um produto de má qualidade, pois triturava parte das sementes, eram serviços que maltratavam demais as escravas. Uma alternativa, tão inadequada quanto as anteriores, mas que ao menos poupava o trabalho humano, foi o método chamado de casco de boi, seguidos de outras tentativas, todas muito aquém das exigências da crescente produção cafeeira que se dava no Brasil:

*Esparramava-se o café num chão secco, soccado e varrido. Depois, durante os dias de sol, sobre esse local o escravo fazia passear, em idas e vindas, cinco, oito ou dez bois. No fim do dia, o attricto das patas dos bovinos sobre os grãos, provocava o desmembramento da rubiacea, em polpas e palhas. Retirado do terreiro o café, era elle abanado em peneiras.*<sup>56</sup>

Outras experiências foram surgindo, como o monjolo de água, ou o curioso monjolo ou pilão de rabo, movido a tração animal, que consistia numa série de monjolos dispostos em círculo, cujo recipiente de água era substituído por um "apêndice caudal" recurvo, voltado para cima. No centro desse círculo era instalado um eixo ao qual era preso um braço de almanjarra, como se fora um ponteiro de relógio, movido por um ou mais animais. A almanjarra, em seu movimento circular, deslizava sobre os braços dos monjolos. Por serem recurvos para cima, abaixavam-se, erguendo o lado do pilão, que despencava sobre o cocho cheio de café ao serem soltos. Esse, sem dúvida, representava um avanço no processo de beneficiamento, fruto de vivência e proximidade com o trabalho desenvolvido nas fazendas.<sup>57</sup>

Nesse mesmo método empirista, pouco depois aparece um novo aparelho, uma adaptação dos antigos trapiches com moendas de pedra usados nos engenhos de açúcar da

<sup>52</sup> MILLER, F. Instrução Sobre a Cultura do Café. Tradução Mr. Alleon Dulac. In: O Fazendeiro de Café do Brasil. Rio de Janeiro, Officina Simão Telles Ferreira, 1800, Tomo III, Parte I, p. 143. Apud: CARRILHO, M. J. *Op. cit.*, p. 97.

<sup>53</sup> CINTRA, A. Origens do machinario do café. In: *Revista do Instituto de Café*. São Paulo, Ano XII, nº 124, junho de 1937, vol. XXII, p. 1081.

<sup>54</sup> Idem, *ibidem*, p. 1082.

<sup>55</sup> Idem, *ibidem*, p. 1082.

<sup>56</sup> Idem, *ibidem*, p. 1082.

<sup>57</sup> FERRÃO, A. M. de A. *Op. cit.*, 2004, p. 63.

<sup>58</sup> Ver: GAMA, R. *Engenho e Tecnologia*. São Paulo: Duas Cidades, 1983, pp. 103-121.

América espanhola.<sup>58</sup> Esse aparelho, que nas fazendas de café teve nomes como ribas, ripas, ripes ou carretão, constituía-se de um cocho circular com divisão de madeira, sobre o qual giravam duas grandes rodas de madeira com rebordos metálicos movidas, a princípio, por tração animal e depois, em meados do século XIX, por força hidráulica. O café era colocado nesses cochos e descascado tanto por meio da compressão como pelo atrito lateral.<sup>59</sup>

*Esses aparelhos faziam bom serviço, desde que fossem bem construídos, especialmente quando movidos por força hidráulica, pois tinham maior rendimento do que os movidos por força animal. Além disso, não produziam tanto pó nem quebravam tanto os grãos, possibilitando-lhes o brunimento, não só durante o processo de esmagamento como depois, quando estes voltavam ao aparelho, após permanecerem amontoados para serem limpos. O equipamento devia ser bem instalado, de modo a facilitar a movimentação do café utilizando pouca mão-de-obra.*<sup>60</sup>

Outro equipamento bastante utilizado foi o pilão mecânico, que se constituía de uma bateria de pilões movidos por roda hidráulica. Ele aparece em inventários do Vale do Paraíba desde a década de 1830, denominado como “engenho de socar”. Segundo Argollo:

*(...) era uma máquina simples, pois consistia, basicamente, de uma roda hidráulica, conjugada a um rodete dentado, que transmitia o movimento a outra roda dentada com a qual se engrenava. Esta fazia girar um eixo armado de espas, cuja rotação transformava o movimento circular contínuo em movimento retilíneo alternativo, aproveitado para alçar as mãos dos pilões. O café em coco se depositava em cochos, sobre os quais caíam as mãos dos pilões, ferradas na ponta. A seguir o produto era ventilado.*<sup>61</sup>

Para abrigar estes maquinários, construíam-se grandes edifícios que se assemelhavam, no dizer de Taunay, a *verdadeiras catedrais de madeira, tão toscas quanto brutais, com aqueles lenhos imensos, que a mata oferecia aos milheiros.*<sup>62</sup> Esses edifícios rudimentares passaram a marcar a paisagem das fazendas cafeeiras pela elevada altura para poder abrigar os grandes equipamentos.

No entanto, todas essas máquinas de beneficiamento apresentavam baixo rendimento, e só compensavam por utilizar energia barata, principalmente aquelas movidas a força hidráulica e, também, por não custarem quase nada aos fazendeiros, pois havia mão-de-obra suficiente para cortar e trabalhar a madeira, montá-las e construir os edifícios. A despesa se restringia apenas ao pouco de ferro usado.

Mas as colheitas aumentavam ano a ano e o maquinário existente não dava conta do beneficiamento. Num trecho de uma ata de sessão extraordinária da Câmara de Guaratinguetá de 13 de janeiro de 1854, fica evidente a

preocupação das autoridades com a ineficiência do processo de beneficiamento nas fazendas paulistas:

*“o estado da Industria da Mineração, da Agricola e da Fabril, refferindo os principais estabelecimentos e a importancia aroachimada de seus productos nos ultimos tres annos, as cauzas de seus atrazos, o progresso e os melhoramentos de que são susceptiveis contemplando na informação a cerca dos dous primeiros ramos as que*

<sup>59</sup> Ver: FERRÃO, A. M. de A. *Op. cit.*, 2004, p. 62; e CINTRA, A. *Origens do machinario do café*. In: *Revista do Instituto de Café*. São Paulo, Ano XII, nº 124, junho de 1937, vol. XXII, p. 1082.

<sup>60</sup> FERRÃO, A. M. de A. *Op. cit.*, 2004, p. 63.

<sup>61</sup> Idem, *ibidem*, p. 64.

<sup>62</sup> TAUNAY, A. D’E. *A propagação da cultura cafeeira*. Rio de Janeiro:DNC, 1934. In: FERRÃO, A. M. de A. *Op. cit.*, 2004, p. 64.

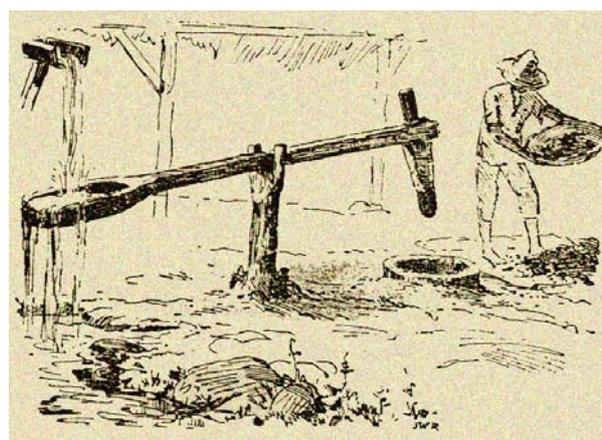
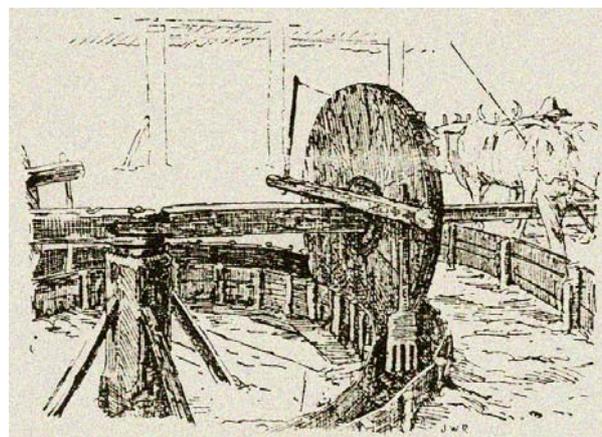


Figura 4 - Carretão. Fonte: Cintra. A. *Origens do machinario do café*, p. 1082.

Figura 5 - Monjolo, por J. B. Wiegandt. Fonte: Cintra. A. *Origens do machinario do café*, p. 1082.

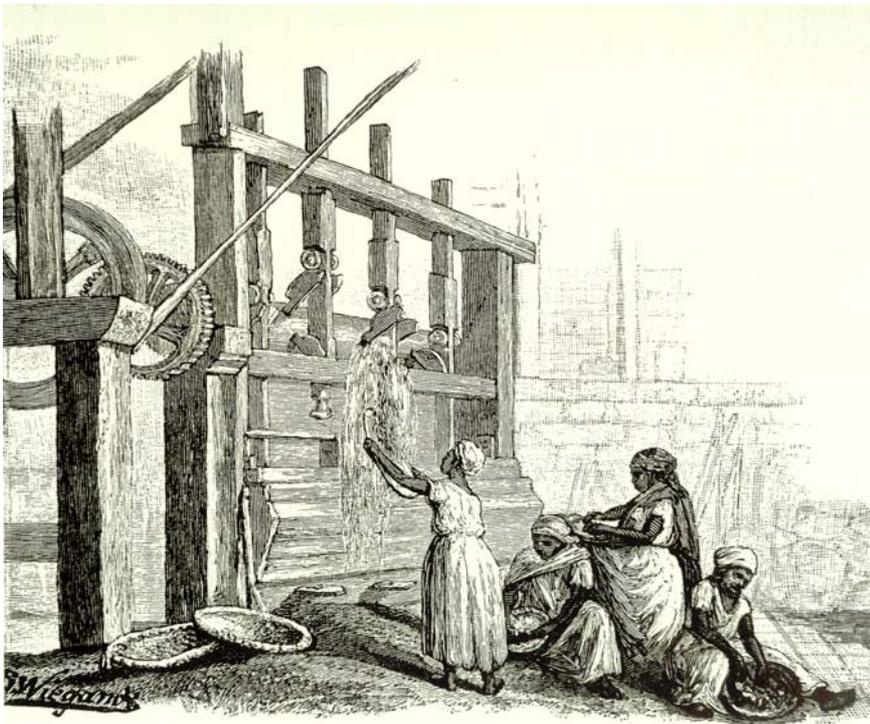


Figura 6 - Bateria de pilões ou pilão mecânico. Fonte: Smith, H. S. *A história do café*, p. 233.

forem concernentes ao estado da Sallina, e da criação de Gado, que continuava o ramo de café sem maiores vantagens por falta de operários, e mesmo de industria por que he beneficiado por fabricas groceiras bem como Engenho, Ribas, Monjollós etc. com tudo he o de mais vantagem apesar do pesado Trabalho não podendo apparicer huma importancia correspondentemente aos Capitaes.<sup>63</sup>

Aos poucos, esses equipamentos vão dando lugar a maquinismos melhores, como se vê em artigos de jornais da mesma cidade, pouco tempo depois:

Antonio Fernandes Vianna faz sciente aos snrs. Fazendeiros, que tem sempre para vender abanadores da melhor construção que até hoje tem apparecido, pelo mui razoavel preço de 150\$000 rs., afiançando a segurança da dita obra. Tambem faz machinas de grande vantagem para tirar o café, evitando assim o emprego dos escravos n'este serviço e a consummissão de peneiras para esse fim. É inexplicavel o bom resultado deste novo machinismo, porque alem da boa construção é muito solido; e por tanto não é sugeito a desmanchos. Preço fixo 100\$000 rs. Pindamonhan-gaba, 8 de março de 1864. (*O Parahyba*, 20 de março de 1864).<sup>64</sup>

Machina de nova invenção. João Baptista Lalleman, engenheiro e machinista muito conhecido nesta provincia de S. Paulo por suas obras, participa aos srs. fazendeiros que acaba de construir uma machina de

descascar e abanar café, tocada por agua ou animal, de sua invenção, cuja machina descasca, abana e peneira, promettendo muita duração por ser a construção muito simples. Pode ser vista em casa do annunciante em Guaratinguetá à rua da Figueira n. 34 (*O Parahyba*, 20 nov. 1870).<sup>65</sup>

Entre 1830 e 1889 foram concedidas, no Brasil, 209 patentes a inventos relacionados com o café<sup>66</sup>, 41 para máquinas descascadoras, e parece que aí estava o principal problema do beneficiamento do grão; 31 para secadores; 21 para maquinismos beneficiadores em geral; 19 para ventiladores; 16 para limpadores e separadores; 16 para brunidores; 12 para despolar; e outras 53 para aparelhos que se ocupavam das operações restantes como: colheita, apiloamento, lavagem, corte, soca, torrefação e moagem. Clóvis da Costa Rodrigues, em sua obra sobre as invenções brasileiras comenta:

(...) a primeira invenção surgida nessa fase e relacionada com o café foi da autoria de Luiz Souvain e Simão

<sup>63</sup> MOURA, C. E. M. de. Fazendas de Café do Vale do Paraíba. In: ARAUJO, E. (curador). *O Café*. São Paulo: Banco Real/ABN AMRO Bank, 2000, p. 49-50.

<sup>64</sup> Idem, *ibidem*, p. 50.

<sup>65</sup> MOURA, C. E. M. de. *Op. cit.*, 2000, p. 50.

<sup>66</sup> OLIVEIRA, J. T. de. *Op. cit.*, 1993, p. 277.

*Clotte para 'máquina de descascar café'. A segunda invenção somente apareceu em 1835, e pertenceu a João Gonçalves Nehewes, referindo se à 'máquina que, com o auxílio de um só homem, socapa, limpa e prepara num dia, 40 a 50 arrobas de café'. A terceira invenção data de 1849, graças ao esforço inventivo de Frutuoso José Coelho, e tinha por objeto 'máquina de despolar café'. A quarta invenção, realizada em 1852, nos oferece certa 'máquina para descascar, abanar e brunir 80 sacas de café em 10 horas, e foi idealizada por João Roberto Ripper de Castro. A quinta invenção do ano de 1855, dizia respeito a 'máquina de secar e descascar café', sendo seus autores Pernetier & Gony".<sup>67</sup>*

A tecnologia avançava, mas mesmo assim ainda derivava de uma adaptação de maquinário desenvolvido para outros tipos de cultura, e sua utilização caracterizou a fazenda cafeeira paulista da primeira metade do século XIX. Além disso, não dispensava uma última e importante tarefa, que era a escolha e a separação dos grãos, que continuava a ser feita manualmente. Somente nas últimas décadas daquele século é que ocorreria um importante desenvolvimento no processo de beneficiamento, com o surgimento de

máquinas próprias ao café, de que trataremos nos próximos capítulos.

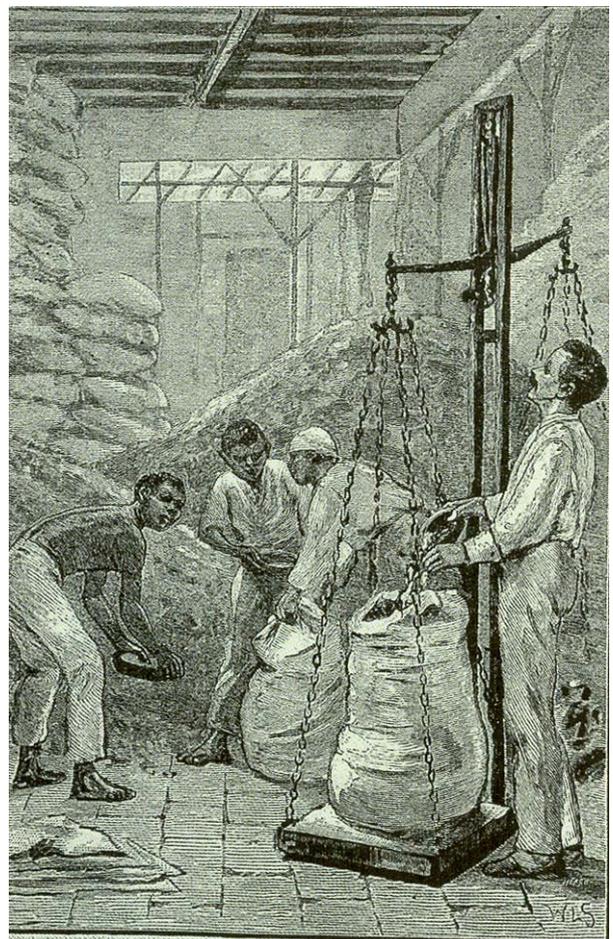
Quanto aos terreiros, também sofriam alterações, principalmente à medida que as máquinas despoldadoras iam surgindo e sendo mais utilizadas. O contato com a umidade e a poeira da terra batida acabava por alterar o sabor do café e dificultava o processo de despoldamento, resultando em grãos de aspecto extremamente sujo, o que comprometia sobremaneira seu preço. O mercado internacional, ainda antes da metade do século XIX, passou a exigir grãos mais claros, sinal de um beneficiamento eficiente. Assim, por essa época, passou a ser difundida a pavimentação dos terreiros, ao mesmo tempo em que se davam as inovações nas técnicas de beneficiamento.

*Os terreiros de café, de terra socada, nos quais a rubiácea, nos primeiros tempos, tem os grãos separados da polpa pelo método mais rudimentar possível, que é a pata do boi que os amassa, como nos*

<sup>67</sup> RODRIGUES, C. da C. A inventiva brasileira. Brasília, 1973, vol. I, 247-56. Apud: OLIVEIRA, J. T. de. *Op. cit.*, 1993, p. 277.

Figura 7 - Peneirando café, por J. B. Wiegandt. Fonte: Smith, H. S. *A história do café*, p. 233.

Figura 8 - Pesando café, por J. B. Wiegandt. Fonte: Smith, H. S. *A história do café*, p. 240.



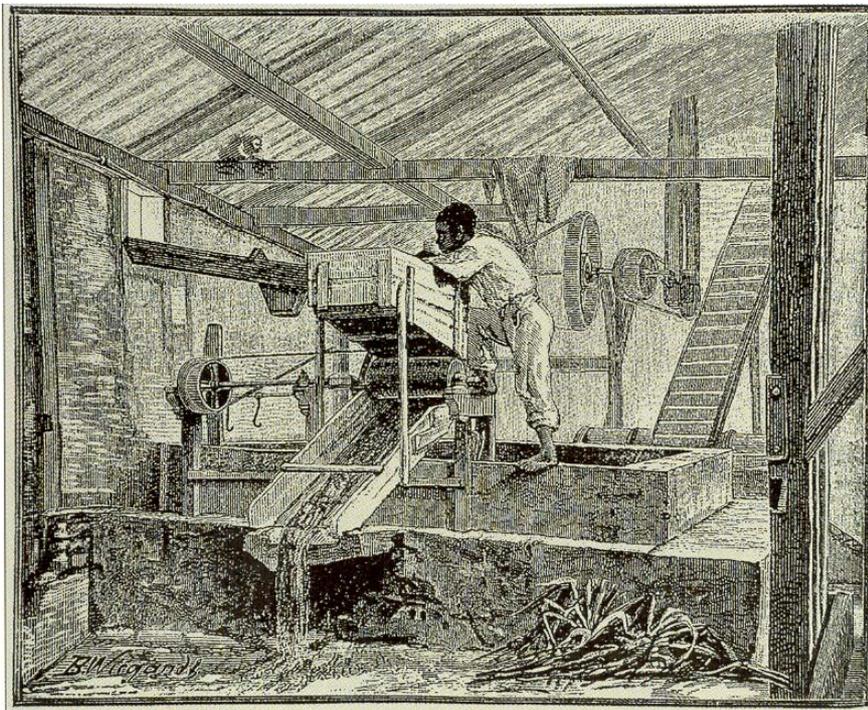


Figura 9 - Despolpadora de café, por J. B. Wiegandt. Fonte: Smith, H. S. *A história do café*, p. 229.

*certifica Taunay, cedem lugar não só às grandes lajes de pedra, trazidas pelo braço escravos dos contrafortes da Mantiqueira na vertente paulista e até mesmo mineira (é o que ocorria na Fazenda da Estrela, em Piquete, do Comendador Custódio José Vieira, casado com uma neta do Visconde de Guaratinguetá), como recorrem à sofisticação do asfalto, a exemplo do que sucede já em 1854 na Fazenda Boa Vista, em Bananal, do Comendador Luciano José de Almeida.<sup>68</sup>*

Não só as lajes de pedra ou asfalto passam a recobrir os terreiros, mas também lajetas de barro cozido, tijolos ou mesmo argamassa de cimento e cal, para dar maior qualidade ao produto final, como podemos observar em descrições desse equipamento em vários inventários de época.

Quanto ao seu tamanho e forma, alguns textos do século XIX sugerem que o terreiro fosse subdividido em partes, cada uma formando um quadrado perfeito, de largura de trinta a quarenta pés, com a capacidade de abrigar a colheita de um dia. A quantidade dessas subdivisões deveria ser calculada de acordo com uma série de variáveis, como a quantidade de cafeeiros da fazenda, média de produção por pés, tipo de pavimentação a ser utilizado, tempo médio de secagem na região.

O aumento na complexidade do estabelecimento agrícola cafeeiro do Vale do Paraíba foi rápido e notável. E isso, segundo Marcondes de Moura, pode ser percebido através da:

*(...) multiplicação de casas de máquinas, engenhos, tulhas, paióis, casas de escolher café, estaleiros, serrarias e olarias, padarias, enfermarias e boticas, senzalas, casas de administradores e feitores, chiqueiros, mangueiras, cocheiras e galinheiros, vendas de beira de estrada, oratórios, capelas e ermidas. Por isso mesmo o braço escravo, esteio real daquela organização econômica, vai sempre em aumento, até alcançar a elevada cifra de 350, 400, 600 almas, como acontece nas fazendas Nossa Senhora do Carmo e Fortaleza, do Visconde de Guaratinguetá, Fazenda do Resgate, do Comendador Aguiar Vallim, Fazenda Boa Vista, de seu sogro, o Comendador Luciano José de Almeida, em Bananal, e Fazenda Pau d'Alho, em São José do Barreiro, da família Ferreira de Sousa Airoso.<sup>69</sup>*

Com o passar do tempo e a conquista de novas áreas de São Paulo, essa complexidade aumentaria cada vez mais. As fazendas cafeeiras se apresentariam como um imenso laboratório de distintas matérias, cujo alvo final foi um só, o café.

<sup>68</sup> MOURA, C. E. M. de. F. *Op. cit.*, 2000, p. 50.

<sup>69</sup> Idem, *ibidem*, p. 51.

## As fazendas de café do Vale do Paraíba

A primeira região do Vale do Paraíba paulista a ser ocupada pela cafeicultura é a que corresponde à faixa de terra ao longo do Caminho Novo da Piedade, que passa por Lorena, Silveiras, Areias, São José do Barreiro e Bananal, quase uma porção do território fluminense, povoada principalmente por pessoas originárias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Seu relevo caracteriza-se pelos mares de morros, cobertos inicialmente pela Mata Atlântica e campos de altitude. Aí surgiram as primeiras grandes fazendas cafeeiras paulistas. Logo depois, a cafeicultura se espalhou por todo o Médio e Alto Paraíba, região de ocupação mais antiga, efetuada por paulistas das imediações do planalto de Piratininga, que se caracteriza pela alternância de terrenos ora mais planos, nas várzeas do rio Paraíba, ora mais movimentados, naquelas faixas de terra banhadas pelos rios Paraitinga e Paraibuna, onde predominam também os morros e vales e a presença da Mata Atlântica. Em todo o Vale, as características geográficas tornavam abundantes materiais construtivos como a terra, a madeira e a pedra, e deles tiraram proveito os seus habitantes. As técnicas construtivas nas fazendas, no entanto, vão mudando, conforme a procedência dos proprietários, e principalmente da mão-de-obra. Em geral, a utilização da técnica da taipa de mão predomina naquelas fazendas cujos proprietários e construtores eram provenientes de Minas Gerais e do Rio de Janeiro; já naquelas em que a origem está ligada aos velhos paulistas,

ocorreu o predomínio da taipa de pilão, como veremos adiante.

No tocante à implantação, em todas as fazendas vale-paraibanas, fossem aquelas da região do Caminho Novo, fossem as do Médio ou Alto Paraíba, o elemento norteador foi o terreiro. Carrilho, referindo-se às fazendas da região do Caminho Novo, menciona a organização dos edifícios em quadra e reforça a importância da presença da água:

*Tais arranjos são feitos, em geral, em torno do terreiro, cuja forma regular é geradora do conjunto, por assim dizer. (...) Mas este não é o único fator condicionante. A topografia do sítio – obrigando muitas vezes a obras dispendiosas para que se obtenha a superfície plana necessária ao beneficiamento – aliada a indispensável oferta de água para movimentar as máquinas é outro. Nestas circunstâncias, resta às edificações ocupar o perímetro lindeiro das plataformas de secagem, do que resultam conjuntos fechados em torno do grande vazio dos terreiros e pátios.*<sup>70</sup>

<sup>70</sup> CARRILHO, M. J. *Op. cit.*, 1994, p.120.

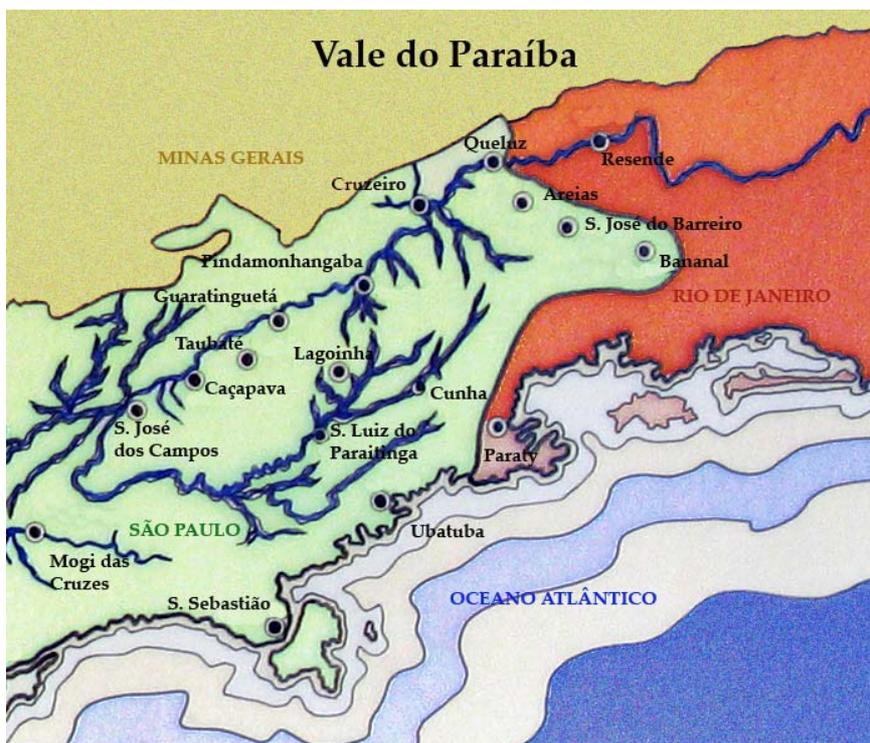


Figura 10 - Vale do Paraíba. Desenho: V. Benincasa.

Esse arranjo ao redor de pátios já era recorrente na implementação de núcleos rurais em terras brasileiras, podendo ser observado desde o tempo dos engenhos nordestinos, o primeiro tipo de complexo agrícola especializado a se instalar em terras brasileiras, ainda no século XVI. Como já foi dito, esse arranjo provavelmente foi uma característica trazida pelos portugueses. Se observarmos a configuração espacial de propriedades agrícolas portuguesas da época, verificaremos que elas quase sempre possuem as edificações de suas unidades agrícolas ao redor de um pátio, o qual possuía funções diversas, como secagem de cereais, guarda de gado, além de facilitar a circulação. Era um elemento, antes de qualquer coisa, organizador do espaço.<sup>71</sup> Essa característica também está de acordo com as regras daqueles manuais agrícolas, nos quais parece haver um consenso sobre ser, esse, o arranjo ideal para a sede de um empreendimento rural.

A forma de implantação mais encontrada é a do casarão locado à frente ou ao lado dos terreiros; num mesmo nível ou acima das demais edificações. Em todas as fazendas percebemos a intenção de organizar da melhor forma possível o espaço, procurando adequá-lo à funcionalidade dos programas de trabalho.

No Vale do Paraíba, principalmente nas regiões próximas ao Rio de Janeiro, a ocorrência mais comum é a de fazendas implantadas à meia encosta e, como já alertavam os manuais, isso iria fazer com que o local escolhido - conforme a declividade - tivesse de sofrer ajustes para receber o terreiro e as demais edificações: uma série de cortes e aterros,

formando terraços, deveria ser executada. Aterros e cortes seguros, quase sempre, por robustos muros de arrimos de pedra de variados tamanhos e alturas, com escadas ou rampas entre si. Nelas podemos constatar o grande embate que houve entre a natureza e a inteligência humana: não só os terraplenos são dignos de nota, mas todo o sistema de drenagem das águas pluviais e o sistema de canais para o abastecimento de água das várias edificações é resultado de complexos projetos, certamente executados por profissionais extremamente competentes.

Os muros de arrimo utilizavam como técnica construtiva a alvenaria de pedra assentada com argamassa de barro ou de areia e cal. As pedras possuíam tamanhos e formas variados, apresentando quase sempre maior espessura do que altura. Pedras maiores eram entremeadas de outras menores, além da argamassa, formando o que se chama de canjicado.<sup>72</sup> Essas pedras maiores tinham as faces aparentes trabalhadas no sentido de dar um melhor acabamento geral e alinhamento ao muro. A espessura desses muros variava conforme o volume de terra, de meio a um metro. Quase

---

<sup>71</sup> BENINCASA, V. *Velhas Fazendas. Arquitetura e Cotidiano nos Campos de Araraquara, 1830-1930*. São Carlos/São Paulo: EdUFSCar, IMESP, 2003, p. 95.

<sup>72</sup> VASCONCELLOS, Sylvio de. *Arquitetura no Brasil. Sistemas Construtivos*. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da Universidade de Minas Gerais, 1979, p. 17-19.



Figura 11 - Arrimos de pedra, formando a plataforma do conjunto de edificações da fazenda Catadupa, São José do Barreiro. Foto: Vladimir Benincasa.



Figura 12 (à esquerda) - Muro do tipo canjicado, fazenda Resgate, Bananal. Foto: Vladimir Benincasa.

Figura 13 (acima) - Muro de alvenaria de pedra do tipo canjicado, fazenda Restauração, Queluz. Foto: Vladimir Benincasa.

sempre se utilizou a pedra encontrada no próprio terreno da fazenda ou nas suas imediações. Algumas fazendas, por estarem em terrenos muito acidentados, apresentavam uma extensão impressionante de arrimos de pedra, como os encontrados na fazenda Barreiro, em Taubaté, que, somados, chegavam a alguns quilômetros. Em outros casos, chamam a atenção os desníveis vencidos, ocasionando muros altíssimos, que passam dos cinco metros e que, depois de quase século e meio de sua execução, continuam estáveis, como aqueles da fazenda Catadupa, em São José do Barreiro.

Esses grandes terraplenos eram preenchidos por terra retirada dos cortes de morros, e levada por carroções até o local das plataformas, onde era compactada manualmente. Todos esses trabalhos eram feitos durante os anos em que o cafezal ainda não estava produzindo e faziam parte das primeiras obras de uma fazenda cafeeira.

Outros muros, que não os de contenção, por vezes eram executados com a alvenaria de pedra seca, ou seja, pedras colocadas umas sobre as outras sem o emprego de argamassa. A consolidação se dava pelo próprio peso das lajes, que eram bem menores que no canjicado e deveriam

ser aparelhadas de tal forma que o encaixe entre elas não ficasse comprometido. Essa técnica era mais comum em muros divisórios, que não estivessem sujeitos constantemente a forças laterais de espécie alguma. Conforme o caso, a espessura variava de 40 centímetros a um metro. Esses muros podiam ou não ser revestidos com argamassa de barro e cal e pintados com cal. Alguns eram recobertos por telhas capa e canal, para proteção da argamassa ou mesmo como forma de acabamento, o que lhes dava um aspecto pitoresco.

Muros divisórios também foram feitos com adobes ou com a técnica da taipa de pilão. Estes necessariamente eram revestidos de argamassa e recebiam a cobertura das telhas capa e canal, como forma de proteção, uma vez que eram mais frágeis e expostos intensamente às chuvas e alterações de temperatura. Serviam para proteger o núcleo da fazenda que, isoladas no meio rural, sem as devidas precauções podiam tornar-se alvos fáceis de roubos. Os muros serviam também conter animais, delimitar pátios, atividades, pomares, jardins, quintais. Porém, mais do que isso, possuíam importante função social: a de organizar e disciplinar a circulação interna das pessoas e controlar, ou mesmo restringir, o acesso a determinados espaços.



Figura 14 (à esquerda, topo) - Muro divisório coberto de telhas, fazenda Pau d'Alho, São José do Barreiro. Foto: V. Benincasa.



Figura 15 - Muro divisório de adobe, coberto de telhas, fazenda Guanabara, São José do Barreiro. Foto: V. Benincasa.

Como bem observou Carrilho,<sup>73</sup> há uma configuração espacial típica nessas fazendas, a organização em quadros, ou em pátios, que foi usada de diferentes formas, adaptadas às condicionantes locais e às especificidades de cada uma das fazendas. Em termos gerais, podemos observar dois tipos desses arranjos. Um deles, mais hierárquico, e perceptível a uma primeira vista, é formado por um terreiro ao redor do qual se acha o casarão em posição de destaque, situado em porção superior do terreno, como foco central do conjunto, tendo as demais edificações distribuídas nas laterais da quadra, ou terreiro, seguindo, dessa forma, o padrão palladiano proposto pelos vários manuais agrícolas, como visto anteriormente. A configuração espacial em quadros, tendo o casarão em posição de destaque, permitia uma fácil verificação das atividades no conjunto das edificações, e essa dominação visual era ampliada quando as atividades aconteciam em pátios fechados à frente do casarão. Assim, estavam em jogo, simultaneamente, nesse tipo de implantação, tanto o controle da mão-de-obra

escrava, subjugada pela possibilidade de castigos corporais e por uma legislação extremamente favorável ao fazendeiro, como o próprio controle do trabalho ali desenvolvido.

Exemplos desse primeiro tipo de arranjo são as fazendas Nossa Senhora da Conceição, em Caçapava; Boa Vista, em Bananal; Sant'Ana, em Lagoinha; entre outras. Dentre esses, talvez a Boa Vista tenha sido o melhor modelo dessa solução. Marquese, analisando uma pintura do século XIX desta fazenda, diz:

*Fundada em fins do século XVIII, a sede composta por terreiros, engenhos, senzalas e casa de vivenda foi finalizada por Luciano José de Almeida – então seu proprietário – na década de 1840. Em inventário de*

<sup>73</sup> CARRILHO, M. J. *Op. cit.*, 1994, p.124.

1854, além da listagem de 815 escravos, dos quais mais da metade residia na Boa Vista, há a referência à existência de dois conjuntos de senzalas em quadra. (...). A primeira localizava-se em frente à casa de vivenda e era composta por sessenta lanços de senzalas, mais tulhas e um engenho de pilões, ambos assentados em um único edifício disposto na parte superior direita do terreiro. A segunda quadra, apenas com os quarenta e nove lanços de senzalas, encontrava-se atrás. Na quadra frontal, nota-se a existência de um único portão de entrada; todas as portas dos lanços da senzala, por sua vez, voltavam-se para o terreiro. A planta seguia claramente o partido em U proposto por Palladio, cujo eixo era dado pela casa de vivenda.<sup>74</sup>

Outro exemplo significativo dessa configuração espacial era a fazenda Rialto, em Bananal, desaparecida recentemente. Aqui o casarão estava situado na porção superior do terreno, tendo à frente o vazio ocupado pelo terreiro, além de jardins, cujos canteiros e alamedas determinavam o eixo em direção à escadaria de acesso ao piso superior do casarão assobradado. Nas laterais, fechando o pátio, os engenhos, oficinas e os vários lanços de senzalas.

<sup>74</sup> MARQUESE, R. de B. *Op. cit.*, 26 de outubro de 2005, p. 22.

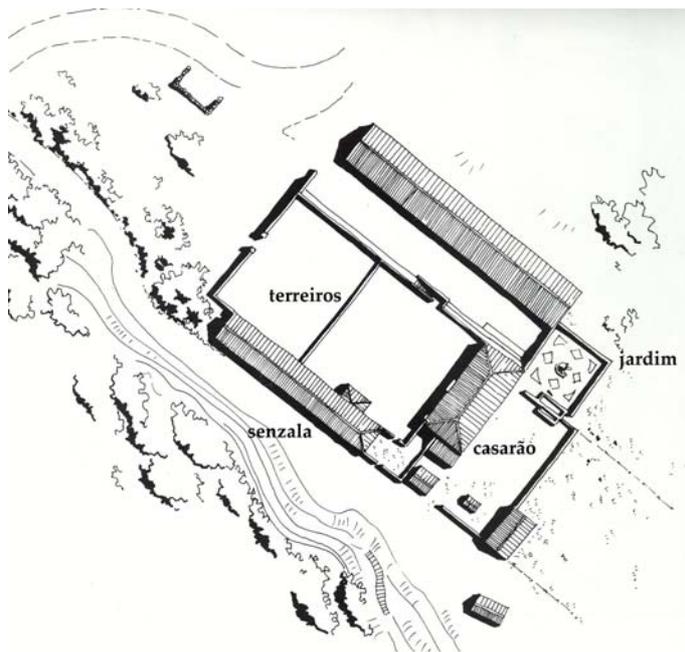


Figura 16 - Implantação, fazenda Nossa Senhora da Conceição, Caçapava. Fonte: Lemos, C. A. C. *Casa Paulista*, p. 167.

Figura 17 - Vista do conjunto original da fazenda Boa Vista, Bananal. Pintura atribuída a George Grimm, século XIX. Fonte: Lemos, C. A. C. *Casa Paulista*, p. 146.



No caso das fazendas Restauração, em Queluz, Sant'Ana, em Lagoinha e dos Coqueiros, em Bananal, não podemos afirmar que tenham se constituído em exemplos tão incisivos quanto os dois anteriores, pois sua implantação já se encontra destituída de várias edificações.

As duas primeiras apresentam, ao centro do conjunto remanescente, os casarões, assobradados, com fachadas simétricas, tendo em sua lateral direita uma senzala, edificação térrea e de altura muito inferior que, no entanto, se harmoniza ao conjunto pelo seu comprimento; ao lado esquerdo do casarão está o terreiro de café, seguido pelas respectivas casas de máquinas, assobradadas. À frente dessas edificações, um grande pátio, garantindo uma visual privilegiada do conjunto, em meio ao relevo movimentado do Vale do Paraíba, o que é ressaltado pelos muros de pedra dos terraplenos em que estão localadas essas edificações, à beira de ribeirões. A composição, praticamente a mesma em ambas, é muito bem feita, ofertando uma grata surpresa a quem chega a esses exemplares, pelas estradinhas de terra que serpenteiam entre os morros cobertos de mata.

A fazenda Coqueiros, em Bananal, que tem uma situação semelhante às anteriores, com o seu casarão disposto ao centro do conjunto e à frente dos terreiros de secagem, tinha ao lado direito o engenho de café e à esquerda a senzala, ambos demolidos. Trata-se de um conjunto que, apesar de seguir aqueles mesmos preceitos, consegue um efeito cenográfico mais modesto que os anteriores. Isso se explica pelo fato de o casarão ser térreo, apesar de estar sobreerguido por um porão e possuir fachada simétrica, valorizada pela escada central, e ligeiramente afastado dos terreiros por um jardim frontal. Além disso, o sítio escolhido situa-se numa várzea, não concorrendo para um destaque do conjunto.

Um pouco diferente é o caso da fazenda Bom Retiro, em Bananal. Das instalações primitivas, resta apenas o casarão, cuja bela fachada volta-se para um amplo jardim. Aos fundos, está o antigo terreiro, ao redor do qual ficavam as demais edificações do conjunto, como senzalas, engenhos, etc, configurando um pátio fechado em que se sobressai a grande fachada traseira do casarão assobradado.

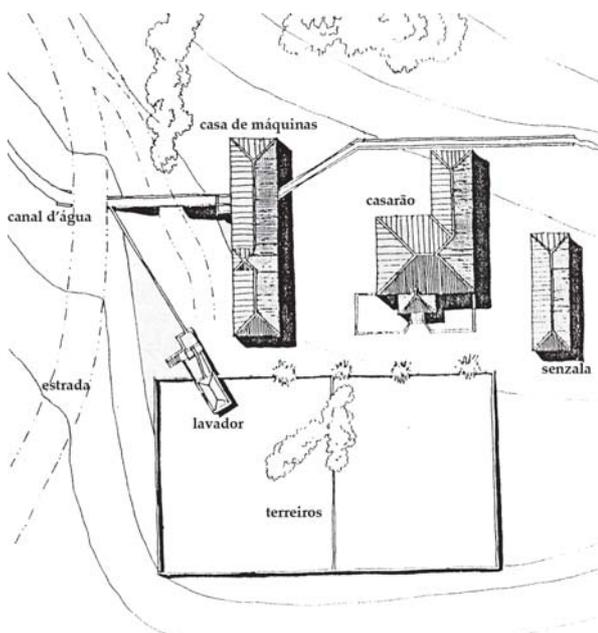
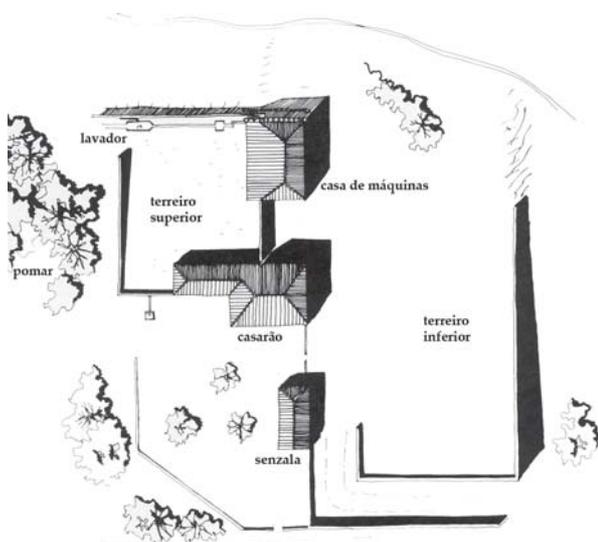
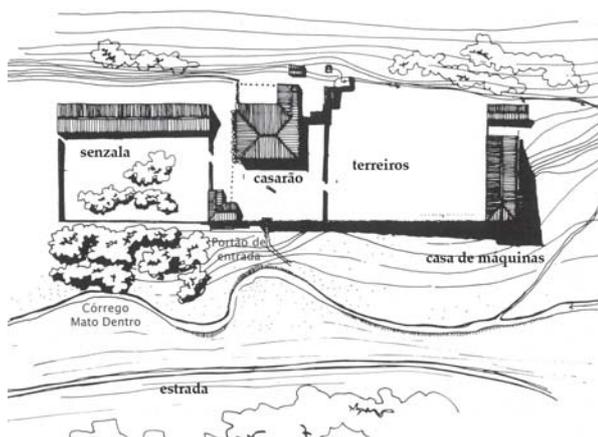


Figura 18 - Implantação, fazenda Sant'Ana, Lagoinha. Fonte: Lemos, C. A. C. *Op. cit.*, 1999, p. 160.

Figura 19 - Implantação, fazenda Restauração, Queluz. Fonte: Lemos, C. A. C. *Op. cit.*, 1999, p. 155.

Figura 20 - Implantação, fazenda dos Coqueiros, Bananal. Fonte: Carrilho, M. J. *Op. cit.*, 1994, p. 127.

Pierre Monbeig também detectou essa forma de arranjo em torno do terreiro, seja nas fazendas do Vale do Paraíba quanto naquelas que surgiram algumas décadas mais tarde, na região de Campinas, destacando o escalonamento ocasionado pela adaptação ao relevo:

*Nas antigas fazendas do vale médio do Paraíba, nas plantações relativamente recentes dos morros de Jundiá e de Itu, ou nos contrafortes ocidentais da Mantiqueira, a habitação filia-se a um tipo único, desde que se faça abstração das diferenças secundárias. A residência do senhor, sólida e majestosa, cercada por altas palmeiras decorativas, domina as demais construções, que se dispõem abaixo dela, nos flancos de uma elevação. Af se encontram os terreiros de café, escalonados como degraus, com muretas de pedra, e também as cabanas dos escravos, dispostas em quadrilátero, em torno de um pátio que é cuidadosamente fechado à noite. Enfim, junto a um ribeirão, as paredes altas do recinto que abriga as despoldadoras, e outras construções ligadas às atividades da fazenda, como as cocheiras, o estábulo, abrigos para as carroças, moenda de cana etc. Pode-se ver nessa disposição uma conseqüência da topografia e uma forma de aproveitar, ao mesmo tempo, a face ensolarada e a água, que é fonte de energia.<sup>75</sup>*

Nesses casos, a simetria, as visuais e o foco estão muito bem dirigidos e equilibrados, efeito conseguido com uma harmônica distribuição de volumes pelo terreno, seja ele plano ou patamarizado, indicando uma organização espacial hierárquica rígida e intencional:

*São expressões em que o conjunto está submetido a um rígido controle, subordinado a uma ordem abstrata, perfeitamente regular e simétrica, em que os elementos compõem segundo uma hierarquia bem definida, dir-se-ia clássica. É um retângulo perfeito formado pelo correr de casas que envolve o terreiro tendo numa das extremidades – de preferência a mais alta – a casa de morada e, na outra, o portão de acesso.<sup>76</sup>*

Em outros casos, quase sempre ocasionados por situações de relevo muito movimentado, os casarões nem sempre se encontram no eixo do conjunto, por vezes aparecendo um pouco afastados do terreiro, outras ao seu lado, não seguindo à risca as orientações daqueles manuais. E essa parece ter sido a situação mais comum no Vale do Paraíba, ao menos em sua porção paulista. No entanto, no eixo ou não, o casarão invariavelmente ocupa posição de destaque em relação ao conjunto, situado em local que possibilitava aos seus ocupantes uma visão privilegiada, e indicando o poder do fazendeiro.

Nesses casos em que ocorre a assimetria, é curiosa a implantação da fazenda Pau d'Alho. É talvez a única em que a configuração de fortaleza, fechada por muros e edificações foi conservada até os dias de hoje. Aos fundos, em cota superior, está o pomar, abaixo do qual o platô das

senzalas, seguido do terreiro, rodeado pela casa de escolha, pelo engenho de socar café, tulhas, cozinha, casa de administrador, oficinas diversas e, na parte inferior, o casarão, ladeado por dois pátios lindeiros, além de um terceiro pátio com um rancho destinado às tropas. O casarão encontra-se em destaque em relação à estrada que passa à sua frente. No entanto, quando nos detemos apenas na análise do conjunto de edificações, ele está situado na parte inferior do terreno. Contrário a todas as expectativas e ensinamentos dos manuais, na parte mais alta do conjunto sobressai a antiga senzala. É dela que se tem uma vista privilegiada de todas as edificações e da paisagem. Em que pese a posição "privilegiada" da senzala, ainda assim do casarão pode-se ter um abarcamento favorável das atividades - tanto do terreiro, quanto da paisagem, e sem sombra de dúvida, a morada do fazendeiro é facilmente reconhecível, entre as várias edificações existentes.

Os arrimos das plataformas, constituídos de alvenaria de pedra, são também parte do embasamento das edificações, sobre os quais se apóiam as estruturas autônomas de madeira, preenchidas por taipa de mão. Segundo Andrade:

*O sistema construtivo mostra-se bastante compatível e conveniente no tocante ao partido dominante, favorecida a continuidade das sucessivas dependências, no correr articulado das "casas" de vários lanços, assim como se revela extremamente apropriado às adversidades da topografia.<sup>77</sup>*

A fazenda Vargem Grande, em Areias, tem sua implantação em situação semelhante à Pau D'Alho, embora aqui o conjunto não se configurasse tão fechado e compacto. Os terreiros ocupam a parte traseira do casarão que, juntamente com as senzalas, casa de máquinas, tulha e demais edificações, estão incrustados em suas laterais. Não se configura um eixo focal, embora o casarão se encontre realçado pelas suas dimensões avantajadas em relação às demais edificações, dando-lhe a predominância no conjunto.

A preocupação com o foco visual no casarão exigiu criatividade, em alguns casos, mas fica evidente que praticamente em todas as fazendas ela era freqüente e não fortuita. A fazenda Catadupa, em São José do Barreiro, é um dos mais belos exemplos nesse sentido. Situada em terreno extremamente acidentado, o que resultou em cortes e aterros grandiosos, escalonados, e muros de arrimo muito altos, sobressai o casarão, assobradado somente em sua

<sup>75</sup> MONBEIG, P. *Op. cit.*, 1977, p. 177-8.

<sup>76</sup> CARRILHO, M. J. *Op. cit.*, 1994, pp.124-5.

<sup>77</sup> ANDRADE, L. A. D. de. *Vale do Paraíba. Sistemas Construtivos*. São Paulo: FAU-USP (dissertação de mestrado), 1984, p. 41.



Figura 21 - Conjunto arquitetônico original da fazenda Vargem Grande, Areias. Acervo: V. Benincasa.



Figura 22 - Casarão da fazenda Catadupa visto da estrada, São José do Barreiro. Foto: V. Benincasa.

Figura 23 - Vista lateral do casarão da fazenda Catadupa, São José do Barreiro. Foto: V. Benincasa.

Figura 24 - Acesso ao casarão da fazenda Catadupa, São José do Barreiro. Foto: V. Benincasa.



porção anterior, numa das extremidades do platô em que também ficavam o terreiro de café, as senzalas, os engenhos e demais edificações do conjunto. A estrada que passa ao lado do ribeirão Formoso, encachoeirado no seu leito de pedras, observa o casarão encastelado em cima de um alto paredão de pedras, na margem oposta. O acesso ao conjunto se faz por uma ponte de madeira sobre o ribeirão que acessa uma íngreme ladeira, na qual podemos observar vestígios de pavimentação com pedras irregulares. Trata-se, realmente, de uma solução muito criativa, que soube tirar o máximo proveito da paisagem circundante, não se esquecendo da funcionalidade do conjunto.



Seguindo pela mesma estrada que passa pela Catadupa, em direção ao fundo do vale do ribeirão Formoso, chegamos à fazenda da Barra, no mesmo município de São José do Barreiro. Nela, o casarão parcialmente elevado sobre porões, encontra-se ao lado dos terreiros, em situação ligeiramente inferior a esse. Na lateral oposta ficavam a senzala, a casa de máquinas e a casa do administrador. No entanto, para quem chega pela estrada, a primeira edificação avistada é o casarão, cujo caminho de acesso é marcado por uma fileira de enormes palmeiras imperiais, e pelos muros de pedra laterais do conjunto. Ou seja, mesmo não estando em posição privilegiada, o casarão se destaca através de eixos visuais artificiais, criados para lhe dar o devido destaque. Além disso, ele se impõe pelas dimensões, simetria de

fachada e pela boa solução da escadaria em dois lances, que leva a um patamar de acesso ao pavimento superior.

Nesse caso, o núcleo da fazenda da Barra encontra-se no topo de um terraço à beira do ribeirão, que necessitou ser ampliado para abrigar os terreiros e permitir a implantação do casarão e demais edificações, o que foi conseguido com o corte parcial de um morro e a criação de um platô, com extensos e altos muros de contenção.

Ao avançar pelo Vale paulista, a cafeicultura encontrou terrenos mais planos junto às várzeas de alguns rios e ribeirões. Nas imediações de Guaratinguetá, Taubaté, Pindamonhangaba, muitas das sedes dessas fazendas

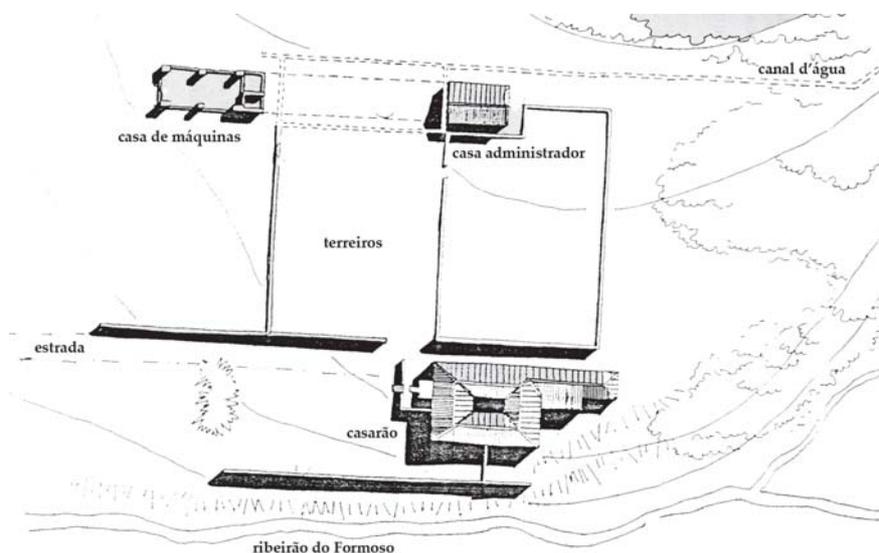


Figura 25 - Implantação, fazenda da Barra, São José do Barreiro. Desenho Luiz A. D. de Andrade. Fonte: Carrilho, M. J. *Op. cit.*, 1994, p. 130.

Figura 26 - Vista do conjunto da fazenda da Barra, São José do Barreiro. Acervo da própria fazenda.



acabam, assim, estando assentadas em terrenos de topografia mais suaves, favoráveis à instalação das grandes superfícies planas dos terreiros, necessitando de poucos ajustes. A alvenaria de pedra foi bastante empregada nos muros de contenção dos terreiros, mas nos muros divisórios predominaram os de taipa de pilão, protegidos por telhas. Por estarem em terrenos mais planos, a organização das edificações é bem perceptível. Sobre a fazenda Amarela, em Pindamonhangaba, Andrade escreve:

*(...) é testemunho importante de tais preferências. Implantada na borda de uma extensa planície do Paraíba, tem ao fundo as fraldas dos morros arredondados que perseguem a Mantiqueira.*

*Lateralmente à residência esparramam-se os terreiros ladrilhados e murados de taipa, envolvidos pela senzala, tulha e casa de máquinas, hoje desaparecidas.<sup>78</sup>*

A fazenda Quilombo, em Taubaté, segue uma situação muito semelhante. Situada em uma várzea cercada por morros,

para a implantação das edificações e dos terreiros foi necessária apenas a regularização do terreno em uma plataforma não muito elevada. São dois terreiros de café que organizam o conjunto. O primeiro tem no seu lado superior o casarão, o pomar murado, e o correr de casas que se destinavam a moradia de empregados e oficinas; a situação é muito semelhante a uma praça urbana cercada de casas. Na lateral oposta à estrada de acesso ao conjunto, ficava uma edificação avarandada, que pode ter sido um lanço de senzalas com embasamento de taipa de pilão, hoje utilizada para guarda de gado, e já bastante alterada.

Na vertente inferior, resta uma antiga tulha e casa de máquinas, que, numa foto da fazenda no *Almanach Illustrado de Taubaté* de 1905, não aparece. Talvez a foto

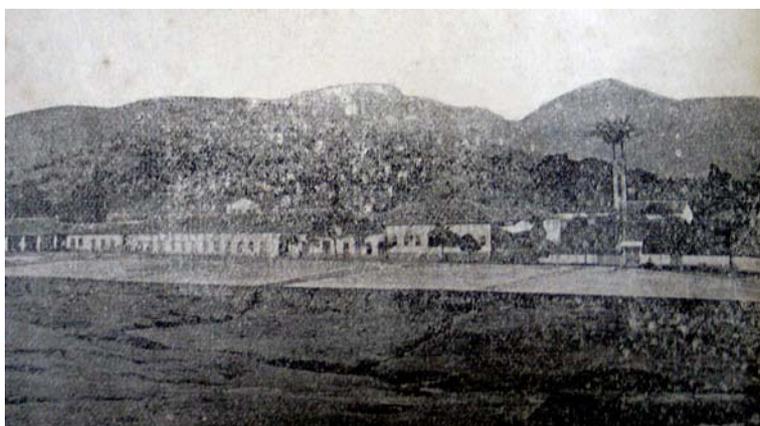
---

<sup>78</sup> ANDRADE, L. A. D. de. *Op. cit.*, 1984, p. 43.



Figura 27 - Conjunto arquitetônico da fazenda Quilombo, Taubaté. Foto: V. Benincasa.

Figura 28 - Panorama da fazenda Quilombo, Taubaté. Fonte: *Almanach Illustrado de Taubaté*, 1905, p. 72.



seja ainda do século XIX, porque em 1901, uma casa de máquinas dessa fazenda foi citada numa minuciosa descrição num artigo do jornal “O Estado de São Paulo”. Outras hipóteses a serem consideradas é que ou a casa de máquinas funcionava em outro local, ou que o fotógrafo tenha tentado “esconder” tal edifício, buscando uma composição que achasse ideal...

Esse terreiro foi calçado, e ainda se podem ver os canais de pedra que levavam a água para movimentar a roda d’água e conduzir os grãos pelas suas diversas partes, além de drenar a chuva.

O segundo terreiro fica atrás do casarão e sua configuração é ainda mais fechada que no terreiro fronteiro, pois além

do correr de casas e do casarão, possui numa das laterais o anexo de serviços e, do lado oposto, outro lanço de senzalas, de taipa de pilão, hoje parcialmente desaparecido.

Encontramos configurações semelhantes nas fazendas Barreiro e Pasto Grande, em Taubaté. Sem as amarras do relevo muito movimentado, a implantação das fazendas podia ser feita de maneira menos custosa, organizando melhor as edificações e as atividades ao redor do terreiro. Quanto à sua organização, todos estes exemplos citados seguem o tradicional padrão em quadras, compondo um imenso quadrilátero. Mesmo quando ocorreram ampliações das instalações, verificamos que se mantém a formação em torno de um ou mais quadros.



Figura 29 - Vestígios de canais nos terreiros da fazenda Quilombo, Taubaté. Foto: V. Benincasa.

Figura 30 - Antigos terreiros posteriores, de terra batida, transformados em pasto. Ao fundo, o casarão. Fazenda Quilombo, Taubaté. Foto: V. Benincasa.



## Edificações de beneficiamento do café

O beneficiamento dos grãos de café, como mencionado anteriormente, necessitava de várias instalações específicas que, obrigatoriamente, tiveram de ser construídas nas fazendas destinadas ao seu cultivo.

Em primeiro lugar podem ser citados os canais, ou regos, para o deslocamento da água em direção aos tanques de lavagem do café e para a movimentação das rodas d'água dos equipamentos usados no beneficiamento do grão seco. Em geral esses canais eram abertos diretamente no chão, como valas, ao longo das encostas, descendo gradativamente o nível do terreno e, quando se aproximavam do terreiro, eram regularizados com pedras. A manutenção era constante, em especial no período de chuvas. Em alguns trechos esses canais chegavam, mesmo, a ser subterrâneos, principalmente em cruzamentos com uma estrada. Não se podia permitir que a lama fosse revolvida por uma eventual passagem de tropa, carros, etc, numa hora em que estivesse ocorrendo o processo de lavagem ou de fermentação dos grãos, por exemplo. A água destinada aos tanques de lavagem e fermentação tinha de ser a mais limpa possível, por isso esses cuidados. Lemos salienta a importância dos mineiros na execução desses canais: *eram peritos em canalizações no chão e em aquedutos que transportavam e desviavam como quisessem o líquido produtor de energia.*<sup>79</sup> Esse conhecimento sobre canalizações facilitava a implantação do conjunto em áreas de relevo tão movimentado, possibilitando a transposição da água de lugares às vezes muito distantes até o local da sede da fazenda.

Existiram, desde o início, vários tipos de lavadores de café. De maneira geral, constituíam-se de um *tanque de alvenaria de pedra, cuja base era formada por um tronco de pirâmide*

*invertido, com dispositivos de controle de saída separada dos grãos e sujeira. Logo em seguida a este tanque existe um sistema hidráulico que permite, através da diferença de densidade dos grãos (os verdes "bóiam" e os cerejas, mais densos afundam), conduzi-los separados aos terreiros (...).*<sup>80</sup>

Caso se utilizasse o despulpamento (retirada da casca exterior) antes da secagem, após passar pelo lavador os grãos eram conduzidos para um tanque de maceração ou fermentação, e aí ficavam por 24 horas para que se desprendessem os restos de polpa dos grãos, e só depois eram conduzidos por outros canais para os terreiros, onde eram espalhados com enormes rodos de madeira.

Esses tanques, segundo Carrilho, são obra de esmerada cantaria. Com o passar do século XIX foram sendo cada vez mais aperfeiçoados. Dentre as fazendas do Vale do Paraíba, chama a atenção o belo exemplo do lavador existente na fazenda Coqueiros, em Bananal. Nele vemos um primeiro tanque, o lavador, propriamente dito, onde os grãos eram limpos de sujeiras como gravetos, folhas, pedras e terra; em seguida um tanque de separação dos grãos verdes dos maduros (cereja): os maduros eram desviados para o canal lateral e levados para um lado do terreiro, já os cafés verdes caíam num grande ralo, que permitia o escoamento da água. Daí eles eram espalhados para uma outra área do terreiro. Com essa separação, o café atingia preços mais altos por oferecer maior uniformidade em seu aspecto.

<sup>79</sup> LEMOS, C. A. C. *Op. cit.*, 1999, p. 138.

<sup>80</sup> ROZESTRATEN, A. S. *Op. cit.*, 1993/94, p. 16.

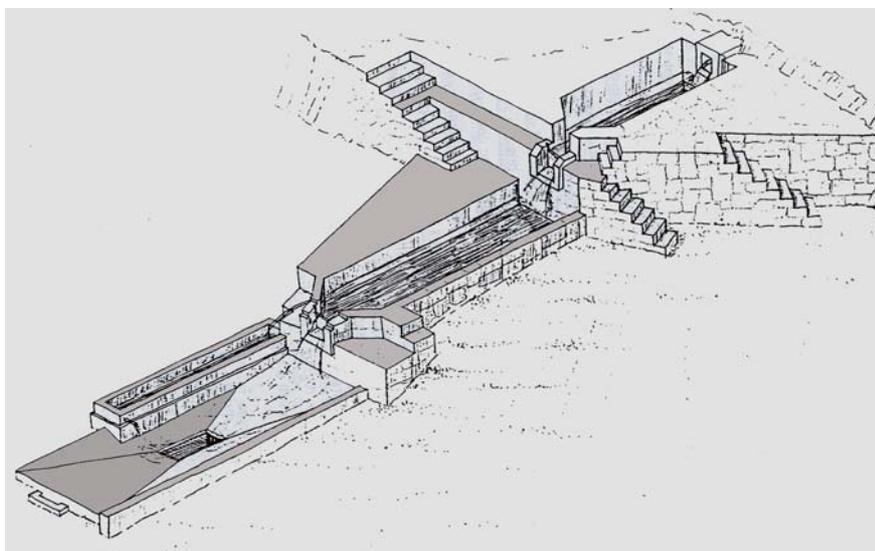


Figura 31 - Lavador de pedra da fazenda Coqueiros, Bananal. Desenho original de Antônio Luís Dias de Andrade. Fonte: Carrilho, M. J. *Op. cit.*, 1994 p. 100.



Figura 32 - Lavador de pedra da fazenda Coqueiros, Bananal. Foto: V. Benincasa.

Figura 33 - Terreiros revestidos de pedra da fazenda Restauração, Queluz. Foto: V. Benincasa.

Os canais de pedra e os tanques de lavagem e de maceração do café ainda podem ser observados em algumas dessas fazendas, quase sempre em ruínas, devido aos muitos anos em desuso e à falta de manutenção.

Devido às características do relevo, no qual prevalecem os mares de morros, a parte mais plana era destinada ao terreiro, principal equipamento da fazenda cafeeira paulista. As demais edificações eram distribuídas ao seu redor, ou em suas imediações, dependendo das condições encontradas.

Em geral, nas atuais fazendas encontramos dois tipos de terreiros, um pavimentado (pedras, tijolos, ou ladrilhos cerâmicos) e outro de terra batida. É provável que esta situação já se refira ao uso de técnicas de beneficiamento melhoradas ao longo do século XIX, na qual os grãos, colhidos com a ajuda de lençóis, sem o contato com a terra, e peneirados ainda na lavoura, eram secos em terreiros de chão batido, pois vinham limpos de eventuais torrões e gravetos. Já os grãos que caíam no solo antes da colheita ou sem o uso do lençol, além daqueles que eram despolidos antes da secagem, tinham de ser lavados e fermentados nos tanques, e depois secos em terreiros

pavimentados para impedir que a umidade do solo provocasse fermentações que lhes alteraria o sabor.

Nos inventários mais antigos, não há referências a terreiros “pavimentados”, mas simplesmente “terreiros”, como aparece no inventário de 1819, de D. Anacleto, esposa de Fortunato Pereira Leite, em que é citada a existência de três terreiros cercados de madeira de lei, na fazenda do Barreiro, em São José do Barreiro.<sup>81</sup> Carrilho, em seu trabalho sobre as fazendas do Caminho Novo da Piedade, já destacava que os terreiros, em si, eram poucos mencionados nesses inventários, talvez por não terem um valor muito grande entre o conjunto das edificações. As referências a eles são feitas mais em função dos muros que os cercam e os portões de madeira que controlam os seus acessos, ou às edificações que existem ao seu redor. Eles aparecem quase sempre como um elemento referencial e não como objeto em si, como podemos ver nos seguintes trechos de inventários:

<sup>81</sup> SAIA, L. Notas preliminares sobre a fazenda Pau d’Alho. Separata da *Revista de História*, nº 102, São Paulo, 1975, p. 603-5.

*...murado o terreiro de adobos, e tão bem coberto de telhas, com hum portão de entrada outro de saída... (fazenda Perapetinga, 1836);*

*Quatro porteiros feicho do terreiro... (fazenda Arribada, 1856);*

*...dois portões no terreiro... (fazenda Sobradinho, 1858);*

*Um muro que cerca o terreiro... (fazenda Campo Alegre, 1861);*

*...duas passagens cobertas no quadro do terreiro... (fazenda Mato Dentro, 1868);*

*Tres portões e os muros que cercam O terreiro da frente da casa de morada... (fazenda Boa Vista, Areias, 1875);*

*Tres lanços de casas terreas cobertas de telhas com duas portas... na frente do terreiro... (fazenda Glória dos Campos, 1838);<sup>82</sup>*

*Dois paredões de pedra em roda do terreiro... (fazenda das Formigas, Bananal, 1857);<sup>83</sup>*

*Cinco lances de cazas no terreiro de caffè que servem de senzallas... (fazenda Campo Alegre).<sup>84</sup>*

A omissão do tipo de pavimentação desses terreiros sugere que o processo usado no beneficiamento era por via seca e não úmida. Somente a partir de meados do século XIX os terreiros passam a ser mais comumente descritos e associados à idéia de uma benfeitoria da fazenda, como podemos ver nos próximos exemplos, onde já aparecem os pavimentados. Foi a partir de 1860, com a introdução dos despoldadores e do processo de beneficiamento pela via úmida, que se difundiu a pavimentação dos terreiros. Isso é confirmado pelo aparecimento de menções a esse tipo de terreiro nos inventários:

*Um terreiro de cimento de secar café... (fazenda Alegrete, 1883);*

*Um terreiro de pedras por acabar... (fazenda Cachoeira, 1869);*

*...420 braças de terreiro de cal e cimento... (fazenda Catadupa, 1866);*

*Um terreiro de arêa e cal... (fazenda Orisaba, 1903);<sup>85</sup>*

*Terreiros ladrilhados, lavador... / Dois terreiros ladrilhados, lavador de café, paredões feitos de pedra (fazenda Bonfim, Taubaté, 1886);<sup>86</sup>*

*Dois terreiros cercados de muro, sendo um de cimento... (fazenda Boa Vista, Cruzeiro, 1898).<sup>87</sup>*

É possível que o simples revestimento já o configurasse como um elemento construído, ao contrário dos grandes pátios de terra batida. Sem dúvida, havia um custo embutido na pavimentação, fosse ela de qualquer tipo. Os atuais terreiros que ainda resistem nas fazendas do Vale do Paraíba paulista, em geral são pavimentados, ou com vestígios de que o foram no passado. A maioria das fazendas apresenta vários terreiros, sendo alguns revestidos e outros de terra batida. Encontramos pavimentos de lajes irregulares de pedra, de ladrilhos cerâmicos e atijolados. Em algumas fazendas co-existem terreiros revestidos de diferentes formas, como é o caso da fazenda Barreiro, em Taubaté, na qual existe um com lajes de pedra, que parece ser o mais antigo por se encontrar cercado pela antiga tulha e casarão, e outro ladrilhado. Há ainda os que atualmente apresentam-se como de terra batida. No entanto, não podemos afirmar que sempre foram dessa maneira. Como nos inventários há a menção a revestimentos feitos de cimento e terra, ou cal e areia, que são mais frágeis que ladrilhos e pedras, eles podem ter se desgastado ao longo dos anos, e desaparecido.

Pela análise dos inventários, concluímos que os pavimentos de pedra e de argamassa de cal e areia, cimento, ou mesmo o de asfalto, foram os primeiros a serem utilizados. Os revestidos de cerâmica surgiram posteriormente. Há notícias de uma fábrica de Taubaté que produzia ladrilhos para terreiros, em 1880, a 140 réis o milheiro, cuja propaganda falava das vantagens do seu uso no processo de secagem dos grãos *que até agora vinha sendo exposto sobre o chão com grandes desvantagens, sujando-se, molhando-se, etc.*<sup>88</sup>

Enfim, a variedade é grande, e pressupomos que cada fazendeiro escolhia o material a ser utilizado nos terreiros de acordo com suas posses e facilidade de obtenção. Indica ainda que, numa mesma fazenda, o revestimento pode ter sido feito e refeito em diferentes épocas, como nos leva a crer a informação encontrada no artigo de 1968, de Romeu

<sup>82</sup> Trechos de inventários obtidos in: CARRILHO, M. J. *Op. cit.*, 1994, p. 65-6.

<sup>83</sup> Inventário de Alferes Francisco de Aguiar Vallim, 1857.

<sup>84</sup> Inventário de Luciano José de Almeida, 1854.

<sup>85</sup> Trechos de inventários obtidos in: CARRILHO, M. J. *Op. cit.*, 1994, p. 65-6.

<sup>86</sup> Inventário de Jacyntho Pereira da Silva, 1886.

<sup>87</sup> Inventário do Major Manoel de Freitas Novaes, 1898.

<sup>88</sup> Gazeta de Taubaté, 13 de março de 1880. Apud: POLESÍ, O. *Bonfim, Fortaleza e Santa Leonor*. Taubaté: Fortaleza Empreendimentos, 1981, p. 23.



Figura 34 - Terreiros ladrilhados da fazenda Pasto Grande, Taubaté. Foto: V. Benincasa.

Simi Jr., a respeito da fazenda Pasto Grande, em que o então proprietário afirmava que os terreiros de cima, que eram de terra batida, haviam sido ladrilhados somente em 1933, enquanto que os terreiros inferiores da mesma fazenda, já o eram desde o século XIX.<sup>89</sup>

Com a pavimentação dos terreiros, cresceu a preocupação com seu sistema de drenagem. Os terreiros, sem exceção, apresentam uma leve inclinação, para evitar o acúmulo de água em sua superfície, e são cercados por uma mureta de altura variada. Em geral, principalmente naqueles de maior área, essa seção em declive acabava em canais de drenagem situados ao longo das plataformas que conduziam a água das chuvas para fora dos terreiros, através de gárgulas lavradas em pedra, que eram inseridas nessas muretas que envolviam os terreiros. Nessas gárgulas, eram colocadas peneiras metálicas ou de pedra furada, a fim de se impedir a passagem dos grãos. Os grandes arrimos de pedra também possuem essas gárgulas para evitar o acúmulo das águas que penetrassem o solo, diminuindo o empuxo sobre esses maciços, como salienta Carrilho.<sup>90</sup>

Fora dos terreiros, as águas eram conduzidas por outros canais para longe dos terreiros e demais edificações, evitando erosões desnecessárias.



Figura 35 - Gárgula de pedra lavrada para drenagem de terreiro. Fazenda Barreiro, Taubaté. Foto: V. Benincasa.

<sup>89</sup> SIMI Jr., R. Sede de Fazenda. In: *Acrópole*, nº 351, ano XXX, São Paulo, junho de 1968, p. 24.

<sup>90</sup> CARRILHO, M. J. *Op. cit.*, 1994, p. 95.



Figura 36 - Gárgulas de pedra lavrada para drenagem de aterro. Fazenda Pau d'Alho, São José do Barreiro. Foto: V. Benincasa.

Figura 37 - Abertura para drenagem dos terreiros. Fazenda Quilombo, Taubaté. Foto: V. Benincasa.

Depois de separados e secos, os grãos eram levados para os galpões de armazenamento, as chamadas tulhas e, dali, para os engenhos de beneficiamento. Se o método usado era o de via seca, o beneficiamento se encarregaria de retirar as cascas externa e interna; se o método era o da via úmida, somente era removida a pele interna, também chamada de pergaminho. Depois de extraídas as cascas, os cafés eram abanados, ensacados e armazenados em galpões apropriados, de onde seguiam para os portos, para a comercialização.

As tulhas de café, nos inventários de fazendeiros do Vale do Paraíba, aparecem quase sempre descritas com vários lanços, cobertas de telha, assoalhadas e com porão. O porão tinha a função de afastar o piso da umidade do solo evitando a perda dos grãos, bem como a cobertura de telhas; jamais encontramos a descrição de tulhas cobertas de sapé, por exemplo. Lições preconizadas nos velhos manuais agrícolas e que foram seguidas à risca, podem ser vistas nos exemplos a seguir:

*Tres lanços de casas terreas cobertas de telha com duas portas e huma janella na frente do terreiro, e quatro do lado do Rio Bananal, com paredes de adobos, e grande alicerce de pedra, e huma Tulha em cima, assualhada, para o Caffé (inventário de 1838, do Tenente-coronel Luís Gomes Nogueira, mineiro de Baependi 1838. A descrição se refere a sua fazenda Nossa Senhora da Conceição da Glória dos Campos, Bananal).<sup>91</sup>*

*Tres lanços de casa com setenta palmos que serve para tulhas assoalhados cubertos de telha... (fazenda Alambari).*

*Uma casa que serve de tulha com seis lanços assoalhados... (fazenda Antinhas, Bananal).<sup>92</sup>*

*Cinco lanços de ditas que servem de tulhas... (fazenda Bonfim, Taubaté, 1886).<sup>93</sup>*

Aparecem também menções a tulhas com piso asfaltado, como no inventário da fazenda Cachoeira, em Bananal, de 1854: *Quatro lances de casas de tulhas novas, asfaltadas, com três varandas em roda, duas fechadas e uma aberta / Oito lances de casas de tulha, nova, com dois lances asfaltados e dois assoalhados com varanda atrás, térreas, fechadas.*<sup>94</sup>

<sup>91</sup> MOURA, C. E. M. de. *Op. cit.*, 2000, p. 54.

<sup>92</sup> CARRILHO, M. J. *Op. cit.*, 1994, p. 75.

<sup>93</sup> Inventário de Jacyntho Pereira da Silva, 1886.

<sup>94</sup> MOURA, C. E. M. de. *Op. cit.*, 2000, p. 58.



Figura 38 - Tulha construída em taipa de pilão, fazenda Cataguá, Taubaté. Foto: V. Benincasa.

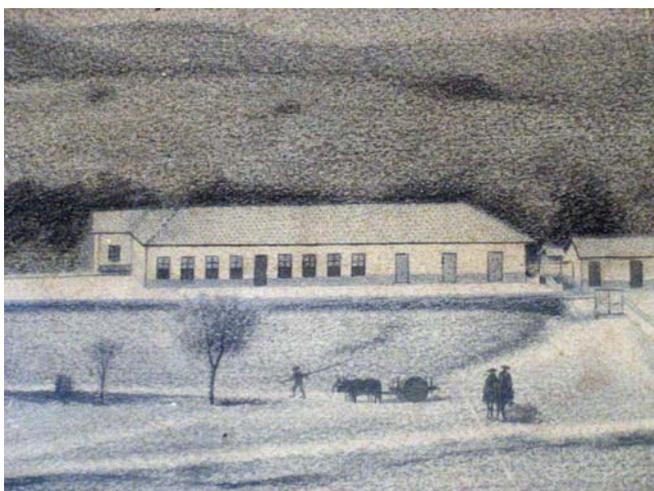


Figura 39 - Tulha construída em taipa de pilão, atualmente usada como residência, fazenda Barreiro, Taubaté. Acervo Fazenda Barreiro.

Como alicerce, quase sempre aparece o embasamento de pedras, acima do qual se erguia a gaiola, estrutura autônoma de madeira, com vãos preenchidos por taipa de mão ou adobe. Mas também encontramos tulhas feitas de taipa de pilão em fazendas de Taubaté, como na Cataguá e na Barreiro, ou menções a tulhas edificadas com essa técnica na Santa Leonor e na Fortaleza, na mesma cidade. As duas primeiras encontram-se bastante descaracterizadas pela mudança de uso, e as duas últimas não pudemos visitar.

As tulhas, segundo a leitura dos inventários da época, eram edifícios grandes, com vários lanços: quanto maior a quantidade de pés de café de uma propriedade, maiores as tulhas, ou maior o número de lanços. É de se supor que conforme crescia a produção, aumentavam-se os números desses compartimentos, o que não devia ser difícil, devido ao uso da taipa de mão ou o adobe como técnica preferencial em sua execução, ou mesmo construíam-se novas tulhas, dissociadas daquelas primeiras: é comum a citação de tulhas "novas" e "velhas", numa mesma fazenda. Também nos chamou a atenção o fato de muitas dessas edificações serem avarandadas, o que nos leva a pensar em proteção das

paredes, de taipa de mão ou adobe, da umidade das chuvas (para proteção do café guardado em seu interior). Essas edificações eram de fundamental importância pois permitiam regular a comercialização do produto: vendendo-o em época de preços altos e estocando-o nos períodos de baixa. Além do mais, o escoamento da produção seguia o ritmo imposto pelas tropas de burro, que, por mais numerosa, era pouco eficiente e cara.

Em geral, anexo às tulhas ficava o local destinado às variadas etapas de beneficiamento do café já seco: retirada da casca, brunimento, escolha e classificação por tamanho e ensacamento. Os inventários apresentam muitas descrições de "lanços de tulha" associados a "engenhos", "engenhos de socar", "casas de escolher", "mezas para escolher caffè", "casa de pesar", "engenhos d'água para monjolllos". Como vimos anteriormente, as técnicas de beneficiamento foram se aperfeiçoando ao longo do século XIX. O espaço destinado a essas atividades acompanhou essa transformação. A princípio era muito exíguo, constituindo-se apenas de um puxado da tulha, por vezes coberto de palha, outras de telhas, em geral aberto nas laterais. Sob

ele trabalhava um ou mais monjolos movidos a água ou a tração animal. Novamente os inventários é que vêm em nosso auxílio, pois desses primitivos espaços nada restou. Carrilho, no entanto, oferece-nos uma informação muito curiosa a respeito do beneficiamento do café nas fazendas do Caminho Novo da Piedade, e que pode ser estendida às fazendas do Vale do Paraíba em geral: até o último quartel do século XIX, a maioria destes inventários traz somente menções ao monjolo como o equipamento destinado a beneficiar café, inclusive em fazendas de grande porte. Já os carretões, ou ribas, aparecem um pouco antes, a partir da segunda metade do século XIX: é próximo a 1850 que começam a surgir as descrições destes aparelhos, para a retirada das cascas do café, além dos abanadores mecânicos, para a separação dos grãos descascados da palha, tudo movido a água ou tração animal.

*Huma caza com Riba... Huma caza com engenho de socar caffè com caza de escolha, dois regos d'agoa, dois moinhos, roda de mandioca e preença... (fazenda Antinhas, Bananal, 1855)*

*Tres lanços de casas cubertas de telhas com riba... (fazenda Alambari, Bananal, 1861)*

*Um Riba coberto de sapé (fazenda Olaria, 1876)*<sup>95</sup>

*Um engenho de socar café coberto de telha, com paredes de pedra, tocado por água com um abanador e rego... (fazenda Marrecas, Bananal, 1858)*

*Engenho d'água para café, com despoldador de pedra, dois abanadores de água, moinho de fusil e mais pertences... (fazenda São Francisco, Bananal, 1863)*

*Dois caixões para café socado, um abanador tocado a água, um maquinismo para socar café com seis mãos, um moinho de descascar café, um moinho de fubá, um abanador tocado a água pertencente ao moinho e assoalhadas, para Casa de Administrador, e Tulha de café, com uma varanda (fazenda Independência, Bananal, 1884)*<sup>96</sup>

*Um engenho de socar café e uma porção de tabuado para assoalho... (fazenda Pasto Grande, Taubaté, 1844)*<sup>97</sup>

*A Casa do Engenho de caffè, coberta de telha, com todas as machinas para o beneficiamento do caffè... Hum assude e rego d'agoa que toca o engenho acima... (fazenda Boa Vista, Bananal, 1854)*<sup>98</sup>

*(...) huma caza com duas portas e quatro janellas de frente, coberta de telhas com novo Engenho de café, hum ventilador e pertences e rego d'agoa... (fazenda Cachoeira, Bananal, 1854)*<sup>99</sup>

*Um engenho de café e casas... (fazenda Bela Vista, Bananal, 1857)*<sup>100</sup>

*Engenho de soccar café, de piloeiro, abanadores com sua caza coberta de telhas... (fazenda Bonfim, Taubaté, 1886).*<sup>101</sup>

É de se supor que então se ampliaram as coberturas, devido ao porte desses novos equipamentos, e que adaptações tiveram de ser introduzidas, como novos canais de água, os suportes para as grandes rodas d'água, as engrenagens, eixos, etc, de que eram constituídos. E que tenham sido, ao menos parcialmente, fechadas, uma vez que a referência a "casas coberta de telhas" começa a aparecer.

Segundo Carrilho, estes engenhos de café deviam ser construídos da melhor forma possível, pois abrigavam não só as máquinas de beneficiamento de café, como também os dispositivos que transformariam a força hidráulica em força motriz. *Esta é aliás, a interface essencial que distingue os engenhos dos demais edifícios: a interação da carga de água, dos maquinismos e da edificação.*<sup>102</sup> A eficiência do processo de beneficiamento garantia a qualidade do produto final. Quanto melhor fossem as instalações e o maquinário, melhores os preços obtidos no mercado. Aliás, em artigos do século XIX, a qualidade do café brasileiro, no que concerne aos frutos e à produtividade, foi sempre muito exaltada. O beneficiamento, no entanto, deixava a desejar, na maioria das fazendas, gerando um produto inferior aos de outras regiões do mundo. Somente depois de muito tempo, ao final do século XIX, os cafés brasileiros começaram a atingir, ao final do beneficiamento, um nível superior.

As máquinas industrializadas só aparecem em inventários do final do século XIX e início do século XX, mas sabe-se que a Lidgerwood Manufacturing & Company já se estabelecera no Rio de Janeiro desde 1860, e a partir de 1862 passou a comercializar máquinas de descascar e beneficiar café. Isso talvez esteja relacionado à eficácia dos equipamentos antigos; além do mais os novos maquinários representavam um investimento alto, para um trabalho com o qual não se gastava quase nada, tendo farta mão-de-obra escrava e força motriz. Essas devem ter sido as razões de não ser comum encontrar relatos dessas máquinas em

<sup>95</sup> CARRILHO, M. J. *Op. cit.*, 1994, p. 71.

<sup>96</sup> MOURA, C. E. M. de.. *Op. cit.*, 2000, p. 58.

<sup>97</sup> Inventário de Pedro Pereira da Fonseca Telles, 1844.

<sup>98</sup> Inventário de Luciano José de Almeida, 1854.

<sup>99</sup> Inventário de Luciano José de Almeida, 1854.

<sup>100</sup> Inventário de Alferes Francisco de Aguiar Vallim, 1857.

<sup>101</sup> Inventário de Jacyntho Pereira da Silva, 1886.

<sup>102</sup> CARRILHO, M. J. *Op. cit.*, 1994, p. 101.

inventários antes da década de 1890, no Vale do Paraíba. Marcondes de Moura, em seu estudo sobre os inventários de fazendeiros da região, encontrou apenas uma máquina Lidgerwood, citada num documento de 1869, da fazenda Cascata, em Bananal; ainda assim, ela convivia com uma casa de engenho com roda d'água e pilões.

Em 1879, Herbert Smith, um cientista norte-americano, descreveu uma fazenda fluminense de Entre-Rios, que possivelmente era semelhante a fazendas paulistas da mesma época. Nela aparecem os maquinários industrializados, produzidos por uma fábrica americana, muito provavelmente pela Lidgerwood:

*A primeira impressão que nos produziu o engenho do nosso anfitrião foi a de um pandemônio. É uma dependência grande e espaçosa, como as existentes nos Estados Unidos para moagem de trigo. O solo e as duas galerias existentes no engenho são ocupados por uma série de máquinas complicadas, semelhantes, algumas, a debulhadoras, outras a ventiladores (...). Todo esse maquinário está em movimento, com um ruído ensurdecedor das engrenagens e dos pilões, para, afinal, apresentar grãos limpos e bonitos, provenientes das cascas sujas, vindas das mesas de secagem. (...) Mas a plantação do Sr. S. produz, anualmente, dezesseis a dezoito mil arrobas e, dentro de poucos anos, o rendimento será muito aumentado; suas máquinas têm de descascar e beneficiar todo esse café no espaço de dois a três meses. O grande número de máquinas assegura não só a perfeição do resultado, como maior capacidade de trabalho, a fim de enfrentar as necessidades de uma grande plantação. (...) Todas os grandes fazendeiros estão introduzindo esses maquinismos aperfeiçoados, a maioria dos quais é de invenção e fabricação americana. Muitos fazendeiros enviam seus cafés a grandes engenhos, para*

*beneficiamento, como procedem, na América do Norte, os plantadores de trigo.*<sup>103</sup>

Essas máquinas, segundo Smith, eram fruto de muitos anos de estudo, e o seu funcionamento é descrito da seguinte forma:

*O café é transportado em cestas para o engenho e depositado numa grande caixa, a). Daí é levado por um elevador de corréas, b), para o ventilador, c), onde os pauzinhos e o lixo são extraídos e a poeira removida por meio de ventilação. Passa, então, por um tubo, d), para outro elevador, e), que o leva ao descascador, f), onde a casca e a casquinha são removidas por cilindros rodantes. Os grãos e as cascas quebradas passam por um tubo, g), para o ventilador, h), onde os quebrados são separados; os grãos inteiros são isolados em uma peneira e, passando por um tubo, i), voltam ao elevador, e), e novamente ao descascador; Os quebrados e o lixo caem numa caixa, j), de onde são retirados para estrume; os grãos de café passam a um tubo, k), e são levados pelo elevador, l), para o separador, m). O separador é composto de um par de cilindros de cobre, ôcos, giratórios e com furos de diferentes tamanhos e formas; os grãos de café, uma vez nos cilindros, saem por êsses furos, que os separam em grandes, pequenos, chatos e redondos, distribuindo-os em diferentes depósitos, n), o), p).*

<sup>103</sup> SMITH, H. H. A História do Café. Capítulo XVIII da obra "Brazil – The Amazons and the Coast", Nova York, 1879. In: *Revista do Departamento Nacional do Café*. Rio de Janeiro: DNC, Ano VIII, nº 85, julho de 1940, vol. XV, pp. 228-9.

<sup>104</sup> SMITH, H. H. *Op. cit.*, julho de 1940, vol. XV, p. 230.

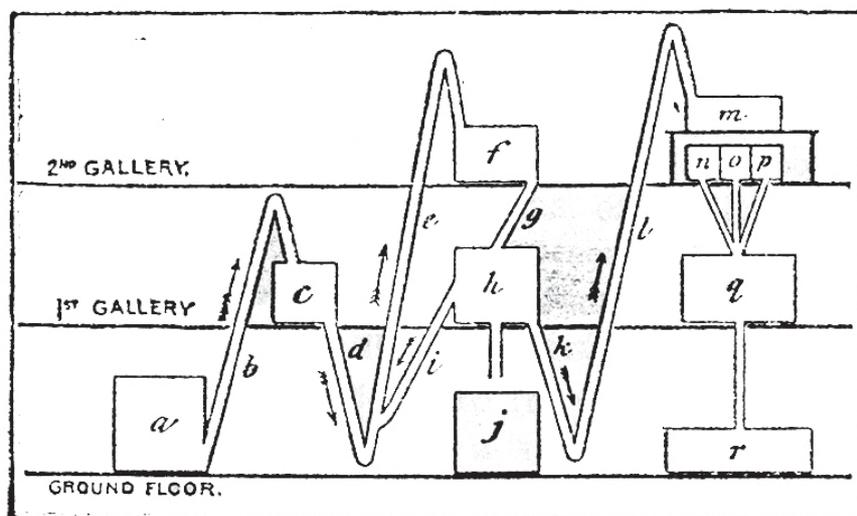
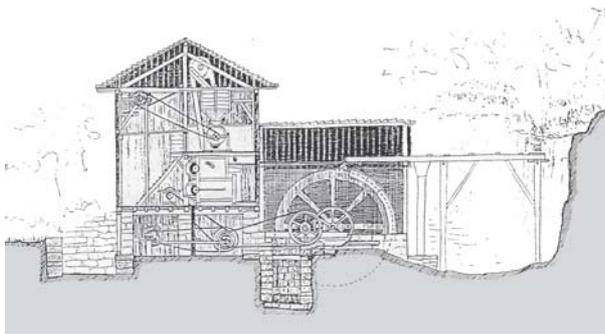


Figura 40 - Organograma da seqüência de máquinas em fazenda fluminense, descrita por Herbert H. Smith. Fonte: Smith, H. H. *Op. cit.*, julho de 1940, vol. XV, p. 232.



(...) O maquinário é propulsionado por uma turbina e por uma caldeira que a movimenta (...).<sup>104</sup>

Consta que a extinta fazenda Santana, em Areias, também levantada pelo arquiteto Andrade, na década de 1970, continha em seu engenho de beneficiamento de café equipamentos semelhantes a esses descritos: uma máquina Lidgerwood composta de despulpador, abanador e classificador, além de elevador de grãos. Na mesma edificação funcionava uma serraria e carpintaria, a moenda de cana, e uma máquina de arroz, além da tulha. A força motriz era a água, que acionava a roda, e esta, todo o maquinário. O edifício possuía três pisos: o embasamento e os canais eram de alvenaria de pedra lavrada, as paredes acima eram estruturadas por uma gaiola de madeira, com vãos preenchidos, possivelmente, por taipa de mão ou adobe.

O comentário seguinte, de Smith, devia se aplicar à maioria das fazendas da porção paulista do Vale do Paraíba, a se julgar pelas informações contidas nos inventários:

*Tempo houve em que o café era quebrado em grandes pilões de madeira, à custa de muito trabalho; e mesmo agora, em muitas fazendas, o trabalho continua sendo feito em grandes pilões com soquetes de base de metal, movidos a vapor ou a água. Em lugar de ventilador, usam peneiras de mão rasas, que as negras manejam com assombrosa destreza, separando o pó e as cascas com um jeito especial.*<sup>105</sup>



Essa resistência aos maquinários industrializados pode ser observada no caso da fazenda Restauração, em Queluz, em cujo inventário, de 1889, aparece *uma casa em aberto, coberta de sapé, contendo um monjolo, e uma outra pegada coberta de telha, assoalhada, com uma porta e uma janela, contendo ventilador de café...* Já no inventário de 1915, aparece *uma casa de machinas, contendo tres repartições para café, machinismo para café, arroz, engenho de canna, alambique...*<sup>106</sup> Ou seja, a atual casa de máquinas ali existente, deve ser obra de fins do século XIX. Trata-se de uma construção assobradada, encostada ao muro de terreiro. A cobertura possui quatro águas, com telhas capa e canal. O beiral possui guarda-pó e cachorros em peito de pomba. No entanto, sobre o terreiro, há um prolongo de uma das águas, sob o qual foram construídos dois cômodos, talvez usados como depósitos, e uma pequena varanda aberta, que serve de proteção à entrada para um desses cômodos e para a casa de máquinas, cujo pavimento superior encontra-se ao mesmo nível do terreiro.



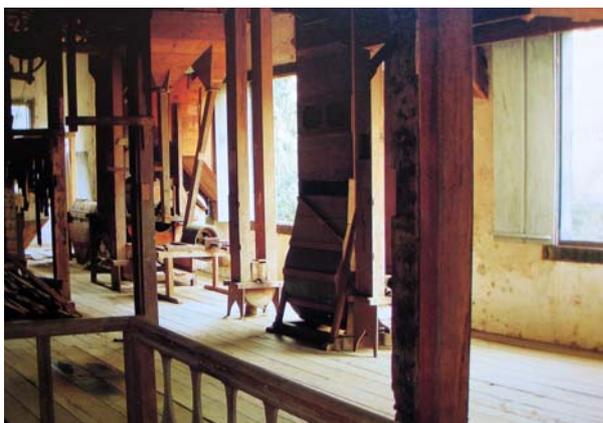
Figura 41 - Corte de casa de máquinas da fazenda Santana, Areias. Desenho original: Antônio Luís Dias de Andrade. Fonte: Carrilho, M. J. *Op. cit.*, 1994, p. 107.

Figura 42 - Casa de máquinas da fazenda Restauração, Queluz. Foto: V. Benincasa.

Figura 43 - Casa de máquinas, vista do terreiro, fazenda Restauração, Queluz. Foto: V. Benincasa.

<sup>105</sup> Idem, *ibidem*, p. 230.

<sup>106</sup> CARRILHO, M. J. *Op. cit.*, 1994, p. 69.



A casa de máquinas, propriamente dita, tem planta retangular; o embasamento é de pedras, e sobre ele ancora-se a estrutura de madeira cujos vãos são preenchidos com taipa de mão. Numa das laterais da edificação, na qual passa o canal de escoamento das águas do terreiro, a taipa de mão foi substituída por tijolos.

Internamente, o pavimento superior é assoalhado, formando um amplo salão, onde se encontram várias máquinas de beneficiamento de café. Num dos cantos da edificação, logo à frente da porta de entrada, há uma repartição, com paredes de taipa de mão, que forma um cômodo isolado, que deveria servir para guarda de ferramentas. Logo à esquerda de quem adentra o edifício pelos terreiros, há o vão de uma escada interna, protegido por guarda-corpo de balaústres recortados. Essa escada faz a ligação entre os pisos.



No pavimento inferior, o piso atualmente é de terra batida. Há vestígios de que também tenha sido assoalhado. Aqui há um amplo salão com as tradicionais roldanas e eixos suspensos na estrutura de madeira, que movimentavam as máquinas situadas no pavimento superior, além de máquinas para beneficiamento de arroz, e moinho de fubá. Esse salão comunica-se com a área externa por uma porta e várias janelas. Cerca de um terço desse piso é fechado por paredes de taipa de mão, formando um outro cômodo isolado, sem comunicação interna com o salão anterior, no qual atualmente funciona uma espécie de marcenaria e depósito, cuja entrada se faz por duas portas na lateral da edificação. As portas e janelas são simples, com vergas retas, sem nenhum tipo de ornamentação.

Externamente, o edifício é imponente pela altura, praticamente a mesma do casarão, embora sem os elementos decorativos daquele. Ambos, juntamente com os muros de pedra do terreiro, formam um dos mais belos conjuntos rurais de todo o Vale do Paraíba.

Evidentemente, essa casa de máquinas não condiz com aquelas primeiras edificações onde se encontravam os monjolos ou as baterias de pilões; ela foi construída para abrigar maquinários modernos, industrializados. Curiosa,



Figura 44 - Piso superior. Interior da casa de máquinas da fazenda Restauração, Queluz. Fonte: *O Café*. São Paulo: Banco Real/ABN AMRO Bank, 2000, p. 52.

Figura 45 - Balaústres da caixa de escada. Interior da casa de máquinas da fazenda Restauração, Queluz. Foto: V. Benincasa.

Figura 46 - Piso inferior. Interior da casa de máquinas da fazenda Restauração, Queluz. Foto: V. Benincasa.



Figura 47 - Sinais de grades nas janelas do piso inferior. Casa de máquinas da fazenda Restauração, Queluz. Foto: V. Benincasa.

Figura 48 - Canal de pedras na lateral da casa de máquinas da fazenda Restauração, Queluz. É provável que aí tenha existido uma roda d'água. Foto: V. Benincasa.

Figura 49 - Detalhe do encaixe de barrotes do piso superior. Casa de máquinas da fazenda Restauração, Queluz. Foto: V. Benincasa.

Figura 50 - Beiral com cachorros e frechais arrematados em peito de pomba. Casa de máquinas da fazenda Restauração, Queluz. Foto: V. Benincasa.

no entanto, a posição da casa de máquinas, junto ao terreiro, enquanto a tulha está afastada.

Infelizmente o inventário de 1915, da fazenda Restauração, não especifica o maquinário e sua força motriz, nem detalha o prédio, para que possamos fazer uma comparação com o que existe lá atualmente. No entanto, acreditamos que se trata da mesma edificação. As máquinas de beneficiamento ainda estão por lá, embora meio desmontadas, pois o conjunto todo está passando por um restauro e adaptações, mas vimos uma descascadora cônica, da marca Engelberg, além de classificadores, abanadores e esteiras elevatórias, cujas marcas não conseguimos identificar.

Essa foi uma das poucas casas de máquinas que encontramos praticamente intactas nas fazendas que visitamos no Vale do Paraíba. Outras duas encontramos na fazenda Quilombo, em Taubaté, e na fazenda Sant'Ana, em Lagoinha. Assim como a da Restauração, essas outras duas possivelmente são edificações do final do século XIX, ou início do século XX. Sobre a casa de máquinas da fazenda Quilombo encontramos, num artigo do jornal "O Estado de São Paulo", de 04 de março de 1901, uma interessante descrição sobre seu maquinário e funcionamento:

*Encantou-me a visita às casas das máquinas.*

*Vi um motor a vapor, da força de 10 cavalos, com caldeira de 16 e roda de ferro de 6 mts. e 15 cms. de diâmetro por 90 cms., Lidgerwood; um secador Sistema Teles, dois despoldadores Lidgerwood, assentes sobre um tanque com capacidade para 350 arrobas, os quais despoldam 150 alqueires de café por hora, café que*

*segue com água em regos de tijolos e cimento; um lavador de ferro para lavar a goma do café despoldado, quando vem para os terreiros, em regos próprios e ralos; um maquinismo para o café seco e que se compõe de uma moega com capacidade para 400 arrobas de café terreiro e 800 de despoldado; um grande elevador com duas ordens de canecas de 5 litros cada uma; um catador de pedras, um descascador nº 7, um abanador duplo, um brunidor, um separador e dois catadores – produto da casa Lidgerwood, com exceção de um magnífico catador, que é da casa Mac Hardy.*

*Além destas máquinas, vi um moinho de ferro com capacidade para 60 alqueires de fubá, por dia, dois outros moinhos que fazem por dia 25 alqueires cada um e para os quais a colônia italiana da fazenda concorre semanalmente, quando há abundância de milho, com 40 alqueires de fubá; um moinho grande, de ferro, para moer milho em espigas; uma máquina grande de furar ferro, destinado aos reparos das máquinas e um maquinismo completo, dirigido por mulheres, e destinado ao fabrico de mandioca.*

*Com exceção do secador, todos estes maquinismos foram acentes em linha reta, de um só lado, pelo hábil maquinista sr. Frederico Hubber.*

*O secador faz um ângulo obtuso em uma só casa.*

*A fazenda dispõe de água e vapor para mover os seus maquinismos e, em caso de necessidade, pode aproveitar duas forças motrizes, desenvolvendo estas uma força de 18 cavalos.*



Figura 51 - Casa de máquinas da fazenda Quilombo, Taubaté. Foto: V. Benincasa.

*Para os respectivos trabalhos além de um maquinista, há um oficial de ajustador que dirige também a ferraria e o pessoal do terreiro e fiscaliza o serviço geral da fazenda, além de um administrador e três ajudantes. O fiscal geral é o sr. Juvêncio Gomes Pinto.*

*As casas das máquinas, bem como todo o prédio de residência e suas proximidades, são iluminadas a gas, fabricado na fazenda com mamono. Para isso ali existe em largo recinto, um forno de tijolos, um condensador, um purificador e um balão de 4,5ms.*

*Cada balão consome três alqueires de mamono, produzido na fazenda; cerca de um carro de lenha e 10 horas de serviço a um trabalhador por 10 noites de iluminação para 60 bicos.*

*A condução do café da fazenda para as máquinas é feita por carroças e carroções, em que são empregados 45 animais, além da tropa e 5 juntas de bois.*

*As carroças que chegam avisam o chefe de máquina por meio de uma campainha elétrica, afim de comunicar qualquer ocorrência ou irregularidade nos cafezais, por ocasião da colheita.*<sup>107</sup>

Infelizmente, não há a descrição do edifício em si, sobre as técnicas construtivas, dimensões. A casa de máquinas, ou parte dela, ainda existe, embora em péssimo estado de conservação, depois de quase 80 anos sem função e pouca manutenção. O café foi cultivado na fazenda Quilombo até a década de 1930, quando a atividade foi inteiramente substituída pela criação de gado. É um edifício assobradado cuja estrutura primitiva era inteiramente de madeira sobre alicerces de pedra, e paredes de taipa de mão. A cobertura é de telhas capa e canal. Parte de suas paredes e de sua estrutura primitiva foi substituída por tijolos. Um dos frechais parece ter sido serrado, o que indica que a construção tinha dimensões maiores que as atuais. Não foi possível entrar no prédio devido às condições em que se encontra.

A tulha e casa de máquinas da fazenda Sant'Ana, em Lagoinha, está igualmente abandonada. Já não possui o maquinário de beneficiamento do café, restando em seu interior um debulhador de milho e um triturador de cana. Trata-se de uma edificação que aproveita o desnível do terreno, sendo térrea na parte alta e assobradada na parte inferior. Está assentada parcialmente sobre um dos muros do terreiro, que também lhe serve como parede lateral no pavimento inferior. O aspecto assobradado foi conseguido através de corte e aterro, seguro por um arrimo de pedras transversal à planta da edificação, com cerca de 4 metros de altura. O piso deste aterro, de terra batida, está no mesmo nível do terreiro, assim como o piso superior da parte assobradada. O piso inferior aliado à parte da edificação que lhe fica exatamente acima, constituíam a casa de máquinas, o restante provavelmente era usado como tulha.

O embasamento é de pedras, assim como as paredes do pavimento inferior. Já aquelas externas do pavimento superior são de tijolos, e as internas, apenas divisórias, foram erguidas em taipa de mão.

Na lateral oposta ao terreiro ainda existe a grande roda d'água metálica, que movimentava o maquinário. O antigo rego d'água, depois, seguia poucos metros até o pequeno moinho de fubá - ainda existente, com todo os seus pertences -, que funcionava com roda horizontal, e então

<sup>107</sup> Artigo encontrado na Divisão de Museus de Taubaté, do "Estado de São Paulo", de 04 de março de 1901.



Figura 52 - Casa de máquinas da fazenda Sant'Ana, vista do terreiro, Lagoinha. Foto: V. Benincasa.

Figura 53 - Casa de máquinas da fazenda Sant'Ana, lateral oposta, Lagoinha. Foto: V. Benincasa.

desembocava em um açude logo abaixo, e daí para o ribeirão. Atualmente, o rego d'água está desativado, assim como todas as instalações do velho edifício, usado como depósito, paiol, galinheiro, e abrigo para o pouco gado que resta.

Outro exemplo é o engenho da fazenda Coqueiros que, antes de ser demolido, foi documentado - em 1976 - pelo arquiteto Antônio Luís Dias de Andrade. É, certamente, edificação da segunda metade do século XIX, quando a bateria de pilões já havia sido inventada e se tornava comum nas fazendas do Vale do Paraíba. O engenho se constituía de um correr de cômodos, com estrutura de madeira, sobre baldrames de pedra com vedações de taipa de mão e de adobe. A roda d'água vertical, destinada a mover os maquinários, ficava em seu interior, com seu eixo apoiado em uma das extremidades numa parede de alvenaria de pedra, para resistir ao contato constante com a água, e a outra num esteio de madeira. O engenho de pilões estava assentado sobre um piso de lajes de pedra, destinado a suportar a trepidação. A edificação ficava próxima a um desnível, obtido por um corte de morro; dessa forma, o canal d'água, que ficava acima, era conduzido por uma abertura no telhado, despejando suas águas sobre a roda, gerando a força motriz necessária ao funcionamento do maquinário, através de um complexo sistema de eixos e polias. Depois de movimentar a roda, a água era conduzida

por um canal que passava aos fundos do casarão, e prosseguia até um moinho de fubá, que trabalhava com roda horizontal.

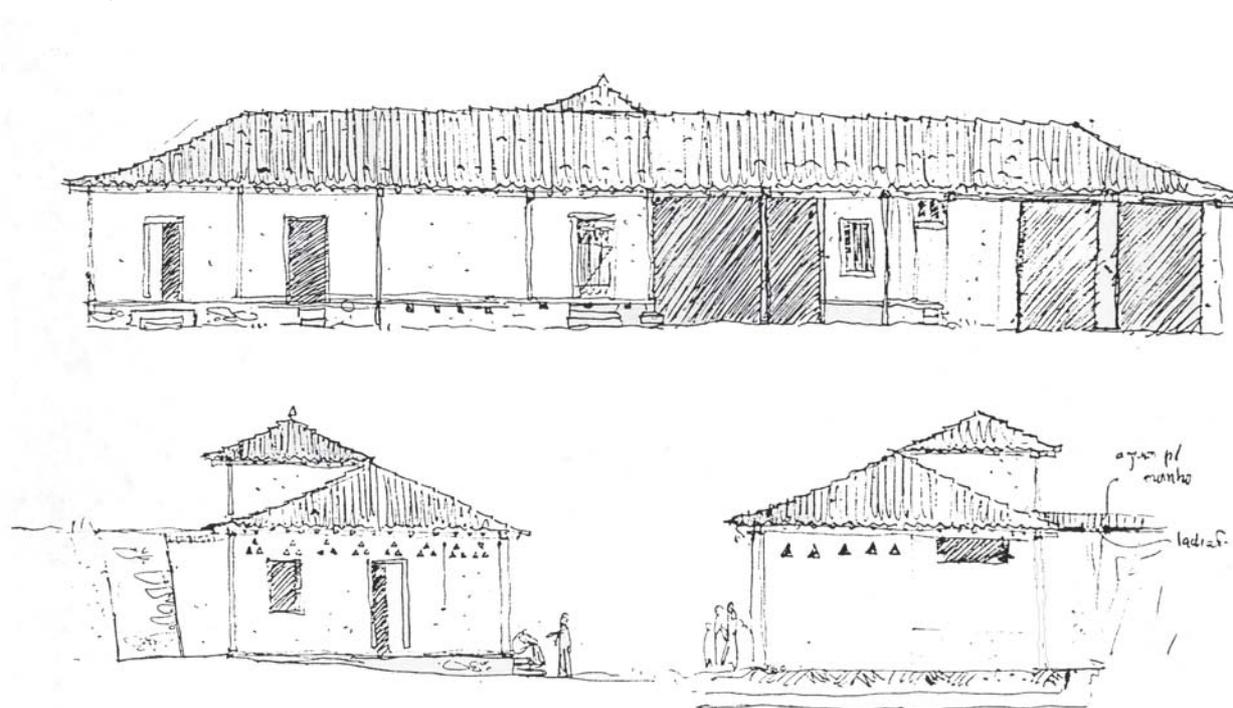
Num cômodo contíguo, ficavam as tulhas assoalhadas. Uma passarela saía do alto do desnível do terreno e adentrava a tulha por uma águafurtada no telhado: por aí o café era lançado em seu interior. Para essa tulha havia uma outra abertura: uma porta, no nível do solo.

Carrilho aponta alguns cuidados na execução desse edifício, como as pequenas aberturas triangulares existentes nas paredes, logo abaixo do frechal, que serviriam para a ventilação interna.<sup>108</sup>

Excetuando o último caso, é pouco provável que estes edifícios sejam anteriores a década de 1890, pelas descrições de inventários de fazendeiros do Vale do Paraíba, que foram encontradas nos arquivos. Há indícios, nessas informações, de que ainda ao final do século XIX e início do XX, algumas fazendas se mantinham como grandes produtoras de café nessa região, pois não investiram em maquinários se não estivessem produzindo satisfatória-

<sup>108</sup> CARRILHO, M. J. *Op. cit.*, 1994, p. 138.

Figura 54 - Casa de máquinas da fazenda Coqueiros, Bananal. Desenho: Antônio Luís Dias de Andrade. Fonte: Carrilho, M. J. *Op. cit.*, 1994, p. 105.



mente. O tema do café e das fazendas cafeeiras no Vale do Paraíba está, ainda, longe de esgotar-se; é um assunto a ser pesquisado mais profundamente, cruzando informações sobre história, economia, agronomia, sociologia e arquitetura, com leituras de artigos de jornais de época, e principalmente, inventários, além de lançarmos mão do uso de prospecções arqueológicas, que poderão trazer à luz muitas informações. Não é o que pretendemos nesse estudo, e nem teríamos condições para isso. Infelizmente, para compreender essas estruturas das fazendas cafeeiras do Vale do Paraíba, contamos com escassas fontes: poucos são as que chegaram até os dias atuais, poucas as descrições conhecidas. Os inventários, apesar dos seus parcos conteúdos, continuam sendo a fonte mais profícua de informações.

## **Engenhos de açúcar, cozinhas, oficinas, pomar, etc**

A fazenda cafeeira, nos seus primórdios, assemelhava-se a uma pequena povoação. Isolada nos sertões, tinha que produzir e conter oficinas que praticamente lhe proporcionassem tudo de que necessitava para o seu perfeito funcionamento no dia-a-dia. Não podia depender das vilas. Alguns historiadores mencionam que somente o sal e alguns metais eram adquiridos externamente. Mesmo tendo um nível de suficiência muito grande, havia outros produtos que eram adquiridos fora da fazenda. Tecidos mais finos, móveis, objetos utilitários ou de adorno, jóias, livros, jornais, remédios, e mesmo alguns maquinários, eram adquiridos em cidades. Mas, voltamos a salientar, para o uso e necessidades cotidianos, praticamente tudo era passível de ser resolvido ali mesmo, no âmbito da fazenda.

A lista de profissionais encontrada nas fazendas, fossem eles escravos ou camaradas, é enorme. Relacionados à construção e manutenção de edificações encontramos: oleiros, telheiros, pedreiros, mestres-canteiro, carpinteiros, marceneiros, ferreiros. Na produção de artigos de couro, encontramos seleiros e sapateiros; e, na produção de vestuários ou sacaria: costureiras, fiadores, alfaiates. Na produção e armazenamento de alimentos e bebidas: cozinheiros, engenheiros, ensacadores, tanoeiros, sem falar naqueles que eram destinados ao trabalho nos cafezais, nos terreiros, nos engenhos de beneficiamento, nas plantações de gêneros alimentícios (cana-de-açúcar, mandioca, milho, feijão, arroz, hortas, pomar, etc), ao trato de animais (retiro de leite, cuidado com gado bovino, suíno, mueres, aves) e aos serviços domésticos no casarão: as aias, mucamas, moleques de recado, cozinheiras, etc.

Correspondentes a esses profissionais, encontram-se nos inventários as suas respectivas oficinas: tenda de ferreiros, carpintaria, marcenaria, selarias, olarias, serrarias, moinhos, engenhos, e “seus pertences”. Eram oficinas essenciais ao funcionamento da fazenda. Ali se fabricavam e davam

manutenção aos carros de bois, carroças, carroções e suas rodas de madeira e aros de ferro, talvez mesmo liteiras, cadeirinhas e alguns móveis mais rústicos. Ali se fabricavam as janelas, portas, se aparelhava o madeiramento para a estrutura das edificações e sua cobertura, o assoalho rudimentar. Nelas se trançavam as esteiras de lascas de bambu para forrar os cômodos do casarão, fabricavam-se os cestos, os jacás, as peneiras de taquara. Faziam-se os gonzos, os lemes, os cachimbos, antigas peças metálicas que serviam para a abertura das folhas de janelas e portas, anteriores às dobradiças, e os cravos, para a consolidação de peças de madeiras.

Nas casas de fiação e costura se produzia tecido rústico para veste de escravos e para a sacaria do café. Nas selarias, os arreios, selas, relhos, chicotes e demais apetrechos destinados à montaria. Nas sapatarias, as botinas e sapatos grosseiros, destinados à lida. As atividades eram muitas, assim como o número de trabalhadores.

Outras edificações que aparecem nas relações de bens dos inventários são as cozinhas. Eram fundamentais, pois os escravos não tinham tempo para preparar seu próprio alimento, nem para ir buscá-lo na sede da fazenda. Nesses “lanços de cazas que servem de cozinha” preparava-se em grandes tachos de ferro, o alimento da escravaria que, depois, era conduzido em carroções até às roças. Stanley Stein, sobre esse assunto, diz:

*A dieta alimentar, tanto da população livre quanto escrava nas fazendas de Vassouras, representava a adaptação dos hábitos alimentares coloniais e portugueses à produção local e às necessidades de uma ampla força de trabalho escravo. Com algumas exceções, os ingredientes básicos eram originários de cada fazenda ou dos arredores; podiam ser facilmente armazenados durante meses apesar do calor do verão e da ausência de qualquer refrigeração e eram rapidamente preparados em grandes quantidades para a distribuição aos escravos da fazenda. (...)*

*Cinco substâncias nutrientes básicas – fubá, feijão, mandioca, toucinho de fumeiro e açúcar – formavam a base das quatro refeições diárias servidas igualmente ao senhor e aos escravos. Para o desjejum, os escravos recebiam porções de fubá cozido durante 20 ou 25 minutos em imensos caldeirões suspensos sobre uma fogueira ao ar livre. Com compridas colheres de madeira, os cozinheiros mexiam o mingau fumegante à medida que engrossava; esse trabalho era tão árduo que os cozinheiros se revezavam semanalmente. Com o angu, cada escravo recebia uma caneca de café quente adoçado com melão.<sup>109</sup>*

Durante o dia eram-lhes oferecidas duas refeições, o almoço e o jantar, consumidos na roça ou nas imediações da sede. Nessas, ao angu de fubá se acrescia:

(...) feijão preto ou mulatinho, temperado com pedaços de toucinho de fumeiro e gordura de porco; quando servido, o feijão era generosamente polvilhado com farinha de mandioca, a “matadora de fome”. Legumes cozidos completavam a refeição assim como um ou dois entre os seguintes: batata-doce, abóbora, nabo ou diversas verduras. Para realçar o sabor da comida, os cozinheiros acrescentavam apenas sal, pimenta ou salsa.<sup>110</sup>

Ocasionalmente, quando trabalhavam até tarde, os escravos recebiam tiras de carne seca grelhada e salpicada de farinha de mandioca. Em dias de festa, uma cuia de aguardente e, segundo Stein, na Semana Santa era servida a paçoca, feita de amendoim torrado, moído no pilão com farinha de mandioca e açúcar, que podia ser consumida com café ou pura, ou a canjica cozida no leite, com canela e cravo da Índia, e adoçada. Em época de colheita, era oferecido um leitão aos escravos que excedessem suas cotas. Complementava a alimentação frutas de época, como banana, laranjas, mangas, sapotis, jaboticabas.

A cozinha destinada aos escravos era muito simples e possuía poucos apetrechos: além da trempe para segurar o caldeirão ao ar livre, havia o grande pilão, mesas de trabalho, painéis penduradas em varetas, as peneiras de taquara para ajudar a preparar o arroz, milho, feijão; algumas gamelas, cuias. Os inventários não fornecem muito mais informações:

*Quatro ditos (lanços) que servem de cozinha e casas coberta de telhas... (fazenda Alambari, 1861)*

*Tres lanços que servem de cozinhas... Dois lanços que servem de cozinha... (fazenda Água Comprida, 1856)*

*Dois lanços de ditas que servem de cozinha aos pretos... (fazenda Monte Alegre, Bananal, 1878)*

*Um lanço de casas que serve de cozinha / Um lanço de ditas anexo, que serve de dispensa / Um lanço de dita onde se faz farinha, contendo prensa e forno de assados (fazenda da Divisa, Bananal, 1886)*

*Dois lanços de cozinhas cobertas de palha / Tres lanços de cozinhas cobertas de palha, com cinco portas / Uma casa velha que serve de cozinha, de madeira roliça coberta de telha / Uma cozinha coberta de palha / Um forno, coberto... (fazenda Mato Dentro, Bananal, 1861)<sup>111</sup>*

*Um forno de biscoitos / Dois lanços que servem de cozinha... (fazenda da Água Comprida, Bananal, 1856)*

*Dois lanços de casa cobertas de telha para enfermaria e cosinha... (fazenda Independência, Bananal, 1884)<sup>112</sup>*

Carlos Augusto Taunay, em seu Manual do Agricultor Brasileiro, descreve que essas cozinhas eram muito sujas, com seu chão de terra batida transformado em lama, onde abundavam as moscas, e com cheiros *insuportáveis, nocivos à saúde* (...).<sup>113</sup> A precariedade dessas instalações não oferecia, mesmo, condições à higiene. Juntos dessa cozinha externa, ou nas suas proximidades, ficavam os moinhos de fubá, as casas de farinha – com suas rodas de ralar mandioca, prensas e fornalhas, e as casas para fabrico de queijo.

Uma outra edificação muito freqüente nos inventários são os engenhos de cana, para produção de açúcar e aguardente, muitos deles remanescentes da época em que as fazendas se dedicavam exclusivamente à fabricação desses produtos. Ao lado do café, o açúcar continuou sendo uma importante fonte de renda para as fazendas, ao longo do século XIX, principalmente na sua primeira metade.

Havia também as enfermarias, destinadas a atender os negros, que deviam seguir mais ou menos as mesmas condições gerais de insalubridade existentes nessas fazendas do Vale do Paraíba. Segundo Stein, os maus tratos, o excesso de trabalho, as péssimas condições de higiene, faziam com que, em média, cerca de 20% da mão-de-obra escrava estivesse sempre com algum tipo de moléstia. Daí a necessidade de haver um edifício de isolamento para que uns não contaminassem os outros. Os tratamentos destinados aos negros doentes não eram nada especializados, na maior parte das vezes restringiam-se aos cuidados com ervas medicinais e algum remédio mais comum. Recorriam-se aos manuais de medicina, como o Langgard ou o Chernoviz, ou aos curandeiros e benzedeiros. Doenças incuráveis, quando diagnosticadas, segundo Stein, eram acompanhadas da libertação do escravo, deixando assim de ser um problema ao fazendeiro. Os que mais sofriam eram as crianças, cujos índices de mortalidade eram de um em cada três nascimentos. Assim, nos arrolamentos de bens aparecem lanços destinados a “hospital” e a “enfermarias”; algumas poucas fazendas contavam com boticas próprias, como a Boa Vista, de Bananal, mas sobre elas nenhuma informação adicional aparece nos inventários.

A paisagem das fazendas possuía, ainda, os locais para guarda e criação de animais, como estábulos, currais, chiqueiros, galinheiros, cocheiras, as garagens para os carros, depósitos de ferramentas e as hortas e pomares. A criação de animais como porcos, aves, gado eram extremamente

<sup>109</sup> STEIN, S. *Vassouras. Um município brasileiro do café, 1850-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990, pp. 210-211.

<sup>110</sup> Idem, *ibidem*, pp. 211-212.

<sup>111</sup> CARRILHO, M. J. *Op. cit.*, 1994, p. 60.

<sup>112</sup> MOURA, C. E. M. de. *Op. cit.*, 2000, pp. 57-8.

<sup>113</sup> STEIN, Stanley. *Op. cit.*, p. 214.

necessários e faziam parte das instalações de subsistência das fazendas de café. Além da carne e seus derivados como lingüiças, carne seca, toucinho, banha, ovos etc, utilizava-se o couro, ossos, chifres, penas, para a fabricação de travesseiros, botões, calçados, tralha de montaria, entre outros objetos muito úteis ao cotidiano. O pomar sempre esteve presente nas fazendas cafeeiras e, não raro, é mencionado nos inventários, com especial destaque para a quantidade de pés de jabuticabeiras e de laranjeiras, como nos exemplos a seguir:

*...hum laranjal novo... / huma chácara com laranjal... (fazenda das Formigas, Bananal, 1857)*

*...hum pomar com tres mil pés e densas alamedas... (fazenda Bela Vista, Bananal, 1857)*<sup>114</sup>

*...pomar com cerca de cem pés de jabuticaba, todo elle murado... (fazenda Boa Vista, Cruzeiro, 1898)*<sup>115</sup>

É interessante a citação feita no inventário da fazenda Cachoeira, de Bananal, em 1854, onde se diz que o pomar tem 112 pés de árvores frutíferas, cada um avaliado a mil-réis, e cinco pés de jabuticaba, avaliados cada um a 10 mil-réis. Essa predileção pela jabuticabeira atravessaria todo o ciclo cafeeiro paulista, fazendo dela a árvore-símbolo dos pomares dessas fazendas.

## Ranchos, Casas e Senzalas

Com o aumento da produção cafeeira, a fazenda transformou-se num núcleo de grande concentração populacional, algumas chegando a centenas de pessoas. Nela residiam os proprietários e seus familiares, feitores, administradores, os camaradas e os escravos, conforme já mencionado anteriormente. Ocasionalmente, também abrigavam tropeiros, de passagem pela região. Algumas fazendas eram, mesmo, ponto de parada de tropas. Quando instalados em fazendas, esses ranchos para tropas às vezes incluíam vendas, e os fazendeiros comerciavam seus diversos produtos, para abastecimento dessas caravanas. Os ranchos aparecem em algumas fazendas, como na Bela Vista, de Bananal, e na Boa Vista, da mesma cidade, cujo inventário de 1882 oferece uma descrição mais detalhada:

*Nove lanços de Casas a beira da Estrada geral, cobertos de telha, que servem de Rancho de passageiros, com dous lanços feixados que servem de Casa de Negócio, tendo em cada hum destes, hum Balcão e parteleiras e hum dos ditos sendo assualhados: todos os dois com nove portas, e quatro janellas incluzive hum pequeno puxado que serve de cozinha...*<sup>116</sup>

Uma outra descrição aparece no inventário da fazenda Barreiro, em São José do Barreiro, de 1836:

*Huma caza que serve de negocio na Estrada construido de Madeira lavrada cuberta de telha e contendo cinco portas e huma janella com Armassão mal construída e huma cuzinha de meia Agua sendo esta de dous lanços... / Quatro lanços de cazas na estrada em aberto que serve de rancho aos passageiros, e tropeiros, tudo coberto de telha...*<sup>117</sup>

Saint-Hilaire, sobre a sua passagem pela fazenda Pau d'Alho, em 1822, descreve um rancho para tropas existente nessa fazenda:

*Ceguei ao rancho com dor de cabeça muito forte. Outras tropas já ali haviam tomado lugar. O sol desferia raios na área que nos fora reservada, acabando por me incomodar seriamente. A fumaça dos fogos acesos pelas tropas cegavam-me, o vento dispersava meus papéis e eu via-me obrigado a enxotar a cada momento cães, porcos e galinhas. Nunca senti tantos os inconvenientes dos ranchos.*<sup>118</sup>

Por essas descrições, podemos verificar a existência de ranchos fechados e mais completos, inclusive com cozinhas, que não deveriam ser muito diferentes daquelas existentes nas fazendas para os escravos, para o uso dos tropeiros, e outras compostas apenas de uma cobertura, a julgar pelo depoimento de Saint-Hilaire, a quem incomodavam o sol, o vento e os animais.

As habitações destinadas aos trabalhadores das fazendas subdividiam-se em dois tipos: a dos escravos e a dos trabalhadores livres. Quanto a essas últimas, as descrições são sumárias, às vezes aparecendo em uma mesma edificação destinada a outras funções:

*Onze lanços de senzallas de telhas e caza de feitor... / Tres cazas velhas... (fazenda da Formiga, Bananal, 1857)*<sup>119</sup>

*Huma dita (casa) de três lanços com quintal, horta e telheiro para morada do administrador... (fazenda Boa Vista, Cruzeiro, 1898)*<sup>120</sup>

<sup>114</sup> Inventário de Alferes Francisco de Aguiar Vallim, 1857.

<sup>115</sup> Inventário do Major Manoel de Freitas Novaes, 1898, Cruzeiro.

<sup>116</sup> CARRILHO, M. J. *Op. cit.*, 1994, pp. 62-3.

<sup>117</sup> Idem, ibidem, p. 63.

<sup>118</sup> SAINT-HILAIRE, A. de. *Segunda Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo*. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: EDUSP, 1974, p. 102.

<sup>119</sup> Inventário de Alferes Francisco de Aguiar Vallim, 1857.

<sup>120</sup> Inventário do Major Manoel de Freitas Novaes, 1898.

*Huma casa de tres lanços separada para o feitor, tronco, e despejo, tudo coberto de telhas... (fazenda Quilombo, Areias, 1856)*

*Huma casa que serve para o feitor, com casa de tenda e estrebaria... (fazenda Campinho, São José do Barreiro, 1877)*<sup>121</sup>

*Quatro lanços de casa, sendo um lance para enfermaria, um para a família do feitor, e dois de madeira... (fazenda Quilombo, Areias, 1883)*<sup>122</sup>

O único caso em que aparece uma casa um pouco melhor é descrito no inventário da fazenda Boa Vista, em Cruzeiro, do final do século XIX, época em que a função de administrador já tinha ganhado maior distinção.

Na maioria dos arrolamentos, as casas para trabalhadores livres - fossem feitores ou administradores - não apresentam nada que as destaque do conjunto, seja quanto ao seu formato, ou quanto ao seu aspecto construtivo. Deviam ser edificações simples, e talvez o único privilégio delas fosse a garantia de um certo isolamento familiar.

Quanto às senzalas, raras são as que chegaram até os dias atuais, o que talvez se justifique pela técnica construtiva empregada: pelos inventários fica claro que a maioria delas tinha estrutura de madeira e vãos preenchidos com pau-a-pique, cobertas por telhas capa e canal ou palha, técnicas muito frágeis, que necessitam de manutenção constante. Poucas são aquelas que foram construídas em taipa de pilão, a julgar pelos arrolamentos dos inventários.

Segundo Marquese, até a década de 1840 o tipo de moradia de escravos mais comum foi a senzala cabana isolada, ora

ocupada por famílias inteiras, ora por elementos do mesmo sexo. Construídas pelos próprios escravos, reproduziam o esquema de suas antigas habitações na África. Elas aparecem numa descrição de Saint-Hilaire, de 1822, em Areias, onde o francês relata a presença de *choças de negros* junto aos cafezais e casas de fazenda, e também em entrevista de um antigo proprietário da fazenda Pasto Grande, em Taubaté, que afirmava nunca ter existido senzala na fazenda e, sim, oito ou dez casas de pau-a-pique que haviam sido ocupadas pelos negros.<sup>123</sup>

Somente a partir da década de 1840 é que teria se difundido o uso das senzalas em lanços corridos ou em quadras, preconizado nos manuais de Laborie, do Barão do Pati do Alferes, Taunay, entre outros, como forma de se exercer maior controle sobre o elemento africano, que começava a tornar-se muito numeroso nas propriedades aumentando, com isso, a possibilidade de levantes.

Nos inventários, a maioria dessas edificações aparece na forma dos lanços corridos ou em quadra. Sendo apenas local de abrigo e não de moradia no sentido estrito, além de destinar-se a escravos, que eram considerados tão somente força de trabalho, entendemos a precariedade dessas edificações, sua fragilidade e rusticidade. Quanto à localização delas, sempre na sede, ora aparecem unidas aos casarões, ora separadas desse, circundando o terreiro.

<sup>121</sup> MOURA, C. E. M. de. *Op. cit.*, 2000, p. 57-9.

<sup>122</sup> CARRILHO, M. J. *Op. cit.*, 1994, p. 62.

<sup>123</sup> SIMI Jr., R. *Op. cit.*, junho de 1968, p. 25.

<sup>123</sup> SIMI Jr., R. *Op. cit.*, junho de 1968, p. 25.

Figura 55 - Cabanas de negros. Fonte: Rugendas, J. M. *Viagem Pitoresca através do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989, p. 71.





Figura 56 - Senzala avarandada, fazenda São Luís, Massambará, Rio de Janeiro. Fonte: Stein, Stanley. *Op. cit.*, s/p.

Uma das explicações para essa proximidade é o alto custo do escravo, em muito superior ao da terra: uma intensa fiscalização e controle eram necessários para coibir fugas e revoltas. Outra, é a própria disciplinarização do trabalhador e do trabalho, cuja proximidade do casarão era facilitada.

Algumas descrições falam em senzalas avarandadas, fechadas ou não, denotando que havia um certo cuidado para que os escravos não apanhassem a friagem da manhã, de acordo com as regras preconizadas nos manuais agrícolas. Algumas antigas fotos e pinturas de fazendas do Vale do Paraíba, em sua porção paulista e fluminense, mostram os edifícios como sendo longilíneos, com uma ou duas águas de telhado, situados em geral ao redor de pátios próprios ou do terreiro de café. A face externa raramente possui algum tipo de abertura, e estas, quando aparecem, são muito pequenas, apenas para ventilação, nunca para iluminação. A única abertura é uma porta, voltada para o interior do pátio ou para o terreiro. Por vezes, essas portas voltam-se para varandas, ora abertas, ora fechadas. O piso, quase sempre, era de terra batida, embora haja menções a senzalas, em fazendas fluminenses, com piso assoalhado. A divisão das senzalas mudava de fazenda em fazenda: em algumas havia cubículos destinados aos casais que constituíam famílias, ou casas isoladas; já os escravos solteiros se amontoavam em dois galpões, um para as mulheres, outro para os homens. Em outras fazendas, os cubículos se sucediam, abrigando um certo número de escravos, divididos por famílias ou por sexo. Essas são as descrições mais comuns. Em inventários, uma das melhores descrições é a da fazenda Pirapetinga, em Bananal, em inventário de 1869:

*Desenove lanços de Casas em hum quadro, que servem de senzallas, tudo coberto de telha feitas de madeira lavradas, rebocados e caiados as frentes e calçado tudo*

*de pedra á roda, com vinte e huma portas, e duas janellas...*<sup>124</sup>

As senzalas que restaram são, em geral, de meados do século XIX, e talvez não sejam as primeiras edificações com esse fim, nessas fazendas. Podemos ainda observar as ruínas das senzalas das fazendas Sant'Ana, em Lagoinha, e Quilombo, em Taubaté, ambas construídas em taipa de pilão, cobertura com telhas capa e canal e piso de terra batida. A primeira trata-se de uma edificação retangular, em corpo isolado, numa das laterais do casarão, logo à frente do antigo terreiro, com cobertura em duas águas, e empenas em taipa de mão, com algumas divisões internas também em taipa de pilão e outras, mais recentes, de tijolos. Encontra-se atualmente em ruínas. A segunda, da fazenda Quilombo, apresenta técnica mista de taipa de pilão e taipa de mão, com cobertura também em duas águas.

Nas duas, porém, notamos interferências como aberturas de portas e janelas, além das divisões internas posteriores, reformas justificáveis uma vez que no período pós-escravidão esses edifícios tiveram usos diversos: muitos deles tornaram-se habitações para famílias de imigrantes, outros se transformaram em depósitos, tulhas, etc.

Outra senzala ainda existente, embora quase integralmente reconstruída em intervenção do IPHAN, é a da fazenda Pau d'Alho, de São José do Barreiro, que conta com dez cubículos, cada um com uma porta e uma janela, voltados para o terreiro. As janelas podem ter sido abertas posteriormente, uma vez que esse tipo de abertura não foi comum em senzalas.

<sup>124</sup> CARRILHO, M. J. *Op. cit.*, 1994, p. 59.



Figura 57 - Senzala, em ruínas, em taipa de pilão, fazenda Sant'Ana, Lagoinha. Foto: V. Benincasa.

Figura 58 - Senzala, em taipa de pilão, fazenda Quilombo, Taubaté. Foto: V. Benincasa.

Figura 59 - Senzala. Fazenda Pau d'Alho, São José do Barreiro. Foto: V. Benincasa.

## Casarão

Os casarões remanescentes das antigas fazendas cafeeiras são parte integrante da paisagem rural do Vale do Paraíba. Em meio ao verde dos pastos e capoeiras de matas no relevo acidentado, os seus grandes volumes de cor clara, suavizados pelos telhados marrons-avermelhados e as intermináveis fileiras de janelas, destacam-se e encantam o visitante.

Dentre todas as edificações das fazendas, foi na execução dessas moradias que mais se investiu, sendo sempre as de construção mais requintada e elaborada do conjunto.

Em sua maioria, esses casarões surgiram na primeira metade do século XIX, numa época marcada por muitos acontecimentos importantes na cena mundial e brasileira - tanto de ordem política, quanto econômica - que influenciariam sobremaneira as novas habitações e o modo de vida dos grandes núcleos rurais brasileiros.

No plano internacional, com a Revolução Industrial as fábricas européias e americanas produziam novos artefatos que aumentavam consideravelmente os níveis de conforto e de ornamentação das edificações. O surgimento da navegação a vapor facilitava a exportação desses produtos para os mais distantes locais do mundo. No Brasil, a vinda da família real portuguesa para o Rio de Janeiro, em 1808, fugindo das tropas napoleônicas, dava novo status à cidade, transformando-a na sede temporária de um reino europeu e instalando padrões de moradia e sociabilidade até então desconhecidos. Os portos brasileiros, abertos ao comércio mundial, passam a receber toda a sorte de produtos industrializados, inclusive material de construção civil e de acabamento, além de objetos de decoração, utilitários e mobiliário. Ao mesmo tempo, o café iniciava sua arrancada para se tornar a maior lavoura comercial já instalada em terras brasileiras, gerando riquezas enormes. Os cafeicultores enriquecidos passam a conviver com uma Corte européia que logo depois, com a independência, se transformaria na Corte Imperial, o Rio de Janeiro. Adquirem novos hábitos, seus filhos passam a estudar na Europa, a falar francês, a refinar os gostos. O café lhes traria títulos de barões, viscondes, condes... A "nobreza" invadia os sertões rudes do Vale do Paraíba e tudo isso interferiria na arquitetura das suas casas de vivenda.

No início do século XIX, a vinda de grande quantidade de mineiros, instalando-se em diferentes pontos do Vale do Paraíba paulista, também provocava alterações na arquitetura produzida na região. A técnica da taipa de mão seria mais utilizada do que até então, tornando as edificações mais leves, elegantes, com desenho muito diverso da arquitetura paulista do período anterior. Saia, a esse respeito, nos diz:

*Enquanto nesta última arquitetura se mantém uma discreta proporção nas envasaduras, na intenção decorativa e o caráter severo da planta, naquela se verifica uma generosidade maior na proporção de cheios e vazios, mais liberalidade decorativa e um sentimento já aburguesado na planta – o que lembra gente que estagiou numa sociedade cujo teor de concentração urbana foi notavelmente acentuado.<sup>125</sup>*

Os mineiros realmente chegavam a terras paulistas trazendo consigo uma bagagem cultural muito grande. Nas cidades do ciclo do ouro, a vida social e cultural era muito mais intensa que nas vilas paulistas da mesma época. Teatros, saraus literários, música: as artes em geral resplandeciam, podendo ser apreciadas nas capelas, nas igrejas, na arquitetura dos casarões daquelas cidades. O dinheiro farto proporcionava tudo isso, inclusive os estudos em Coimbra, em Lisboa, no Porto, ou em Paris, dos filhos de mineradores, de lavradores, etc, enricados, direta ou indiretamente, pelo ouro e pelas pedras preciosas.

A decadência da mineração e o sucesso da lavoura paulista, primeiro com o cultivo da cana-de-açúcar e depois com o café, atraiu todo o tipo de gente. Acorreram às terras paulistas muitos mineiros, não só lavradores, pecuaristas, comerciantes, dispostos a investir na cafeicultura, mas também operários da construção civil.

Já no século XVIII, como vimos no primeiro capítulo, a arquitetura residencial bandeirista dos estabelecimentos rurais havia passado por alterações, com a vinda desses mineiros: a anexação da área de serviço ao corpo da casa; o fechamento do alpendre fronteiro; a construção das casas em declive do terreno, não mais em terraplenos, aproveitando para ganhar um espaço inferior usado como porão; a adoção mais freqüente da técnica da taipa de mão; o uso de ensambladuras mais elaboradas nos encaixes de madeiras. Ou o surgimento de detalhes mais refinados no acabamento das edificações, como o uso de madeira recortada nos balaústres de guarda-corpos de escadarias e nas bandeiras de portas e janelas; uso de guarda-pós nos beirais; melhor elaboração nos detalhes de cantaria. A presença, nas casas paulistas, de prolongos nas coberturas, cachorros e frechais ensamblados e arrematados em peito de pomba e os balaústres de madeira recortada denunciam uma transposição de padrões de arquitetura difundidos em Minas Gerais por construtores originários de Portugal, vindos principalmente da região do Minho, Douro e Trás-os-Montes.<sup>126</sup>

Mas foi principalmente a partir do início da cafeicultura que a arquitetura do Vale do Paraíba revelou características próprias, buscando respostas às solicitações que a nova ordem socioeconômica lhe impunha. O modo tradicional de morar do paulista se transformava com as novas técnicas construtivas e com os novos programas habitacionais. Um modo híbrido de habitação surgiu, embora, como salientam os historiadores de arquitetura, duas grandes sub-regiões

possam ser distinguidas no Vale: uma de predomínio da taipa de mão e do adobe, na região limítrofe com o Rio de Janeiro; outra em que dominou a taipa de pilão, onde havia um forte povoamento paulista. Predomínio, não exclusividade!

A chegada da Missão Francesa à corte do Rio de Janeiro também introduziria alguns elementos que diferenciariam essas casas, do século XIX, da dos séculos anteriores. A adoção do neoclassicismo como arquitetura oficial da corte deixou marcas, mesmo que tênues, na execução dessas casas rurais do café. Podemos perceber uma maior preocupação com a elaboração do desenho da fachada, uma busca pela simetria, uma maior harmonia na distribuição dos vãos, a adoção do porão (mesmo quando em casas térreas, para evitar o contato direto dos pisos assoalhados com o solo), e o conseqüente aparecimento dos óculos de ventilação. São detalhes pequenos, mas que davam um grande ganho de qualidade a essas edificações. Em algumas, surgem mesmo o uso de cimalkas, de cunhais imitando pilastras, molduras nas janelas, folhas de portas e janelas almofadadas, e o emprego do arco pleno encimando as portas principais.

Mesmo assim elas guardam em si, ainda, as lições apreendidas no período colonial, principalmente, no que diz respeito ao uso dos materiais disponíveis como terra, madeira e pedra, a adaptação ao clima e ao relevo locais; são casas amplas, bem ventiladas e iluminadas pelo sol abundante que invade suas inúmeras janelas e, se sua arquitetura não foi mais ousada, certamente isso tem a ver com a limitação técnica dos profissionais existentes na região e com uma forma de viver que, mesmo tendo incorporado novos hábitos, mais sofisticados, adquiridos com a riqueza e o convívio na corte e nas viagens à Europa, mantinha tradições muito fortes.

As casas senhoriais guardam semelhanças entre si no aspecto construtivo: a alvenaria de pedra, o adobe, as taipas de mão e pilão são as técnicas utilizadas nos casarões do Vale do Paraíba. Elas aparecem indiscriminadamente por todas as regiões, seja no Alto e Médio Vale paulista, seja nas regiões próximas ao Caminho Novo.

Sobre as fazendas dessa última região, mais próxima ao Rio de Janeiro, Carrilho afirma que elas são, em sua maioria, edificações assentadas em terrenos com alguma declividade, de modo que o embasamento é, geralmente, formado pelos muros de contenção e paredes de alvenaria de pedra. Sobre este embasamento repousa a tradicional estrutura em gaiola, constituída de esteios, baldrames e frechais com vedos de adobe ou pau-a-pique. (...) Em outros casos a utilização de alvenaria de pedra no embasamento está limitada aos muros

<sup>125</sup> SAIA, L. *Morada Paulista*. São Paulo: Perspectiva, 1972, p. 166.

<sup>126</sup> ANDRADE, L. A. D. de. *Op. cit.*, 1984, p. 39.



de arrimo e o restante do porão está apoiado sobre pilares de alvenaria de pedra ou sobre estrutura de madeira composta de esteios e madres. Os vãos são preenchidos com adobe, como ocorre nas residências das fazendas Cachoeira em Bananal, da Barra e Santo Antônio da Cachoeira, em São José do Barreiro. Estas estruturas em gaiola apresentam, nestes casos, baldrame contínuo de modo que a trama estrutural de madeira é autônoma em relação ao embasamento. A estrutura da cobertura é quase sempre realizada por asnas, as quais são interligadas pelas terças, cumeeiras e espigões, sobre os quais se apóia a trama que suporta o entelhamento.<sup>127</sup>

Mas a taipa de pilão também está presente nessa região, assim como as técnicas de alvenaria de pedra, de taipa de mão e adobe também aparecem nos lados de Taubaté, de Pindamonhangaba, de São Luiz do Paraitinga, por exemplo. Podemos citar o caso da fazenda Saudade, em Bananal, em que o pavimento inferior é de alvenaria de pedra, e o sobrado de barro socado. O mesmo ocorre na fazenda Coqueiros, em Bananal, cuja implantação em terreno plano aproxima-se mais daquelas casas de tradição paulista. Aqui, o embasamento é de pedra, e as paredes externas da casa, de taipa de pilão.



No casarão da fazenda Resgate, o arcabouço é feito quase inteiramente de parede de taipas de pilão, sobre embasamento de pedra, enquanto as paredes internas e algumas externas, que ocorrem aos fundos da edificação, são de taipa de mão. São permanências de uma técnica, mas não se podem filiar esses casos a uma tradição paulista do morar. É necessário reforçar que a arquitetura residencial paulista do meio rural já havia sido modificada no século anterior com a vinda maciça de mineiros para São Paulo.



A fazenda Bom Retiro é um interessante exemplo, em que o embasamento e o pavimento inferior são constituídos de taipa de pilão, enquanto o piso superior possui a estrutura de madeira, a gaiola, com esteios, baldrames e frechais, preenchida com adobes dispostos em espinhas de peixe, como se fazia com tijolos cerâmicos no litoral.<sup>128</sup> O predomínio, no entanto, é o do embasamento de pedra, sobre o qual se dispõe a estrutura de madeira em gaiola, preenchido por taipa de mão. É difícil filiar uma construção a uma determinada origem, mesmo porque pessoas de variadas origens conviviam numa mesma região. Há mesmo casos de casarões em que várias técnicas coexistem, indicando que deve ter havido ampliações em diferentes épocas, por diferentes construtores, como

Figura 60 - Aspecto externo do casarão da fazenda Resgate, Bananal. Foto: V. Benincasa.

Figura 61 - Aspecto externo do casarão da fazenda Bom Retiro, Bananal. Foto: V. Benincasa.

Figura 62 - Aspecto externo do casarão da fazenda Coqueiros, Bananal. Foto: V. Benincasa.

<sup>127</sup> CARRILHO, M. J. *Op. cit.*, 1994, p. 102. Todas essas fazendas se encontram em Bananal. A Luanda, atualmente passa por reformas e perdeu parte de suas características originais. A Formiga foi transformada em hotel-fazenda há alguns anos, com o nome de Casa Grande.

<sup>128</sup> Idem, *ibidem*, p. 116.



nas fazendas Coqueiros, em Bananal, e da Barra, em São José do Barreiro.

Não diferem muito, portanto, daquelas das regiões de Taubaté, de São Luiz do Paraitinga, de Pindamonhangaba, a não ser pelo fato de que nessas outras regiões, muitas casas foram construídas ao menos com a parede externa e o embasamento de taipa de pilão, o que foi mais raro na região que se estende de Bananal a Queluz. A fazenda Amarela, em Pindamonhangaba, a Bonfim e a Fortaleza, em Taubaté, possuem essas características, tendo as paredes internas em taipa de mão.



As fazendas Quilombo, em Taubaté, e a Sant'Ana, em Lagoinha, possuem em seus casarões aspectos construtivos semelhantes entre si, uma variação daqueles já descritos: ambos assentados sobre embasamento constituído de taipa de pilão, sobre os quais erguem-se as gaiolas de madeira com vãos preenchidos pela taipa de mão.

Ou seja, não há exclusividade no uso das técnicas construtivas, elas aparecem indistintamente por todo o Vale paulista; podemos apenas detectar predominâncias de solução construtiva em um ou outro local, fato este provavelmente relacionado mais à presença de trabalhadores que dominavam um ou outro tipo de técnica, do que a uma tradição construtiva local. Era um período de transformações e inovações naquelas técnicas que, por quase duzentos anos, se praticaram na porção povoada do Vale do Paraíba paulista. A arquitetura dessas duas áreas, assim, não surgia simplesmente da somatória de contribuições diversas. *Configura-se a partir do novo momento, emprestando é certo, soluções obtidas nas experiências anteriores, reelaboradas de acordo com as solicitações próprias dos afazeres pertinentes à produção do café.*<sup>129</sup>



Quanto à tipologia adotada, podemos distinguir, por todo o Vale, os casarões térreos, os assobradados, e os que aproveitam o desnível do terreno, tendo um aspecto térreo

<sup>129</sup> ANDRADE, L. A. D. de. *Op. cit.*, 1984, p. 39.



Figura 63 - Aspecto externo do casarão da fazenda da Barra, São José do Barreiro. Foto: V. Benincasa.

Figura 64 - Aspecto externo do casarão da fazenda Amarela, Pindamonhangaba. Fonte: Lemos, C. A. C. *Op. cit.*, 1999, p. 162.

Figura 65 - Aspecto externo do casarão da fazenda Quilombo, Taubaté. Foto: V. Benincasa.

Figura 66 - Aspecto externo do casarão da fazenda Sant'Ana, Lagoinha. Foto: V. Benincasa.

em um dos lados, geralmente a parte traseira, e assobradado no outro. É uma casa diferente daquelas bandeiristas, que se construíam exclusivamente sobre pequenas plataformas artificiais e, também, não se usava indiscriminadamente o piso de terra batida, ou com assoalho disposto diretamente sobre o solo. O jeito mineiro de construir já fora assimilado, aproveitando os desníveis do terreno natural, ocupando os espaços sobrados sob o piso da casa como porões utilizáveis, ou, se o espaço resultante era decorrente de um corte do terreno, seguro por arrimo de pedras, anexava-se o espaço resultante, como novos cômodos. Mas, mesmo incorporando algumas influências mineiras na implantação, a casa rural paulista dessa primeira metade do século XIX é muito menos movimentada. Aqui não aparecem com freqüência os alpendres, os puxados. A planta é mais compacta, sólida, em geral desenvolvendo-se em L ou U, o que se reflete na volumetria e na sobriedade do aspecto externo.

Nas fachadas, é raro encontrar alpendres percorrendo toda a sua extensão. A existência desse tipo de alpendre leva sempre à suposição de um acréscimo posterior à construção da casa. São mais comuns, quando existem, os pequenos alpendres cobrindo apenas a porta principal - ou no máximo a porta e algumas janelas laterais - ao qual se tem acesso por escadas de pedras, com desenhos variados. Também praticamente não há ornamentos, que se limitam, quando ocorrem, a cimalkas e cunhais um pouco mais elaborados, uma ou outra bandeira de porta ou guilhotina de janela com desenhos decorativos, um medalhão, com a data ou iniciais, sobre a porta principal. Nos casarões assobradados aparecem, às vezes, pequenas sacadas com gradis metálicos em desenhos requintados, quase sempre também ostentando a data de construção e as iniciais dos proprietários.

A volumetria também é simples, limitada pela planta retangular, como nas casas das fazendas Bom Retiro, em Bananal; da Fábrica e Amarela, em São Luiz do Paraitinga; Nossa Senhora da Conceição, em Caçapava Velha. Porém, o mais comum é o emprego das plantas em L, em que a área de serviços fica junto à residência. Nas casas construídas a partir do século XIX foi usual esse tipo de planta; nas casas anteriores é mais difícil esse tipo de solução e, quando ocorrem, podem ser acréscimos posteriores à sua construção. Mais raras são as plantas em U, formando um pátio traseiro, como na Boa Vista, de Bananal, ou com mais de um anexo, como na fazenda Luanda, também em Bananal.

O aspecto dessas edificações é extremamente sóbrio: grandes prismas retangulares recobertos por grandes panos de telhados em que aparece invariavelmente a telha capa e canal. Nas edificações com planta em U, aparecem os rincões formados pelo encontro de dois panos congruentes do telhado: as águas pluviais aí despejadas eram coletadas por telhas do tipo canal sobrepostas, ou por cochos coletores feitos de madeira, à maneira de calhas, já que não haviam as metálicas.

O madeiramento do telhado, quase sempre superdimensionado, era composto pelas empenas, o tensor, as asnas, as escoras e a cumeeira. Sobre essa estrutura básica eram colocados os caibros e as ripas. Um detalhe muito usado era o galbo do contrafeito, que proporcionava aos telhados um deslocamento curvo do pano do telhado próximo ao beiral, fazendo com que as águas da chuva fossem lançadas o mais longe possível das paredes. Além desse aspecto técnico, o efeito estético é extremamente agradável. Como bem observou Andrade, as casas rurais da região do Médio e Alto Paraíba não possuem o contrafeito em seus beirais, diferenciando-as das demais:

*Os beirais por exemplo, perdem o galbo tradicional, apoiados os caibros nas extremidades dos cachorros – quase sempre escondidos sob tabuado disposto à guisa de cimalka – tornando os panos da cobertura menos graciosos, mais rígidos.<sup>130</sup>*

O grande destaque das fachadas era dado pelo acesso principal ao interior da casa. Na maioria das casas, apenas um piso era destinado à moradia do fazendeiro, mesmo quando havia o porão utilizável. Há exceções, como no caso da fazenda Restauração, em Queluz, em que o piso inferior apresenta cômodos destinados a recepção, e local de negócios.

Em todos os casos, porém, a entrada ao casarão recebe um tratamento especial, de maneira a não deixar dúvida sobre qual é o principal acesso a seu interior. O uso do porão para sobreerguer o casarão do rés do chão propiciava o

<sup>130</sup> ANDRADE, L. A. D. de. *Op. cit.*, 1984, p. 45.

Figura 67 - Aspecto externo do casarão da fazenda Restauração, Queluz. Foto: V. Benincasa.



uso de escadarias, e esse recurso facilitou a demarcação da entrada.

Nesses casarões do Vale do Paraíba, o desaparecimento dos alpendres de entrada embutidos no corpo da habitação foi outro fator que determinou o surgimento de uma solução simples, mas eficaz: o patamar à frente da porta de entrada. O antigo alpendre fazia as vezes de cômodo de recepção ao visitante. Porém, os novos códigos de sociabilidade, desenvolvidos no século XIX, já não permitiam tal desconsideração. O visitante obrigatoriamente tinha de ser recebido no interior da habitação, em salas de recepção, e conduzido para uma sala de visitas, onde receberia as honras da casa, tanto mais solenes quanto maior sua importância, e a riqueza do fazendeiro.

Assim, esses elementos passam a compor a fachada dos casarões das fazendas cafeeiras. Os acessos, então, são compostos de um patamar elevado, à altura do piso interno, cuja largura é, em geral, um pouco mais generosa que a da escada. Esses patamares eram descobertos, uma vez que não eram destinados à permanência do visitante. Quando existem alpendres cobertos, como na fazenda dos Coqueiros ou na Boa Vista, em Bananal, ou na fazenda Amarela, de Pindamonhangaba, uma simples observação mais acurada permite verificar que se tratam de acréscimos posteriores, não constando do programa original. O alpendre da Boa Vista inexistia na pintura do século XIX; no da fazenda Coqueiros, percebe-se que somente a escadaria e o patamar são originais, enquanto a cobertura foi acrescida posteriormente, o que se pode perceber pelo corte na linha das cimalhas, e o encaixe efetuado pelo madeiramento do alpendre, no telhado da casa, além dos diferentes tipos de telhas utilizados: francesa no alpendre, e capa e canal no casarão. No último exemplo, o da fazenda Amarela, o uso de balaústres de cimento e a alvenaria de tijolos permitem situá-lo como intervenção da década de 1920 ou 1930.

A escadaria e o patamar de acesso ao piso principal da moradia constituem-se, quando usados, nos principais elementos de composição da fachada; além disso, carregam em si um forte simbolismo, marcando a recepção e criando uma expectativa para a entrada à casa do dono da propriedade. Pela frequência em que aparecem, não deve ter sido fortuita a sua execução, chegando mesmo, segundo Carrilho, a fazer parte de certo protocolo social da época.<sup>131</sup> Destacadas da fachada, as escadarias organizam-se de diversas maneiras, ora perpendicularmente a ela, ora paralelamente, em um ou mais lances. Compostas de alvenaria de pedra lavrada, essas escadarias têm o seu peso suavizado por delicados gradis metálicos, trabalhados, que compõem o guarda-corpo e, por vezes, pelo desenho do arranque, que se abre em leque, como na fazenda Resgate, em Bananal.



Figura 68 - Aspecto externo do casarão da fazenda Coqueiros, Bananal. Foto: V. Benincasa.

Figura 69 - Aspecto externo do casarão da fazenda Boa Vista, Bananal. Foto: V. Benincasa.

Figura 70 - Patamar de acesso do casarão da fazenda da Barra, São José do Barreiro. Foto: V. Benincasa.

<sup>131</sup> CARRILHO, M. J. *Op. cit.*, 1994, p. 144.

Algumas dessas escadarias conseguem efeitos extremamente interessantes, como na fazenda da Barra, em São José do Barreiro, na qual um primeiro lance perpendicular à fachada conduz a um patamar intermediário, seguro por muros de pedras; desse, um novo lance de escada atinge o patamar ao nível do casarão, o qual é envolvido por um delicado gradil de ferro. A sua fachada não possui nenhum outro tipo de ornamentação, mas o efeito conseguido por esses dois lances de escada, com seus respectivos patamares, dão a certeza de que estamos diante da casa do proprietário.

Em outros casos, quando se utilizou o partido de escadarias paralelas à fachada, o destaque necessário foi conseguido centralizando-se a porta de entrada, com o patamar bem à sua frente, acessível por dois lances de escadas, um de cada lado. Essa solução, quando acompanhada de guarda-corpos e pilaretes de arranque decorados, atinge um alto grau de

beleza e eficiência na composição do desenho de fachada. Outros, mais simples, com guarda-corpos de alvenaria, não conseguem o mesmo grau estético daqueles, mas certamente evidenciam a entrada. Podemos encontrar esse tipo de solução de escadarias frontais em fazendas como as extintas Santana, de Areias, e Itaguassu, em Aparecida; na Quilombo, na Cataguá e na Pasto Grande, em Taubaté; na Restauração, em Queluz; entre outras. Há também os casos de patamares com apenas um lance lateral, menos graciosos, mas eficientes, como no caso da fazenda Vitória, em Guaratinguetá, em que a porta possuía bandeira com desenho inspirado nas aberturas do gótico flamejante.

Há casas cujos acessos se encontram ao rés do chão, apesar de assobradadas, e a escadaria que conduz ao piso principal encontra-se no interior da edificação. Nesses casos, o destaque da porta de acesso é dado pela diferenciação de desenho em relação às demais aberturas: suas dimensões



Figura 71 (topo) - Casarão da fazenda Santana, Areias. Acervo Casa de Cultura de Areias.

Figura 72 (à esquerda) - Casarão da fazenda Quilombo, Taubaté. Foto: V. Benincasa.

Figura 73 (acima) - Casarão da fazenda Cataguá, Taubaté. Foto: V. Benincasa.

são propositadamente maiores, possuem folhas almofadadas, bandeiras com desenhos elaborados, vergas diferenciadas e, por vezes, molduras de argamassa. Exemplos dessa situação são os casarões das fazendas São Miguel e Catadupa, em São José do Barreiro; fazendas Neuchatel, São José e Barbosa, em Guaratinguetá; fazenda Sant'Ana, em Lagoinha; fazenda Santo Antônio, em Jambuí. Em algumas, a porta adquire dimensões

absurdamente grandes, com os batentes saindo do pavimento inferior e sendo alongados até o pavimento superior, como ocorreu na fazenda Santana, em Aparecida.

Quanto às janelas, nesses casarões são mais comuns as de verga reta, com guilhotinas envidraçadas externas, e escuros na parte interna. Nas casas mais sofisticadas, os escuros são almofadados, caso da fazenda Restauração, em Queluz;



Figura 74 (à esquerda, topo) - Casarão da fazenda Pasto Grande, Taubaté. Foto: V. Benincasa.

Figura 75 (à esquerda, centro) - Detalhe da escadaria frontal do casarão da fazenda Restauração, Queluz. Foto: V. Benincasa.

Figura 76 (acima, topo) - Casarão da fazenda São Miguel, São José do Barreiro. Foto: V. Benincasa.

Figura 77 (acima, centro) - Casarão da fazenda Catadupa, São José do Barreiro. Foto: V. Benincasa.



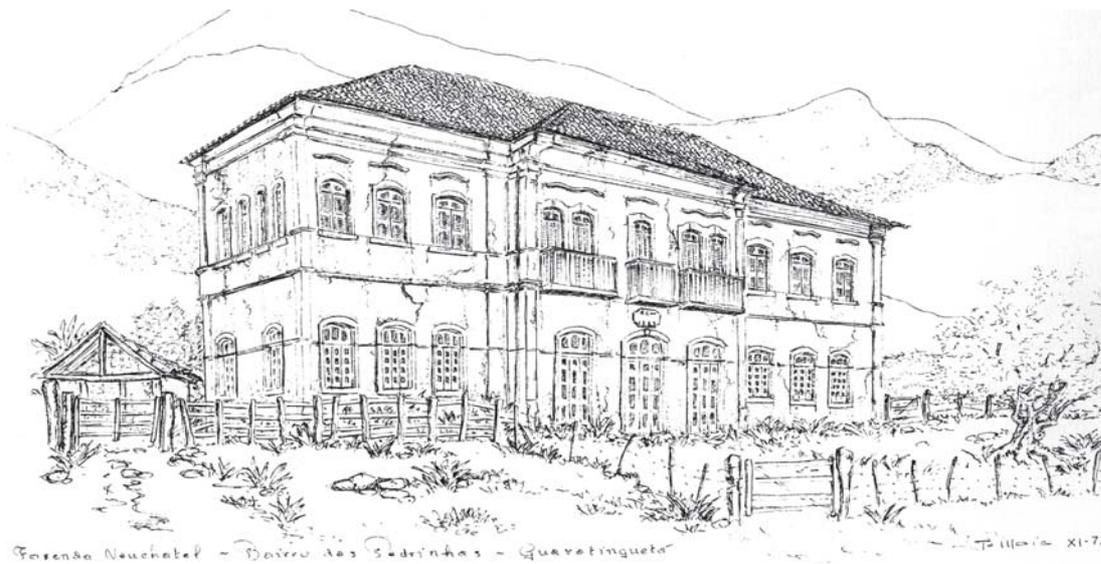


Figura 78 - Casarão da fazenda Neuchatel, Guaratinguetá. Desenho original: Tom Maia.

Figura 79 - Casarão da fazenda São José, Guaratinguetá. Desenho original: Tom Maia.

Figura 80 - Casarão da fazenda do Barbosa, Guaratinguetá. Foto: Pe. Carlos, Acervo Museu Frei Galvão, Guaratinguetá.

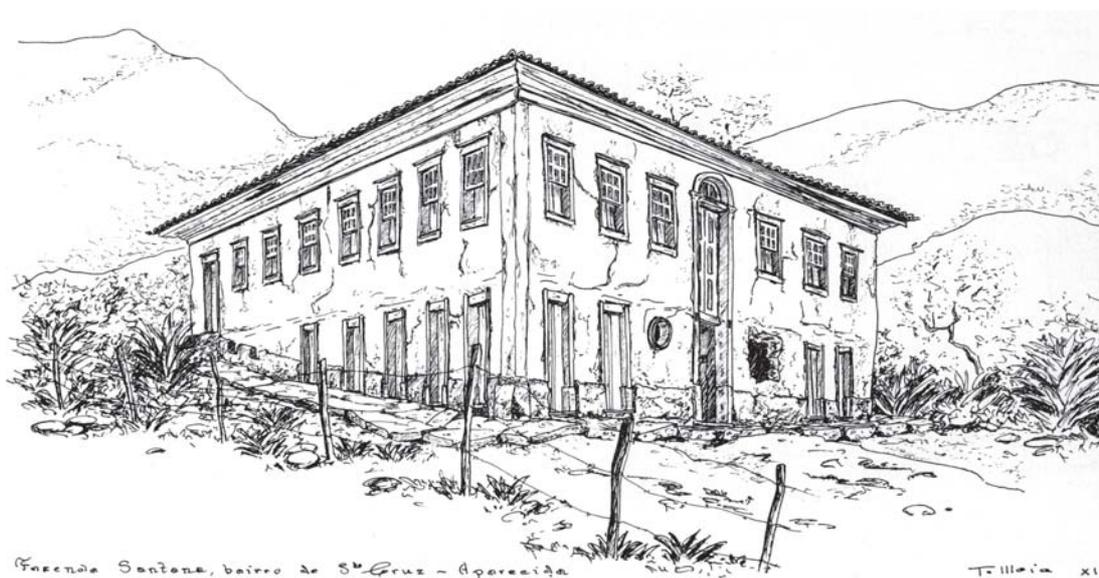
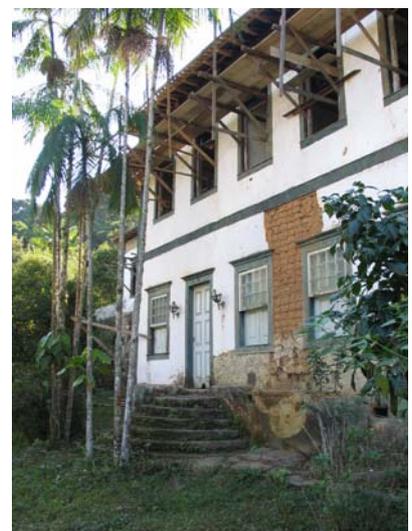
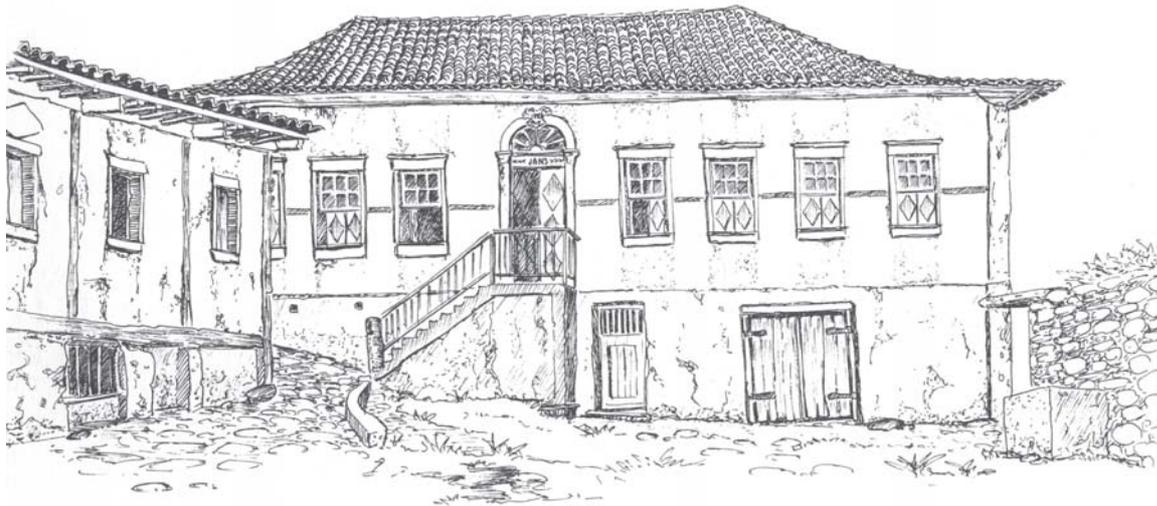


Figura 81 - Casarão da fazenda Santo Antônio, Jambeiro. Desenho original: Tom Maia.

Figura 82 - Casarão da fazenda Santana, Aparecida. Desenho original: Tom Maia.

na Bom Retiro e Resgate, em Bananal; São José do Palmital, em Cachoeira Paulista. Mas a separação de importância dos pisos fica evidenciada quando se colocam janelas com escuros almofadados no pavimento superior e escuros de calhas simples, no pavimento inferior, caso da fazenda Sant'Ana, em Lagoinha. As janelas de vergas em arco pleno também existiram, ecos de uma influência do neoclassicismo, como na fazenda Santana, em Areias, belo exemplar demolido em 1985. Janelas de verga em arco abatido aparecem mais comumente na região de Taubaté, como nos casarões das fazendas Santa Leonor, Quilombo e Pasto Grande.

Trabalhando com poucos elementos ornamentais, alguns exemplares alcançam expressões de um requinte muito apurado. Digno de notificação é o da fazenda Restauração, em Queluz. A fachada do edifício assobradado procura seguir à risca, em que pese a ausência de materiais nobres, as lições de uma arquitetura mais erudita. A simetria é rígida. Erguendo-se sobre um porão de aproximadamente metro e meio, a porta de entrada, centralizada, é atingida por escadaria de pedra em dois lances, laterais à fachada, com pilaretes de pedra trabalhados, encimados por pinhas esculpidas. A porta central e as janelas possuem folhas almofadadas. As janelas de verga reta, tanto no pavimento inferior, quanto no superior, apresentam guilhotinas



envidraçadas com pinázios quadrados. Os batentes estão à mostra, assentados rentes à argamassa externa. A verga superior apresenta uma pestana de madeira que lhe dá, além de proteção contra a chuva, certo destaque. A porta de entrada é, ao mesmo tempo, simples e grandiosa: seus batentes apresentam almofadas esculpidas, e a verga em arco pleno, saliente e com frisos, ajudam a destacá-la, elevando-a acima do nível das vergas das janelas. As folhas almofadadas e a bandeira decorada e envidraçada dão-lhe ótimo acabamento. O barrote aparente, que marca o piso do segundo pavimento, aliado aos dois cunhais de madeira entalhados pintados de azul, sobre o pano branco das paredes, completam a fachada. O efeito é muito agradável e elegante. Segundo Lemos, o projeto e a execução dessa casa ficaram a cargo do mineiro Teodoro José da Silva, que a finalizou em 1867.<sup>132</sup>

O casarão da fazenda Bom Retiro, em Bananal, é outro que possui fachada extremamente requintada. Foi construído por um mineiro de Sabará, Antônio Barbosa da Silva, irmão

Figura 83 (acima, topo) - Casarão da fazenda São José do Palmital, Cachoeira Paulista. Desenho original: Tom Maia.

Figura 84 (acima, à esquerda) - Detalhe do cunhal e cimalkas do casarão da fazenda Restauração, Queluz. Foto: V. Benincasa.

Figura 85 (acima, centro) - Cunhais entalhados, detalhe da fachada do casarão da fazenda Restauração, Queluz. Foto: V. Benincasa.

Figura 86 (acima, direita) - Fachada lateral do casarão da fazenda Restauração, Queluz. Foto: V. Benincasa.

<sup>132</sup> LEMOS, C. A. C. *Op. cit.*, 1999, p. 152.



de um mordomo da Corte Imperial. Revela uma apropriação bastante interessante das lições da arquitetura classicizante em voga no Rio de Janeiro. Em sua fachada sobressaem os grossos cunhais marcados pelas pilastras dóricas, com fuste frisado, base e capitel, efeito estético conseguido com argamassa engrossada com cacos de telha. Logo abaixo da linha do beiral aparecem cimalkhas de madeira percorrendo toda a extensão do corpo principal. No pavimento inferior, as janelas, com vergas retas, ostentam folhas envidraçadas e escuros almofadados. A grande porta central, com folhas também almofadadas, é o acesso a uma passagem para carruagens, que atravessa toda a edificação, permitindo que seus ocupantes descessem dos veículos abrigados de intempéries. No pavimento superior aparecem, na fachada, dez portas-balcão, guarnecidas de estreitas sacadas, protegidas por gradis de ferro forjado, com belo desenho. Cada uma dessas portas possui bandeira envidraçada com pinázios em segmentos de arcos contrários, entrelaçados. As folhas externas têm a metade superior envidraçada e a inferior almofadada. As folhas internas são inteiramente almofadadas. Nas laterais, surgem janelas de vergas retas, com guilhotinas, com desenho semelhante às bandeiras das portas-balcão. O resultado é extremamente harmônico, com um requinte de elaboração poucas vezes alcançado em casarões rurais da região.



Efeitos semelhantes conseguiram as fazendas Neuchatel e Barbosa, em Guaratinguetá. A entrada principal desses dois casarões se realizava ao rés do chão, por porta centralizada na fachada, com escadaria interna. No pavimento superior, aparecem portas abrindo para os seus respectivos balcões, protegidos por guarda-corpos de ferro forjado. No caso da fazenda Neuchatel, o casarão construído por Ulisses Alexis Perrenoud, francês que se estabeleceu na região por volta de 1870, apresenta a fachada tripartida, com a parte central ligeiramente destacada do corpo principal. Pilastras, cimalkhas, e janelas e portas com molduras e pestanas, dispostas de maneira rigorosamente simétrica, apontam influências de uma arquitetura classicista, de grande beleza.



A fazenda do Barbosa foi finalizada em 1860, pelo capitão-mor Manuel Lourenço da Silva Melo (1810-70). A solidez, o tamanho e o bom acabamento da construção impressionavam. Segundo relatos, ele próprio dizia que queria uma casa que durasse para sempre. Infelizmente foi demolida, na década de 1980. Somente no levantamento das paredes de taipa de pilão foram gastos cinco anos. Nos jardins, à frente do casarão, possuía um chafariz ornamen-

Figura 87 - Fachada posterior do casarão da fazenda Bom Retiro, Bananal. Foto: V. Benincasa.

Figura 88 - Porta-balcão. Fazenda Bom Retiro, Bananal. Foto: V. Benincasa.

Figura 89 - Detalhe do cunhal do casarão da fazenda Bom Retiro, Bananal. Foto: V. Benincasa.

tal. A fachada simétrica, apesar de não apresentar a ligeira proeminência central, pode ser considerada tripartida pelo desenho diferenciado das aberturas centrais. No térreo, o eixo da fachada é marcado pela porta central ladeada por duas janelas, todos esses vãos com verga em arco abatido. Em cada lado desses vãos centrais, aparecem três janelas com vergas retas, com guilhotinas envidraçadas. No pavimento superior, a parte central da fachada era marcada por um balcão com guarda-corpo de ferro forjado, em que aparecia um medalhão com as iniciais do proprietário, e três portas-balcão. Assim como no pavimento inferior, há em cada lado desse conjunto, três outras janelas com vergas retas e guilhotinas envidraçadas externas. Posteriormente, essa fachada recebeu uma pintura que imitava alvenaria de pedra. O guarda-pó nos beirais escondia os cachorros, garantindo uma limpeza nas linhas gerais.

As soluções ornamentais foram diversas, e a criatividade no desenho das escadarias, da caixilharia, das bandeiras, das vergas, da inclusão ou não de pilastras, de cimalkhas, de pestanas, de faixas de argamassa decorativas em relevo, tudo isso diferenciava os casarões, dando-lhes personalidade própria. Não há duas soluções iguais.

Em geral, percebemos um cuidado na elaboração da parte fronteira dessas casas, todas com volumes muito semelhantes, cuidado que não ocorria nas laterais e fundos, com soluções muito mais simples. Estava presente, nesse posicionamento, uma preocupação com a aparência aos olhos do outro, do visitante. Isso se refletiria no interior desses casarões.

Os inventários trazem descrições bastante sumárias a respeito da casa do fazendeiro, atendo-se ao número de lanços, quantidade de janelas, algumas características de material construtivo (assoalhadas, cobertas de telhas), às vezes à forma (térreas, assobradadas). Um exemplo dessas descrições é o da fazenda das Antinhas, de Bananal:

*Uma morada de casas de vivenda com seis janelas de vidraças e uma porta na frente, com três salas, alcovas, e uma sala de jantar com cantoneira e cozinha imediata, toda coberta de telha... – e mais – uma dita de frente onde se diz Missa, com onze portas e janelas na frente, com tres cantoneiras e varandas sem grade...*<sup>133</sup>

Essa descrição corresponde ao padrão mais repetido nas casas da região no período cafeeiro e, analisando os exemplares remanescentes, podemos constatar o quão disseminado foi por todo o Vale do Paraíba. Uma outra descrição um pouco mais abrangente é a contida no inventário de Maria Domiciana da Conceição, de 1836, sobre o casarão da fazenda Boa Vista:

*Huma casa de morada, de Sobrado, onde mora o Viuvo Inventariante dito Sargento Mor Jose Ramos Nogueira, no lugar da Boa Vista, coberta de telhas composta de oito lanços, quatro acabados, e outros por acabar, forrados pór cima os quatro lanços acabados, e por baixo no terreo dois assualhados e outros dois calçados de pedra, com huma pequena Varanda velha por detras da Casa: Sendo os quatro lanços acabados, firmados sobre paredoens de pedra, desde a madre das mesmas casas para baixo, e calçados á roda, tão bem de pedras... com vinte oito janellas á roda, todas envidraçadas, com suas molduras por dentro; com dose portas em cima no Sobrado, com suas bandeiras de vidro, e quatro portas embaixo no terreo...*<sup>134</sup>

<sup>133</sup> CARRILHO, M. J. *Op. cit.*, 1994, p. 52.

<sup>134</sup> Idem, *ibidem*, p. 52.

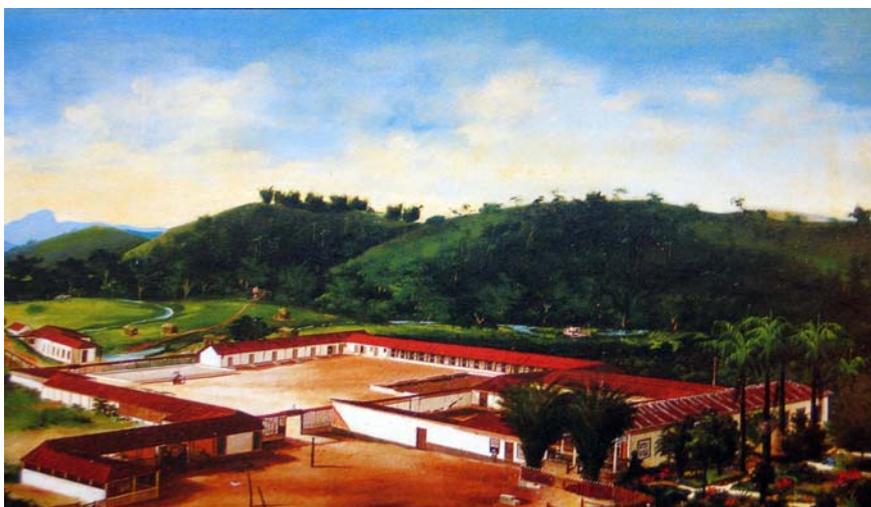


Figura 90 - Fazenda das Antinhas, Bananal. Fonte: Catálogo da exposição "O Café", p. 82.

Muito já foi dito sobre a quase imutabilidade da casa rural brasileira do século XIX. A seqüência característica de cômodos segue praticamente a mesma em um grande número de casas, com pequenas alterações: salas de recepção de visitantes na parte fronteira, depois uma faixa intermediária de quartos e alcovas, às vezes contendo a capela; e dormitórios e sala de jantar na face posterior. Aos fundos, finalmente, a cozinha e dependências de serviço, formando um anexo, tudo arranjando na tradicional planta em L que, a partir de então, seria extremamente difundida por toda a zona cafeeira paulista. Ocorreram também plantas em U, como a Boa Vista, em Bananal, e mesmo casas com pátios internos, como na fazenda da Barra, em São José do Barreiro, e na Independência, em Bananal. No entanto, a condição destas casas, como ficou demonstrado em estudos, foi gerada por sucessivos acréscimos, não se tratando de plantas originalmente concebidas dessa forma.

Nesse esquema da casa rural do Vale do Paraíba, notamos uma inovação em relação à casa paulista, ou mesmo brasileira, de séculos anteriores: na casa do rico fazendeiro de café, o espaço destinado à recepção, a área de convívio

geral é muito mais generosa. São aquelas mesmas salas sociais em que acontecem os saraus, as tertúlias recitatórias e onde se admite em certo grau a sociabilidade, cumpridos os rituais mínimos de admissão e de representação de que se revestiam tais encontros.<sup>135</sup> São exemplos dessa organização típica os casarões das fazendas Resgate, Coqueiros, Boa Vista, em Bananal; Santana, em Areias; Sant'Ana, em Lagoinha; Amarela, em Pindamonhangaba; Engenho d'Água, em Guaratinguetá, Quilombo, em Taubaté; Restauração, em Queluz; São Miguel, em São José do Barreiro, além de muitas outras. Mesmo em plantas que não seguem o padrão em L, verificamos uma escala de acessibilidade, ocorrendo a parte dita social; a zona íntima, que tem acesso limitado; e uma zona de serviços; o que é verificável em casas como as das fazendas Bom Retiro, em Bananal; e Bonfim, em Taubaté.<sup>136</sup>

<sup>135</sup> CARRILHO, M. J. *Op. cit.*, 1994, p. 142.

<sup>136</sup> Idem, *ibidem*, p. 144.

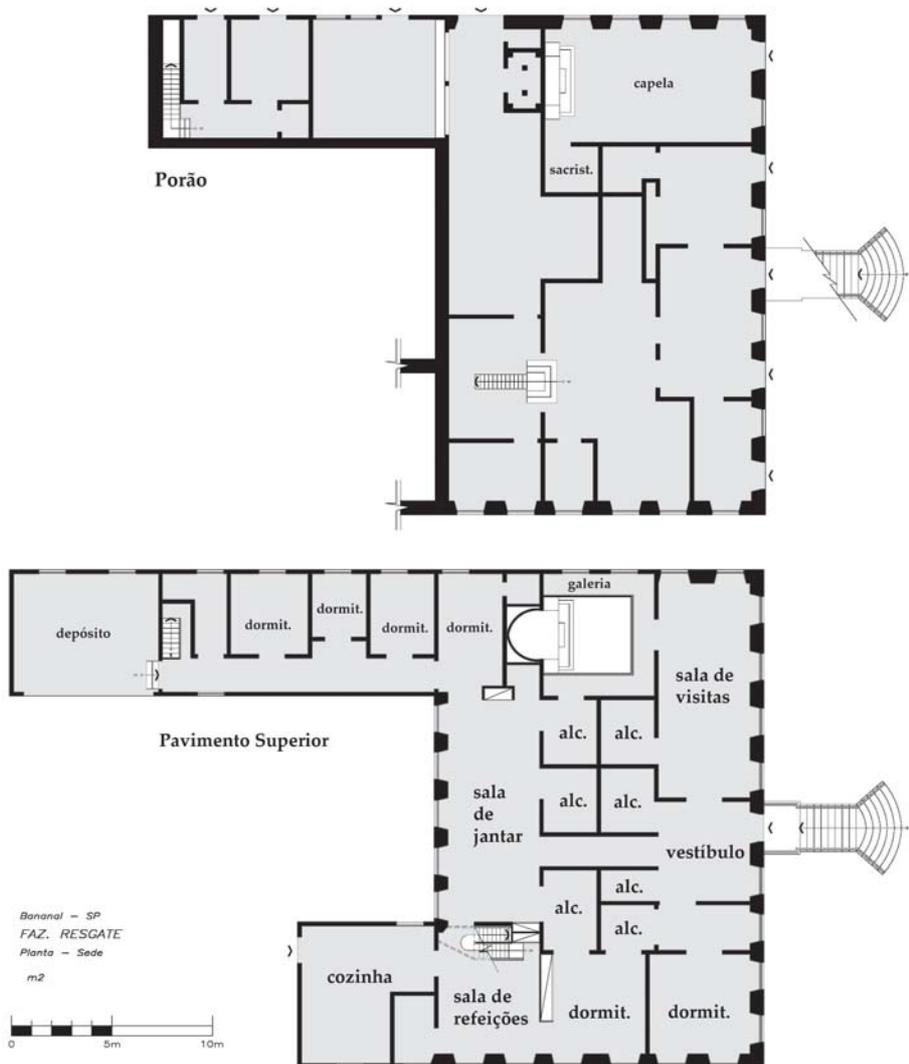


Figura 91 - Planta do casarão da fazenda Resgate, Bananal. Fonte: Lemos, C. A. C. *Op. cit.*, 1999, p. 145. Desenho: M. Rosada.

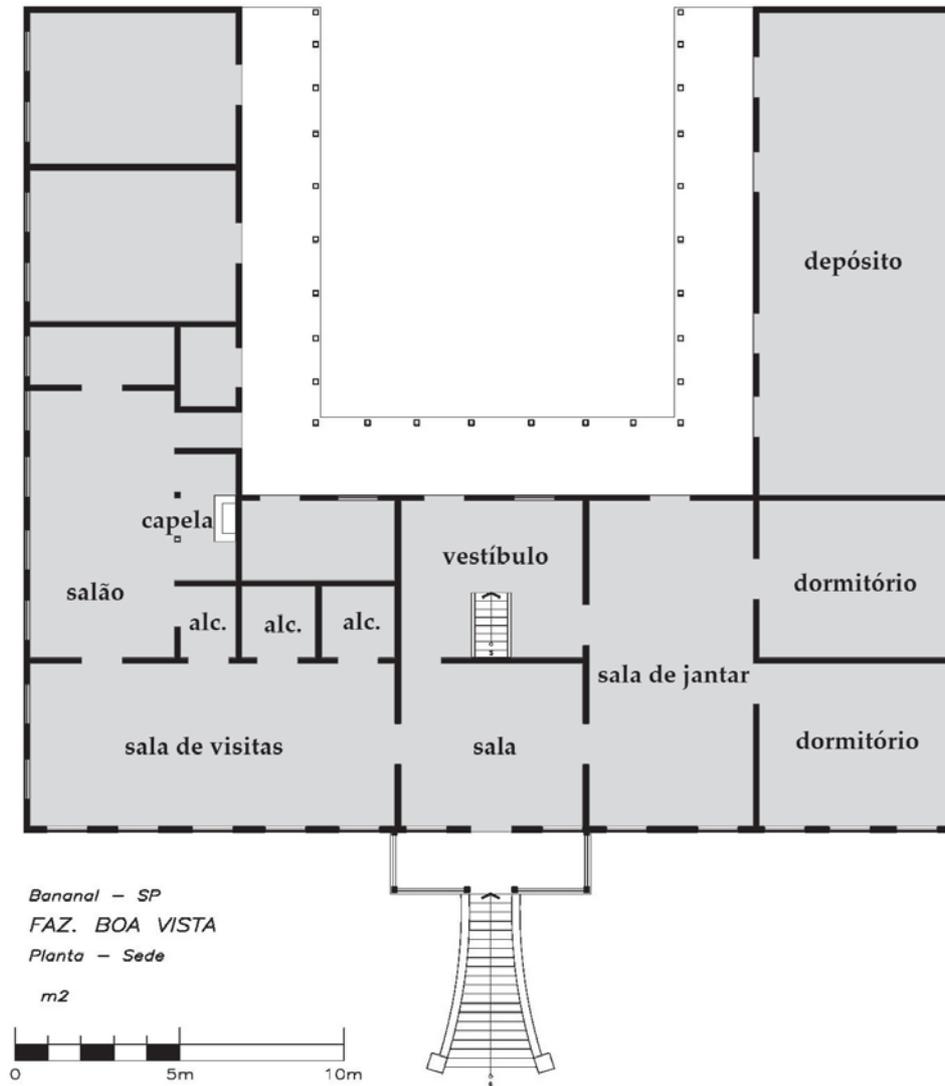
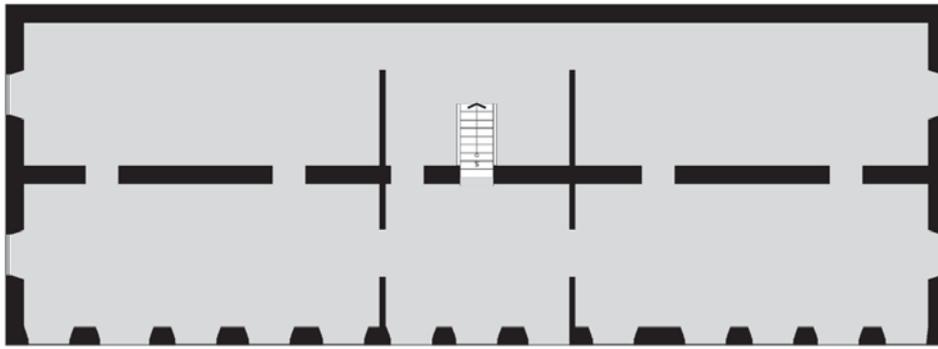


Figura 92 - Planta do porão do casarão da fazenda Boa Vista, Bananal. Fonte: Lemos, C. A. C. *Op. cit.*, 1999, p. 147. Desenho: M. Rosada.

Figura 92a - Planta do casarão da fazenda Boa Vista, Bananal. Fonte: Lemos, C. A. C. *Op. cit.*, 1999, p. 147. Desenho: M. Rosada.

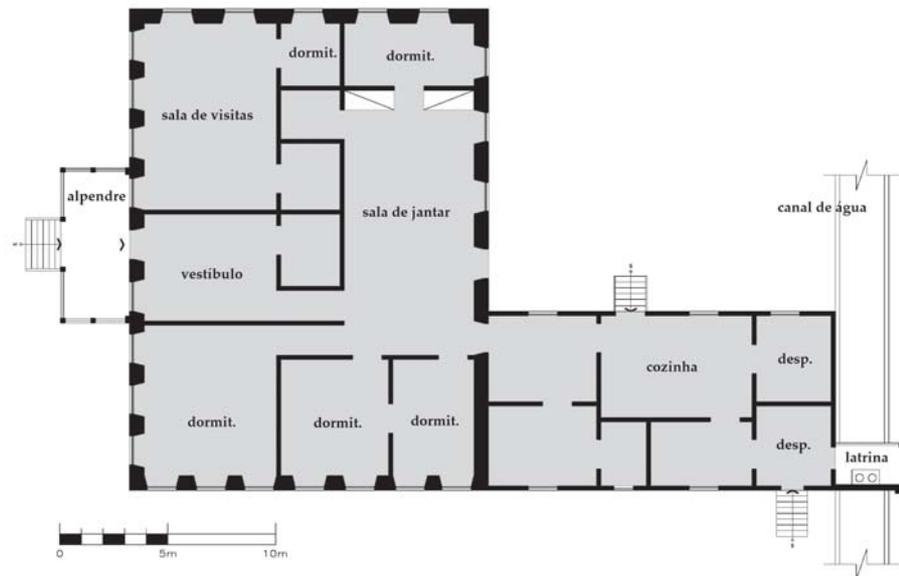
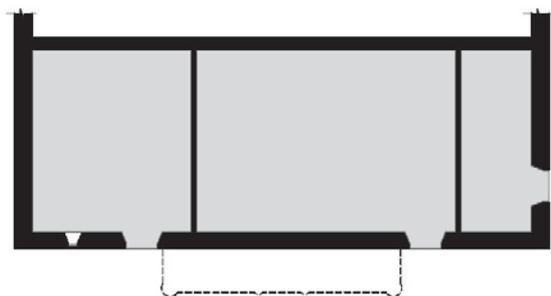


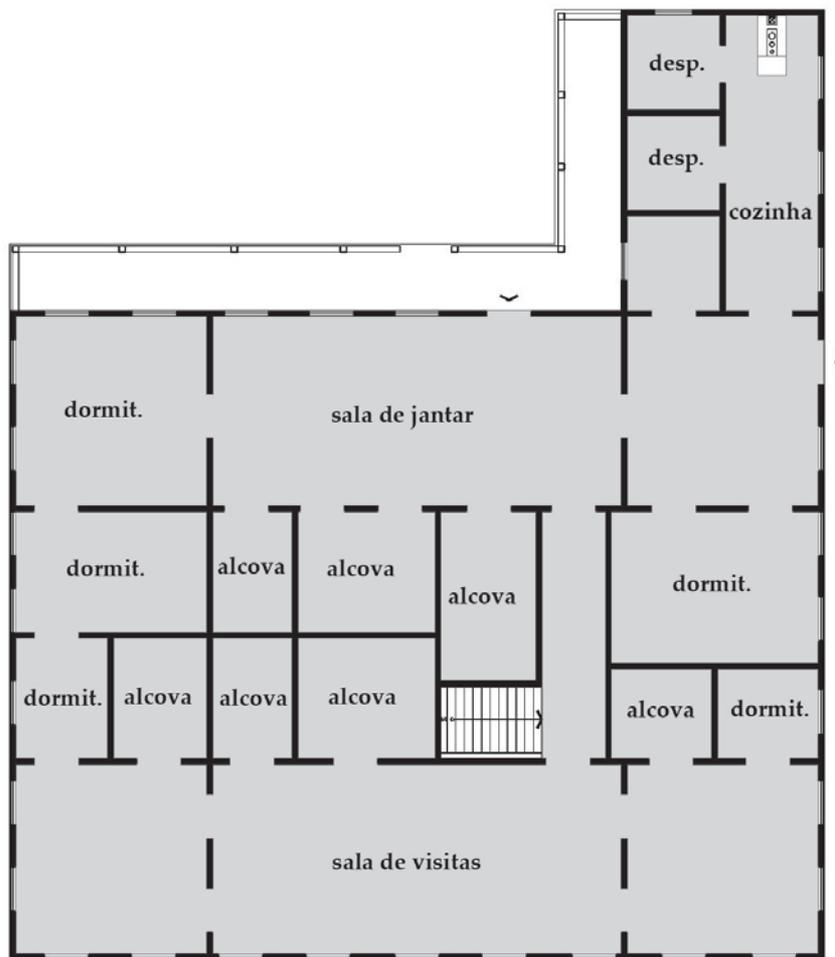
Figura 93 (acima) - Planta do casarão da fazenda Coqueiros, Bananal. Fonte: Carrilho, M. J. Op. cit., 1994, p.143. Desenho: M. Rosada.

Figura 94 - Planta do casarão da fazenda Santana, Areias. Fonte: Andrade, Antônio L. D. *Vale do Paraíba, Sistemas Construtivos*, s/p. Desenho: M. Rosada.

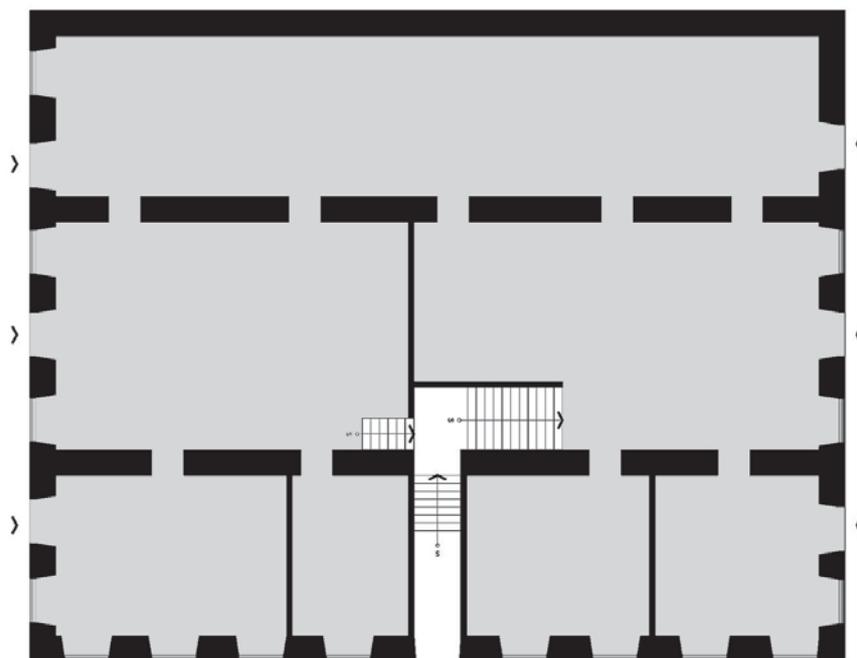
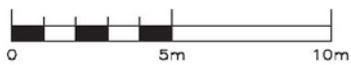


**Porão**





Pavimento Superior



Porão

Figura 95 - Planta do casarão da fazenda Santana, Areias. Fonte: Andrade, Antônio L. D. *Vale do Paraíba, Sistemas Construtivos, s/p.* Desenho: M. Rosada.

Figura 95a - Planta do porão do casarão da fazenda Sant'Ana, Lagoinha. Fonte: Lemos, C. A. C. *Casa Paulista*, p.161). Desenho: M. Rosada.

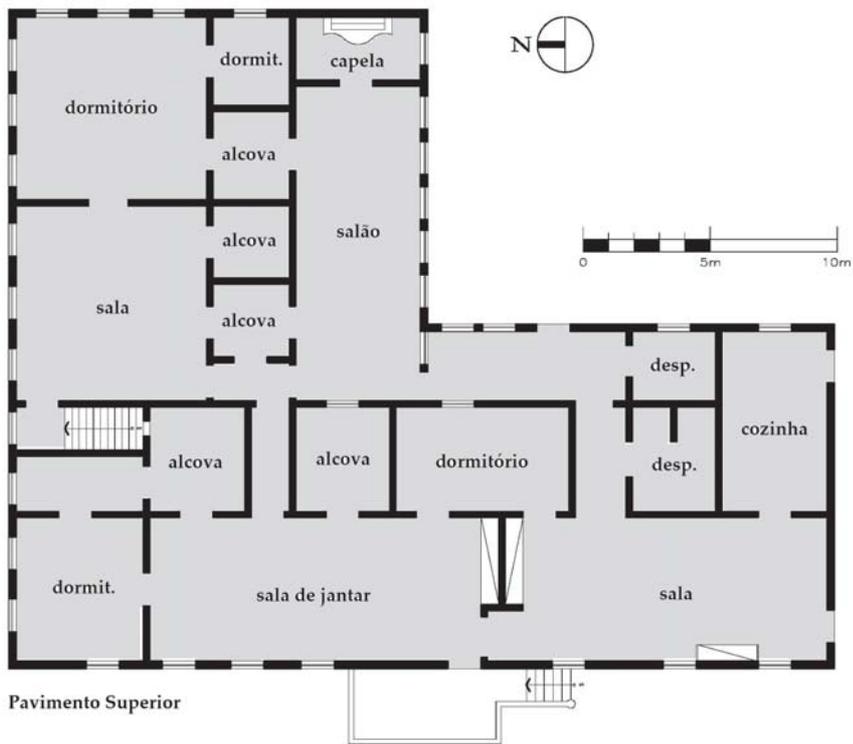
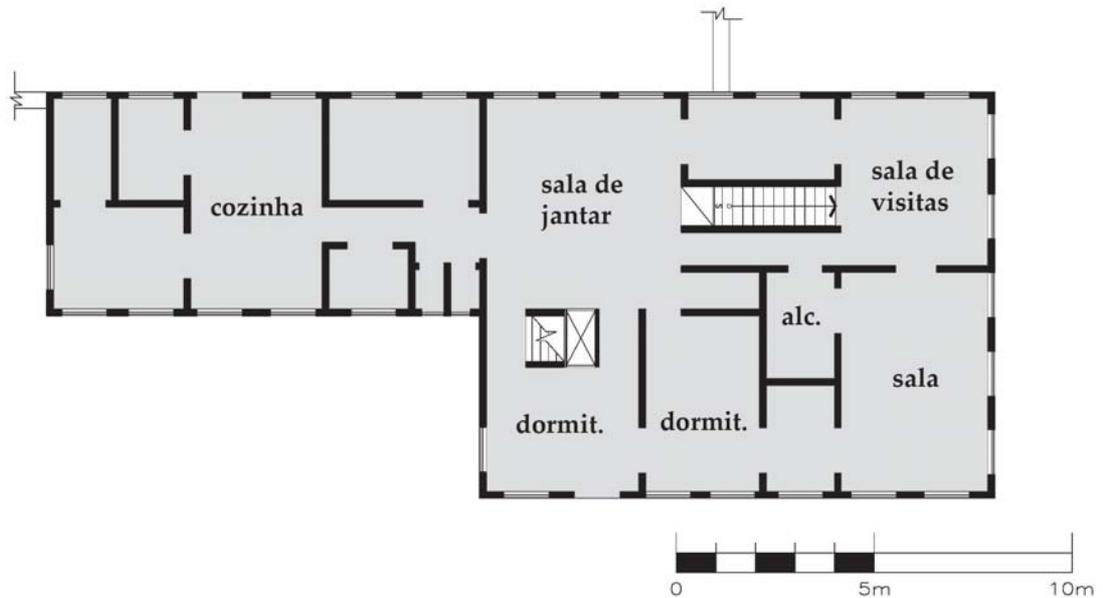
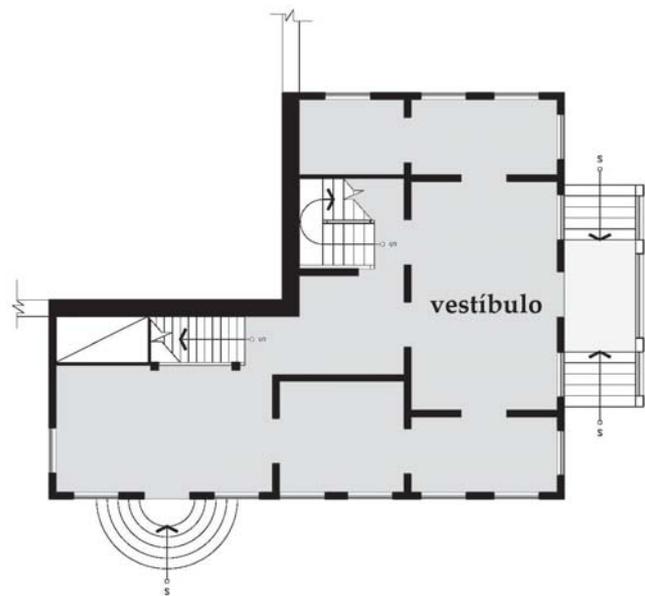
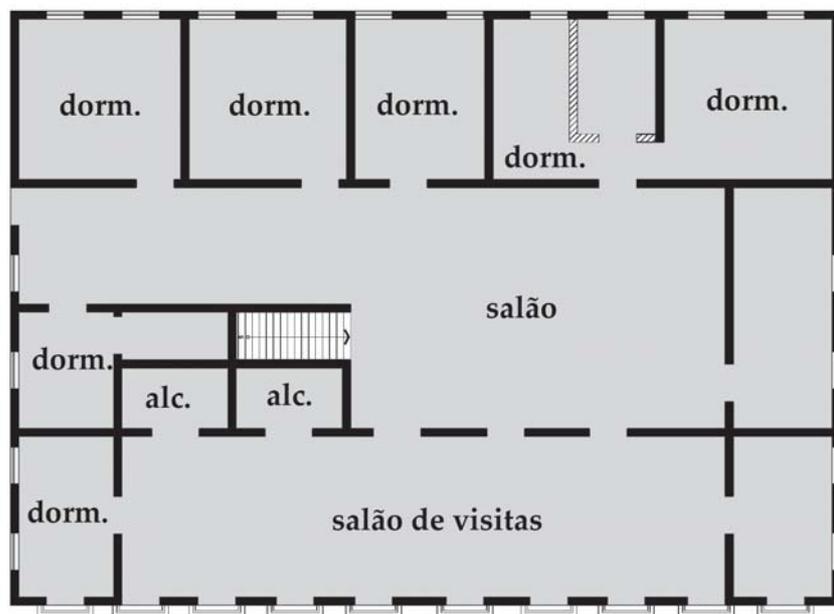


Figura 96 (acima) - Planta do casarão da fazenda São Miguel, São José do Barreiro. Lev. original Antônio L. D. de Andrade. Fonte: Condephaat. Desenho: M. Rosada.

Figura 97 - Planta do casarão da fazenda Restauração, Queluz. Fonte: Lemos, C. A. C. Op. cit., 1999, p.154. Desenho: M. Rosada.





Bananal - SP  
 FAZ. BOM RETIRO  
 Planta - Sede

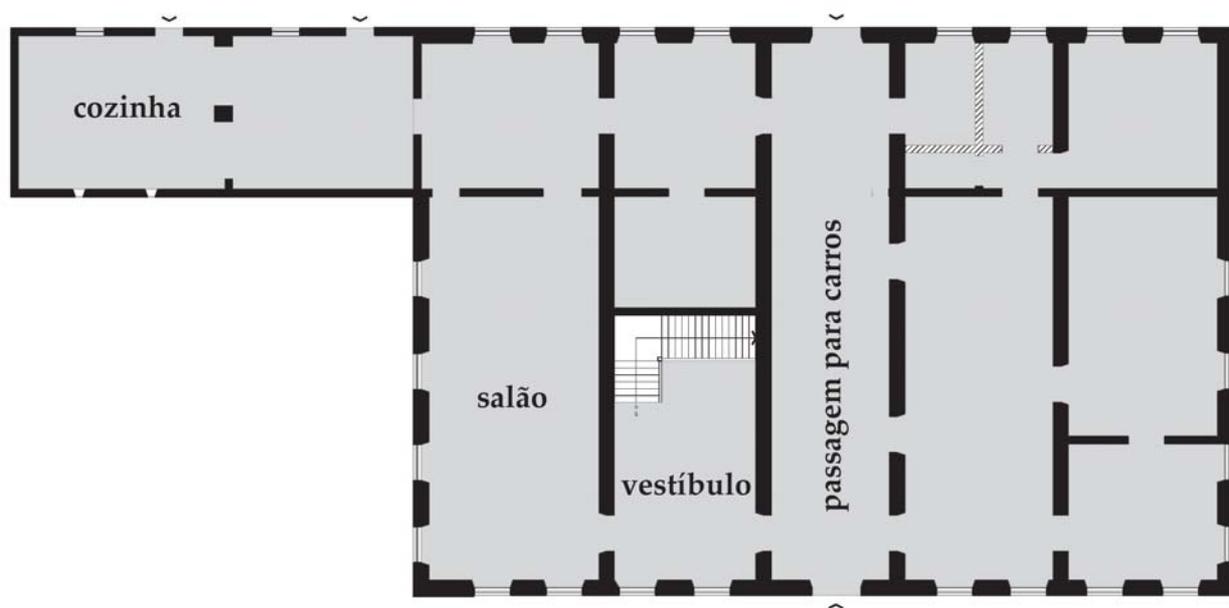
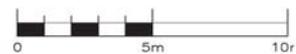


Figura 98 - Planta do casarão da fazenda Bom Retiro, Bananal. Lev. Vladimir Benincasa e Luzia Márcia Mei Rosa. Desenho: M. Rosada.

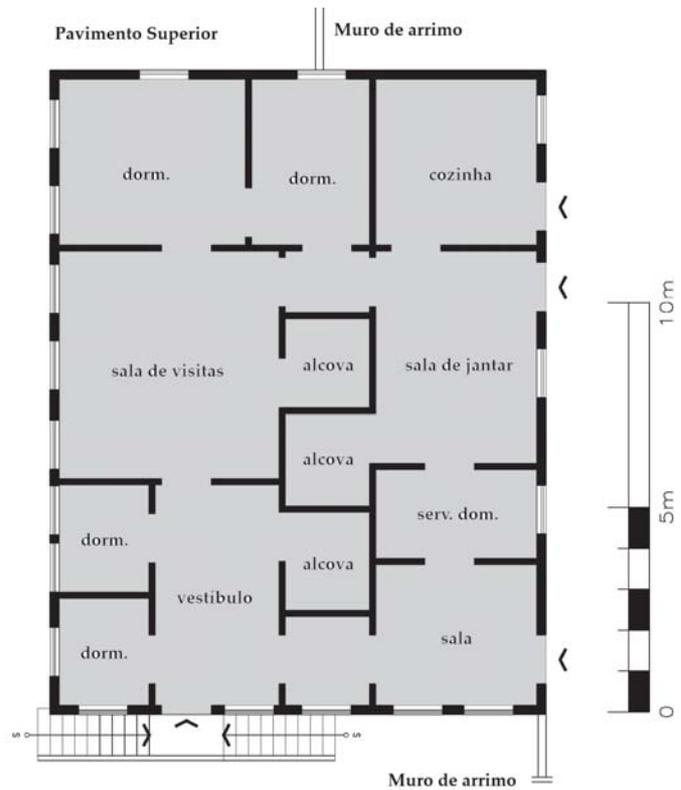
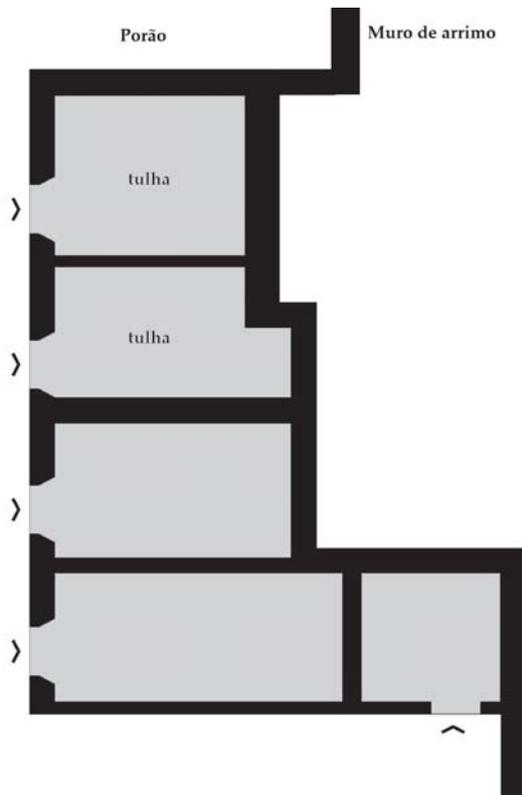
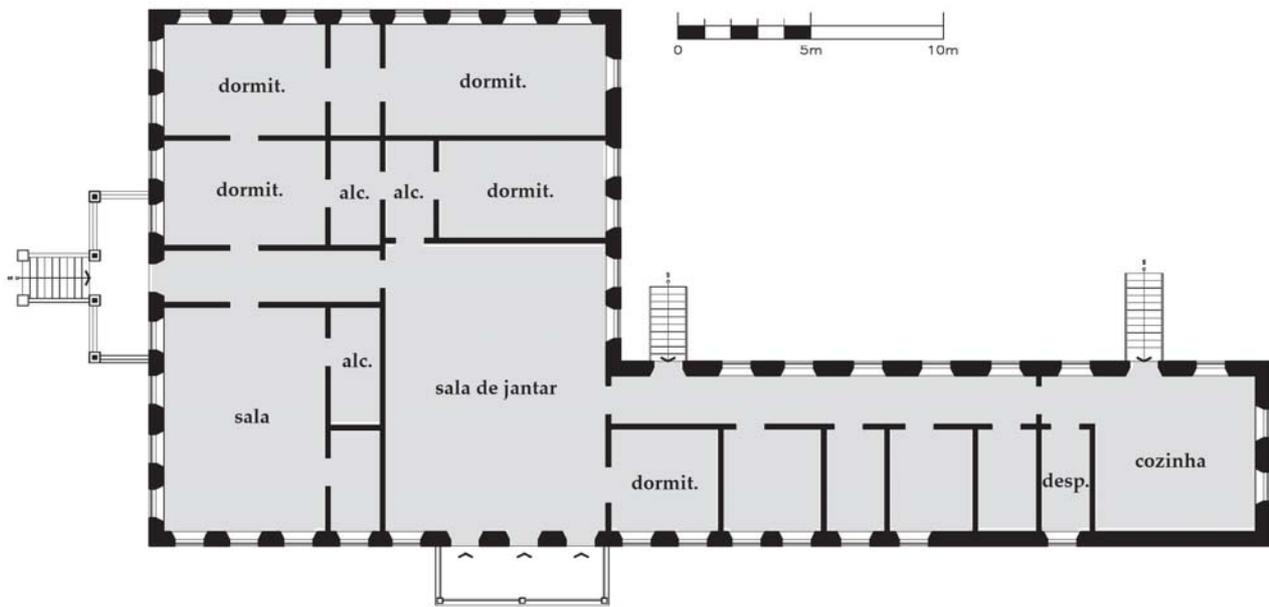


Figura 99 - Planta do casarão da fazenda Amarela, Pindamonhangaba. Fonte: Lemos, C. A. C. *Op. cit.*, 1999, p.162. Desenho: M. Rosada.

Figura 100 - Planta do casarão da fazenda Bonfim, Bananal. Fonte: Polesi, O. *Bonfim, Fortaleza e Santa Leonor*, p. 38. Desenho: M. Rosada.

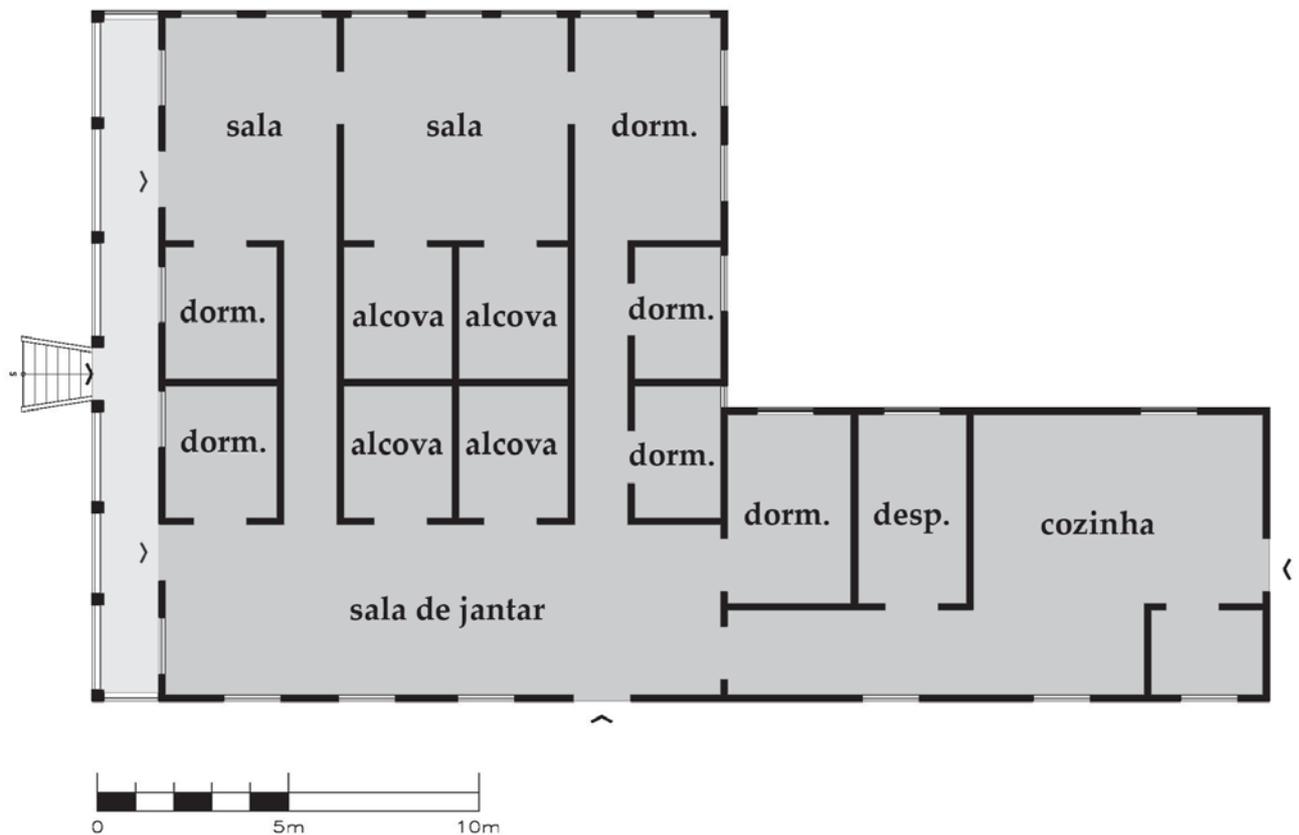


Figura 101 - Planta do casarão da fazenda Engenho d'Água, Guaratinguetá. Fonte: Lemos, C. A. C. *Op. cit.*, 1999, p.159.

A proximidade com a corte carioca fez com que a sociedade do Vale do Paraíba, principalmente na região que vai de Bananal a Queluz, apresentasse certa homogeneidade em seus usos e costumes, principalmente no refinamento dos hábitos cotidianos. Havia um trânsito entre essa região e a província fluminense que favorecia esse contato, mudando seus costumes; houve mesmo fazendeiros que mantiveram propriedades tanto no Rio como em São Paulo. Sem dúvida, a corte de D. Pedro II irradiava o bom gosto, e de seu porto chegavam as novidades que se transformavam em condições de conforto e beleza para o interior das moradias.<sup>137</sup> Há um certo consenso entre os historiadores de que, à medida que se adentrava o Médio e Alto Vale do Paraíba, esses ecos da corte eram menos nítidos. Isso pode ter sido verdade, se considerarmos somente os casarões construídos na primeira metade do século XIX; no entanto, houve exemplares de extremo bom gosto também nessas outras regiões, e poderíamos citar as fazendas do Barbosa e Neuchatel, em Guaratinguetá, construídos aproximadamente em 1860 e 1870, respectivamente. Citações como a que segue, a nosso ver, talvez não devam ser tomadas como generalização, mesmo porque a maioria dos casarões do Caminho Novo da Piedade, tidos como expressão de suntuosidade, foram construídos ou reformados por volta de 1850:

*É que de Lorena para cima, os velhos "caipiras" já estavam estabelecidos havia quase dois séculos, e o dinheiro do café tocou diferentemente na sensibilidade e nas predisposições daqueles agricultores convertidos à nova cultura – enfim, gente mais conservadora procurou manter em suas novas moradias as primitivas soluções de circulação e até de segregação da parte feminina da família, o que é mais difícil de perceber nos planejamentos residenciais da área pioneira vizinha à corte de Dom Pedro II.<sup>138</sup>*

Por todo o Vale, no entanto, os interiores dos casarões contrastam, em muito, com as feições austeras do volume externo. Internamente, muitos apresentam fina decoração. Forros de tábua decorados, pintados e frisados a ouro, por vezes ostentando ornamentação como florões e leques, ou os *plafoniers* junto ao arranque dos lustres; lustre de cristais; assoalhos de boa madeira; armários imensos, embutidos,

<sup>137</sup> LEMOS, C. A. C. *Op. cit.*, 1999, p. 136-7.

<sup>138</sup> Idem, *ibidem*, p. 137.

para guardar os aparelhos de porcelana francesa e inglesa, os cristais, as compoteiras, os faqueiros de cabo de prata ou marfim; janelas de guilhotina; sótãos; capelas internas ricamente decoradas, com entalhes, castiçais e imagens de madeira, douradas a ouro; salões imensos; cozinhas com toda a sorte de acessórios. Muitas vezes os casarões tinham forros e paredes das salas decorados com painéis e pinturas, ostentando cenas de caça, de bosques ou jardins, paisagens européias e mitológicas, testemunhando a disposição dos “barões do café” em transformar as suas residências em lugares aprazíveis e confortáveis. As pinturas dos painéis das salas de visitas, dos corredores, das capelas e das salas de jantar eram executadas por pintores espanhóis, franceses e italianos. Em geral essas pinturas murais apresentam modelos clássicos ou renascentistas: colunas, frisas, frontões, guirlandas, cascatas, bosques, fontes, riachos, pássaros, flores e borboletas, entremeados com motivos nacionais como araras e tucanos, saracuras e seriemas, macacos, lebres, rolas e sabiás, que se confundem nas paisagens bucólicas, quebrando a monotonia dessas casas, alegrando o ambiente. Em outros painéis aparecem frutas, troféus de caça, transplantados para as paredes das salas de jantar das casas senhoriais, empregando a técnica do *trompe l’oeil*. Muitas vezes, também o café foi retratado e cultuado. Há os casos de retrato da própria casa-grande, como ocorreu na extinta fazenda Rialto, em Bananal. Aliás, nessa casa havia um dos maiores e mais belos conjuntos de pinturas murais feitos em casarões do Vale paulista, hoje desaparecido. Nele havia, inclusive, uma reprodução da estação da estrada de ferro de Bananal, com uma locomotiva e vagões, marcas de um progresso trazido com o dinheiro proporcionado pela cafeicultura.<sup>139</sup>

Os caixilhos e bandeiras comparecem com relevos em madeira, onde o leque se destaca como motivo decorativo, principalmente naquelas fazendas do Caminho Novo. Os barramentos de escaiola, imitando mármore, os frisos dourados arrematando painéis e papel de parede importado também foram usuais nestes ambientes, com mais freqüência a partir das décadas de 1860 e 1870.

Todas essas mudanças foram proporcionadas pelo dinheiro do café, que chegou numa época de euforia pelas novas condições políticas, trazidas com a independência, junto a uma necessidade de modernidade que se refletia, inclusive, nas novas *relações caseiras, que começavam a dar às mulheres oportunidades, até então inesperadas, de convívio. A instrução, a boa educação e as boas maneiras passaram a ser cultivadas por todos, sendo normal a existência de preceptoras estrangeiras, de governantas ou pajens de fora, falando francês, inglês, ou alemão.*<sup>140</sup>

No entanto, ainda demoraria muito para que o zoneamento dentro das moradias, segregador e evado de preconceitos, fosse alterado. As áreas de permanência das mulheres continuaram separadas daquelas reservadas aos homens, embora tenha sido criada uma faixa intermediária, de que ambos, inclusive pessoas de fora do convívio doméstico,

poderiam compartilhar. Eis aí a grande novidade dessas casas.<sup>141</sup>

Mesmo quando assobradada, a casa de fazenda do Vale do Paraíba, propriamente dita, desenvolvia-se quase sempre num único piso, o superior. É ali que encontramos os cômodos de recepção, formando a área social e os cômodos destinados a hóspedes; os dormitórios, alcovas e sala de jantar na área íntima; além da zona de serviços. O pavimento inferior contém os acessos ao piso superior, depósitos, escritórios, enfim, cômodos para outras atividades que não o morar. Esta é uma tipologia peculiar às casas do período do café dessa região paulista. Elas denunciam formas sociais características, diferenciadas em dois setores fortemente separados por aquilo que constitui a fronteira entre o universo da vida social e da vida familiar.

*Porém, mais que expressão de dado estágio social, esta tipologia deve estar profundamente enraizada na cultura – na medida em que (...) é comum a outras regiões, reproduz aquelas formas sociais cuja organização está profundamente encerrada na memória coletiva – o que de certo modo explica a sua repetição sistemática.*<sup>142</sup>

No entanto essa rígida organização espacial permitiu um desenvolvimento na sua apropriação. A vida social evoluía, apesar de conservar certos hábitos e preconceitos arcaicos. Paralelamente à persistência dessas formas de segregação, desenvolviam-se novas formas de sociabilidade, como claramente demonstra o mobiliário ali contido, nos arrolamentos dos inventários. Reuniões festivas, pequenos bailes, jantares, visitas sociais... Os novos hábitos e etiqueta mais refinados incluíam relações protocolares de convívio, muito mais freqüentes que as até então experimentadas na zona rural brasileira. As pessoas deveriam receber, e bem, os seus convidados, demonstrando educação e bom gosto. Dessa maneira, não só as pessoas, mas também as casas, tinham de ser preparadas para tais eventos. As novas condições financeiras, o contato mais amiúde com personalidades da corte imperial, as viagens à Europa, trouxeram mudanças significativas no convívio doméstico do mundo rural, ainda que isso tenha se dado mais enfaticamente naquelas fazendas que se localizavam nos arredores da Província do Rio de Janeiro, ou seja, naquelas situadas na região que vai de Bananal até Queluz.

<sup>139</sup> PASIN, J. L. Fazendas do Café. <http://www.valedoparaiba.com/terragente/estudos/est0032001.html>

<sup>140</sup> LEMOS, C. A. C. *Op. cit.*, 1999, p. 137.

<sup>141</sup> Idem, *ibidem*, pp. 137-8.

<sup>142</sup> CARRILHO, M. J. *Op. cit.*, 1994, p. 142.

A antiga casa paulista rústica, que perdurou até o século XVIII, de poucos móveis, com ganchos de rede espalhados pelos batentes das portas, vai aos poucos dando lugar a casas com salas mobiliadas com móveis importados, pianos, quadros e bibelôs. Já não se recebe no antigo alpendre embutido, agora o visitante é conduzido ao lance principal da casa por uma escadaria que termina num lanço em geral pequeno e descoberto. Cruzada a porta, adentra-se uma sala, não muito grande, que faz às vezes daquele alpendre dos séculos passados. Dali se tem acesso às salas laterais, à de visitas e a de estar e, não poucas vezes, a uma alcova, que serve de dormitório para visitantes. A sala de visitas, em geral, é o mais bem decorado cômodo da casa, apresentando paredes empapeladas ou com pinturas decorativas, os lampiões ou mangas de gás para iluminar as conversas, as festas e as conversas após os jantares, até horas adiantadas da noite.

Como dissemos anteriormente, o piso elevado era para a recepção de hóspedes, visitantes e para a intimidade da família. A maior sociabilidade do período cafeeiro, enfraquece a rigidez das faixas de acessibilidade e, agora, a sala de jantar já não abrigava apenas os moradores, mas fora aberta aos visitantes, transformando-se num local de encontro geral, daí a novidade da “sala da senhora”, o último refúgio da intimidade feminina, usado para os seus serviços e os de suas mucamas.

O casarão da fazenda Resgate é dos exemplos mais significativos dessa nova situação, entre os surgidos no Vale do Paraíba. Ele mantém a organização usual, composta dos três lanços característicos, distribuídos no nível superior. Na faixa intermediária, aparecem as alcovas e a capela, esta última ocupando dois pavimentos, tendo a nave pé-direto duplo. Tal particularidade permitiu o desenvolvimento do altar em altura muito acima dos encontrados em outras fazendas. Parcialmente sobreposta à nave, a sala de visitas, no pavimento superior, comunica-se com a capela, através de uma porta que se abre para o coro e as tribunas, tendo ao fundo o arco do altar, que se encontra no pavimento inferior. Essas tribunas eram ocupadas por pessoas da família, ou convidados. No aspecto geral, essa capela alcança uma dimensão poucas vezes conseguida em outras semelhantes. Parece ter sido construída em 1855, quando houve uma grande reforma na casa, efetuada por um arquiteto inglês de nome Mr. Brusce.<sup>143</sup> Lemos sugere que tal reforma, tenha

<sup>143</sup> CARVALHO, P de C. *Op. cit.*, 1980, p. 176.



Figura 102 - Vestíbulo, casarão da fazenda Resgate, Bananal. Foto: V. Benincasa.

Figura 103 - Detalhe de pintura do vestibulo, casarão da fazenda Resgate, Bananal. Foto: V. Benincasa.



Figura 104 (acima, topo) - Sala de visitas, casarão da fazenda Resgate, Bananal. Foto: V. Benincasa.

Figura 105 (acima) - Sala de visitas, forro, casarão da fazenda Resgate, Bananal. Foto: V. Benincasa.

Figura 106 (à direita, topo) - Sala de visitas, detalhe da manga de iluminação a gás, casarão da fazenda Resgate, Bananal. Foto: V. Benincasa.

Figura 107 (à direita) - Sala de visitas, detalhe de decoração parietal, casarão da fazenda Resgate, Bananal. Foto: V. Benincasa.



Figura 108 (à esquerda, topo) - Sala de visitas, detalhe de pintura no forro, casarão da fazenda Resgate, Bananal. Foto: V. Benincasa.

Figura 109 (à esquerda) - Corredor entre vestibulo e sala de jantar, detalhe de pintura imitando azulejos com motivos chineses, casarão da fazenda Resgate, Bananal. Foto: V. Benincasa.

Figura 110 (acima, topo) - Sala de jantar, casarão da fazenda Resgate, Bananal. Foto: V. Benincasa.

Figura 111 (acima) - Sala de jantar, detalhe de pintura *trompe l'oeil*, casarão da fazenda Resgate, Bananal. Foto: V. Benincasa.



Figura 112 - Sala de jantar, detalhe de pintura representando os cafezais e a fortuna, fazenda Resgate, Bananal. Foto: V. Benincasa.

Figura 113 - Sala de refeições íntimas, casarão da fazenda Resgate, Bananal. Foto: V. Benincasa.

sido mais no sentido de uma readequação de alguns cômodos do que uma reforma na volumetria da edificação. Talvez o piso de um dos cômodos do pavimento superior tenha sido retirado, então, para a execução da capela com pé direito duplo.<sup>144</sup> É uma solução provavelmente inédita em São Paulo e, sem dúvida, muito feliz, criando um efeito espacial de grande riqueza cênica. O altar é muito bem elaborado, com talha pintada de branco, ostentando frisos e detalhes dourados. Esse tipo de solução de capela, todavia, foi bastante comum na zona cafeeira fluminense, de onde deve ter vindo a inspiração para a da Resgate.

A capela era um cômodo especial na configuração dos casarões vale-paraibanos. Muitas das casas possuíram-na internamente ou, ao menos, oratórios, que se adequavam ao programa dos casarões, estando inseridas, geralmente, na faixa intermediária, junto às alcovas. Outros exemplos de destaque são a capela da Boa Vista, em Bananal, e o oratório da fazenda Restauração, em Queluz. Sabemos que houve um cômodo destinado aos serviços religiosos na Bom Retiro, de Bananal, pois parte do altar ainda está num dos cômodos, embora não haja indícios de seu local original. Um pequeno oratório existe no grande salão da casa da fazenda Pasto Grande, em Taubaté, embutido na parede, embora essa seja uma casa do século XVIII. Oratórios também foram encontrados nas fazendas Quilombo, de Taubaté, na Catadupa e na fazenda da Barra, de São José do Barreiro. Todos recebiam um acabamento primoroso, com retábulos, altares de madeira policromada, enfeitados com candelabros de prata, palmas, ostensórios e imagens sacras. Suas paredes e portas recebiam pinturas decorativas, ou forração de papel decorado, configurando o seu caráter especial.

A presença da capela interna poderia comprometer aquela ordem de acessibilidade proposta pela planta daqueles casarões, mas isso não ocorre, como se constata em vários casos, como na Boa Vista e, principalmente, na Resgate, ambas em Bananal. Nesta última, a excepcional concepção arquitetônica obtida através do pé-direito duplo, não chega sequer a perturbar o andamento da rotina caseira: os escravos e visitantes que assistiam às missas entravam por uma porta no piso inferior e aí ficavam, não precisavam nem adentrar o piso superior, o que quer dizer, adentrar a casa, propriamente dita. Por outro lado, o fazendeiro e seus convidados poderiam participar dos ofícios religiosos na tribuna, não precisando sair do piso superior. Sobre elas, Marquese tece um comentário muito interessante:

*(...) capelas, invariavelmente inscritas no corpo da casa de vivenda e sempre voltadas para o lado das senzalas. O pé direito duplo de muitas delas por si só traduzia a hierarquia e o poder que regiam as relações escravistas, já que o acesso ao balcão superior era restrito à família*

<sup>144</sup> LEMOS, C. A. C. *Op. cit.*, 1999, pp.142-3.



Figura 114 - Capela, casarão da fazenda Resgate, Bananal. Fonte: Pires, F. T. F. Fazendas. *Solares da região cafeeira do Brasil Imperial*, p. 82.

*branca, enquanto o acesso ao piso térreo onde ficavam os escravos era feito por uma entrada independente. Cabe lembrar, todavia, que nessas capelas eram realizados batismos e casamentos da escravaria não apenas pertencente ao dono da fazenda mas igualmente dos cativos de seus vizinhos. Com isso, multiplicavam-se as hierarquias: pequenos proprietários que levavam seus escravos para serem batizados em capelas de grandes fazendas/senhores que os recebiam; senhores que promoviam casamentos e batismos de seus escravos/conjunto da escravaria; os que ficavam no andar superior/os que ficavam no inferior. As capelas, enfim, não só expressavam as redes de clientelismo que cortavam de cima a baixo a sociedade escravista no Vale do Paraíba, como também funcionavam como vetores na criação de novas relações sociais, de resto algo válido para todo ambiente construído das plantations escravistas do Novo Mundo.<sup>145</sup>*

Há aí várias informações muito interessantes, e como bem menciona o historiador, o fato de a capela estar sempre voltada ao lado em que estão as senzalas, ou, pelo menos, da maioria dos lanços dessas moradias escravas, não foi mera coincidência. Se pensarmos que, no século XIX, o poder da Igreja Católica era muito grande, e que a representação desse poder estava estabelecido na casa do proprietário da fazenda,

temos aí uma conjugação de forças de significativo simbolismo hierárquico, que se incutia imediatamente sobre os escravos, e também sobre os pequenos fazendeiros situados ao redor dessas grandes propriedades.

As capelas externas também existiram, mas esta é uma tipologia mais comum ao final do século XIX, como é o caso das existentes nas fazendas Conceição, de Aparecida do Norte, e Bonfim, Quilombo e Fortaleza, de Taubaté. Ou seja, o espaço destinado ao culto religioso aparece nas mais diversas formas, nas casas senhoriais do Vale do Paraíba, sempre com algum destaque, e certamente foi espaço obrigatório no seu programa.

Voltemos às demais dependências do casarão da Resgate. O viajante português Zaluar, em 1860, esteve hospedado nessa casa quando peregrinava pelo interior paulista, e assim se expressou:

*Muitas fazendas de primeira ordem concorrem para a riqueza agrícola deste município (Bananal). Tive ocasião de visitar, além das do sr. Barão de Bella Vista, a do sr.*

<sup>145</sup> MARQUESE, R. de B. *Op. cit.*, 26 de outubro de 2005, p. 26.

*Comendador Manoel de Aguiar Vallim, que se torna notável não só por ser uma das melhores propriedades do lugar, como pelo gosto com que são pintadas as salas e a capela da sua casa de moradia campestre. As pinturas são devidas ao hábil pincel do Sr. Villarongo. A sala de visitas, toda de branco com frisos e ornamentos dourados, tem o teto de muito bom gosto, e nos painéis das portas delicadas pinturas representando os pássaros mais bonitos e conhecidos do Brasil pousados nos ramos das árvores ou arbustos de sua predileção, de cujos troncos se vêm pender deliciosos e matizados frutos. A sala de jantar e a capela não merecem menos elogios.*<sup>146</sup>

Segundo Lemos, nessa casa da Resgate o programa residencial da nova sociedade do café está bem definido: o porão, que não oferece acesso ao pavimento nobre para o visitante – há somente duas escadas de acesso íntimo, uma que sai da sala de refeições e outra que sai dos fundos de uma ala de dormitórios – além das ocupações domésticas, era ocupado com os trabalhos de administração das várias fazendas do titular e também por cômodos destinados a certos hóspedes sem muita importância. Zaluar, com certa reputação, dormiu numa das alcovas da faixa de recepção, a julgar pelo seu depoimento. Tudo indica que houvesse mais dois conjuntos de dormitórios, além daqueles de hóspedes: os quartos de família e os de alguns empregados categorizados, pois era enorme a lista de pessoas que trabalhavam no casarão. Segundo depoimento de José Vicente Alves Rubião, neto de Manuel Aguiar Vallim:

*O Resgate possuía padre capelão residente, boticário, parteira, sapateiros, seleiro, ferreiro, marceneiros, mobilieiros, serralheiros, mecânico, colchoeiro, alfaiate, cabeleireiro, barbeiro. Ali se fabricavam açúcar, velas de cera e de sebo, fumo, aguardente, farinha de milho e de mandioca, mel de abelha, tecidos de algodão e de lã de carneiro, meias, rendas para vestido e até linha de coser; quase tudo sob a direção do mecânico e arquiteto irlandês Patrício Croos, que mais tarde passou a guardar livros da fazenda, quando nós, os mais jovens da família, o conhecemos.*<sup>147</sup>

As pinturas murais de José Maria Villaronga<sup>148</sup>, feitas a partir de 1858, decoram vários ambientes da casa, como o vestíbulo, a sala de visitas, o corredor entre o vestíbulo e a sala de jantar e a própria sala de jantar. Usando a técnica do *trompe l'oeil*, ou engana-olhos, numa tradução simplista, a pintura é extremamente realista, causando uma sensação de tridimensionalidade ao espectador. No vestíbulo, o visitante é recebido com representações pictóricas, feitas pelo pintor catalão, dos principais produtos agrícolas da fazenda: o cafeeiro, em destaque; a cana-de-açúcar; o milho; o feijão e a mandioca; além de outras reproduzindo quadros e vasos de flores. O corredor mencionado possui uma intrigante escaiola imitando azulejos com quatro motivos chineses que se repetem, na metade inferior da parede; uma faixa intermediária reproduzindo frisos; e na metade supe-

rior, placas de mármore em tons de verde. A sala de jantar recebeu o mesmo padrão pictórico. Ali, em posição central, há a representação de uma janela em arco pleno, aberta para um extenso cafezal; num primeiro plano, galhos carregados de café são vistos quase adentrando o ambiente e, significativamente, no parapeito da “janela”, aparece uma caixa cheia de notas e moedas: a origem da riqueza do fazendeiro estava ali bem representada. Ladeando essa pintura central, duas representações de alegorias com motivos chineses, em sintonia com a arte do século XIX. O mais interessante, no entanto, são as pinturas nas paredes laterais, em que aparecem dois armários embutidos para louças e cristais. Um deles, entre a sala de jantar e a de refeições íntimas, é interrompido pela caixa de escadas que dá acesso tanto ao porão quanto ao sótão. Villaronga, usando o *trompe l'oeil*, desfez a interrupção pintando sobre a caixa de escadas a continuação desse armário, com prateleiras e portas envidraçadas, contendo louças, garrafas de vinho, cristais, fruteiras, compoteiras, latas de chá.

Na sala de visitas o teto é composto por um magnífico medalhão em relevo, de madeira e estuque, com florões e molduras pintados em dourado sobre fundo branco, entremeados de pinturas alegóricas sobre os sete pecados capitais, e ramalhetes de flores coloridas. As portas internas da casa possuem folhas almofadadas e bandeiras envidraçadas com belo desenho. Na sala de visitas, as almofadas de portas e janelas receberam pinturas de pássaros nativos, pousados em árvores brasileiras. A decoração dessa sala é de extremo bom gosto e delicadeza: os grandes planos azuis claros e brancos das paredes são realçados pelos frisos dourados e pelas pinturas de pequenas dimensões.

O casarão da fazenda Boa Vista, em Bananal, também merece ser citado como um dos mais destacados exemplos de casas rurais da região. Pertenceu ao Comendador Luciano José de Almeida, um dos grandes proprietários de terras e escravos em Bananal, no Segundo Reinado. Trata-se de edifício assobradado na frente e térreo na parte traseira, assentado à meia encosta. Os três lanços típicos, sendo mais apropriado falar-se em dois lanços, desenvolvem-se em U, recebendo um alpendre nas três faces internas do pátio, por meio de um prolongo. Atualmente esse alpendre foi fechado, formando um corredor. O acesso se faz por uma escada perpendicular à fachada, que nasce de um pequeno terrapleno ligeiramente afastado dos terreiros. O vestíbulo, as salas sociais e a capela têm um tratamento decorativo de muito boa qualidade, com cinco grandes salões, portas

<sup>146</sup> ZALUAR, A. E. *Peregrinação pela Província de São Paulo*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975, p. 49.

<sup>147</sup> CARVALHO, P de C. *Op. cit.*, 1980, p. 177.

<sup>148</sup> José Maria Villaronga y Panella, nascido em Barcelona, trabalhou como pintor executando retratos e pinturas murais para fazendeiros do Vale do Paraíba e da região de Campinas. Ele completou as pinturas feitas na reforma de 1855 pelo inglês Bruce.

lavradas, tetos trabalhados e assoalhos de tábuas largas. De gosto neoclássico, essa decoração traz, nas bandeiras das portas internas, pinázios em forma de leque, evidenciando a sintonia com o gosto característico do período, circunscrita, porém, a uma aplicação decorativa.

A capela, no interior da casa, não permitia assistência de estranhos. Ela se voltava para uma grande sala de estar, num dos lados do casarão, que se convertia na nave, quando da realização de missas, através de três portas,

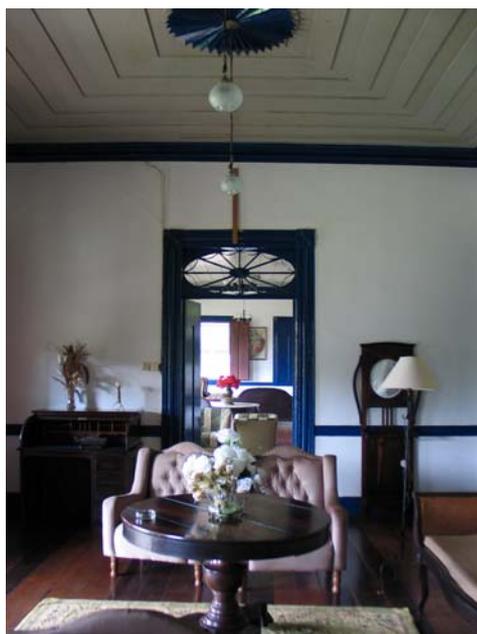


Figura 115 (à esquerda, topo) - Capela, casarão da fazenda Boa Vista, Bananal. Foto: V. Benincasa.

Figura 116 (à esquerda, centro) - Sala de visitas, casarão da fazenda Boa Vista, Bananal. Foto: V. Benincasa.

Figura 117 (à esquerda, embaixo) - Sala de jantar, casarão da fazenda Boa Vista, Bananal. Foto: V. Benincasa.

Figura 118 (acima, topo) - Detalhe do forro, medalhão do lustre, sala de visitas, casarão da fazenda Boa Vista, Bananal. Foto: V. Benincasa.

Figura 118 (acima, centro) - Detalhe do forro, sala de visitas, casarão da fazenda Boa Vista, Bananal. Foto: V. Benincasa.

Figura 119 (acima) - Detalhe da bandeira, sala de visitas, casarão da fazenda Boa Vista, Bananal. Foto: V. Benincasa.





sendo a central – localizada defronte ao altar – de dimensões maiores e com verga em arco pleno. O entalhe dos montantes dessas portas é digno de destaque. É uma solução interessante, mas que, no entanto, não alcança a monumentalidade da capela da Resgate. Entre os moradores da Boa Vista também houve um capelão residente para officiar os serviços religiosos.

Outra casa interessante é a da fazenda Sant’Ana, em Lagoinha, construída pelo tenente-coronel José Domingues de Castro, em 1861, segundo data na bandeira de ferro forjado, da porta de entrada. Sua planta é limpa, quase simétrica, e guarda com muita nitidez as três faixas: a de receber, a de dormir, e a de estar e trabalhar. Num dos cômodos da área social havia uma capela. A implantação à mineira proporcionou o surgimento de um pátio posterior elevado, provido de alpendre que ladeia, inclusive, o anexo de serviço. No entanto, este alpendre traseiro certamente se trata de um acréscimo, uma vez que o madeiramento de sua cobertura encaixa-se de maneira muito improvisada ao corpo da casa; além disso, os pilares de sustentação são feitos de tijolos, de aspecto muito grosseiro, não condizente com o restante da edificação.



Não tivemos a oportunidade de entrar no casarão, mas pudemos notar, por uma das janelas do pavimento superior, do salão fronteiro, o belo trabalho realizado no forro dessa sala, guarnecido de peças entalhadas em madeira.

Já na fazenda Catadupa, em São José do Barreiro, tivemos a oportunidade de entrar rapidamente no pavimento superior. Ali as dependências de serviço conservam-se sem forro, enquanto nas salas fronteiras o forro dos principais cômodos é feito por esteiras de taquara trançada, envolvidos por molduras de madeira, guarnecidas, nos cantos, de ornamentos de madeira entalhada em forma de leque.



Figura 121 - Sala de visitas, casarão da fazenda Catadupa, São José do Barreiro. Foto: V. Benincasa.

Figura 122 - Detalhe do forro da sala de visitas, feito com esteira de taquara, casarão da fazenda Catadupa, São José do Barreiro. Foto: V. Benincasa.

Figura 123 - Sala de jantar, casarão da fazenda Catadupa, São José do Barreiro. Foto: V. Benincasa.



sala fronteira destinada a visitas, desce uma escadaria ao pavimento inferior.

Outro casarão, a cujo interior tivemos acesso, e reflete o bom nível geral atingido por essas edificações, é o da fazenda Restauração, em Queluz, construído em 1867. Nesse casarão, novamente é possível observarmos as faixas de acessibilidade descritas anteriormente. Na sala de jantar, destaca-se um armário embutido de grandes dimensões e uma capela-oratório, dedicada a São Teodoro, padroeiro da fazenda, com bela pintura de Villarongo representando vasos de flores. Em dias festivos, ali se celebravam missas, ou então outras cerimônias, como novenas, casamentos, batizados. Num dos quartos de dormir, aparece uma cômoda embutida no corpo da escadaria que dá passagem para um dos salões do andar térreo. Esta cômoda está embutida no mesmo corpo do armário da sala de jantar que funciona, assim, como parede divisória entre esta sala e o tal dormitório. A sede da Fazenda Restauração está engastada no sopé do morro, rodeada por matas nativas e a cavaleiro de um ribeirão, que corre em leito de pedras. Os trabalhos de restauro, que por ora passa a edificação, permitiram a descoberta de pinturas decorativas em vários cômodos do pavimento térreo e no superior, imitando papel de parede. Entre os trabalhos de madeira, destacam-se, nesse casarão, os belos desenhos das bandeiras e dos balaústres da escadaria principal que, do vestíbulo, dá acesso ao pavimento superior.



Figura 127 (abaixo) - Espelho de fechadura, casarão da fazenda Restauração, Queluz. Foto: V. Benincasa.



Figura 124 - Pintura de sala do pavimento inferior, casarão da fazenda Restauração, Queluz. Foto: V. Benincasa.

Figura 125 - Escada de acesso ao pavimento superior, casarão da fazenda Restauração, Queluz. Foto: V. Benincasa.

Figura 126 - Pintura do pavimento inferior, descoberta em recente restauro, casarão da fazenda Restauração, Queluz. Foto: V. Benincasa.





Figura 128 (à esquerda, topo) - Portas com bandeiras trabalhadas, casarão da fazenda Restauração, Queluz. Foto: V. Benincasa.

Figura 129 (à esquerda, centro) - Sala de jantar, casarão da fazenda Restauração, Queluz. Foto: V. Benincasa.

Figura 130 (à esquerda) - Oratório, detalhe da pintura da porta, sala de jantar, casarão da fazenda Restauração, Queluz. Foto: V. Benincasa.

Figura 131 (acima, topo) - Armário embutido, forrado com papel importado, sala de jantar, casarão da fazenda Restauração, Queluz. Foto: V. Benincasa.

Figura 132 (acima, centro) - Bandeira de porta da sala de jantar, casarão da fazenda Restauração, Queluz. Foto: V. Benincasa.

A fazenda Quilombo, em Taubaté, apesar de térrea, erguida sobre porão, apresenta uma solução semelhante de faixas: a disposição é praticamente a mesma das anteriores. Embora não tenhamos a sua planta, estivemos na casa e percorremos o seu interior. Naquele mesmo artigo do jornal "O Estado de São Paulo", de 1901, encontramos uma descrição do interior da casa:

*É propriedade do Sr. Coronel Francisco Gomes Vieira, um cavalheiro tão amável quanto respeitado em Taubaté pela nobreza de seu caráter.*

*A casa de residência impressiona desde logo pelo conforto e luxo.*

*Na sala-de-visitas além de uma mobília rica, há meia dúzia de retratos a óleo dos pais e parentes do coronel Gomes Vieira.*

*Ao fundo, o piano, o magnífico piano de que mãos habilíssimas, quando eu entrei, arrancavam notas claras e vibrantes, executando o hino nacional.*

*Devia a consignação desta nota à extrema gentileza do distinto executante.*

*À esquerda fica o escritório: em frente a sala-de-jantar e em todo o prédio, que se compõe de grande número de dependências, um asseio, um luxo e um conforto não peculiar à residência de um fazendeiro, mas ao palacete de um fidalgo, conhecedor de toda a estética e arte.*

*Lá está a biblioteca para os estudiosos, a sala de bilhar para os que jogam, a sala-de-ginástica com o seu trapézio, jogo de maromba, argolas, etc.<sup>149</sup>*

<sup>149</sup> Artigo encontrado na Divisão de Museus de Taubaté, em exemplar do jornal "O Estado de São Paulo", de 04 de março de 1901.

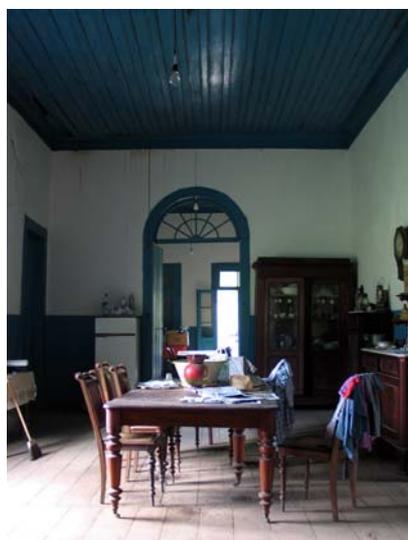


Figura 133 - Porta de entrada, casarão da fazenda Quilombo, Taubaté. Foto: V. Benincasa.

Figura 134 - Sala de jogos, casarão da fazenda Quilombo, Taubaté. Foto: V. Benincasa.

Figura 135 - Sala de jantar, casarão da fazenda Quilombo, Taubaté. Foto: V. Benincasa.

Figura 136 - Cozinha suja, casarão da fazenda Quilombo, Taubaté. Foto: V. Benincasa.

A casa da fazenda Quilombo, provavelmente, foi construída ainda na primeira metade do século XIX, e impressiona pelas dimensões. Em que pese seu aspecto externo menos elaborado que as da região do Caminho Novo da Piedade, a descrição feita acima, de 1901, não deixa dúvidas de que ali se vivia tão bem quanto naquelas outras.

Na mesma região do Médio Vale, um outro casarão, extremamente significativo, poderia ser comparado aos das regiões limítrofes com o Rio de Janeiro: o da fazenda do Barbosa, infelizmente já desaparecido. Conseguimos algumas fotos de seu interior no Museu Frei Galvão, de Guaratinguetá. Nelas, podemos constatar as grandes dimensões de seus salões, a beleza do entalhe de alguns batentes e das bandeiras, a graciosidade das pinturas que decoravam suas paredes e sua capela.

Se no pavimento superior se desenvolviam as atividades nobres, o piso inferior destinava-se, quase sempre, a depósitos diversos. Nas casas térreas não é raro encontrar cômodos, num dos cantos, com acesso somente externo, destinado a depósitos ou atividades como o trato das roupas, ou pequenas oficinas, a dormitório de algum trabalhador, e às cozinhas “sujas”, destinadas a alimentos de cozimento demorado, à fabricação de sabão, etc. Essas funções eram alocadas, em geral, na parte traseira do pavimento inferior. Na parte fronteira, ficavam salas destinadas às atividades masculinas como escritório da fazenda, acomodação para empregados, ou quartos de hóspedes eventuais socialmente menos importantes, como comerciantes, por exemplo.

O interior desses casarões de todo o Vale do Paraíba guardava funções exclusivas, que não poderiam ser desenvolvidas em outro local da fazenda, dado seu valor simbólico. Como vimos, até as práticas religiosas foram levadas para dentro da casa do fazendeiro. É claro que essa vida cotidiana pressupunha a existência da mão-de-obra escrava, treinada para realizar os vários serviços domésticos, como a limpeza e manutenção, o preparo de alimentos, o cuidado com as roupas, com os animais domésticos. Não podemos nos esquecer de que essas não possuíam



Figura 137 - Porta de sala interna, casarão da fazenda do Barbosa, Guaratinguetá. Acervo Museu Frei Galvão, Guaratinguetá.

Figura 138 - Barrado com escaiola decorativa, casarão da fazenda do Barbosa, Guaratinguetá. Acervo Museu Frei Galvão, Guaratinguetá.

Figura 139 - Forro da capela, casarão da fazenda do Barbosa, Guaratinguetá. Acervo Museu Frei Galvão, Guaratinguetá.



abastecimento de água, o que significava ter de buscar a água fresca nas minas e ribeirões próximos. Por isso mesmo a área de serviço expandia-se para fora da casa, uma vez que as louças, a roupa e os urinóis eram lavados em tanques ao ar livre ou naqueles mesmos ribeirões. Zaluar nos dá uma idéia geral da vida nessas fazendas, com uma descrição de sua estada na fazenda Cascata, em Bananal:

*Esta residência pitoresca, que faz lembrar os castelos da Escócia e os cantos de Ossian, edificada em uma altura, e ao lado de uma abundante cachoeira que se despeja com murmúrio eterno batendo pelas penhas escarpadas do rochedo, é uma das vivendas mais poéticas que tenho encontrado em minhas viagens.*

*Junte-se a isto a ilustração e a amabilidade do proprietário, e os sons harmoniosos de um piano de Erard tocado por um hábil e distinto pianista, o sr. Julié, e ter-se-á feito, quando muito, uma longínqua idéia do conforto, e agregado desta habitação. Como é diferente a vida da roça da existência monótona da povoação! Ali as distrações abundam. Vive-se na sala, vive-se nos passeios, vive-se na conversação da intimidade. Tudo é agradável, porque se não está subordinado às etiquetas ridículas nem às formalidades impertinentes da sociabilidade burguesa, que são a cousa mais detestável que eu conheço no mundo! (...). Têm razão os roceiros, não vale a pena para isto freqüentar o povoado!*<sup>150</sup>

<sup>150</sup> ZALUAR, A. E. *Op. cit.*, 1975, pp. 49-50.



Figura 140 (acima, topo) - Escadaria de acesso ao pavimento superior, casarão da fazenda Boa Vista, Cruzeiro. Foto: V. Benincasa.

Figura 141 (acima, centro) - Vestíbulo, casarão da fazenda Boa Vista, Cruzeiro. Foto: V. Benincasa.

Figura 142 (à direita) - Casarão da fazenda Boa Vista, Cruzeiro. Acervo: Museu Major Novaes, Cruzeiro.





Figura 143 (à esquerda, topo) - Sala de visitas, casarão da fazenda Boa Vista, Cruzeiro. Foto: V. Benincasa.

Figura 144 (à esquerda, centro) - Pintura da sala de visitas, casarão da fazenda Boa Vista, Cruzeiro. Foto: V. Benincasa.

Figura 145 (à esquerda) - Oratório, sala de jantar, casarão da fazenda Boa Vista, Cruzeiro. Foto: V. Benincasa.

Figura 146 (acima, topo) - Dormitório com cabideiro, casarão da fazenda Boa Vista, Cruzeiro. Foto: V. Benincasa.

Figura 147 - (acima, centro) - Sala de jantar, casarão da fazenda Boa Vista, Cruzeiro. Foto: V. Benincasa.

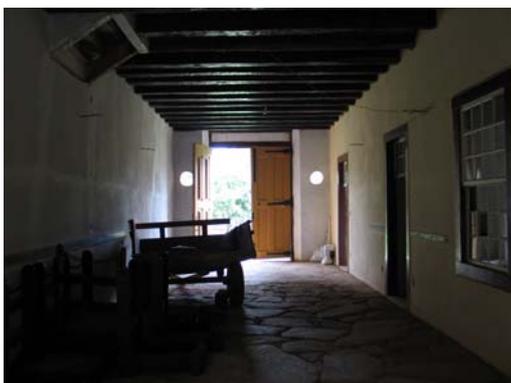


Figura 148 (à esquerda, topo) - Casarão da fazenda Guanabara, São José do Barreiro. Foto: V. Benincasa.

Figura 149 (à esquerda, centro) - Passagem interna para carruagens, casarão da fazenda Bom Retiro, Bananal. Foto: V. Benincasa.

Figura 150 (à esquerda) - Janela da sala de visitas, casarão da fazenda Guanabara, São José do Barreiro. Foto: V. Benincasa.

Figura 151 (acima, topo) - Porta de entrada, casarão da fazenda Guanabara, São José do Barreiro. Foto: V. Benincasa.

Figura 152 (acima) - Salão no pavimento inferior, casarão da fazenda Bom Retiro, Bananal.. Foto: V. Benincasa.



Ao final do século XIX, o Vale do Paraíba foi perdendo sua importância no cenário cafeeiro paulista. As cidades do chamado Oeste Paulista, como Campinas, Jundiaí, Amparo, Itu, Itapira, Bragança Paulista, Itatiba, já desde os meados do século XIX foram ocupando esse lugar de destaque antes ocupados por Bananal, Areias, Guaratinguetá, Taubaté. Ao Vale do Paraíba, no dizer de Monteiro Lobato, restaram as sombras e vestígios da passagem do rei-café:

*Ali tudo foi, nada é. Não se conjugam verbos no presente. Tudo é pretérito.*

*(...). No campo não é menor a desolação. Léguas a fio se sucedem de morraria áspera, onde reinam soberanos a saúva e seus aliados, o sapé e a samambaia. Por ela passou o Café, como um Átila. Toda a seiva foi bebida e, sob forma de grão, ensacada e mandada para fora. Mas do ouro que veio em troca nem uma onça permaneceu ali, empregada em restaurar o torrão. Transfiltrou-se para o Oeste, na avidez de novos assaltos à virgindade da terra nova; ou se transfez nos palacetes em ruína; ou reentrou na circulação européia por mãos de herdeiros dissipados.*

*(...). As fazendas são Escoriais de soberbo aspecto vistas de longe, entristecedoras quando se lhes chega ao pé. Ladeando a Casa Grande, senzalas vazias e terreiros de pedra com viçosas guanxumas nos interstícios. O dono está ausente. Mora no Rio, em São Paulo, na Europa. Cafezais extintos. Agregados dispersos. (...).<sup>151</sup>*



<sup>151</sup> LOBATO, Monteiro. *Cidades Mortas*. São Paulo: Brasiliense, 1956, pp. 3-7.

Figura 153 - Escadaria de acesso ao pavimento superior, casarão da fazenda Bom Retiro, Bananal. Foto: V. Benincasa.

Figura 154 - Salão no pavimento superior, casarão da fazenda Bom Retiro, Bananal. Foto: V. Benincasa.

Figura 155 - Porta-balcão, casarão da fazenda Bom Retiro, Bananal. Foto: V. Benincasa.

**3**

**Rumo ao Oeste Paulista: o quadrilátero do açúcar se rende aos cafezais...**



Após ocupar praticamente todo o Vale do Paraíba, a lavoura cafeeira se expandiu em direção às terras férteis de Santana de Parnaíba, às margens do Tietê, e daí seguiu avançando em duas vertentes, a oeste seguindo a calha deste rio, para Itu, e ao norte em direção a Jundiaí, de onde saíam as mudas para a região de Campinas<sup>1</sup>.

Essa segunda região abordada, que aqui denominaremos de Central, tem como limite leste as franjas da Serra da Mantiqueira, avançando no rumo oeste pelo vale do rio Tietê. A paisagem é caracterizada pelos morros, com afloramento de pedras, e inúmeros rios. Ondulações mais suaves ocorrem de Campinas para o norte. Originalmente, os terrenos eram cobertos pela densa Mata Atlântica, embora já ocorressem grandes faixas de cerrados, cada vez mais comuns à medida que se adentrava o território paulista. Além da fertilidade do solo, a lavoura cafeeira encontrou outros fatores essenciais para o seu desenvolvimento, como uma rede de cidades e estradas já constituídas; um significativo contingente populacional para a época, entre eles considerável mão-de-obra escrava; e capital advindo da lavoura açucareira e do comércio de tropas de burros. Dessa maneira, a excelente lucratividade do café seria um forte atrativo para que os antigos plantadores de cana substituíssem suas lavouras pela rubiácea.

Nessa nova fronteira atingida pela cafeicultura, assim como no Vale do Paraíba, o trabalho também se baseou primordialmente no braço escravo, mesmo já contando com imigrantes europeus desde meados do século XIX. Mas o número de escravos aumentara com o afluxo de mão-de-obra comprada nos antigos engenhos do nordeste do país. O expressivo crescimento da lavoura cafeeira não podia contar somente com um ou outro tipo de mão-de-obra: na região Central, os escravos e os trabalhadores livres repartiriam o mesmo espaço e angústias, até a Abolição.<sup>2</sup> Mas as semelhanças entre esta região e o Vale do Paraíba não se restringem à questão da mão-de-obra escrava:

*Em ambas a produção do café se desenvolve por volta de 1836, (...); em ambas vai alcançar o seu máximo em fins do século XIX, em ambas se localizam de início as*

<sup>1</sup> Campinas é local onde foram produzidas e exportadas as matrizes de quase todas as plantações paulistas nas zonas que ainda seriam desbravadas ao longo do século XIX e do século XX.

<sup>2</sup> MILLIET, Sérgio. *Op. cit.*, 1982, p. 47.



Figura 1 - Mapa da Região Central. Desenho: Vladimir Benincasa.

*plantações em torno de núcleos existentes, à margem das poucas vias de comunicações. Dois grandes rios constituem-lhes as respectivas colunas vertebrais – o Paraíba e o Tietê. Ambas são zonas históricas, semeadas de pousos de bandeiras, já povoadas e em plena crise de mineração na aurora da invasão cafeeira. (...).*

*Mas a zona central leva sobre a do norte a vantagem da qualidade das terras e se beneficia do incremento da imigração numa medida bem maior.<sup>3</sup>*

Se a cana-de-açúcar já se achava instalada nessa nova zona cafeeira, ela ocupava ainda porções muito pequenas da totalidade de seu território. Nem tudo estava desbravado na região Central, e as terras recém-cultivadas davam boas produções. Ali, o temor maior eram as geadas brancas, comuns nos invernos, e por isso os fazendeiros procuravam sempre pontos mais elevados, que asseguravam proteção aos cafeeiros jovens, o que, de qualquer forma, não garantia prejuízos e perdas de plantações, como nas fortes geadas ocorridas em 1842 e 1870.

Mesmo com esses reveses, em pouco tempo se evidenciaram as vantagens do plantio de café nessa nova zona paulista, e em 1854 a cafeicultura já se dispersava por praticamente toda a região, com grande concentração em Campinas, Amparo, Bragança Paulista, Jundiá e Itu. Curiosamente, 1854 é o ano em que, ao mesmo tempo, a lavoura de cana-de-açúcar atingia o seu ápice na região - contribuindo majoritariamente com a produção paulista de quase 540 mil arrobas - e no qual a cafeicultura exibia considerável crescimento, atingindo as 491.397 arrobas, embora este fosse um número ainda muito inferior às 2.737.639 arrobas atingidas pelo Vale do Paraíba no mesmo ano. Verificava-se um aumento excepcional na produção cafeeira paulista, que em 1836 registrara a quantia de 590.066 arrobas em todo o seu território, e em 1854 atingia as 3.534.256 arrobas. Os dados de 1854 mostram ainda o aumento expressivo do número de escravos na Província de São Paulo, cerca de 54.000 no total, além do crescimento do número de fazendas cafeeicultoras, cerca de 2600 propriedades.

Concomitantemente a esse aumento da produção cafeeira paulista, tornavam-se evidentes as condições precárias do sistema de escoamento da produção em direção aos portos. Pelo fato de as fazendas se instalarem cada vez mais longe do litoral, impunha-se a necessidade de novas formas de transporte das safras, cada vez maiores, que o mercado europeu e americano avidamente exigia. Para a região de Campinas, Itu, Amparo e arredores, o porto de Santos era o escoadouro natural. Já no final do século XVIII, sob o governo de Bernardo José de Lorena, ficara pronto o calçamento do caminho do mar, entre São Paulo e Cubatão, a famosa "Calçada do Lorena", que nas palavras do próprio governador:

*Esta finalm<sup>te</sup> concluído o Caminho desta Cid<sup>e</sup> até o Cubatão da V<sup>a</sup> de S<sup>tos</sup>, de sorte que até de noite se segue viagem por elle, a serra he toda calçada, e com largura p<sup>a</sup> poderem passar tropas de Bestas encontradas sem pararem; o Pessimo Ca<sup>mo</sup> o antigo, e os principios da Serra bem conhecidos, erão o mais obstaculo contra o comercio, como agora cevenceo, tudo fica facil...<sup>4</sup>*

Esse caminho fora fundamental para a consolidação de uma lavoura comercial paulista serra acima, porém ele apenas possibilitava a passagem de tropas. Além disso, o trecho entre Cubatão e Santos continuava a ser feito em canoas. Assim, os prejuízos com o transporte até Santos eram grandes e as conseqüências disso eram muitas, entre elas, o encarecimento do transporte e as perdas de cargas, sob as fortes chuvas, no trecho da serra. O aterro entre Cubatão e Santos só viria muito mais tarde, em meados do século XIX, quando da construção da "Estrada da Maioridade", com leito carroçável finalmente ligando São Paulo até Santos, isso praticamente às vésperas do início da era ferroviária.

As estradas dos sertões paulistas também não contribuíam para facilitar o transporte, o que ocasionava uma limitação no avanço das fronteiras agrícolas paulistas. Um trecho do relato de viagens do barão J. J. von Tschudi nos dá uma idéia das dificuldades do transporte de cargas, na década de 1860:

*A estrada real que leva de Campinas a Limeira é muito mal traçada, pois em trechos nos quais se podiam ter evitado os acidentes naturais, ela segue morro acima e morro abaixo, de modo muito primitivo, sem procurar se adaptar ao terreno. Sua conservação está à altura do traçado. Em meio do caminho há a "vendinha da Mata", de carácter muito primitivo. Léguas e meia adiante, há uma bem construída ponte sobre o rio Piracicaba. Esta ponte, se não me engano, se chama ponte de Atibaia, pois pouco acima dela se reúnem os rios Atibaia e Jaguari, que formam o Piracicaba. Daí até Limeira, três léguas, a estrada é boa.<sup>5</sup>*

Ficou bastante conhecida a afirmação do mesmo barão von Tschudi que disse que além de Rio Claro não compensava plantar café, pelo alto custo do frete do transporte até

<sup>3</sup> MILLIET, S. *Op. cit.*, 1982, p. 42.

<sup>4</sup> Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo: Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo, Vol. 45, p. 70. Apud: PETRONE, M. T. S. *Op. cit.*, 1968, pp. 192-3.

<sup>5</sup> TSCHUDI, J. J. von. *Viagem às Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980, p. 180.

Santos e pelas dificuldades enfrentadas pelas tropas nas péssimas estradas. A criação da ferrovia era o meio mais prático e econômico que se apresentava para acabar, definitivamente, com tal problema. Desde 1835 se cogitava a construção de uma ferrovia para o escoamento da produção açucareira e do café da região Central e do Vale do Paraíba por Santos. No entanto, os poucos recursos da Província, aliados à falta de garantias do Governo Imperial, não animavam a formação de consórcios empreendedores. Somente vinte anos depois, em 1855, sob os auspícios do então presidente de São Paulo, o Conselheiro José Antônio Saraiva, retoma-se firmemente o propósito de construção de uma ferrovia paulista. Em discurso que abriu a Assembléia Legislativa daquele ano, o presidente mostrava-se otimista e entusiasmado com a possibilidade:

*“Estou persuadido – afirmava Saraiva - de que essa empresa pode vingar e que a nossa situação econômica a reclama com urgência”. E como que para fundamentar sua afirmação, estimava a produção dos municípios a serem beneficiados com a via férrea projetada – e que eram, entre outros, Jundiaí, Campinas, Limeira, “em perto de um milhão de arrobas de café e açúcar sendo fato geralmente reconhecido que os novos cafezais existentes nos mencionados municípios excedem muito os que dão colheita, devendo-se pois, contar que a produção nos referidos lugares subirá em quatro ou cinco anos a dois milhões de arrobas”.*

*(...). E apontava o Conselheiro as vantagens que adviriam da construção dessa estrada: o desenvolvimento do comércio de Santos, o desenvolvimento do trabalho livre e da colonização espontânea, a redução do preço dos transportes a uma terça parte do que se pagava, o melhoramento dos processos industriais, o aumento do valor das terras, a cessação das despesas públicas com a estrada a ser substituída pela linha férrea, a influência das facilidades de comunicação sobre o estado moral e político da província e finalmente a criação de um espírito de empresa. Terminava desejando que tão grande melhoramento logo se realizasse, pois viria abrir o comércio, para a agricultura e para a civilização esses férteis vales que se estendem até o Paraná.<sup>6</sup>*

O futuro provaria que o Conselheiro Saraiva não estava errado. Assim, no ano seguinte, com boas garantias de juros de 7% (cinco pagáveis pelo Império e dois pela Província), sobre o capital que fosse empregado até o limite de dois milhões de libras esterlinas, constituiu-se a sociedade entre o Marquês de Monte Alegre, Pimenta Bueno e o Barão de Mauá, que, em 1860, deu início à construção da estrada de ferro que ligaria Santos a Jundiaí.<sup>7</sup> E assim, com a decisiva colaboração financeira dos cafeicultores paulistas, em 1866 inaugurava-se o primeiro trecho da São Paulo Railway:

*Toda a produção beneficiou-se, desde então, com as vantagens de um transporte rápido, seguro, pelo menos no trecho entre o porto santista e o velho burgo de Piratininga.<sup>8</sup>*

Logo depois, iniciava-se o avanço da linha, através de um ramal que saía da estação de Rio Grande da Serra, para o Vale do Paraíba, até a cidade de Jacareí. O objetivo era trazer para o porto de Santos e para a São Paulo Railway, parte da produção cafeeira que era escoada pelo porto do Rio de Janeiro através das linhas da Estrada de Ferro D. Pedro II. No entanto, o mesmo objetivo tinha a ferrovia concorrente: em 1875, seus trilhos chegavam a Cachoeira Paulista, pelo lado oposto. Desenhava-se, dessa maneira, a ligação entre São Paulo e Rio de Janeiro por via férrea, cortando o Vale do Paraíba.

O sucesso do empreendimento do trecho São Paulo-Santos logo animou os lavradores a expandirem os trilhos até Campinas, então centro agrícola de São Paulo. A partir de então, as possibilidades para a ampliação das frentes agrícolas tornavam-se realidade, e o binômio café-ferrovia tinha, aí, o seu início. Todas as ferrovias paulistas tiveram como mote principal o transporte de café, que era de onde provinha o capital gerado para implantá-las, e as mudanças rapidamente se fizeram visíveis. São Paulo, a acanhada e modorrenta capital, se tornaria, em poucas décadas, a rica metrópole do café:

*O vulto dos negócios, a necessidade dos contatos políticos e comerciais, a educação dos filhos, novas exigências nascidas de u’a mentalidade mais refinada trouxeram os fazendeiros e as suas famílias para a capital paulistana, transformando-a na capital dos fazendeiros.<sup>9</sup>*

Mas foi na exportação de gêneros agrícolas que se deu a principal mudança:

*O comércio de exportação que, em 1868, no primeiro ano depois de inaugurada a Santos-Jundiaí, havia sido de umas cinqüenta mil toneladas de mercadorias, elevava-se ao triplo. A população da província, que ao fazer-se o primeiro recenseamento nacional (1872) mal passara dos oitocentos mil habitantes, elevou-se a 1.385.000, em 1890. A quilometragem da ferrovia*

<sup>6</sup> MATOS, O. de N. *Op. cit.*, 1990, 71.

<sup>7</sup> Idem, *ibidem*, pp. 72-5.

<sup>8</sup> OLIVEIRA, J. T. de. *Op. cit.*, p. 269.

<sup>9</sup> Idem, *ibidem*, p. 269.

*atingia 2.425 e o número de cafeeiros ultrapassava os cem milhões, produzindo metade de toda a produção brasileira.*<sup>10</sup>

A ferrovia em São Paulo praticamente não seguiu um plano de metas, mas subordinou-se à forma como a lavoura cafeeira avançou por seu território, tendo sempre como destino Santos, o porto que se tornaria seu grande exportador mundial. Os traçados das ferrovias obedeceram a necessidades locais e momentâneas das regiões enriquecidas com a cafeicultura, cujo capital excedente era empregado na extensão e manutenção das linhas, ao menos enquanto vicejavam os grandes lucros. Isso decorreu, em grande parte, da falta de interesse da São Paulo Railway em prolongar seus trilhos além Jundiá. O monopólio que lhe dera o contrato de construção da ligação entre Santos e Jundiá, por quase um século, garantia que qualquer ferrovia construída no interior lhe seria tributária.<sup>11</sup> O que demonstra que sua diretoria tinha um grande conhecimento da dinâmica da lavoura cafeeira. E essas linhas teriam de ser construídas para que as lavouras avançassem sobre aqueles “vales férteis que se estendem até o Paraná”, como acertadamente já antevira o Conselheiro Saraiva, em seu discurso de 1855.

Coube então aos próprios fazendeiros, capitalistas e homens públicos de São Paulo, a iniciativa de se cotizarem e levantarem os recursos necessários para abrir as ferrovias nas áreas então dominadas pela onda verde do café, com capital exclusivamente paulista.<sup>12</sup> A primeira delas foi a Companhia Paulista de Estrada de Ferro, que adquiriu junto ao Governo Imperial os mesmos privilégios que a São Paulo Railway, prolongando os trilhos de Jundiá até Campinas, o arranque inicial em direção aos cafezais do “Oeste Paulista”. Campinas, na década de 1870, já era considerada a capital agrícola da Província, e também, um centro urbano e cultural importante no país. Em 11 de agosto de 1872, a cidade parou para ver a chegada triunfante do trem de ferro. Era o início de uma expansão que tomaria, nas próximas décadas, praticamente todo o território paulista, rumo ao interior, quase sempre acompanhando o povoamento dos territórios e o crescimento da lavoura cafeeira e, nos últimos tempos de sua expansão, antecipando-se a eles.<sup>13</sup>

Nas atas de reuniões preliminares para a formação da Companhia Paulista, como salienta Matos, estavam fazendeiros não só de Campinas, mas de toda a vasta região que incluía Piracicaba, Rio Claro, Limeira, Atibaia, Tietê, entre outros municípios. Por essa razão já se podia antever que os trilhos da Paulista não parariam em Campinas. Logo as cidades imediatamente posteriores se movimentaram para a extensão dos trilhos até elas, ou mesmo fazendo ligações independentes entre as regiões em que estavam inseridas e a capital de São Paulo, sem a utilização do tronco inicial da Paulista. Dessa maneira, surgiram a Ituana e a Sorocabana, além da Mojiana, que partia de Campinas rumo ao interior, e do próprio prolongamento da Paulista.<sup>14</sup>

A Ituana foi a primeira a se organizar. Mesmo antes dos trilhos da Companhia Paulista terem chegado a Campinas, alguns fazendeiros e capitalistas da região decidem formar uma companhia ferroviária ligando Itu a Jundiá. Entre estes pioneiros, destaca-se o nome de José Elias Pacheco Jordão, dono de uma fazenda em Limeira, e Antônio de Queiroz Telles, futuro Conde de Parnaíba, cujo nome estaria ligado, posteriormente, a dois outros empreendimentos de vulto: a criação da Companhia Mojiana de Estradas de Ferro e a promoção da imigração em São Paulo, em caráter oficial.<sup>15</sup>

Em 17 de abril de 1873 era inaugurada a Ituana, interligando Itu a Jundiá. E, em 1879, depois de muitas brigas judiciais com a Paulista, ela conseguiu concluir o ramal de Piracicaba.<sup>16</sup>

Paralelamente a esse avanço da cafeicultura e do surgimento das primeiras linhas ferroviárias paulistas, também aumentavam as preocupações com a escassez de mão-de-obra para a lavoura. Até 1850, ano da extinção do tráfico negreiro, a principal força de trabalho era a escrava. Os africanos compunham a massa de trabalhadores responsáveis pela agricultura de exportação brasileira, em larga escala. No entanto, a cafeicultura exigia cada vez mais braços, e a extinção do tráfico impunha sérios problemas à sua expansão:

*Os fazendeiros mais previdentes percebiam claramente que teria de se encontrar num futuro imediato uma forma de substituir ou, pelo menos suplementar o trabalho escravo, de modo a prover os trabalhadores exigidos por essa cultura de trabalho muito intensivo. A escravidão continuou, de fato, até 1888, mas foram precisamente o debate crescente sobre a questão do trabalho e a experiência dos fazendeiros paulistas que finalmente possibilitaram uma transição relativamente suave para o trabalho livre.*

*Na ausência de uma reserva de mão-de-obra local prontamente disponível, os fazendeiros paulistas recorreram ao uso de trabalhadores imigrantes.*<sup>17</sup>

As linhas de trem, adentrando o território paulista na direção de Campinas, de Itu, de Moji-Mirim, e o crescimento da lavoura cafeeira nessas cidades,

---

<sup>10</sup> MATOS, O. de N.. *Op. cit.*, 1990, pp. 112.

<sup>11</sup> Idem, *ibidem*, p. 77.

<sup>12</sup> Idem, *ibidem*, p. 78.

<sup>13</sup> Idem, *ibidem*, pp. 79-81.

<sup>14</sup> Idem, *ibidem*, pp. 81-3.

<sup>15</sup> Idem, *ibidem*, pp. 86-7.

<sup>16</sup> Idem, *ibidem*, p. 87.

direcionariam a imigração para as fazendas desses locais, em detrimento do Vale do Paraíba, região que a partir da segunda metade do século XIX começaria a demonstrar decadência nos seus cafezais. A partir de 1880, aumentaram as chegadas dos imigrantes, que imprimiriam marcas de uma cultura européia - mais italiana, na verdade - São Paulo afora.

*A imigração começava a apresentar os mais significativos resultados, passando da fase das tímidas experiências para a da verdadeira consagração do sistema, antes tão combatido e agora tão reconhecido.*<sup>18</sup>

Reconhecimento atestado pelas várias companhias de promoção de imigração que surgiram na capital e no interior, e mesmo na Europa, durante a década de 1880. Para fins de comparação, na época da Abolição havia cerca de 200.000 imigrantes domiciliados em São Paulo, número semelhante ao de escravos libertados pela lei de 13 de maio.

Sobre isso, Louis Couty descreve a situação da Província paulista, em seu livro "Le Brésil en 1883":

*Os paulistas não se limitaram a triplicar, em menos de vinte anos, suas plantações de café, tanto que sua produção quase igualou a das demais províncias; não se limitaram a cobrir sua província de múltiplas atividades: engenhos de café, engenhos de açúcar, manufaturas de algodão e produtos diversos; não se limitaram a construir em dez anos cerca de 1.500*

*quilômetros de vias férreas, que já penetram pelos sertões, em regiões desconhecidas, tomadas aos índios; sem o auxílio do governo, por sua própria iniciativa, encontraram meios de substituir pelo branco, o negro, pelo braço livre o trabalho servil, e o agregado imprevidente e sem necessidades, que vegetavam em torno das fazendas, pelo colono, capaz de economizar e consumir. Consideraram o problema a fundo e, graças a eles, sua província vê aproximar-se, sem temor, o fim do trabalho servil.*<sup>19</sup>

Realmente, os fazendeiros paulistas investiram na imigração como solução para a escravidão, pois já se antevia que a abolição viria, mais dia menos dia. Os movimentos abolicionistas, as revoltas de negros, fugas em massa, eclodiam por toda a parte do país. Os fazendeiros mais previdentes e cícosos de suas propriedades trabalhavam, então, no sentido de minimizar os efeitos de um fato que era iminente. As leis que vinham sendo promulgadas pouco a pouco, como a extinção do tráfico negreiro, a dos sexagenários e a do ventre livre, apontavam nesse sentido. Assim, os fazendeiros paulistas que já possuíam mão-de-obra livre em suas fazendas sentiram de maneira mais

<sup>17</sup> STOLCKE, V. *Op. cit.*, 1986, pp. 17-8.

<sup>18</sup> MATOS, O. de N. *Op. cit.*, 1990, pp. 112.

<sup>19</sup> COUTY, L. *Le Brésil en 1883*. Apud: MATOS, O. de N. *Op. cit.*, 1990, pp. 112.



Figura 2 - Escravos em trabalho no terreiro de café em fazenda de Campinas, em 1888. Às vésperas da abolição, a mão-de-obra escrava ainda era grande nas fazendas da Região Central. Fonte: *Coleção Geraldo Sesso Junior*. Centro de Memória – UNICAMP.

branda a passagem para o novo regime de trabalho, enquanto que aqueles que resistiam, na defesa do braço escravo, sofreram grandes perdas.

No desenrolar do povoamento de São Paulo, podemos observar que a imigração teve desenvolvimento paralelo ao das ferrovias. As áreas servidas pelas grandes ferrovias paulistas foram as que mais se beneficiaram da mão-de-obra imigrante.<sup>20</sup> O oeste paulista fervilhava, vivendo a febre do desenvolvimento promovido pela cafeicultura, pela chegada das ferrovias e pela invasão dos imigrantes, que marcariam a sua paisagem a partir do final do Império e início da República. Os historiadores mais importantes do período são pródigos em citar, na paisagem social que se delineava, a figura do fazendeiro de café na história paulista. Na visão bastante ufanista de Alfredo Ellis Júnior, esses fazendeiros saíam *como autênticos bandeirantes oitocentistas à frente de suas caravanas e tropas com copiosa escravaria para se fixar com suas bojudas famílias, conduzidas por trôpegos carros de bois, cobertos com toldos de lona parda, nas paragens sertanejas do oeste paulista, acampados nas clareiras da mata virgem e isolados no adusto e selvagem interior de nosso São Paulo.*<sup>21</sup>

No dizer de Roberto Simonsen:

*De fato, o fazendeiro era o senhor e chefe de uma organização produtora latifundiária e, como sói acontecer com os pioneiros de terras novas, teria de possuir qualidades de energia e capacidade criadora, postas continuamente à prova nos embates ininterruptos com a natureza. Foi, porém, o fazendeiro plasmado na evolução cafeicultora do Brasil, que pôde, pelas suas qualidades, manter sempre firme o comando dessa multidão de invasores (os imigrantes) conservando o sentimento nacional dos novos núcleos que se abriram e facilitando, assim, a colonização e absorção desses elementos e seus descendentes. Constituíu, portanto, poderoso foco nacionalizante. Iniciando sua atuação política na Assembléia da Província, teve, mais tarde, decisiva interferência, nos negócios da República.*<sup>22</sup>

Se isso foi fato no Oeste Paulista, também o foi em qualquer outra frente pioneira, incluído aí o Vale do Paraíba, o interior fluminense... As dificuldades de conquistas de novos territórios não se abrandaram, nem se intensificaram, com o passar dos tempos. No entanto, é pertinente pensarmos que a figura do fazendeiro, como chefe político e detentor de poder local, crescia de importância à medida que se alargavam as fronteiras cafeicultoras.

Concomitantemente a tudo isso, o mercado também queria um produto de melhor qualidade, o que resultava numa busca contínua por melhoria no beneficiamento do café. Nas fazendas isso repercutia em muitos aspectos. Era urgente a melhoria no preparo do beneficiamento dos grãos de café. Na região Central praticamente desaparecem os terreiros de terra batida, sendo revestidos de tijolos,

ladrilhos ou pedra. O maquinário de café também encontra, nos fazendeiros dessa região, defensores entusiastas, mais do que naqueles seus congêneres do Vale do Paraíba.

*Procuravam-se máquinas de despolpar, secadoras artificiais e classificadoras mecânicas, que pudessem tratar rapidamente as volumosas colheitas e que, melhorando ao mesmo tempo a apresentação dos grãos, permitissem tirar deles um preço mais elevado. Num momento em que não faltavam solos virgens, tinha o fazendeiro cuidados mais de industrial e negociante que de agricultor.*<sup>23</sup>

Era preciso e necessário abandonar as precárias técnicas de beneficiamento que se utilizavam no Brasil até então, de forma a manter-se competitivo no mercado mundial e, talvez até mais importante do que isso, para adaptar-se ao novo regime de trabalho livre que se desenhava. Depois de várias experimentações com o trabalho livre em regime de parceria, de trabalho assalariado, etc., os fazendeiros perceberam que seria melhor deixar com as famílias de imigrantes apenas o trato dos cafezais<sup>24</sup>; os escravos continuariam a trabalhar no beneficiamento (aí incluído o manuseio do maquinário), na armazenagem e no transporte das cargas. Não por acaso, essas são as atividades que mais prontamente seriam alvo da mecanização, a partir da década de 1870, uma vez que a mão-de-obra escrava era cada vez mais escassa. Os monjolos hidráulicos, os monjolos a força animal e os pilões mecânicos, já conhecidos dos fazendeiros, davam lugar a maquinismos industrializados, importados principalmente dos Estados Unidos e Grã-Bretanha. A grande demanda por esses equipamentos fez surgir indústrias nacionais ou de capital misto, em Campinas, como a Lidgerwood, instalada em 1871, e a Mac Hardy, fundada em 1875, e a Arens Irmãos, fundada em 1877. Mas houve outras, em cidades diversas, como a Martins Barros, de São Paulo, por exemplo, além do estabelecimento de casas importadoras, representantes de fábricas americanas ou britânicas, como a Engelberg.

<sup>20</sup> MATOS, O. de N. *Op. cit.*, pp. 113.

<sup>21</sup> ELLIS Jr., A. *O Café e a Paulistânia*. São Paulo, 1951, p. 361.

<sup>22</sup> Citação de SIMONSEN, R. Aspectos da história econômica do café. In: Anais do Congresso de História Nacional, no. 04, Rio de Janeiro, 1941, p. 272. Apud: MATOS, O. de N. *Op. cit.*, 1990, pp. 115-6.

<sup>23</sup> MONBEIG, P. *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1977, p. 99.

<sup>24</sup> Ver sobre isso: STOLCKE, V. *Cafeicultura*. São Paulo: Brasiliense, 1986; BEIGUELMAN, P. *Formação do povo no complexo cafeeiro. Aspectos Políticos*. São Paulo: Pioneira, 1977; COSTA, E. V. da. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo Brasiliense, 1989; e SPINDEL, C. R. *Homens e máquinas na transição de uma economia cafeeira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

**COMPANHIA LIDGERWOOD DO BRASIL**

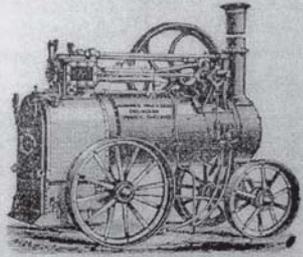
**FUNDAÇÃO DE FERRO e BRONZE**  **IMORTADORES e FABRICANTES**  
**OFFICINAS MECHANICAS - CARPINTARIA** de machinas agricolas,  
bombas diversas, enca-  
namentos de todas as bitolas

Especialistas em machinas para beneficiar café e arroz; machinas para assucar,  
madeiras, algodão, etc. Instrumentos aratorios, motores a vapor e hydraulicos.  
Machinas - **Sete Quedas** - e Ingredientes - **Lidgerwood** - para matar formigas.  
Óleos, Lubrificantes, Correias, Eixos, Mancaes, etc.

Largo da Estação  
CAIXA POSTAL, 24  **RUA LIDGERWOOD**  **CAMPINAS**

**GUILHERME M.<sup>c</sup> HARDY & C.<sup>ia</sup>**  
**CAMPINAS**

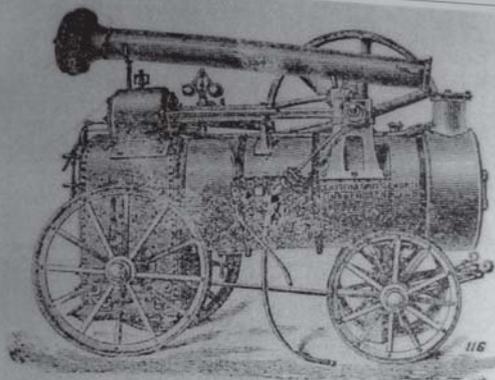
TELEPHONE  
N. 131



CAIXA DO CORREIO  
N. 36

EMPRESARIOS, CONSTRUCTORES E IMPORTADORES  
DE  
**MACHINAS PARA A LAVOURA E INDUSTRIA**  
GRANDES OFFICINAS MECHANICAS  
E  
**FUNDAÇÃO DE FERRO E BRONZE.**

Machinas de beneficiar café de todos os systems.—Vapores, loco-  
motiveis e fixas.—Engenhos contraes para a fabricação de assucar e  
aguardente.—Engenhos de Serras circulares e verticaes.—Ventila-  
dores dobrados, systema «Mc Hardy».—Ventiladores singelos, systema  
«Mc Hardy».—Ventiladores de café em coco, systema «Mc Hardy».—  
Ventiladores à mão, systema «Mc Hardy».—Ventiladores de repassar  
systema «Mc Hardy».—Ventiladores de aspiração (o mais moderno).  
—Ventiladores para matar formigas.—Debulladores de milho.—  
Turbinas, motores de agua.—Rodas de agua, todas de ferro.—Engre-  
tagens completa.—Moínhos de fuba.—Bombas hydraulicas, simples e  
de pressão.—Moendas para moer canna completas.—Alambiques, cal-  
deiras e turbinas para assucar.—Transmissões, polias e correias ingle-  
zas.—Arados, carpideiras, trollys e carroças.—Tubos para encanamentos  
de agua, torneiras, etc., etc.; enfim todos os pertences necessarios  
para vapores e machinas de lavoura e de industria. Tem sempre em de-  
posito vapores dos afamados fabricantes Clayton e Shuttleworth.



**ARENS IRMÃOS**

CAMPINAS RIO DE JANEIRO  
RUA ONZE DE AGOSTO RUA VISCONDE DE INHAUMA

UNICOS AGENTES  
da importante fabrica de Machinas a vapor de Marshall  
Sons & C.—Inglaterra.

Fabricam e assentam machinas completas de  
beneficiar café, assim como qualquer  
outros machinismos para a lavoura e Industria

**MACHINAS PRIVILEGIADAS**

Machina Progresso  
Catadores de café  
Despoldador de teclado  
Descascador conico

Figura 3 (acima, topo) - Anúncio da Lidgerwood Manufacturing & Company. Fonte: Camilo, E. R. *Guia Histórico da Indústria Nascente em Campinas (1850-1887)*. Campinas: Mercado de Artes/CMU, 1998, p. 60.

Figura 4 (acima) - Anúncio da Companhia Mac Hardy. Fonte: Camilo, E. R. *Op. cit.*, 1998, p. 116.

Figura 5 (à direita) - Anúncio da Arens Irmãos. Fonte: Camilo, E. R. *Op. cit.*, 1998, p. 123.

A grande diferença entre aqueles mais rústicos, construídos na própria fazenda, e estes equipamentos modernos e industrializados, é que os primeiros rompiam a casca através do impacto dos socos dos pilões ou monjolos utilizando força motriz humana, animal ou hidráulica, além de não efetuarem a separação dos grãos por tamanho; já os segundos, associam máquinas em série, que retiram a casca dos grãos através de movimento rotativo, onde o atrito e o esmagamento podem ser controlados, separam os grãos das cascas e realizam a classificação por tamanho, tudo mecanicamente, utilizando força hidráulica, a vapor ou energia elétrica. A rapidez e o ganho em qualidade no processo de beneficiamento, eram fantásticos, se comparado aos dos equipamentos anteriores.

Augusto Ramos, em sua obra "O Café no Brasil e no Estrangeiro", de 1923, cita as máquinas que compunham o beneficiamento total do café:

1º) – *máquinas transportadoras ou conductoras, destinadas a receber ou retirar o café das tulpas e levá-lo à primeira máquina da série e, daí em diante a conduzi-lo da saída de cada máquina para a máquina seguinte até ultimar-se o beneficiamento.*

2º) – *Máquinas limpadoras aplicadas em expurgar o café das impurezas que por ventura o acompanhem para que não transitem pelos seguintes aparelhos.*

3º) – *Máquinas descascadoras, destinadas a quebrar a casca exterior e o pergaminho do café sem contudo offender, de qualquer forma o grão interior do producto.*

4º) – *Máquinas ventiladoras que através do café proveniente dos descascadores, lança uma forte corrente de ar a qual dos grãos separa e expelle para fóra do recinto, a casca e os detritos que com elles se acham misturados.*

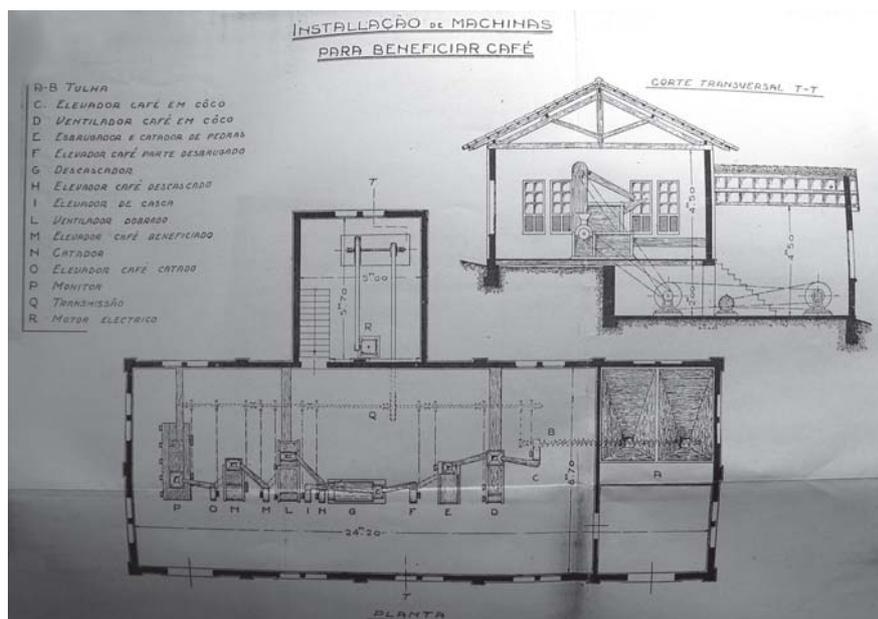
5º) – *Máquinas catadoras cuja função é separar uns dos outros os grãos de café desiguales na densidade e também, até certo ponto, na forma.*

6º) – *Máquinas classificadoras por meio das quaes se obtém a separação do café em classes, sob o ponto de vista das dimensões dos seus grãos.*<sup>25</sup>

Ramos aponta ainda que, além dessas atividades, se fazia necessária uma outra, que era a catação do café à mão, *por meio da qual se escoimam do café classificado, os grãos defeituosos pela cor e pela forma sobre os quaes não póde agir nenhum dos órgãos componentes do conjunto mecanico.* Manualmente, também se faziam as demais tarefas de ensacamento, pesagem, empilhamento e expedição do café.

Todas essas máquinas citadas por Ramos estavam dispostas em ordem de funcionamento, formando uma extensa fila, tendo, a uma distância de 5 ou 6 metros, um eixo geral de transmissão, movido ou por roda d'água, ou por máquina a vapor, à explosão (movida a combustível fóssil, em geral) ou à energia elétrica.

<sup>25</sup> RAMOS, A. *O Café no Brasil e no Estrangeiro*. Rio de Janeiro: Pap. Santa Helena, 1939, p. 174-5.



(Figura 006. Planta de casa de máquinas para beneficiamento de café. Fonte: Ramos, A. de. *Op. cit.*, 1923.)

O eixo geral de transmissão fornece às máquinas, através de polias e correias, o movimento necessário, reduzindo ou acelerando a sua rotação e, conseqüentemente, o seu funcionamento. Esse eixo, a princípio ficava situado na frente das máquinas, instalado a uma altura de uns 3 metros, apoiado em mancais fixados em esteios de madeira, espaçadas a mais ou menos 2,50 metros. Posteriormente, ele foi transferido para a parte posterior das máquinas e abaixo do assoalho em que elas estavam assentadas. Ou seja, uma nova casa de máquinas surgiria na segunda metade do século XIX, construída em dois níveis, sendo o superior destinado às máquinas, com pelo menos 5 metros de altura, e o inferior com 2,50 metros de altura no mínimo, para um bom funcionamento do sistema de transmissão. Isso também implicaria em mudanças na tulha, que começa a ser implantada, invariavelmente, no mesmo edifício que a casa de máquinas.

O café, depois de seco nos terreiros, era conduzido para dentro da tulha, e acomodado em várias “caixas” de madeira, uma ao lado da outra. Em alguns casos, essas caixas eram fixas. Entretanto, muitas vezes elas podiam ser montadas conforme a safra, da seguinte maneira: seus cantos eram formados por pilares de madeira que apresentavam sulcos verticais em suas faces, de modo que ali se encaixassem tábuas que, colocadas umas sobre as outras, iam formando suas faces, isto é, a altura desse grande recipiente era controlada conforme a quantidade de grãos secos. Podia ser aumentado ou diminuído, encaixando-se mais ou menos tábuas. As tulhas desmontáveis proporcionavam ambientes que, no decorrer do ano, podiam ser usados de maneiras diversas, inclusive para as sempre lembradas festas e bailes de colonos, realizadas em datas festivas.

A tulha era situada geralmente em nível inferior ao terreiro, e deslocada desse por uma distância de alguns metros, para evitar o contato com a umidade do aterro. O café seco era levado dos terreiros para a tulha através de uma passarela suspensa, que adentrava a estrutura do telhado por uma água furçada, percorrendo, no sentido longitudinal, a distância necessária para se atingir todos aqueles recipientes. Para retirar os grãos mecanicamente desses recipientes e levá-los até a primeira máquina do beneficiamento, a limpadora, procedia-se da seguinte forma: o terço inferior deles era construído de forma amoegada, ou seja, em forma de tronco de pirâmide invertido, que terminava num orifício guarnecido de um registro, podendo-se fechá-lo ou abri-lo, controlando a saída dos grãos. Estes caíam, por gravidade, nos transportadores, o primeiro dos modernos maquinários em série.

Os transportadores podiam ser de vários tipos; segundo Ramos, o mais antigo e, certamente, o que mais foi usado, foi a “bica de jogo”, também chamada de calha ou bica oscilante. Era composta por uma calha metálica ou de madeira, instalada com uma leve inclinação, suspensa sobre molas, que recebia um movimento longitudinal de vai-vem,

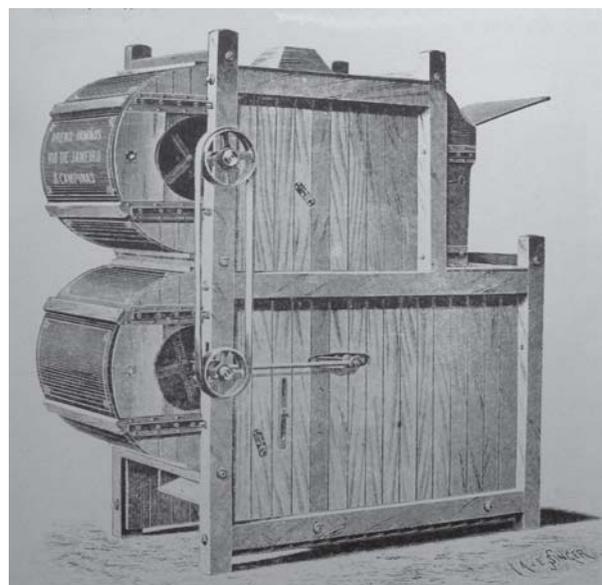
através de uma manivela, fazendo com que os grãos caídos sobre ela deslizassem para a sua extremidade inferior, onde eram despejados no elevador de canecas, também chamadas de caçambas ou alcatruzes, e levados para a máquina limpadora. Para que isso pudesse acontecer, quase sempre a bica de jogo era estendida da parte inferior da tulha, até o porão do cômodo onde estavam instaladas as máquinas de beneficiamento. Ou seja, tulha e casa de máquinas passam a ser cômodos distintos de um mesmo edifício.

Os grãos de café, ao caírem na bica de jogo, passavam também por um primeiro processo de limpeza. Ao longo da calha, havia duas espécies de peneiras ou chapas perfuradas, paralelas entre si: a primeira retinha os corpos estranhos maiores que o café, a segunda segurava os grãos, deixando passar objetos menores que estes, como pó, terra, etc. Essas sujeiras, maiores ou menores que o café seco, eram desviadas e recolhidas ainda no porão.

Uma outra máquina transportadora era o parafuso sem fim que trabalhava, da mesma maneira, numa espécie de calha, com o mesmo sistema de peneiras, separando os grãos das impurezas maiores e menores que estes. Esse sistema foi bem menos empregado nas fazendas paulistas.

O café seguia, então, para a máquina limpadora, denominada por alguns como “ventilador em coco” ou “ventilador sujo”, através de elevadores ou condutores. Uma bica de jogo bem feita e instalada podia, muitas vezes, fazer o papel do limpador, dispensando o seu uso.

Figura 7 - Ventilador duplo Arens.  
Fonte: Argollo, A. *Op. cit.*, 2004, p. 77.



Os elevadores, ou condutores, são constituídos por dois tubos de madeira, de seção quadrada, dispostos paralelamente entre si, no sentido vertical, que atravessam do porão para o pavimento superior das casas de máquinas. Dentro deles, uma correia ou uma corrente sem fim, articulada, singela ou dobrada, com canecas acopladas que recolhiam o café da bica de jogo, subia por um dos tubos, e descia pelo outro, despejando o café em uma bica inclinada, que era dirigida para a máquina seguinte.

O ventilador sujo constava de uma caixa de madeira, com hélices na parte superior, que formavam forte corrente de ar sobre os grãos em queda, recém-lançados do elevador, retirando-lhes eventuais impurezas que ainda persistissem. A força da rotação das hélices era graduada de modo que não soprasse o café, mas apenas o que fosse mais leve que ele. Logo a seguir, os grãos caíam sobre uma outra peneira oscilante, com crivos, que seguravam o café e permitiam a passagem de eventuais impurezas menores, que ainda persistissem, restando ainda pedriscos do tamanho das sementes. Por isso, logo depois, por meio de um outro elevador semelhante ao já descrito, o café era conduzido ao catador de pedras.

O catador é uma espécie de ventilador mais potente, que faz com que as pedras, mais pesadas que o café, sejam desviadas por um canal eliminador, enquanto os grãos são soprados para outro, que os conduzem para o passo seguinte.

Do catador, seguiam as sementes, sempre em elevadores, para o descascador. Essa máquina destinava-se a quebrar a casca do café em coco, por meio do atrito entre duas superfícies rugosas, uma delas, ao menos, em movimento. Houve diversos tipos de descascadores em São Paulo. Em geral constam de dois tambores, movendo-se um dentro do outro. Por vezes, o externo mantém-se fixo, enquanto o tambor interno é giratório; em outros casos, os dois movimentam-se em sentido contrário. O cilindro externo é formado por "cambotas" de madeira, forrado internamente de um forte tecido de aço. O interno possui as faces externas envolvidas por 3, 4 ou 5 fileiras de chapas curvas de aço, formando uma espécie de ralador, apoiadas em fortes molas de aço ou borracha, de modo a não forçar demais os grãos e, com isso, quebrá-los. Os grãos, passando por todos esses "raladores" ao longo do trajeto dentro dos tambores, tinham as suas cascas totalmente retiradas. Os grãos limpos eram desviados para um novo elevador, enquanto as cascas eram recolhidas em uma câmara existente na parte inferior do tambor, onde um aspirador as lançava, através de um duto, para fora do edifício. Essas cascas eram utilizadas como combustível para caldeiras, ou para adubar os cafezais.

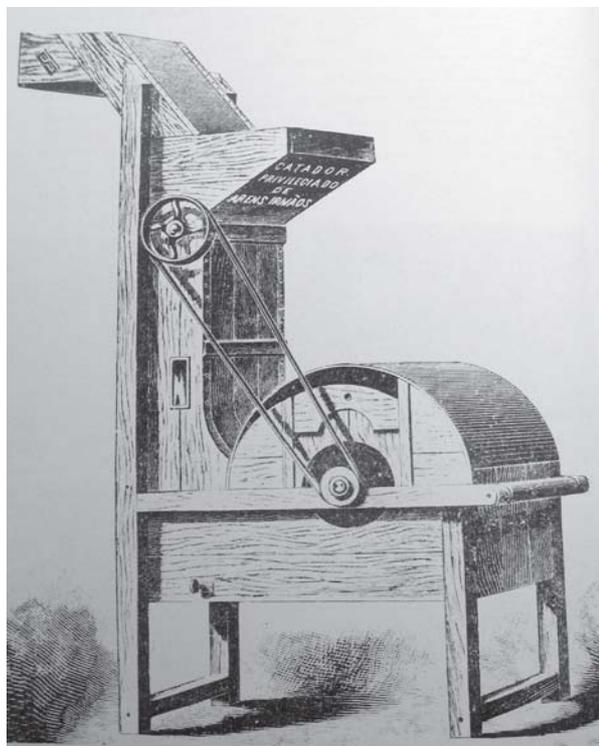
Há outros tipos de descascadores, com cilindros cônicos, de disco, etc. Porém, o princípio é basicamente o mesmo, o atrito dos grãos entre duas superfícies rugosas.

Quando o café não havia sido submetido à fermentação alguma, ou seja, não fora despulpado, dificultava-se o

descascamento, e nesses casos era necessário, ou melhor, aconselhável, que o café passasse antes pelo esbrugador, uma espécie de pré-descascador. Assim como no descascador, o processo baseia-se no atrito dos grãos por duas chapas rugosas paralelas. A diferença entre os dois aparelhos reside na maior rapidez com que o café passa pelo esbrugador:

Figura 8 - Catador Arens. Fonte: Argollo, A. *Op. cit.*, 2004, p. 70.

Figura9 - Descascador cônico Arens. Fonte: Argollo, A. *Op. cit.*, 2004, p. 71.



*Um esbrugador é pois um descascador rapido, em ponto pequeno, deste ou daquele typo. Um dos mais usados desbrugadores, em S. Paulo, é constituido por um tambor de 50 a 75 centimetros de diametro, e 20 a 50 centimetros de largura, (conforme a capacidade), revestido em sua superficie externa, de chapas fundidas estriadas ou de barras metallicas de vivas arestas.*

*Em frente a este tambor existe uma cambota ou peito curvo, fixo, paralelo á circunferencia do tambor, a uma distancia graduavel de um a tres centimetros, na extensão de um quarto ou menos da mesma circunferencia.*

*Essa cambota é revestida de um forte tecido de aço ou de chapas rugosas de ferro endurecido. Introduzido o café no alto do peito curvo, é elle apanhado pelo tambor que o arrasta até sahir na parte inferior após haver soffrido, em todo o percurso, um forte attrito entre as duas superficies metallicas.<sup>26</sup>*

Do descascador, os grãos de café saíam, ainda, misturados a restos de cascas, de vários tamanhos e muito pó. Dessa maneira, seguiam para um outro ventilador, semelhante ao ventilador sujo descrito anteriormente, porém adaptado à nova necessidade, diferente daquele nas formas e tamanhos dos furos das peneiras oscilantes, uma vez que se tratava de grãos descascados, ou seja, menores do que aqueles em coco. Havia os ventiladores simples e os duplos ou dobrados, estes empregados para um melhor beneficiamento. A diferença é que nesses últimos havia duas hélices superpostas e paralelas. A primeira delas direcionava sua corrente de ar para um canal horizontal, assim, o café em queda, jogado no alto da máquina, tinha parte das sujeiras retiradas aí.

*A corrente de ar da ventaneira inferior encontra no seu trajecto um jogo de duas peneiras presas a um quadro ou guarnição de madeira leve que do eixo da ventaneira recebe, por um excentrico, ou manivela de cotovêlo um rapido movimento oscillante.*

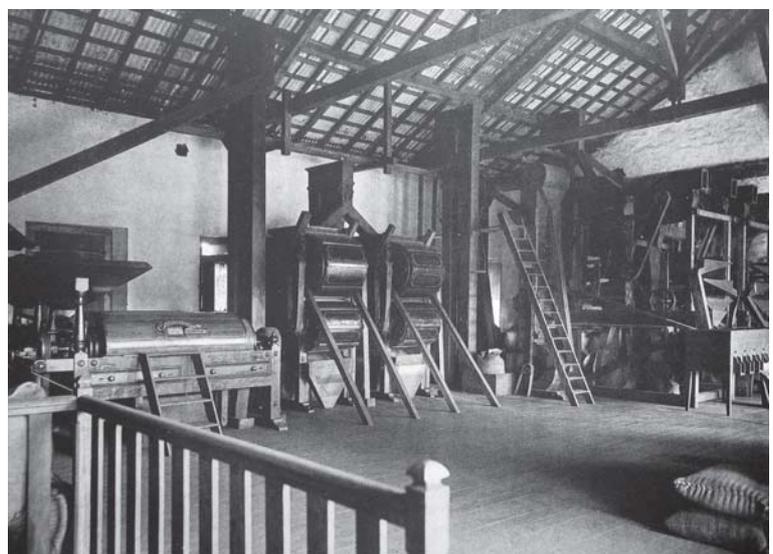
*Do bom funcionamento desse conjuncto resulta o arrastamento de toda a palha, ficando assim inteiramente limpo o café descascado. Alguns grãos de café em côco por ventura escapos á acção do descascador, são separados pelo crivo das peneiras e voltam automaticamente ao descascador.<sup>27</sup>*

Descascados e ventilados, os grãos eram então submetidos a um outro catador, que podia ser simples, duplo ou triplo. Era semelhante ao catador de pedras, mas sua função era fazer uma prévia separação dos grãos por tamanho. Daí o café seguia para o classificador ou separador, que podia ser de dois tipos, ambos dotados de chapas perfuradas. O primeiro é constituído de um cilindro de superfície crivada, cujos furos vão lentamente aumentando. O cilindro é colocado de maneira horizontal, mas tendo uma leve inclinação. Os grãos de café são inseridos no interior desse cilindro que, girando lentamente, vai fazendo com que os grãos passem pelas suas perfurações de acordo com seu tamanho, e sejam coletados em recipientes que terminam numa bica inclinada, em cuja boca são colocados sacos de estopa. Dessa maneira, cada saco recebe um tipo de café, com grãos de tamanhos semelhantes. É possível classificar de 3 a 4 tipos de café, com essa máquina. O inconveniente desse classificador é a lentidão no processo.

<sup>26</sup> RAMOS, Augusto. *Op. cit.*, 1939, p. 186.

<sup>27</sup> Idem, *ibidem*, p. 187.

Figura 10 - Interior de uma casa de máquinas, em que se pode ver um ventilador simples, um descascador Mac Hardy, dois ventiladores duplos, um catador e um aparelho Monitor. Foto: Guilherme Gaensly. Fonte: Kossoy, B. *São Paulo, 1900*. São Paulo: Livraria Kosmos Editora/Fundação Emílio Odebrecht, 1988, p. 113.



O segundo tipo, denominado Monitor, foi o mais usado nas fazendas paulistas, por ser mais ágil. Ele possui uma grande armação, com uma moega em sua parte superior, que capta o café da máquina anterior, o despoldador, e dispõe ainda de um outro ventilador para retirar eventuais ciscos e pó que ainda persistam junto aos grãos. Depois de ventilado, o café passa por dois grupos de peneiras oscilantes em série, colocadas em diferentes planos, inclinados em sentidos opostos. Os orifícios das peneiras decrescem de forma gradual além de mudar de forma: ora os orifícios são circulares, ora ovais, ora retangulares, mais ou menos alongados, de modo a separar as sementes por tamanho e forma. Essas peneiras recebem do eixo da máquina movimentos rápidos e circulares, de modo a fazer com que não parem num determinado nível aqueles grãos que ainda poderiam passar a níveis inferiores da peneira. Dessa maneira, os grãos eram separados, ou classificados, segundo tamanhos e formas semelhantes.

O tremor, o barulho e a poeira produzidos por essas máquinas em série são extremamente desagradáveis; dessa forma, as chamadas casas de máquinas eram construídas sempre o mais longe possível dos casarões, e sua edificação em geral era bastante sólida, mesmo quando utilizada a técnica da taipa de mão, ou pau-a-pique. Os grossos alicerces e robustas paredes ou armação de madeira tinham de ser resistentes a toda movimentação dessas máquinas.

Depois de selecionado, o café ainda guardava imperfeição: grãos quebrados ou com coloração muito escura, defeitos que as máquinas não tinham a capacidade de detectar. Dessa maneira, uma última tarefa era feita, manualmente, a catação, ou seja, a escolha dos grãos, tarefa quase sempre efetuada por mulheres e crianças. De início os grãos eram esparramados no chão, previamente varrido, de uma sala destinada a essa função, e as mulheres, em grupo, iam separando os bons dos defeituosos. Aos poucos, foram sendo inventados alguns dispositivos que auxiliaram essa tarefa; um deles era constituído de uma moega munida de um registro inferior, que possibilitava a saída gradual de grãos sobre uma lona sem fim que rolava sobre dois cilindros de madeira, movimentado mecânica ou manualmente, formando uma espécie de mesa. Uma a três pessoas podiam trabalhar em um aparelho desses. O café "escolhido" era, então, ensacado, pesado e armazenado, e estava pronto para ser comercializado, sempre em sacas de 60 quilos.

Às crises cíclicas do preço do café, no mercado internacional, e da economia cafeeira, os fazendeiros responderam com o aumento das áreas cultivadas e da exploração da mão-de-obra. Entre 1850 e a década de 1880, a manutenção da riqueza dos fazendeiros, apesar da queda nos lucros, veio da grande produção do principal produto brasileiro no mercado externo. Não se cogitava o resgate de terras cansadas, já carcomidas pela cafeicultura, como as do Vale do Paraíba, por exemplo, mas sim a abertura de novas frentes, em terras virgens. A grande reserva de terras férteis

em São Paulo, ainda a serem exploradas; o respaldo dado pelo governo, garantindo os preços; a criação da ferrovia, que eliminava o problema do transporte até os portos litorâneos; a tecnologia do beneficiamento cada vez mais eficiente; tudo isso aliado ao incentivo à imigração, fornecendo mão-de-obra barata, permitiram o sucesso dessa estratégia, mesmo com a escassez, cada vez maior, de escravos, e a aproximação do fim da escravidão.

## Implantação

Na região Central, a implantação das fazendas seguiu praticamente o mesmo padrão adotado no Vale do Paraíba, porém já refletindo, em seu agenciamento, o ensinamento das experiências acumuladas naquela região. A insolação dos terreiros e a presença de água continuaram determinando a escolha do sítio, bem como o terreno em aclave, à meia encosta, que proporcionava o melhor aproveitamento da força motriz da água, fator que, forçosamente, obrigava a patamarização do sítio escolhido, através de cortes e aterros, intercalados pelos onipresentes arrimos de pedra.

Aqueles ensinamentos contidos nos manuais agrícolas, comentados no capítulo anterior, foram aplicados, talvez até com mais precisão, nas novas fazendas de café abertas na região Central. Nelas, a implantação fica muito próxima dos princípios dos manuais: os terreiros, com todos os seus equipamentos (lavador, despoldador, tanques de fermentação, secadores, canais de distribuição, etc), em posição central; na sua parte superior o casarão, em destaque; as senzalas, nas laterais do terreiro ou da casa-grande; e a casa de máquinas na sua porção inferior. O conjunto se completava com as demais edificações necessárias às atividades cotidianas da fazenda, como as várias oficinas, os abrigos para animais, alimentos, ferramentas e carros, os moinhos de fubá, os engenhos de cana, etc, distribuídos de maneira a se obter o máximo rendimento e uso da água.

Mesmo a lavoura de café sendo a principal atividade da fazenda, manteve-se a criação de animais, para consumo e transporte, além do cultivo de pequenas roças de gêneros alimentícios, destinados tanto ao consumo interno como venda do excedente. Ou seja, o ideal de se manter na fazenda o máximo de atividades destinadas ao seu sustento também prevaleceu nessa nova fronteira cafeeicultora, como forma de economia de gastos, apesar do surgimento de novas e melhores estradas e da ferrovia, a partir da década de 1860.

Como exemplos em que pode ser vista, em maior ou menor escala, a aplicação desse padrão de implantação, citamos as fazendas campineiras Lapa, São Pedro, São Joaquim e Bonfim; as fazendas Atalaia, São Sebastião, Santa Luzia, Cascata, de Amparo; as fazendas Paraíso, Santana, Boa Vista, do Coronel Antônio Rangel, em Itatiba; a Dona Carolina, de Bragança Paulista; e a São José, em Itu.

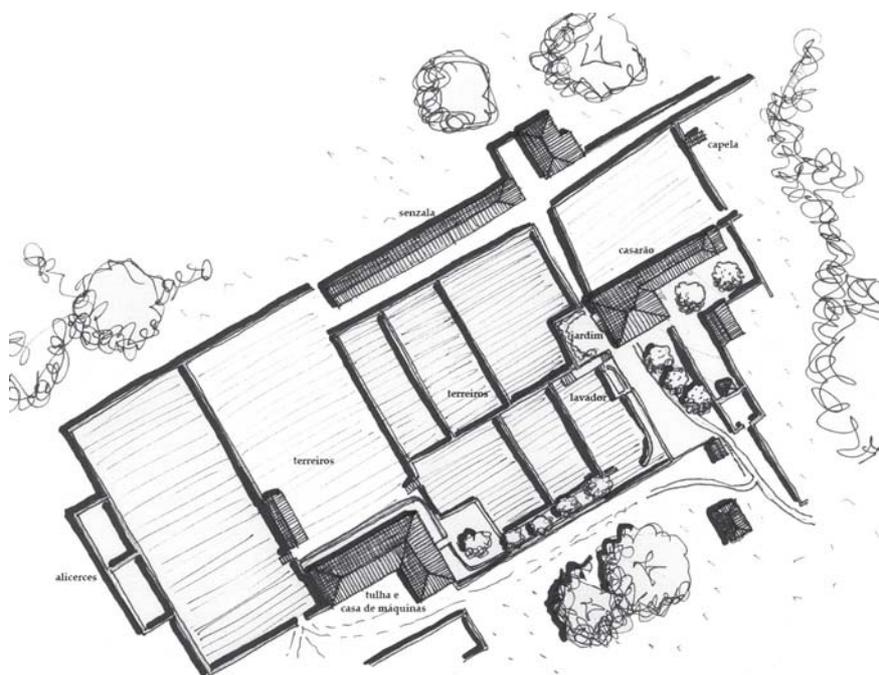


Figura 11 - Implantação da fazenda São Pedro, Campinas. Desenho de V. Benincasa, baseado em levantamento dos arquitetos A. L. Dias de Andrade e Luís Alberto, de 1973, pertencentes ao acervo do Condephaat.

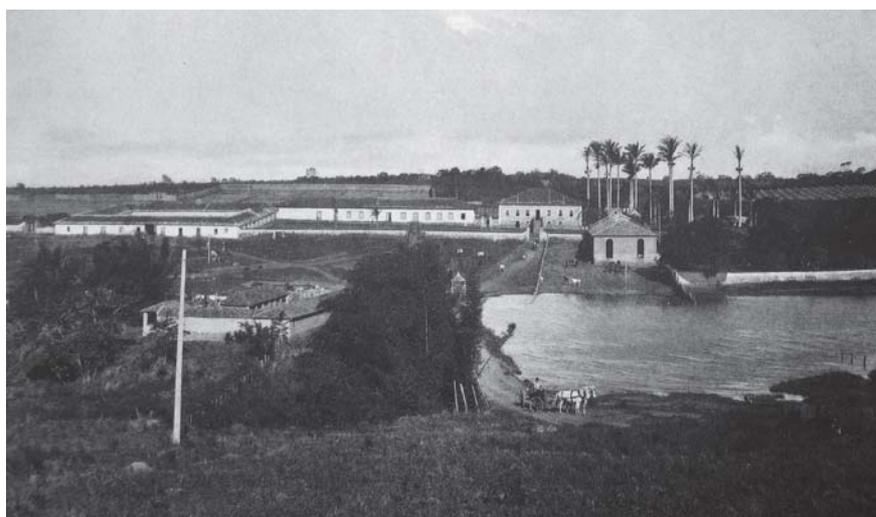


Figura 12 - Vista geral da fazenda Lapa, Campinas. Podemos observar a senzala em quadra, à esquerda na foto, ao lado dos terreiros, o casarão, a casa de máquinas e outras instalações destinadas ao trato com animais. Foto: Guilherme Gaensly. Fonte: Kossoy, B. *São Paulo*, 1900. São Paulo: Livraria Kosmos Editora/Fundação Emílio Odebrecht, 1988, p. 97.

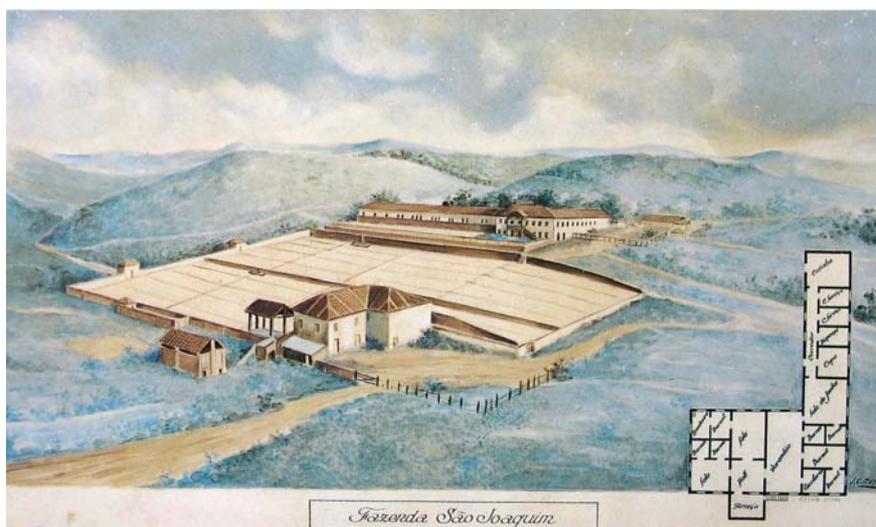


Figura 13 - Implantação da fazenda São Joaquim, Campinas. Desenho de José de Castro Mendes. Fonte: Reale, E. *Café*. Rio de Janeiro: AC&M, 1988, p. 22.

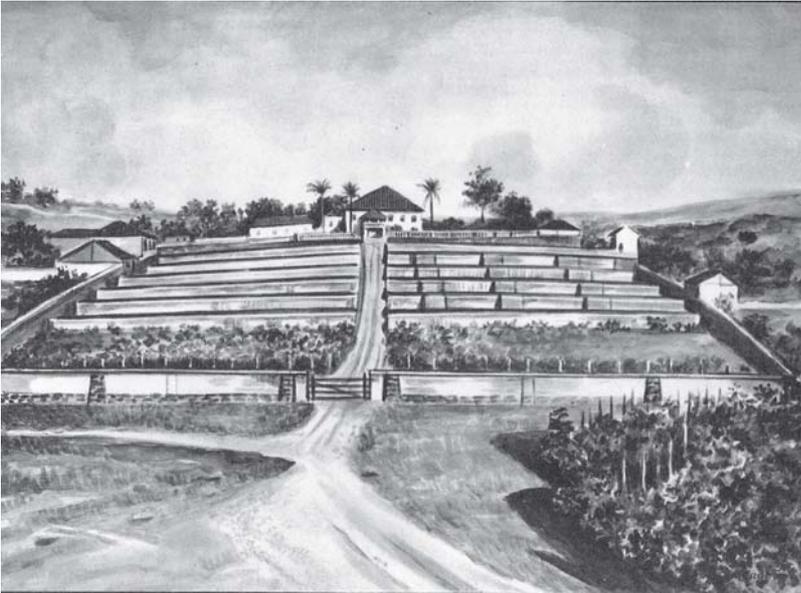
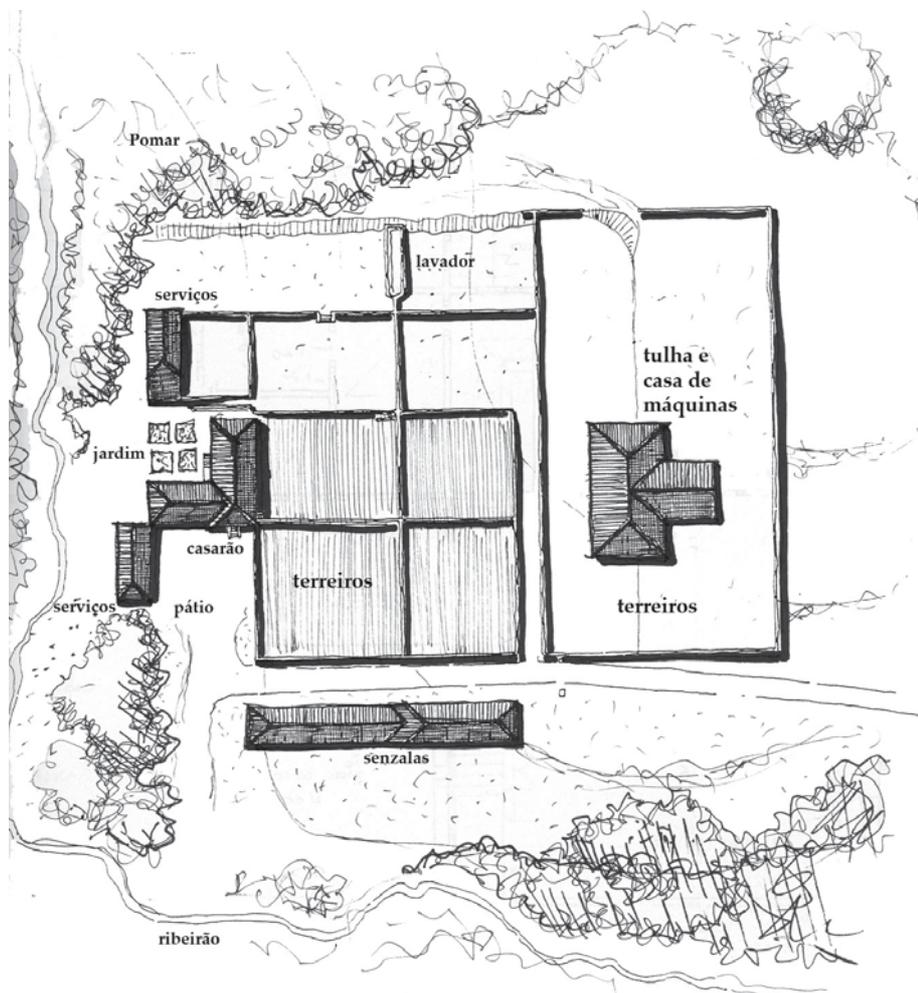


Figura 14 - Vista geral da fazenda Bonfim, Campinas. Desenho de José de Castro Mendes. Fonte: Mendes, J. E. T. *Lavoura Cafeeira Paulista (Velhas Fazendas do município de Campinas)*. São Paulo: Departamento Estadual de Informações, 1947.

Figura 15 - Implantação da fazenda Atalaia, Amparo. Desenho de V. Benincasa, baseado em levantamento dos arquitetos A. L. Dias de Andrade e Luís Alberto, de 1973, pertencentes ao acervo do Condephaat.



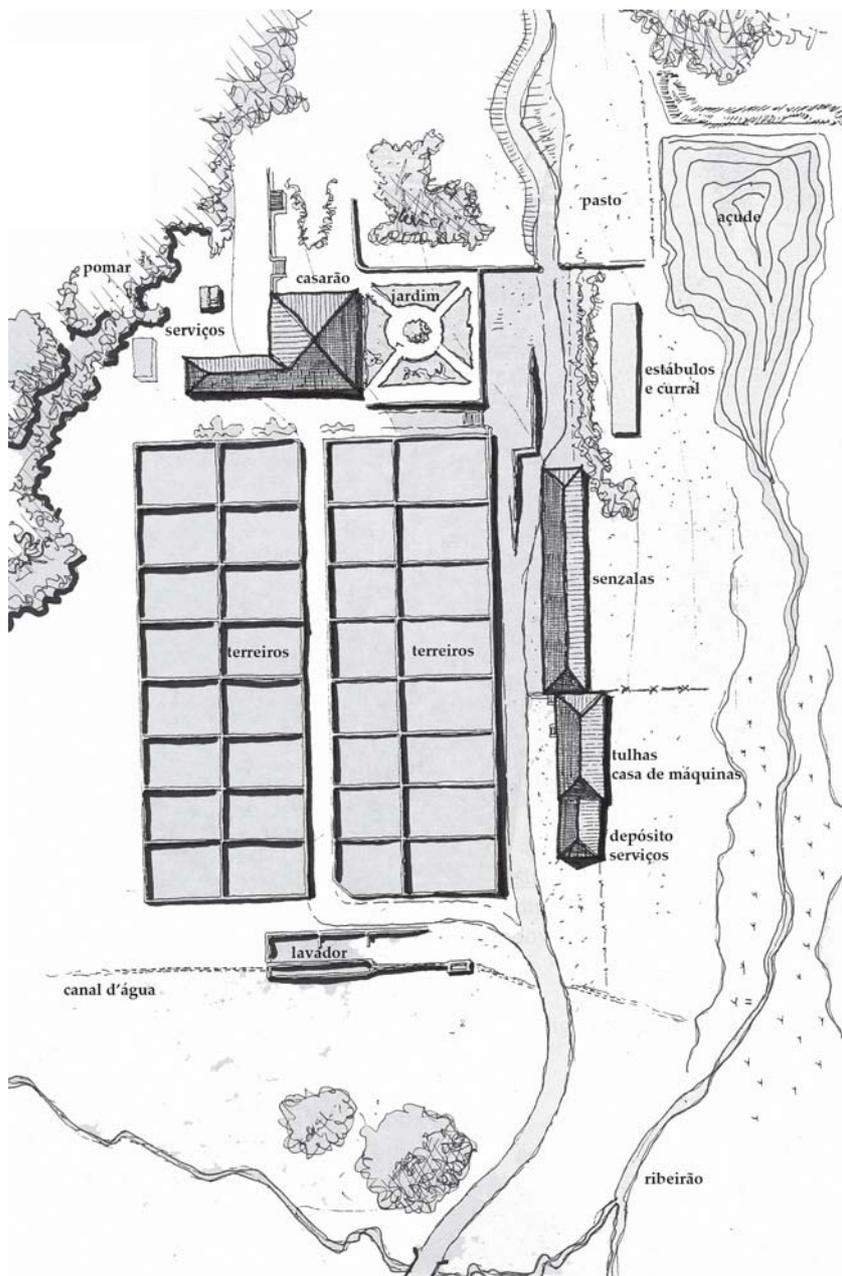


Figura 16 - Implantação da fazenda São Sebastião, Amparo. Desenho de V. Benincasa, baseado em levantamento dos arquitetos A. L. Dias de Andrade e Luís Alberto, de 1973, pertencentes ao acervo do Condephaat.

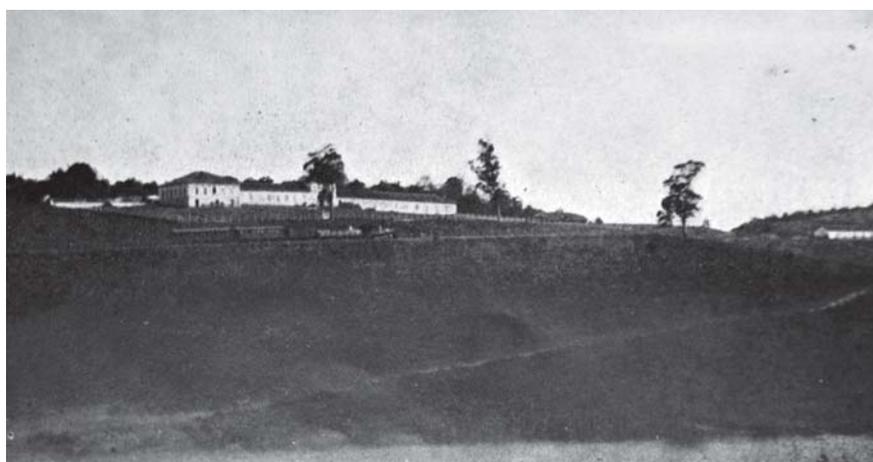


Figura 17 - Vista geral da fazenda Paraíso, Itatiba. Fonte: AMARAL, Amadeu, et alli. *Almanach de Itatiba 1916*. Itatiba: Typographia d'A Reacção, 1916.

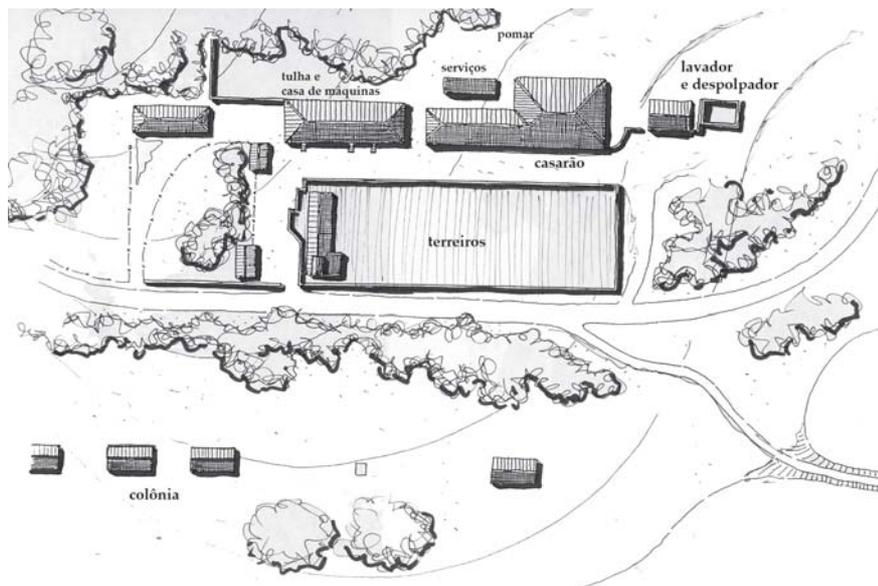
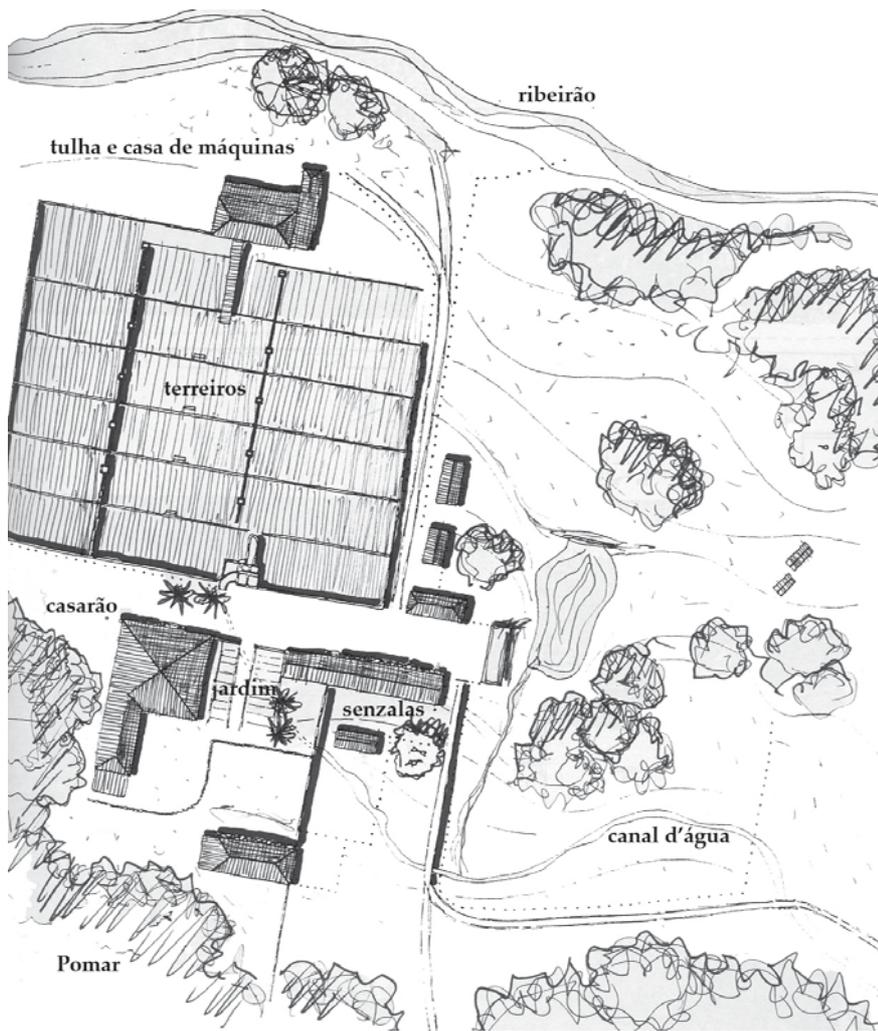


Figura 18 - Implantação da fazenda Santa Luzia, Amparo. Desenho de V. Benincasa, baseado em levantamento dos arquitetos A. L. Dias de Andrade e Luís Alberto, de 1973, pertencentes ao acervo do Condephaat.

Figura 19 - Implantação da fazenda Cascata, Amparo. Desenho de V. Benincasa, baseado em levantamento dos arquitetos A. L. Dias de Andrade e Luís Alberto, de 1973, pertencentes ao acervo do Condephaat.

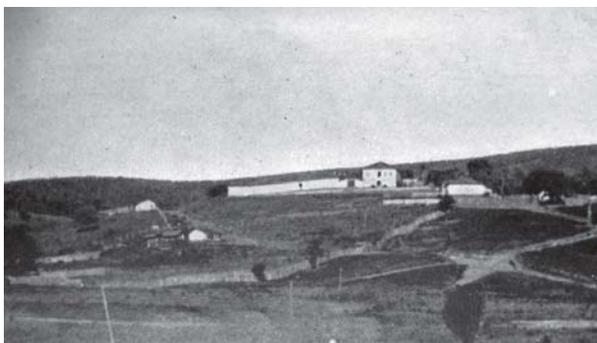
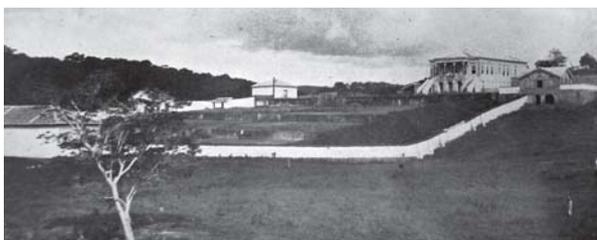


Figura 20 - Vista geral da fazenda Santana, Itatiba. Fonte: AMARAL, Amadeu, et alli. *Almanach de Itatiba 1916*. Itatiba: Typographia d'A Reacção, 1916.

Figura 21 - Vista geral da fazenda do cel. Antônio Rangel, Itatiba. Fonte: AMARAL, Amadeu, et alli. *Almanach de Itatiba 1916*. Itatiba: Typographia d'A Reacção, 1916.

Figura 22 - Vista geral da fazenda São José, Itu. Acervo do Museu Republicano "Convenção de Itu".

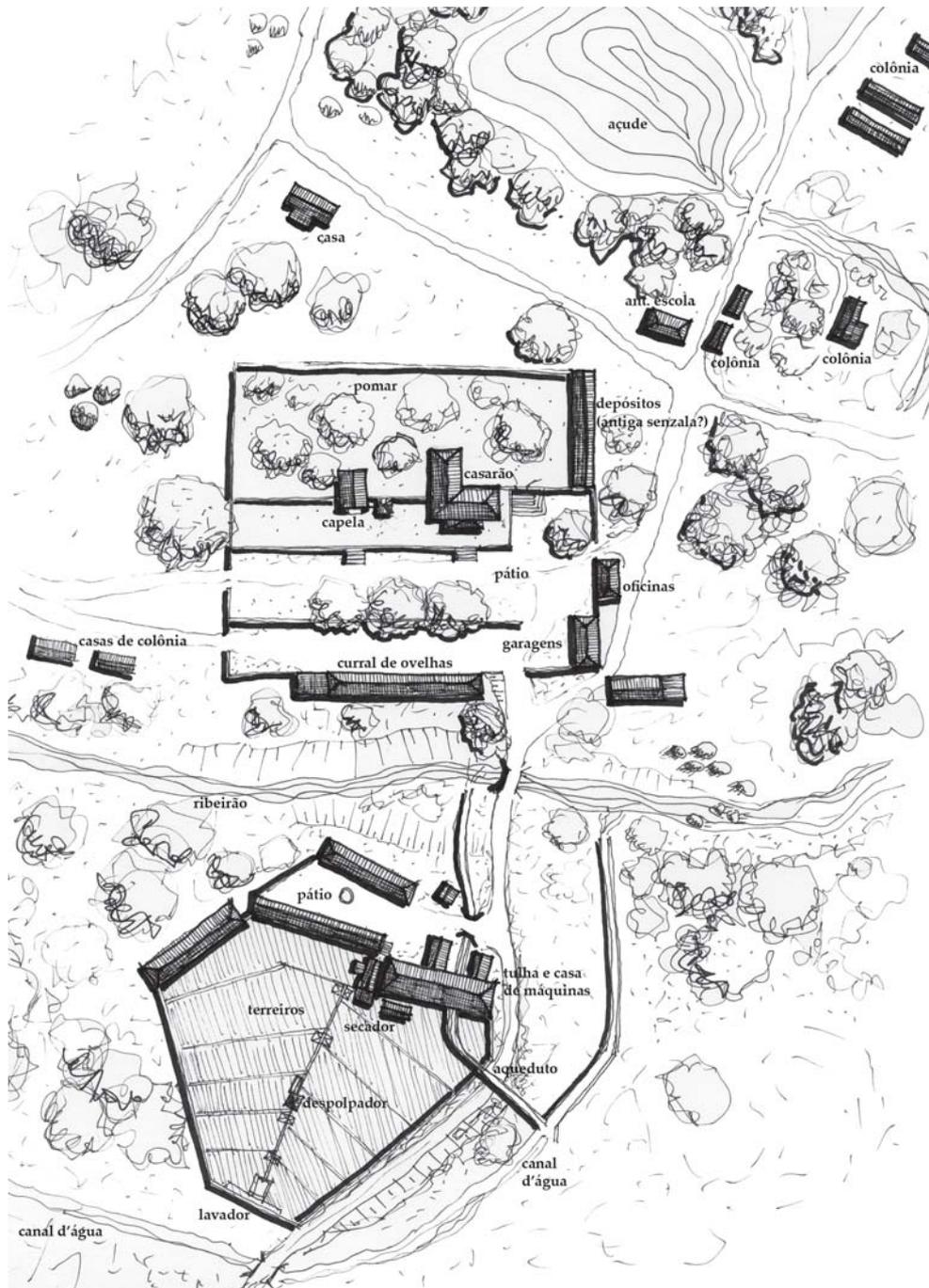
Figura 23 - Vista geral da fazenda Cachoeira, Vinhedo. Fonte: Fray, D. *A Arquitetura Cafeeira Invade os Sertões de Jundiaí*. Itatiba: USF (monografia de conclusão de curso), 2005, p. 41.

Figura 24 (abaixo) - Vista geral da fazenda Sete Quedas, Campinas. Acervo: Museu Paulista. Fonte: *O Café*. São Paulo: Banco Real/ABN AMRO Bank, p. 83.

Em outras fazendas da região Central, a solução da disposição em quadra foi adotada de maneira mais livre, mesmo porque, em alguns casos, se formavam sobre cascos de antigos engenhos de açúcar e, dessa maneira, se construíam os equipamentos destinados ao beneficiamento do café, um pouco afastados do núcleo central, à beira de caminhos já existentes. Por vezes, nem mesmo o terreno

seguia uma planta retangular muito rígida, mas era desenhado de maneira a aproveitar o melhor caimento do terreno, alongando-se em várias direções, tomando uma forma triangular, isso apesar de o relevo aí encontrado ser mais suave que aquele enfrentado pelas fazendas pioneiras do Vale do Paraíba. São exemplos dessa solução as fazendas Floresta e Cana Verde, de Itu; e Capoeira Grande, de Campinas.

Figura 25 - Implantação da fazenda Cana Verde, Itu. Desenho e levantamento de V. Benincasa.



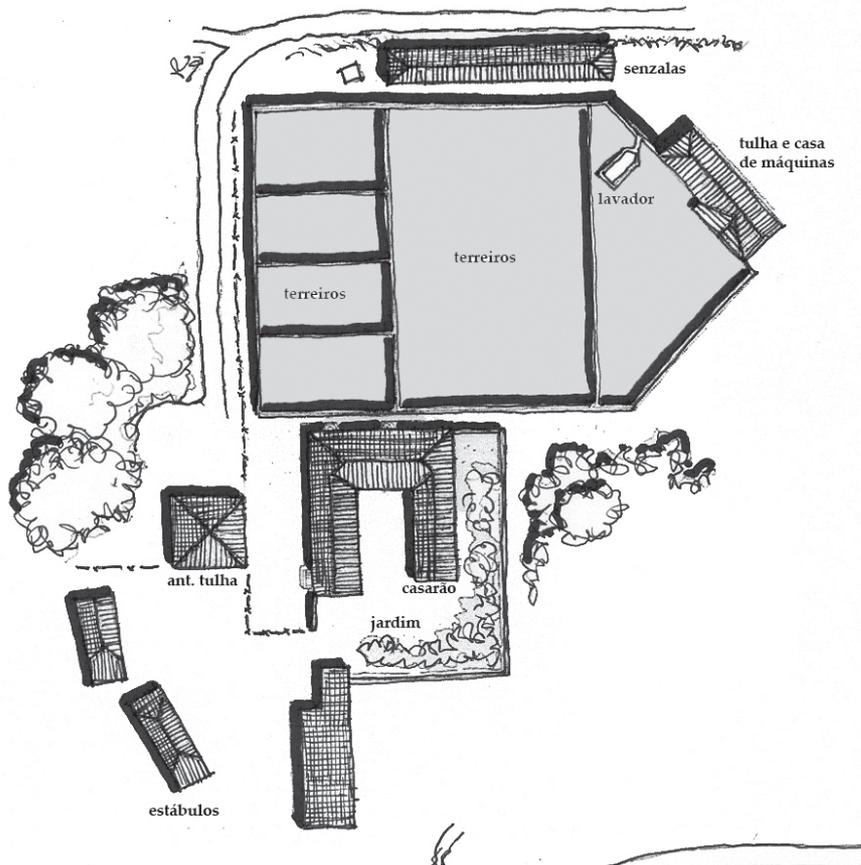
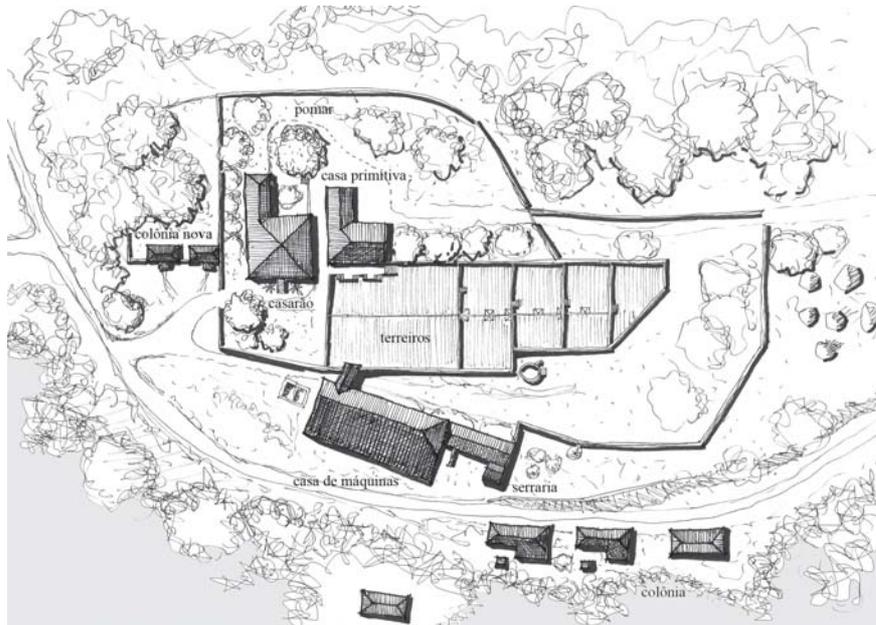


Figura 26 (acima, topo) - Implantação da fazenda Floresta, Itu. Desenho e levantamento de V. Benincasa.

Figura 27 (acima) - Implantação da fazenda Capoeira Grande, Campinas. Desenho de V. Benincasa, baseado em levantamento dos arquitetos A. L. Dias de Andrade e Luís Alberto, de 1973, pertencentes ao acervo do Condephaat.

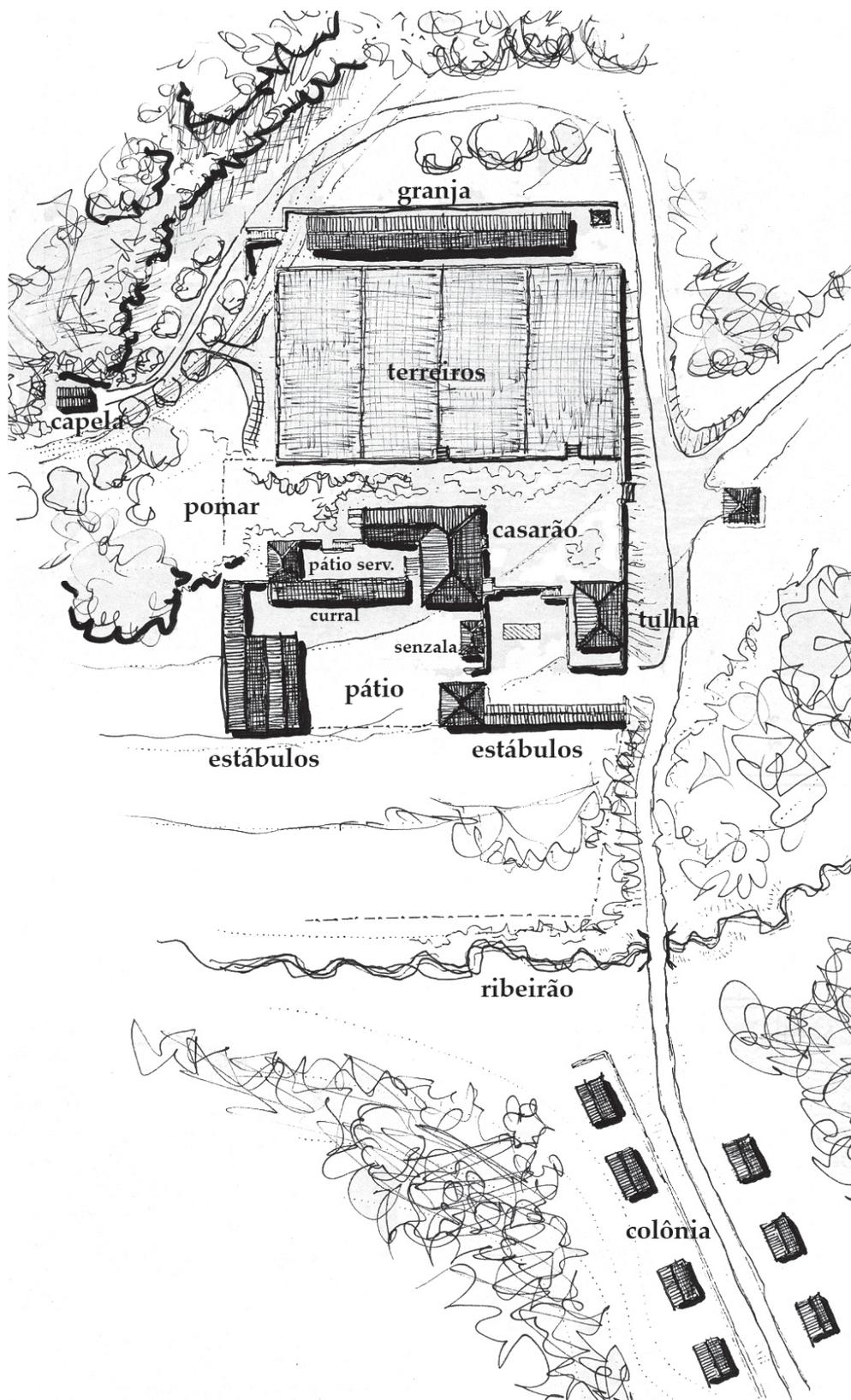


Figura 28 - Implantação da fazenda Vanguarda, Amparo. Desenho de V. Benincasa, baseado em levantamento dos arquitetos A. L. Dias de Andrade e Luís Alberto, de 1973, pertencentes ao acervo do Condephaat.

Em outros casos, no entanto, a adaptação dos antigos engenhos à lavoura cafeeira deu-se de forma tão harmoniosa, com relação ao conjunto de edificações já existentes, que apenas através de documentação antiga se pode constatar que tal acomodação foi feita, e que a fazenda não tenha tido como função inicial a cafeicultura. Dentre esses, estão os casos das fazendas Engenho das Palmeiras – cujo nome já sugere ter sido a cana-de-açúcar sua primeira lavoura, e não o café – de Itapira; a Fazendinha, ou fazenda

Atibaia, em Campinas; a Concórdia, a Capoava e a Vassoural, em Itu. Estas três últimas, aliás, resguardam ainda, com algumas alterações, os velhos casarões setecentistas, de tradição bandeirista, nos quais aquele tipo de planta característica ainda pode ser observada. No caso da fazenda de Itapira, a alteração foi tanta, que até o casarão atual passou por grande reforma no ciclo do café, já na segunda metade do século XIX, quando adquiriu a feição atual, segundo entrevista com seu proprietário.

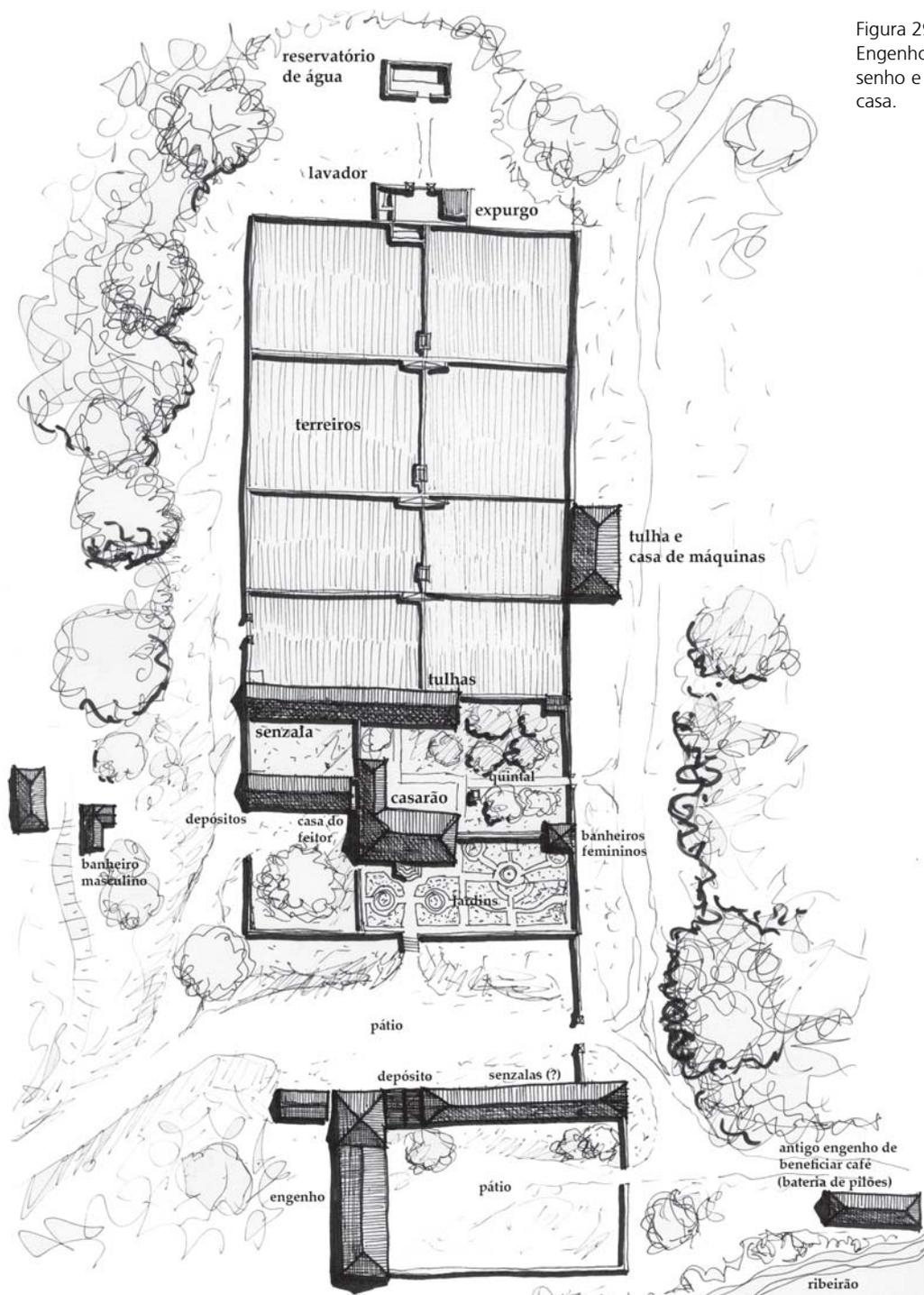


Figura 29 - Implantação da fazenda Engenho das Palmeiras, Itapira. Desenho e levantamento de V. Benincasa.



Figura 30 - Vista geral da fazenda Capoava, Itu. Podem ser observados, à esquerda, o casarão, com a senzala ao lado. Em primeiro plano, a tulha e uma edificação não mais existente. À frente do casarão, o pátio, tendo aos fundos, no lado oposto à casa de máquinas, as tu-lhas. Acervo do Museu Republicano "Convenção de Itu".

Nessa região a lavoura cafeeira se difunde num período em que o movimento abolicionista ganhava força no país, ao mesmo tempo que aumentava a imigração. Assim, observamos em muitas fazendas a presença de senzalas e colônias. Não que isso não tenha ocorrido também nas fazendas do Vale do Paraíba, mas aqui - e nas regiões que foram ocupadas pelo café a partir de meados do século XIX - até o advento da abolição da escravidão no Brasil, esse convívio foi cada vez mais comum.

Algumas colônias eram construídas nas proximidades do núcleo central das fazendas, onde estavam localizados os casarões, os terreiros, senzalas, etc. Outras acabavam ficando dispersas, próximas aos cafezais mais longínquos, de modo a facilitar o deslocamento dos trabalhadores de suas casas até os seus respectivos talhões de café, além de evitar aglomerações excessivas: o não adensamento e a imposição de regras rígidas de controle, no ambiente da fazenda, ajudavam a evitar manifestações dos trabalhadores. Quase sempre, o correr de casas das colônias era construído em pontos próximos a ribeirões, fundos de vale, terrenos alagadiços, que não eram utilizados para o plantio de café, o que também contribuía para a proliferação de um sem número de doenças, ampliada pela falta de condições de higiene, assunto já bastante comentado na literatura especializada: inexistência de latrinas, de água tratada, etc.

O braço imigrante era essencial ao desenvolvimento da lavoura cafeeira, porém os sucessivos problemas entre os fazendeiros e os colonos geravam dúvidas sobre a melhor maneira de se lidar com a nova mão-de-obra, eram fazendeiros acostumados a lidar com escravos, e trabalhadores livres não acostumados a serem tratados de

forma tão autoritária: o ajuste foi lento e difícil. Esse deve ter sido um dos motivos que levou os fazendeiros da região Central a continuar importando a maior quantidade possível de escravos de outras localidades do país até praticamente as vésperas da extinção total do trabalho servil. O escravo produzia mais que o imigrante, pois era obrigado a isso, e o seu controle era mais fácil, além disso, muitos deles detinham o conhecimento de todo o processo de produção, desde a plantação, até o beneficiamento, ao contrário dos imigrantes. A grande dimensão das senzalas, ainda existentes ou documentadas por imagens do início do final do século XIX e início do século XX, em Campinas, Itatiba, etc., demonstram que a escravidão foi tão difundida aí quanto no Vale do Paraíba.

Além das colônias, outras edificações começam a se tornar comuns, a partir da segunda metade do século XIX, na paisagem das fazendas cafeeiras, como a casa do administrador, as capelas, os armazéns ou vendas. Com as ferrovias, o deslocamento dos fazendeiros entre cidades do interior e a capital da província tornou-se mais rápido e confortável, e alguns passaram a habitar em São Paulo, ou nas maiores cidades de sua região, de onde podiam diversificar e gerir melhor seus negócios. Passam a ocorrer visitas esporádicas, e a permanência dos proprietários nas fazendas quase sempre se dava em temporadas, na época da colheita. Da mesma forma que no Vale do Paraíba, foi ainda mais comum a propriedade de várias fazendas por um único fazendeiro. Isso levou à necessidade de se ter um

<sup>28</sup> LEMOS, C. A. C. *Op. cit.*, 1999, p. 213.

profissional responsável pela administração dos serviços da fazenda, na ausência do dono: surge a figura do administrador, um profissional de confiança do proprietário, com autoridade, dentro de certos limites, para tomar decisões e conduzir praticamente todos os assuntos cotidianos da fazenda, com uma remuneração maior que os demais trabalhadores livres, e com o privilégio de residir numa casa diferenciada, inferior apenas ao casarão. A casa do administrador, segundo Lemos,<sup>28</sup> era um misto de residência da sua família e de escritório geral. Nela, por vezes, num puxado ou em edifício anexo, também passa a ser feita a comida destinada aos escravos, que era levada até a roça em grandes caldeirões de ferro, dentro de carroças.

No tocante às capelas externas, estas passam a se tornar mais comuns a partir da década de 1880. O crescimento no número de imigrantes, em sua grande maioria de religião católica, talvez tenha influenciado a generalização dessas edificações, que foram construídas inclusive nas antigas

fazendas do Vale do Paraíba, no final do século XIX. O aumento no número de casamentos, de batizados, de festas religiosas, resultado do crescimento do número de famílias de trabalhadores livres, constituídas legalmente, justificaria o advento desse novo equipamento.

Algumas fazendas, como a fazenda Pereiras, de Itatiba, ou a Santa Genebra e a Fazendinha, de Campinas, de certa forma, por essa quantidade e diversidade de edificações, além do número elevado de moradores, passam a ter o aspecto de um pequeno vilarejo, com suas várias colônias, a grande capela, a venda, os pátios, a casa grande, o setor de beneficiamento do café, estábulos, currais, depósitos, escritórios, moinhos, oficinas e tudo o mais. Podemos dizer que, em algumas delas, ocorre um rompimento daquela concentração que existia numa disposição mais tradicional, que foi muito comum no Vale do Paraíba. Esse novo tipo de agenciamento das edificações, se não é uma regra, entre as fazendas da região, também não chega a constituir casos de exceção.

Figura 31 - Casa do administrador, fazenda Iracema, Campinas. Edificação com alicerces de pedra, e paredes originalmente em taipa de mão. Situa-se logo abaixo dos terreiros. Foto: V. Benincasa.

Figura 32 - Vista geral da colônia, da capela e da antiga venda, a partir dos terreiros de café. Fazenda Pereiras, Itatiba. Foto: V. Benincasa.



Convêm ressaltar, porém, algumas inovações que ocorreram no período. A região Central havia sido intensamente povoada por pessoas originárias de Minas Gerais, desde o final do século XVIII, gente em geral habituada ao convívio com o ambiente urbano, de certo refinamento. Além disso, também foi o local escolhido por uma quantidade significativa de imigrantes portugueses, como os Souza Queiroz e os Vergueiro, que não provinham do campo. O ciclo da cana-de-açúcar havia provocado um razoável enriquecimento em suas cidades, se comparadas com as de outras regiões paulistas, e mesmo as casas rurais, existentes nos engenhos, já demonstravam esse requinte alcançado. Mello Pupo, em seu trabalho sobre o município de Campinas, descreve a cena de um casamento ocorrido numa dessas casas de engenhos, detalhando o ambiente geral, baseado em fatos que lhes foram contados:

*(...). O sobrado do engenho era amplo e senhoril na simplicidade harmônica que o fazia belo; internamente viam-se os cômodos pródigos de área permitindo melhor perspectiva para as peças de jacarandá ou de caviúna nos seus correntios traços do estilo Dona Maria Primeira.*

*Um vasto salão com muitas janelas que se abriam para um pomar de mangueiras gigantes que as superavam, acolhia os convidados. Na parede oposta, da qual pendia espelho de cristal com moldura de talha, encostavam-se um longo canapé e numerosas cadeiras de palhinha trançada nas peças de pesado madeiro; interpunham-se dois consolos elegantes, de quatro colunas torneadas e pés em graciosas recurvas que ocultavam a necessária solidez de suportes, consolos que fronteavam outros dois iguais, entre janelas, todos mantendo castiçais de prata, com velas esguias resguardadas pelas donzelas, grandes mangas de cristal que vedavam a iluminação dos açoites da ventania. A espevitadeira e a salvinha cumpriam sua finalidade, enquanto se marcava o tempo em grave relógio de pesos e correntes, presidindo no centro da parede e indicando aos dois realejos postados próximos a dois cantos extremos, as horas de prazer que deveriam sonorizar.*

*No canapé e na maioria das cadeiras, assentavam-se as senhoras de mais idade e descansavam os anciãos alquebrados; as moças de pé, na graça e formosura da juventude, ocupavam toda esta metade do salão, como um ramallete de botões de rosas a embelezar e alegrar o ambiente. Na outra metade, e separados pela passagem onde desfilaria a noiva, ficavam os senhores graves e os moços elegantes no viço da mocidade, a olhar para as moçoilas e com elas a trocar olhares tão profundos e significativos, que valiam pelos arroubos de uma declaração de amor, no tempo que se amava à distância e furtivamente.*

*Em parede do extremo do salão, entre duas janelas, uma porta de meia rótula e arabescos havia sido aberta desvendando o oratório do solar, um altar embutido, com a Senhora da Conceição vinda do Reino, talhada, doirada e rendada em cores, violácea no seu manto e rosa-claro na sua túnica. Acompanhavam-na duas pequenas imagens marcadas pelo tempo, de São Joaquim e de São Mateus Evangelista; abaixo, à frente da Senhora, pequena cruz de jacarandá sustinha o Cristo expirante.<sup>29</sup>*

De certa maneira, já havia uma elite mais afeita ao bem viver, na época em que a cafeicultura aportou por aquelas bandas. E o dinheiro da nova lavoura, muito mais abundante do que o proporcionado pelo açúcar, lapidou ainda mais o gosto geral dessa elite. Não à toa, Itu e Campinas eram centros regionais importantes e, já àquela época, portadoras de belas e ornamentadas igrejas, de grandes palacetes, de boas escolas, boas lojas.

Tudo isso se devia ao dinheiro advindo, primeiro, do açúcar, e, depois, do café. Assim, não é de se estranhar que muitas das fazendas ostentassem alguns novos espaços não destinados à produção, mas sim à fruição como jardins circundando o casarão, muitas vezes cercado de um muro que garantia privacidade, ou grandes pomares, em geral dispostos na parte traseira do casarão, cortado por canais de água, cercados por grossos muros de taipa de pilão, cobertos de telhas, com as árvores frutíferas formando aléias. O apreço pelo conforto e um gosto estético começava a sair de dentro dos casarões, e a se refletir nas suas imediações...

## **Edificações do beneficiamento do café da região Central**

O espaço produtivo da fazenda cafeeira da região Central beneficiou-se das experimentações ocorridas em suas similares do Rio de Janeiro e do Vale do Paraíba. Embora ainda tenha utilizado aquelas formas mais rudimentares de instalações destinadas ao preparo dos grãos, a situação diferenciada desses fazendeiros, instalados em terrenos mais férteis e amparados num conhecimento de melhores técnicas de cultivo, proporcionou adesões mais rápidas e eficientes aos novos equipamentos.

Os terreiros, por exemplo, nas novas fazendas de café, já eram construídos com suas superfícies pavimentadas, principalmente naquelas fazendas abertas a partir da década de 1860, quando houve uma generalização na consciência de que esse cuidado renderia melhores

<sup>29</sup> PUPPO, C. M. de M. *Campinas, Município no Império*. São Paulo: IMESP, 1983, p. 63.

resultados, sobretudo se o revestimento fosse feito com tijolos ou ladrilhos de barro cozido, que proporcionavam uma secagem dos grãos mais homogênea que o asfalto por exemplo, por transmitir de maneira menos violenta o calor da insolação durante o dia e conservar por mais tempo essa energia térmica durante a noite.

Argollo nos aponta outras vantagens da pavimentação:

*Os terreiros de tijolos eram melhores que os de terra batida porque, entre outras vantagens, permitiam que se revolvesse, sobre a superfície, o café molhado sem misturá-lo com a terra, o que acelerava a evaporação da umidade. A secagem em terreiros de terra batida era prejudicada, também, pelo fato de não se poder aproveitar os dias de sol, intercalados aos dias chuvosos, por estarem os pátios ainda úmidos. Os terreiros de tijolos, que secavam mais rápido após a chuva, permitiam maior produtividade.*<sup>30</sup>

Uma outra novidade foi a maior utilização do beneficiamento pelo método de via úmida, ou seja, junto aos terreiros construía-se, além dos tanques para lavar o café, o abrigo da despulpadora e os tanques de maceração, terreiros subdivididos em várias partes, chamadas de tabuleiros ou quadras, e os canais de distribuição que levavam com água corrente os diferentes lotes de café até elas, já realizando uma pré-seleção. Esses canais terminavam em moegas, ao fundo das quais existiam peneiras metálicas que seguravam os grãos, deixando a água seguir o seu caminho para fora dos terreiros. Daí, o café era esparramado para a secagem pela superfície da quadra. Todos esses equipamentos passaram a ser comuns, a partir de então.

Na segunda metade do século XIX, a importância da cafeicultura atingiu proporções tais que, segundo Argollo, *a arquitetura do núcleo industrial das fazendas passa a obedecer a parâmetros técnicos, estabelecidos por engenheiros especializados em construções rurais.*<sup>31</sup> Um saber que muito provavelmente se generalizou e se tornou corrente entre os empreiteiros especializados nessa atividade, e foi sendo difundido e adaptado por todas as regiões cafeicultoras de São Paulo.

Nesse período, outros detalhes surgiram ou foram aperfeiçoados na execução dos terreiros como a construção de dispositivos destinados a recolher o café, em montes, no período noturno, cobrindo-o com lonas destinadas a protegê-lo da umidade do sereno ou de eventuais chuvas. Esses dispositivos, chamados de “meia lua” ou “coroa”, geralmente eram feitos de duas maneiras: um círculo de tijolos assentados sobre o terreiro, formando uma mureta baixa, com cerca de alguns centímetros de altura, com uma abertura voltada para o lado mais baixo do terreiro; ou então, na mesma forma circular, fazia-se uma pequena plataforma elevada de uma ou duas camadas de tijolos. A declividade padrão das plataformas dos terreiros foi fixada em 1,5 a

2%, sendo o cuidado na execução aumentado, principalmente na feitura das capistranas, as linhas-mestras de tijolos ou ladrilhos que percorriam da parte mais alta para a mais baixa e se constituíam na referência do nível a ser observado no restante dessas superfícies. A execução de muros ou muretas cercando todo o terreiro pavimentado, os cuidados com a drenagem, o uso de grelhas metálicas que impedissem a passagem dos grãos, entre as várias quadras dos terreiros, também são exemplos dessas minúcias que foram sendo aperfeiçoadas e passaram a ser corriqueiras, na feitura de um bom terreiro de secagem.

Todos esses detalhes mostram o apurado nível de detalhamento, fruto não somente de um saber erudito, mas muito, também, da experimentação, de uma prática contínua por anos e anos na mesma atividade. Se os terreiros são parecidos em seus aspectos gerais, nunca encontramos duas soluções idênticas em nossos levantamentos. Nem duas tulhas, ou casas de máquinas, exatamente iguais. O princípio é o mesmo, dependendo do método de secagem utilizado, mas a diferença de sítios, da capacidade de produção de cada fazenda, do clima local, da obtenção de água, de material construtivo disponível, entre outros fatores, exigiu dos construtores e projetistas adaptações constantes.

Os arrimos envoltórios desses terreiros continuaram sendo executados em alvenaria de pedra, mas a presença, na região, de barro propício, fez com que essas jazidas fossem exploradas não só para a fabricação de telhas capa e canal, mas também de ladrilhos cerâmicos e tijolos, quase sempre em olarias próprias. A presença dos imigrantes italianos, em sua maioria vindos do Vêneto, região tradicionalmente produtora de edificações em tijolos, foi difundindo o uso desse elemento, até então pouco utilizado em São Paulo. Assim, muitas partes dos terreiros, como acabamentos de muros, ou os próprios canais de distribuição, alguns arcos de aquedutos, escadas entre os diversos patamares dos terreiros, foram construídos com tijolos, por vezes com requintes de acabamento, e diversidade no desenho das peças.

O uso dos tijolos possibilitou, ainda, uma das maiores inovações nos terreiros de algumas fazendas da região de Amparo, como na fazenda Estiva, por exemplo: a construção de túneis subterrâneos, por onde trafegavam os vagonetes do sistema Decauville, sobre trilhos. Esses túneis eram construídos abaixo do nível do piso dos terreiros, tendo a sua parte superior sustentadas por abóbadas de tijolos. A determinados intervalos, essas abóbadas apresentavam aberturas por onde se jogava o café já seco, diretamente nos vagonetes. Os túneis eram feitos de maneira a

<sup>30</sup> ARGOLLO, A. *Op. cit.*, 2004, p. 119.

<sup>31</sup> *Idem* ibidem, p. 120.

desembocar na passarela que levava ao interior das tulhas. Encontramos sistema semelhante em fazendas da região Sorocabana, em São Manuel e Areiópolis, mais precisamente, onde muitos proprietários eram provenientes de Amparo, o que nos leva a supor que esse sistema tenha surgido em uma das duas regiões e, depois de testado e

aprovado, tenha sido levado à outra. Essa foi uma característica de construção de terreiros pouco difundida, talvez pelos custos e pela complexidade de execução, uma vez que em nenhum outro local, além dos mencionados, encontramos solução semelhante.



Figura 33 - Detalhe dos ladrilhos de barro cozido, que revestem os terreiros da fazenda São Sebastião, Amparo. Foto: V. Benincasa.

Figura 34 - Vista geral dos terreiros da fazenda São Sebastião, Amparo. Foto: V. Benincasa.

Figura 35 - Vista parcial dos terreiros da fazenda São Sebastião, Amparo. Ao fundo, a senzala, e à direita, a casa de máquinas. Foto: V. Benincasa.





Figura 36 (à esquerda) - Patamarização: terreiros da fazenda São Sebastião, Amparo. Ao fundo, o casarão. Foto: V. Benincasa.

Figura 37 - Muros de pedra que circundam os patamares dos terreiros da fazenda São Sebastião, Amparo. Foto: V. Benincasa.

Figura 38 - Vista parcial dos terreiros da fazenda Pereiras, em Itatiba. Ao fundo, podem ser vistos: o casarão e o muro em taipa de pilão que circunda o terreiro. Foto: V. Benincasa.

Figura 39 (abaixo) - Detalhe dos terreiros da fazenda Vanguarda, Amparo. Canais de drenagem com separação das várias quadras. Notar o acabamento com peças de barro cozido. Foto: V. Benincasa.

Figura 40 (pé da página) - Vista geral dos terreiros da fazenda Pereiras, Itatiba. Foto: V. Benincasa.

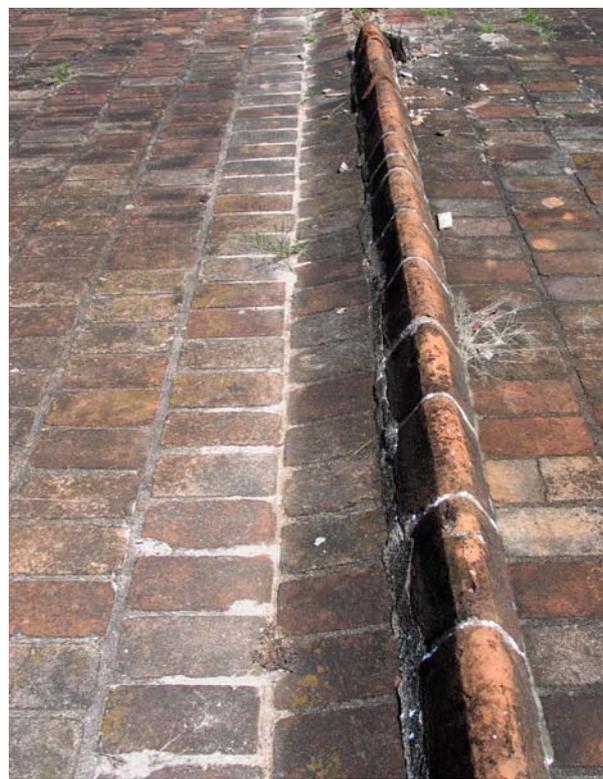




Figura 41 - Vista dos canais de distribuição do café lavado e moega de recepção. Notar a alvenaria de pedra dos arrimos e o acabamento em tijolos. Fazenda São Bento, Morungaba. Foto: Antonio Carlos Bellia. Fonte: *Cadernos de Fotografia nº 5 – Fazendas do Ciclo do Café, Região de Campinas*. São Paulo: Secretaria de estado da Cultura, s/d.



Figura 42 - Vista dos terreiros da fazenda Dona Carolina, em Bragança Paulista. Foto: V. Benincasa.



Figura 43 - Vista do canto inferior da plataforma do terreiro da fazenda Dona Carolina. Foto: V. Benincasa.



Figura 44 - Vista geral de terreiros de fazenda em Souza, Campinas. Acervo da *Coleção Secretaria de Agricultura e Comércio*. Centro de Memória – UNICAMP.



Figura 45 - Vista dos terreiros escalonados, Fazenda Iracema, Campinas. Ao fundo, o casarão. Foto: V. Benincasa.

Figura 46 - Vista dos tanques de fermentação de café despulpado. Fazenda Iracema, Campinas. Foto: V. Benincasa.





Figura 47 (acima) - Detalhe de piso de terreiros, com tijolos assentados em espinha de peixe. Fazenda Concórdia, Itu. Foto: V. Benincasa.



Figura 48 (à direita, em cima) - Vista de canal de distribuição. Terreiros da fazenda Concórdia, Itu. Foto: V. Benincasa.

Figura 49 (à direita, centro) - Vista geral dos terreiros, com o casarão aos fundos, fazenda Concórdia, Itu. Acervo do Museu Republicano "Convenção de Itu".



Figura 50 (à direita, embaixo) - Vista parcial do terreiro da fazenda Floresta, Itu. Ao fundo, vê-se o casarão construído no ciclo cafeeiro. Ao seu lado, a construção térrea, que foi a primeira sede da fazenda, cuja planta ainda guarda resquícios da casa bandeirista, construída em taipa de pilão. Acervo do Museu Republicano "Convenção de Itu".





Figura 51 - Vista parcial de um dos patamares do terreiro da fazenda Floresta, Itu. Ao fundo, vê-se parte do muro de taipa de pilão que circunda todo o conjunto de edificações da fazenda. Foto: V. Benincasa.



Figura 52 - Vista dos terreiros, a partir do portão superior, junto aos lavadores e tanques de fermentação. Ao fundo, a tulha. Fazenda Engenho das Palmeiras, Itapira. Foto: V. Benincasa.

Figura 53 - Vista dos terreiros, com a tulha e casa de máquinas, ao fundo. Fazendinha, antiga fazenda Atibaia, Campinas. Foto: V. Benincasa.





Figura 54 - Vista parcial dos terreiros, com os canis de distribuição e moegas de recepção de grãos. Fazenda Engenho das Palmeiras, Itapira. Foto: V. Benincasa.



Figura 55 - Vista de portão lateral nos terreiros, que outrora, foram totalmente cercados por muros. Fazenda Engenho das Palmeiras, Itapira. Foto: V. Benincasa.



Figura 56 - Vista geral dos terreiros. À esquerda, a casa de máquinas. Aos fundos, as velhas telhas. Fazenda Engenho das Palmeiras, Itapira. Foto: V. Benincasa.

## Tulhas e Casas de máquinas

Assim como no Vale do Paraíba, também na região Central as edificações que compunham o complexo de beneficiamento e armazenagem do café variaram muito quanto à técnica de construção e à tipologia.

Para compor o embasamento, usou-se muito a alvenaria de pedra ou a taipa de pilão; enquanto que nas paredes externas foi comum o uso da taipa de pilão ou de mão, ou, menos usada, a alvenaria de pedra; já nas paredes internas, divisórias, o mais comum foi o uso da taipa de mão, parecendo também a madeira. Essas foram as técnicas empregadas nas construções mais antigas: nas tulhas e casas de máquinas construídas mais ao final do século XIX, ou início do século XX, encontramos edificações inteiramente de tijolos.

Quanto ao aspecto formal e à implantação dessas edificações, a variação também é grande; a única semelhança entre elas é a existência do porão, principalmente nas tulhas e, quanto ao formato da planta, sempre retangular. As semelhanças, porém, param por aí. Há aquelas total ou parcialmente assobradadas, outras apenas térreas. Em geral, são edifícios de grandes dimensões, cobertura em quatro águas, empregando as tradicionais telhas do tipo capa e canal. As tulhas mais antigas foram construídas sobre os próprios terreiros, ocupando parte da plataforma. Encontramos, também, exemplares fora do perímetro do terreiro, porém encostadas em seus paredões. Nesses casos, ainda podemos observar uma tipologia atrelada aos velhos métodos de beneficiamento, como os encontrados nas fazendas do Vale do Paraíba. Entretanto, começou a se tornar usual um novo tipo de implantação nessa região, em que a tulha é construída afastada, alguns metros, dos terreiros, uma tipologia já ajustada aos métodos de beneficiamento mais modernos da época. Nesses casos, o

trânsito entre terreiro e tulha se dava por passarela suspensa, entre o piso do primeiro e o telhado da segunda, como já descrito anteriormente.

Essa variação demonstra, a nosso ver, que ainda no início da segunda metade do século XIX, época em que a maioria das fazendas foi constituída, não havia um consenso entre construtores e fazendeiros sobre a melhor forma de localização nem de construção dessas edificações. As teorias estavam sendo aplicadas e, na prática, ia-se escolhendo as formas que mais convinham a uma melhor organização do complexo rural cafeeiro.

Um bom exemplo dos vários momentos por que passou o processo de beneficiamento, ao longo da segunda metade do século XIX, é a fazenda Engenho das Palmeiras, em Itapira, que conserva, ainda que precariamente, várias edificações destinadas ao beneficiamento e armazenamento dos grãos. Nela encontramos a mais antiga casa de beneficiamento de café de todo o nosso levantamento, uma verdadeira preciosidade para a história da cafeicultura paulista, que se está perdendo irremediavelmente. Foi construída à beira de um riacho, cujas águas eram desviadas por um canal para movimentar a roda d'água da bateria de pilões. Essa edificação possui alicerces de pedra, estrutura de madeira, vedos em pau-a-pique. O telhado em quatro águas apresenta estrutura simples de madeira (asnas), com o caíbral feito de troncos roliços de palmeiras (macaúba, comuns na região). Parte das paredes de pau-a-pique foi substituída, posteriormente, por alvenaria de tijolos, nas dependências destinadas ao armazenamento do café seco. Infelizmente o estado geral da edificação, embora passível de restauro, é desolador. A roda d'água, o eixo com as hastes para erguer os pilões, os próprios pilões, os cochos, tudo em madeira de lei e praticamente perfeitos, ainda resistem ao tempo, sendo uma verdadeira raridade. No



Figura 57 - Vista externa da edificação que abrigou o primeiro engenho de café da fazenda Engenho das Palmeiras, em Itapira. Foto: V. Benincasa.

entanto sua existência está seriamente comprometida pois, em 2004, o velho telhado não resistiu aos temporais e desabou, justamente sobre a antiga bateria de pilões, fazendo com que suas peças se deslocassem dos eixos. Pudemos observar o apuro com que foram feitas essas peças e seus encaixes: a roda dentada, os eixos, os pilões, a moega onde eram depositados os grãos para serem socados nos pilões... Foi a única bateria de pilões que encontramos em nossos levantamentos na região, uma vez que essas máquinas acabaram sendo substituídas pelas industrializadas. A edificação, de planta retangular, é parcialmente assobradada na sua parte intermediária, onde o terreno foi escavado para ser alocado, ali, a roda d'água e a bateria de pilões. Esse piso inferior era acessado por uma escadaria de madeira e possuía em todo seu perímetro,

na parte superior, uma passarela com guarda-corpo pela qual se podia percorrer e observar o funcionamento dos pilões, além de possibilitar a alimentação da moega com os grãos secos de café, para serem apiloados. Essa passarela, hoje, existe parcialmente, pois parte dela ruiu juntamente com o telhado. Numa das laterais da edificação ficava uma espécie de depósito de ferramentas e, na outra, as tulhas propriamente ditas, onde o café beneficiado era armazenado. Esse engenho de beneficiar café foi o primeiro construído nessa fazenda, e deve remontar à metade do século XIX, quando se deu o começo do plantio por ali.

Uma outra tulha, de construção posterior ao engenho de café descrito acima, fica situada acima do casarão, ao lado



Figura 58 - Vista interna do primeiro engenho de café da fazenda Engenho das Palmeiras, onde podemos observar a passarela, uma parede feita com alvenaria de madeira, e paredes em taipa de mão, em Itapira. Foto: V. Benincasa.

Figura 59 - Nessa foto, a bateria de pilões, os cochos e a moega. Fazenda Engenho das Palmeiras, Itapira. Foto: V. Benincasa.





Figura 60 (acima) - Detalhe da estrutura da edificação, onde podem ser vistos: o frechal com os respectivos encaixes dos paus-a-pique, e a estrutura da cobertura com troncos de macaúba, palmeira comum na região. Fazenda Engenho das Palmeiras, Itapira. Foto: V. Benincasa.

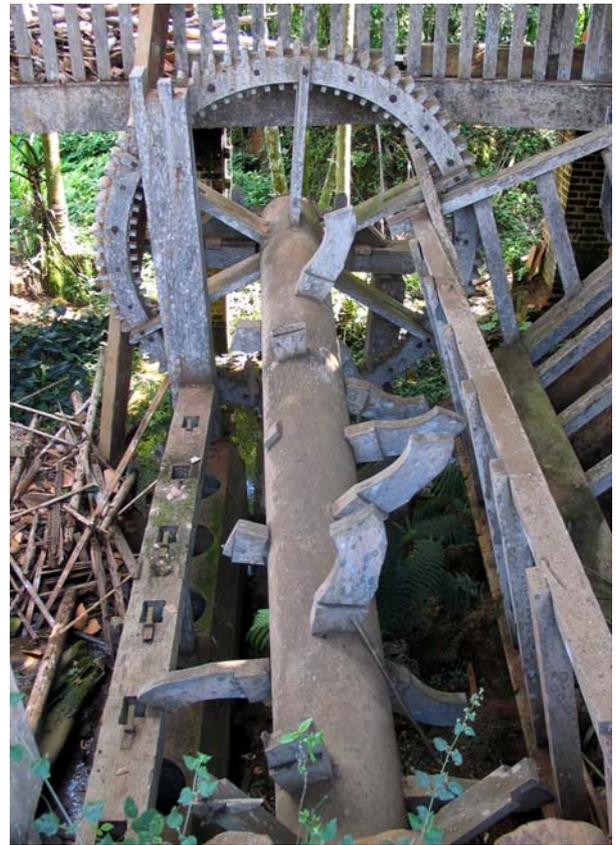


Figura 61 (à direita, em cima) - Detalhe da bateria de pilões, com o eixo de acionamento dos pilões. Fazenda Engenho das Palmeiras, Itapira. Foto: V. Benincasa.

Figura 62 (à direita) - Detalhe de encaixe de pilar de sustentação de cobertura. Engenho de café, fazenda Engenho das Palmeiras, Itapira. Foto: V. Benincasa.



das senzalas, e na parte inferior dos terreiros. É um edifício de planta retangular, com telhado em quatro águas. As paredes externas foram edificadas utilizando a técnica da taipa de pilão. Internamente, as paredes originais eram de taipa de mão; depois, algumas foram substituídas por tijolos. O piso assoalhado ergue-se sobre um porão baixo, seguindo a regra usual de afastar a umidade do solo. A edificação contém um corredor central, no sentido transversal, protegido por duas portas, uma em cada extremidade,

que une o terreiro e o pomar cercado por muros, existente aos fundos do casarão. Em cada uma das laterais desse corredor, ficam os cômodos destinados ao armazenamento do café, com aberturas voltadas para os terreiros. As tulhas possuem piso assoalhado, enquanto o corredor teve o piso revestido de ladrilhos semelhantes aos do terreiro.

Com o aumento da produção de café nessa fazenda, os antigos terreiros de secagem foram reformados e passaram



Figura 63 (à esquerda) - Tulhas de café, construídas com paredes externas em taipa de pilão, localizadas na parte inferior dos terreiros. Fazenda Engenho das Palmeiras, Itapira. Foto: V. Benincasa.

Figura 64 (à esquerda, abaixo) - Detalhe da fachada das tulhas; observar os amplos beirais, protegidos por guarda-pó. Foto: V. Benincasa.





Figura 65 (à esquerda) - Aspecto interno do corredor que corta a tulha, vendo-se a porta voltada para o pomar. Foto: V. Benincasa.

Figura 66 (à esquerda, embaixo) - Aspecto interno do corredor que corta a tulha, vendo-se a porta voltada para os terreiros. Foto: V. Benincasa.

Figura 67 (abaixo) - Detalhe do ensutamento da porta de uma das portas da tulha, Observar o acabamento feito com estrutura de madeira e o vão preenchido por tijolos, tendo ao fundo a taipa de pilão. Foto: V. Benincasa.



a contar com o que havia de mais moderno para a época: lavadores, despoldadores, tanques de fermentação, os canais de distribuição, e repartições em quadras. Com isso, o antigo engenho de beneficiamento e sua bateria de pilões foram relegados a um segundo plano, embora continuasse funcionando. Uma nova casa de máquinas foi então construída, mais moderna, para abrigar o maquinário industrializado, numa das laterais do terreiro, acompanhando o declive do terreno, porém não chega a se configurar como assobradada e, junto a ela, outras tulhas. O seu funcionamento segue basicamente o processo descrito no início desse capítulo. Ela se desenvolve em dois planos de pisos, unidos por uma pequena escada. Possui porão baixo em toda a sua extensão, com as máquinas mais pesadas assentadas sobre estruturas próprias. A edificação apresenta planta retangular, cobertura em quatro águas, com telhas capa e canal, sendo inteiramente em alvenaria de tijolos. No entanto, apesar de todos esses indícios de uma arquitetura mais condizente com a época de

construção, a estrutura do telhado ainda guarda resquícios de uma técnica mais tradicional, o caibral e o ripamento foram feitos usando-se os troncos roliços de macaúba. A data de construção deve ser do último quartel do século XIX, pelas características da edificação e pelo material empregado. O curioso, aqui, é que já se percebe uma intenção plástica no seu aspecto externo, ao se fazer uso de elementos da arquitetura clássica, como as cimalkhas ao longo do beiral, os cunhais imitando pilastras dóricas, o barrado inferior, e as molduras e rusticações imitando pedras regulares, tanto nos cunhais, como nas molduras de portas; além das pestanas sobre as janelas, que podem ser consideradas sofisticadas para esse tipo de edificação, pois ostentam guilhotinas envidraçadas na parte externa. Esse cuidado na execução de outros edifícios, que não o casarão, vai se tornar muito comum a partir desse momento de afirmação da cafeicultura como principal lavoura em solo paulista. Os ecos de uma arquitetura erudita começam a se fazer ouvir nos distantes sertões, amplificados pelo dinheiro do café.



Figura 68 - Fachada da "nova" casa de máquinas e tulha de café, voltada para a lateral dos terreiros. Fazenda Engenho das Palmeiras, Itapira. Foto: V. Benincasa.

Figura 69 - Fachada da lateral inferior da mesma edificação. Fazenda Engenho das Palmeiras, Itapira. Foto: V. Benincasa.





Figura 70 (acima, topo) - Fachada posterior da mesma edificação, vendo-se a porta de embarque das sacas de café e a bica de saída da palha do café, retirada no processo de beneficiamento. Notar a alvenaria de tijolos e a ornamentação em relevo da argamassa. Fazenda Engenho das Palmeiras, Itapira. Foto: V. Benincasa.

Figura 71 (acima) - Detalhe de alvenaria em taipa de mão no interior da casa de máquinas. Fazenda Engenho das Palmeiras, Itapira. Foto: V. Benincasa.

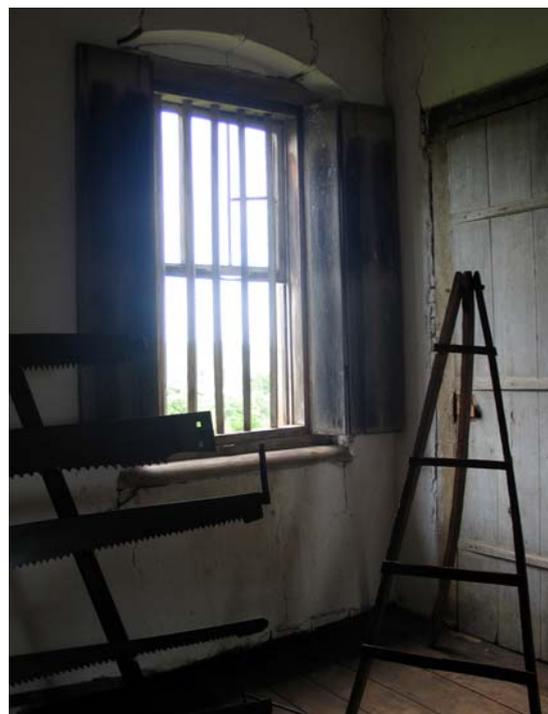


Figura 72 (acima, topo) - Detalhe interno de janela no cômodo destinado ao processo de catação, ou escolha, do café. Interior da casa de máquinas e tulha da fazenda Engenho das Palmeiras, Itapira. Foto: V. Benincasa.

Figura 73 (acima) - Detalhe do eixo de distribuição, polias e roldanas, das máquinas de beneficiamento do café. Fazenda Engenho das Palmeiras, Itapira. Foto: V. Benincasa.



Figura 74 (à esquerda, topo) - Vista do maquinário. Interior da casa de máquinas. Fazenda Engenho das Palmeiras, Itapira. Foto: V. Benincasa.

Figura 75 (à esquerda) - Moto elétrico para movimentação do maquinário de beneficiamento. Interior da casa de máquinas. Fazenda Engenho das Palmeiras, Itapira. Foto: V. Benincasa.

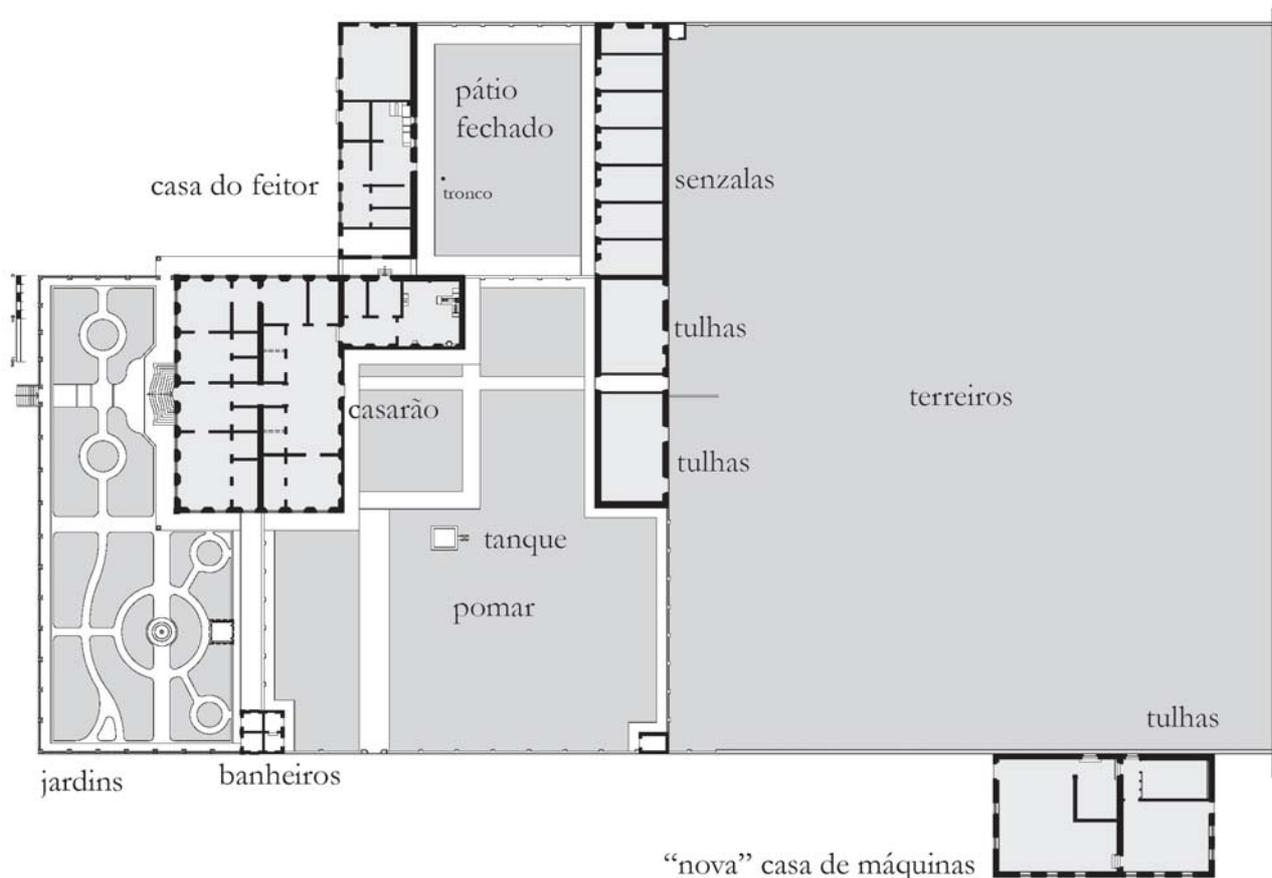
Figura 76 (acima, topo) - Carrinho para esparramar café em terreiros. Fazenda Engenho das Palmeiras, Itapira. Foto: V. Benincasa.

Figura 77 (acima) - Detalhe de placa da fábrica, em carrinho para esparramar café em terreiros. Fazenda Engenho das Palmeiras, Itapira. Foto: V. Benincasa.



Figura 78 (acima) - Detalhe da estrutura do telhado da casa de máquinas. Fazenda Engenho das Palmeiras, Itapira. Foto: V. Benincasa.

Figura 79 (abaixo) - Plantas das principais edificações do núcleo central da fazenda Engenho das Palmeiras, Itapira. Podem ser vistos o casarão, a casa do feitor, as senzalas, as tulhas e a segunda casa de máquinas, construída ao final do século XIX. Levantamento: V. Benincasa e M. Rosada. Desenho: V. Benincasa e M. Rosada.



Uma casa de máquinas em que também podemos vislumbrar esse apuro no seu aspecto formal é a da fazenda Vanguarda, em Amparo. Edificada junto aos muros do terreiro, bem à frente do casarão, este é um exemplar assobradado. O pavimento superior está no mesmo nível do terreiro, e o inferior volta-se para o pátio abaixo. Nele, as cimalthas ao longo do beiral não são de alvenaria, como na fazenda Engenho das Palmeiras, mas de madeira,



Figura 80 (acima, topo) - Aspecto externo da casa de máquinas da fazenda Vanguarda, Amparo. Foto: V. Benincasa.

Figura 81 (acima) - Vista da casa de máquinas da fazenda Vanguarda, a partir do pátio a frente do casarão, Amparo. Foto: V. Benincasa.

Figura 82 (à direita, topo) - Detalhe das cimalthas da casa de máquinas da fazenda Vanguarda, Amparo. Foto: V. Benincasa.

Figura 83 (à direita) - Detalhe do cunhal, com falsa pilastra dórica, na casa de máquinas da fazenda Vanguarda, Amparo. Foto: V. Benincasa.

apresentando um desenho bem mais simples. No entanto, aqui também os cunhais receberam um acabamento de gosto clássico: no pavimento superior imitando pilastras dóricas, com capitel, fuste e base; no pavimento inferior, rusticações, imitando pedras de corte regular. As aberturas do pavimento superior são de verga reta, encimadas por pestanas salientes. Elas possuem os batentes à mostra e rentes à superfície da parede. Já as aberturas do pavimento



inferior possuem arco pleno, com moldura de argamassa simples. Novamente foi utilizada uma planta retangular.

Um edifício semelhante a esse, principalmente nos detalhes decorativos, é a casa de máquinas da fazenda Dona Carolina, em Bragança Paulista, parcialmente assobradado, na metade que se apóia no terreiro. Já não possui as máquinas, pois foi transformado em um centro de convenções da fazenda, hoje usada como hotel. É um edifício muito bonito em sua conformação, sendo sua elegância ressaltada pelos dois corpos justapostos: a parte assobradada coberta

por telhado em quatro águas, e a parte térrea com três águas.

Outras casas de máquinas ainda guardam, em seu aspecto externo, a feição de uma arquitetura mais tradicional, sem ornamentos; porém, em nossa maneira de ver, não menos belos, compondo a paisagem arquitetônica característica das velhas fazendas cafeeiras. Dentre elas podemos citar as tulhas e casas de máquinas das fazendas Atibaia (hoje conhecida como Fazendinha), de Campinas; a da Capoa e da Concórdia, em Itu; e a da São Sebastião, em Amparo, entre outras.



Figura 84 (acima, topo) - Aspecto externo da casa de máquinas da fazenda Dona Carolina, Bragança Paulista. Foto: V. Benincasa.

Figura 85 (acima) - Aspecto externo da casa de máquinas da fazenda Dona Carolina, em Bragança Paulista. Notar o edifício justaposto aos muros do terreiro. Foto: V. Benincasa.

Figura 86 (acima, topo) - Vista da casa de máquinas e tulha, a partir dos terreiros. Fazenda Concórdia, Itu. Notar o bloco de tijolos aparentes, acrescido à edificação original em taipa de mão. Foto: V. Benincasa.

Figura 87 (acima) - Vista posterior da casa de máquinas da fazenda Concórdia, Itu. Notar os arrimos de pedra, no porão. Foto: V. Benincasa.

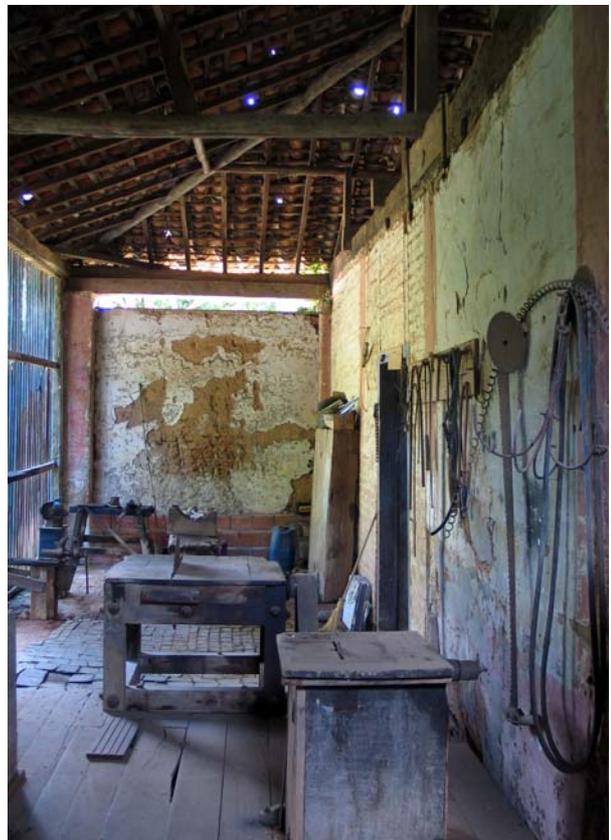


Figura 88 (acima, topo) - Aspecto interno da casa de máquinas da fazenda Concórdia, Itu. Aqui, podemos observar o emprego de maquinário industrializado. Foto: V. Benincasa.

Figura 89 (acima) - Detalhe da estrutura de telhado. Aspecto externo da casa de máquinas da fazenda Concórdia, Itu. Foto: V. Benincasa.

Figura 90 (à direita, topo) - Aspecto interno do corredor de acesso às telhas de café, fazenda Concórdia, Itu. Foto: V. Benincasa.

Figura 91 (à direita) - Detalhe do interior do cômodo destinado a serralha e carpintaria, vendo-se a parede de taipa de mão. Interior da casa de máquinas da fazenda Concórdia, Itu. Foto: V. Benincasa.

O edifício que abriga a tulha e a casa de máquinas da Fazendinha, em Campinas, ocupa um dos lados do quadrado dos escravos. A senzala, propriamente dita, ocupava outras duas laterais. A quarta lateral era ocupada por cômodos talvez destinados a depósitos e casa do feitor, embora não seja possível afirmar, devido ao precário estado de conservação. Ao centro, o vazio forma um grande pátio, ao qual se entra por uma abertura nesta quarta lateral. A tulha e a casa de máquinas ocupavam a lateral voltada para os terreiros. Trata-se de uma edificação térrea em cerca de dois terços de seu comprimento, onde ficavam as tulhas propriamente ditas e, no terço final, ela se torna assobradada justamente onde ficava o maquinário de beneficiamento. Toda esta lateral está separada do terreiro por uma rua. É

uma edificação assentada sobre declive, por isso, internamente seu piso é escalonado, sendo a passagem de um a outro feito por escadas. Suas paredes externas, bem como as dos outros três lanços, são de taipa de pilão, e as internas originalmente de pau-a-pique – algumas delas foram substituídas por alvenaria de tijolos. Chama-nos a atenção, nessa edificação, as janelas do piso inferior da casa de máquinas, gradeadas e com o vão encimado por uma bandeira triangular, fechada por pano de madeira. Não foi um formato muito comum, mas novamente entendemos esse detalhe como um desejo de individualizar o edifício, dando-lhe uma característica diferente das construções que se fazia à época, um capricho do construtor. Atualmente encontra-se em processo de restauro.



Figura 92 - Aspecto da fachada da edificação em quadra que abrigava as tulhas, casa de máquinas e senzalas. Fazendinha, antiga Fazenda Atibaia, Campinas. Foto: V. Benincasa.

Figura 93 - Detalhe da fachada da mesma edificação da foto anterior, vendo-se em destaque a parte assobrada da casa de máquinas. Fazendinha, antiga Fazenda Atibaia, Campinas. Foto: V. Benincasa.



Figura 94 (à esquerda, topo) - Detalhe da janela do pavimento inferior da casa de máquinas. Fazendinha, antiga Fazenda Atibaia, Campinas. Foto: V. Benincasa.



Figura 95 (à esquerda) - Detalhe da fachada da mesma edificação, vendo-se as portas de alguns cômodos. Fazendinha, Campinas. Foto: V. Benincasa.

Figura 96 (acima) - Detalhe do beiral e do cunhal da casa de máquinas. Fazendinha, Campinas. Foto: V. Benincasa.

Figura 97 (embaixo) - Vista posterior: aqui observam-se o pátio central e três dos quatro lanços que restaram. O quarto, que estaria em primeiro plano, ruiu. Fazendinha, Campinas. Foto: V. Benincasa.





Figura 98 (acima, topo) - Fachada oposta aos terreiros, da edificação anterior. Fazendinha, Campinas. Foto: V. Benincasa.

Figura 99 (acima) - Interior de uma das tulhas. Fazendinha, Campinas. Foto: V. Benincasa.

Figura 100 (à direita, topo) - Detalhe de estrutura do telhado e antiga empena interna de uma das tulhas. Fazendinha, Campinas. Foto: V. Benincasa.

Figura 101 (à direita, centro) - Parede divisória entre cubículos da senzala. Fazendinha, Campinas. Foto: V. Benincasa.

Figura 102 (à direita, embaixo) - Aspecto do interior da edificação, vendo-se algumas paredes de tijolos: acréscimos. Fazendinha, Campinas. Foto: V. Benincasa.





Figura 103 (à esquerda, topo) - Detalhe de parede de taipa de pilão desabada, onde podem ser vistas as camadas e o denteado do apiloamento nas diversas camadas do barro socado. Fazendinha, antiga Campinas. Foto: V. Benincasa.

Figura 104 (à esquerda) - Detalhe de antiga porta de um dos cubículos da senzala. Notar que o vão original foi diminuído. Fazendinha, Campinas. Foto: V. Benincasa.

Figura 105 (acima, topo) - Pavimento inferior da casa de máquinas, vendo-se as janelas voltadas ao terreiro. Fazendinha, Campinas. Foto: V. Benincasa.

Figura 106 (acima) - Pavimento inferior da casa de máquinas, vendo-se a velha escada que unia os dois pisos. Fazendinha, Campinas. Foto: V. Benincasa.

Mais simples, porém seguindo um padrão muito próximo dessa casa de máquinas, é o edifício de mesma função, existente na fazenda São Sebastião, em Amparo, localizado ao lado do terreiro, e também separado deste por uma rua lateral. Essa tulha está logo abaixo da senzala, no mesmo alinhamento desta e do depósito situado em nível inferior, todos construídos apegados uns aos outros, quase formando uma única edificação, acompanhando o declive do terreno. A tulha, por ser a edificação intermediária, teve seu piso escalonado, ficando a parte inferior assobradada. O embasamento é de taipa de pilão, enquanto as paredes logo acima são de pau-a-pique, ostentando a estrutura em gaiolas de madeira, e cobertura em quatro águas.



Figura 107 - Rua lateral ao terreiro. À direita vê-se o edifício assobradado da casa de máquinas e tulha. Logo acima, a senzala. Fazenda São Sebastião, Amparo. Foto: V. Benincasa.

Figura 108 - Fachada posterior do edifício assobradado da casa de máquinas e tulha. Fazenda São Sebastião, Amparo. Foto: V. Benincasa.



Há uma tulha, encontrada na fazenda Floresta, que mescla alvenarias de taipa de mão e de pedra; no entanto, sabemos que há tulhas inteiramente de pedras, como a da fazenda São Bento, entre Morungaba e Itatiba, que não foi possível visitar, mas da qual há uma foto numa publicação intitulada Cadernos de Fotografia-5, da Secretaria de Estado da

Cultura, da década de 1980. Esse tipo de construção em alvenaria de pedra parece não ter sido muito comum na região Central, apesar da abundância desse material encontrado ali. A pedra foi mais usada nos alicerces dos edifícios e na confecção dos muros de arrimo, como no Vale do Paraíba.



Figura 109 (acima) - Aspecto da casa de máquinas da fazenda Cachoeira, Campinas. Edificação feita em taipa de mão. Desenho de José de Castro Mendes. Fonte: Mendes, J. E. T. *Lavoura Cafeeira Paulista (Velhas Fazendas do município de Campinas)*. São Paulo: Departamento Estadual de Informações, 1947.



Figura 110 (à direita, topo) - Aspecto da casa de máquinas da fazenda Quilombo, Campinas. Edificação feita em taipa de mão, com acréscimo em alvenaria de tijolos. Desenho de J. de C. Mendes. Fonte: Mendes, J. E. T. *Lavoura Cafeeira Paulista (Velhas Fazendas do município de Campinas)*. São Paulo: Det. Est. de Informações, 1947.

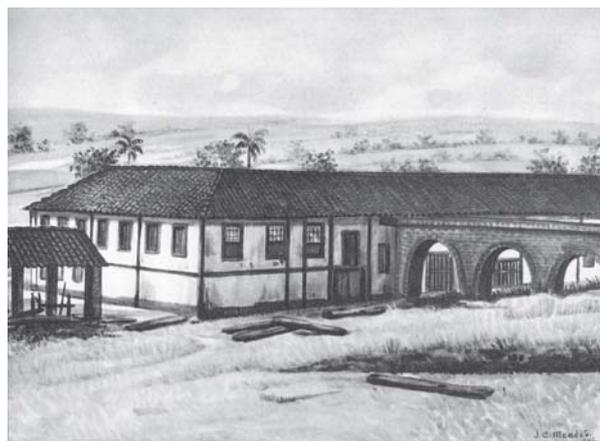


Figura 111 (à direita, centro) - Aspecto da casa de máquinas da fazenda Rio das Pedras, Campinas. Edificação feita em taipa de mão. Notar o aqueduto em alvenaria de tijolos. Desenho de José de Castro Mendes. Fonte: Mendes, J. E. T. *Lavoura Cafeeira Paulista (Velhas Fazendas do município de Campinas)*. São Paulo: Departamento Estadual de Informações, 1947.

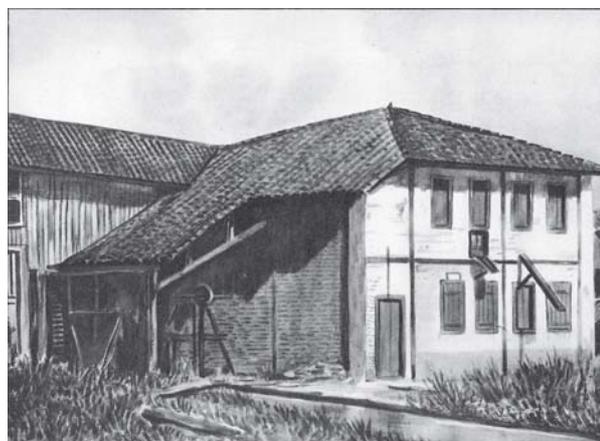


Figura 112 (à direita) - Fachada posterior da edificação anterior. Notar paredes em alvenaria de tijolos e em madeira. Desenho de José de Castro Mendes. Fonte: Mendes, J. E. T. *Lavoura Cafeeira Paulista (Velhas Fazendas do município de Campinas)*. São Paulo: Departamento Estadual de Informações, 1947.

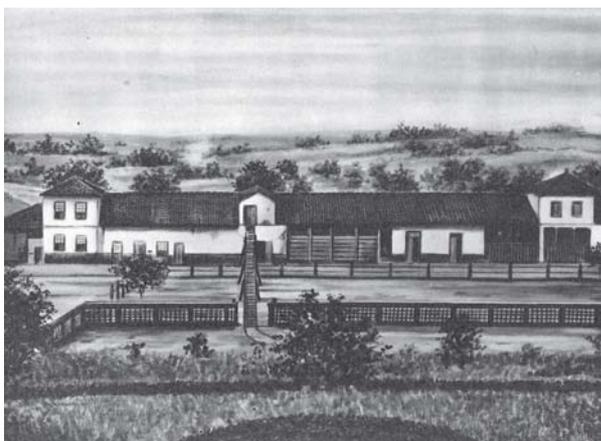


Figura 113 (acima, topo) - Aspecto da casa de máquinas da fazenda Santa Úrsula, Campinas. Edificação feita em taipa de mão. Notar a passarela, ligando terreiro e tulha, através de água furtada. Desenho de José de Castro Mendes. Fonte: Mendes, J. E. T. *Lavoura Cafeeira Paulista (Velhas Fazendas do município de Campinas)*. São Paulo: Departamento Estadual de Informa-ções, 1947.

Figura 114 (acima) - Aspecto da casa de máquinas da fazenda Sete Quedas, Campinas. Notar a passarela, à direita, ligando terreiro e tulha. Desenho de José de Castro Mendes. Fonte: Mendes, J. E. T. *Lavoura Cafeeira Paulista (Velhas Fazendas do município de Campinas)*. São Paulo: Departamento Estadual de Informa-ções, 1947.

Figura 115 (à direita, topo) - Ruínas da casa de máquinas da fazenda São Joaquim, Itatiba, construção em taipa de pilão. Foto: V. Benincasa.

Figura 116 (à direita, centro) - Lateral da edificação anterior. Fazenda São Joaquim, Itatiba. Foto: V. Benincasa.



Figura 117 (acima) - Aspecto da casa de máquinas da fazenda São Bento, Morungaba. Edificação inteiramente construída em alvenaria de pedra. Foto: Antonio Carlos Bellia. Fonte: *Cadernos de Fotografia nº 5 – Fazendas do Ciclo do Café, Região de Campinas*. São Paulo: Secretaria de estado da Cultura, s/d.

Todas elas, apesar de tipologias distintas, assobradadas ou térreas, apresentam quase sempre o mesmo programa: possuem compartimentos para as tulhas, a casa de máquinas propriamente dita, para o armazenamento do café já beneficiado, além de dependências anexas para o fabrico do fubá, beneficiamento do arroz, e serrarias e marcenarias. São edificações ainda simples, se as comparamos com aquelas das regiões que iniciaram a lavoura comercial cafeeira algumas décadas mais tarde, das quais trataremos nos capítulos seguintes; estas sim, verdadeiros edifícios industriais, especializadíssimos no beneficiamento e armazenamento do café. As da região Central se assemelham às primeiras casas de máquinas do Vale do Paraíba, embora já se possa perceber que as lições preconizadas no manual de Laborie, como o afastamento das tulhas e casas de máquinas das paredes externas dos terreiros, sua localização na parte inferior desses, e a construção de uma passarela unindo um e outro, já haviam sido melhor compreendidas, e muitas novas técnicas estavam sendo experimentadas. Encontramos, inclusive, algumas

dessas edificações mais recentes, provavelmente do final do século XIX ou início do século XX, construídas em alvenaria de tijolos, como na fazenda Vassoural, em Itu, por exemplo. As semelhanças da edificação que abriga a casa de máquinas e tulhas dessa fazenda, com um edifício industrial urbano, não devem ter sido mero acaso. Tais semelhanças são acentuadas pelo seu telhado em duas águas, interrompido pelas empenas laterais salientes, conforme o edifício se acomoda à inclinação do terreno, em três patamares sucessivos; e pela ornamentação da característica faixa de tijolos assentados a 45°, muito utilizada em edificações industriais do final do século XIX e início do século XX.

Essas edificações refletem um período em que a cafeicultura, se já não era uma novidade para os lavradores brasileiros, paulistas em particular, passava por um intenso processo de novas experimentações, cujos novos programas e necessidades a arquitetura, por suas características, evidentemente não conseguia acompanhar a contento.



Figura 118 - Aspecto da casa de máquinas da fazenda Vassoural, Itu, vista a partir dos terreiros. Pode-se observar a porta em arco pleno por onde adentrava a antiga passarela, na empena lateral. Foto: V. Benincasa.



Figura 119 - Outro aspecto da casa de máquinas da fazenda Vassoural, Itu. Foto: V. Benincasa.

O alto investimento numa nova edificação e modernos maquinários, nessa época, obrigava os fazendeiros a tirarem o máximo proveito deles antes de reformá-los, adaptando-os aos novos processos de beneficiamento que iam surgindo. A isso, talvez, se deva o fato de termos encontrado os exemplares mais modernos nas mais antigas fazendas da região: seus proprietários resolveram atualizar seus edifícios e maquinários somente depois de terem se tornado extremamente obsoletas as velhas instalações de beneficiamento.

## Colônias

Curiosamente, foi na mesma fazenda Vassoural, cujo casarão remonta aos tempos dos engenhos de cana ituanos, do século XVIII, que encontramos as colônias com desenho de fachadas mais elaboradas, de todo o levantamento. As casas seguem o mesmo padrão de desenho da tulha, com as empenas laterais alteando-se às duas águas do telhado, arrematadas por cunhais salientes. O aspecto geral é de uma vila industrial

inglesa, com suas paredes de tijolos aparentes, alinhadas duas a duas, ou então em pequenos renques de quatro casas, dispostas em longas fileiras. Interiormente, as casas seguem o padrão que se tornou corriqueiro desde que as primeiras colônias foram construídas, talvez na fazenda Ibicaba, em Cordeirópolis,<sup>32</sup> ou em algum outro desses locais que pioneiramente introduziram o trabalho livre na zona rural: uma sala; dois dormitórios – um destinado ao casal e aos filhos menores, e outro destinado a filhos maiores; e uma cozinha. Cômodos que se distribuem numa planta retangular de pequenas dimensões, dividida por duas paredes que se

<sup>32</sup> Sobre a configuração e o cotidiano em colônias, ver os trabalhos: BENINCASA, V. *Velhas Fazendas. Arquitetura e Cotidiano nos Campos de Araraquara 1830-1930*. São Carlos: EDUFSCar; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2003; COSTA, E. V. da. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1989; FRANCO, M. S. de C. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. São Paulo: Editora da UNESP, 1997; EISENBERG, P. L. *Homens Esquecidos*. Campinas: Editora da Unicamp, 1989, entre outros.



Figura 120 - Aspecto da colônia da fazenda Vassoural, Itu, com casas com tijolos aparentes e empenas laterais ornamentadas. Foto: V. Benincasa.

Figura 121 - Aspecto da mesma colônia a partir dos terreiros. Fazenda Vassoural, Itu. À direita, depósitos. Acervo do Museu Republicano "Convenção de Itu".





Figura 122 - Detalhe de fachada de casa de colônia, onde pode ser visto o arco de escarção sobre as aberturas e faixas com tijolos assentadas a 45°. Fazenda Vassoural, Itu. Foto: V. Benincasa.



Figura 123 - Vista dos telhados das casas de colônia da fazenda Vassoural, Itu. Foto: V. Benincasa.

Essas casas de colônia podiam ser construídas de tijolos, de taipa de mão, ou de madeira e, nessa região, quase sempre sobre alicerces de pedras. Encontramos algumas menções a elas em inventários:

*Uma casa para colonos com três lanços (Fazenda Cana Verde, Itu)*<sup>33</sup>

*Seis lanços de casas de tijolos de duas casas por lanço  
Seis lanços de casas de madeira para colonos, cada lanço com duas casas*

*Cinco casas velhas de madeira*

*Dezenove casas velhas no correr do terreiro (Fazenda Floresta, Itu)*<sup>34</sup>

*Dezessete lanços de casa de taipa para colonos*

*Quatro velhas casas de madeira para colonos (Fazenda Ingá, Itu)*<sup>35</sup>

A tipologia da casa de colônia é praticamente a mesma em todo o território paulista, com exceção daquelas construídas no século XX, que se tornam um pouco mais complexas, como veremos em capítulos seguintes. São casas, em geral, geminadas, ou formando renques com maior número de casas, telhados com duas águas caindo para a frente e aos fundos da edificação. Por vezes é acrescentado um cômodo na parte posterior, ocupado pelas cozinhas, quase sempre sem banheiros internos. A origem dessa configuração é obscura; podemos pensar em adaptação da choça africana,

<sup>33</sup> Inventário de Francisca Elysa Correa, de 1883.

<sup>34</sup> Inventário de Francisco Emygdio da Fonseca Pacheco, de 1901.

<sup>35</sup> Inventário de Francisco Emygdio da Fonseca Pacheco, de 1901.

agregando-lhe as divisões internas mais comuns ao padrão europeu e brasileiro; podemos também aventar a hipótese de adaptação das casas mais simples do ambiente urbano brasileiro, existentes desde os tempos coloniais ou, ainda, uma adaptação das vilas industriais européias, que se multiplicavam no século XIX. São casas pequenas e singelas, sem forro, com piso de terra batida que, aos poucos, iam sendo revestidos de tijolos ou uma camada fina de cimento, contendo o básico a uma vida cotidiana

que se dava muito mais em ambientes externos que internos. As lides diárias estavam voltadas aos cuidados com as pequenas criações de animais, ao cultivo das hortas e ao trabalho nas fazendas, tanto de homens, quanto de mulheres e crianças. A casa de colônia era, antes de tudo, um abrigo, e não local de fruição de espaços, e as atividades de preparo de alimentos e descanso eram as suas principais atribuições. A vida na colônia se dava, em grande parte do tempo, a céu aberto.



Figura 124 (abaixo) - Casas de colônia da fazenda São Sebastião, Amparo. Foto: V. Benincasa.

Figura 125 (abaixo) - Casa de colônia da Fazendinha, antiga fazenda Atibaia, Campinas. Foto: V. Benincasa.

Figura 126 (acima, topo) - Colônia da fazenda Iracema, Campinas. Foto: V. Benincasa.

Figura 127 (acima, centro) - Fundos da colônia da fazenda Iracema, Campinas. Foto: V. Benincasa.

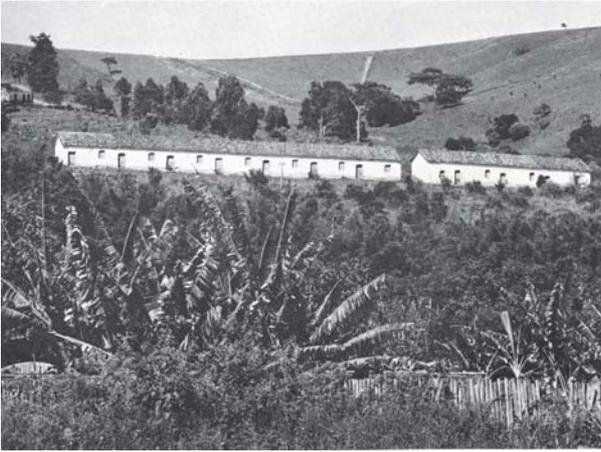


Figura 128 (à esquerda, topo) - Colônia da fazenda Santa Leopoldina, Itatiba. Foto: Antonio Carlos Bellia. Fonte: *Cadernos de Fotografia nº 5 – Fazendas do Ciclo do Café, Região de Campinas*. São Paulo: Secretaria de estado da Cultura, s/d.

Figura 129 (à esquerda, centro) - Detalhe de cimalha em casa de colônia da fazenda Cana Verde, Itu. Foto: V. Benincasa.

Figura 130 (à esquerda) - Fachada de casa de colônia da fazenda Cana Verde, Itu. Foto: V. Benincasa.

Figura 131 (acima, topo) - Fachada de casa de colônia da fazenda Cana Verde, Itu. Foto: V. Benincasa.

Figura 132 (acima) - Fachada de casa de colônia da fazenda Cana Verde, Itu. Foto: V. Benincasa.



Figura 133 (acima) - Empena lateral de casa de colônia da fazenda Cana Verde, Itu. Foto: V. Benincasa.

Figura 134 (à direita) - Aspecto interno de cozinha de casa de colônia da fazenda Cana Verde, Itu. Foto: V. Benincasa.

Figura 135 (abaixo) - Colônia da fazenda São Bento, Morungaba. Foto: Antonio Carlos Bellia. Fonte: *Cadernos de Fotografia nº 5 – Fazendas do Ciclo do Café, Região de Campinas*. São Paulo: Secretaria de estado da Cultura, s/d.



## Senzalas

Quanto às senzalas, na região Central elas foram construídas seguindo, basicamente, duas tipologias: a senzala em quadra, ou quadrado; e em lanços corridos, providos ou não de varandas. Ou seja, a julgar pelas edificações remanescentes e pelos registros que delas encontramos, nas grandes fazendas cafeeiras dessa região o ideal de controle intensivo da escravaria, no período noturno, já havia se difundido, praticamente desaparecendo a moradia de escravos em casas isoladas.

A primeira tipologia caracteriza-se pela disposição dos lanços ao redor de um pátio central, com uma única entrada. Os lanços possuíam aberturas gradeadas, ou então pequenas aberturas junto ao frechal da edificação, sem janelas. As que sobraram até os dias atuais possuem janelas, nas quais podemos ver o gradeamento, porém também constatamos que muitas dessas aberturas são posteriores à construção do edifício, adaptado a novas funções. Esse tipo de edificação foi muito empregado em fazendas campineiras, como na Cachoeira, Quilombo, Pedra Branca, Macuco, Atibaia (Fazendinha), Rio das Pedras, Três Pedras, entre outras.



Figura 136 - Aspecto da senzala da fazenda Cachoeira, Campinas. Desenho de José de Castro Mendes. Fonte: Mendes, J. E. T. *Lavoura Cafeeira Paulista (Velhas Fazendas do município de Campinas)*. São Paulo: Departamento Estadual de Informações, 1947.

Figura 137 - Aspecto da senzala da fazenda Quilombo, Campinas. Desenho de José de Castro Mendes. Fonte: Mendes, J. E. T. *Lavoura Cafeeira Paulista (Velhas Fazendas do município de Campinas)*. São Paulo: Departamento Estadual de Informações, 1947.



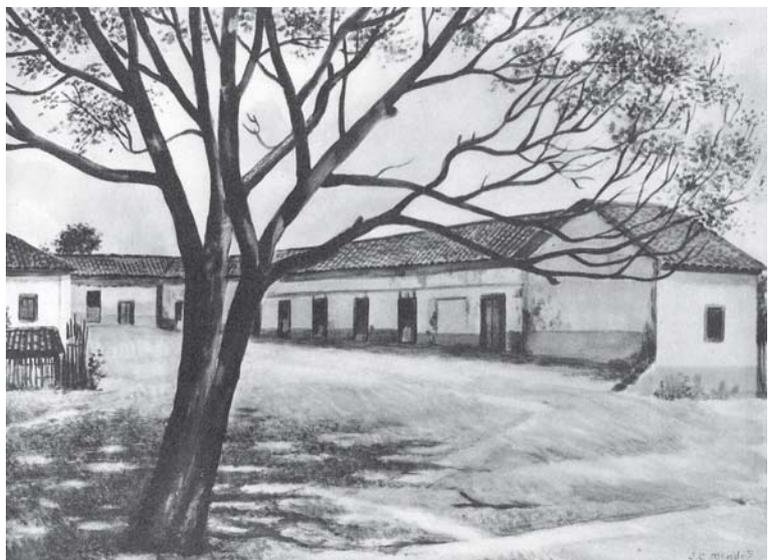


Figura 138 - Aspecto do interior do quadrado da senzala da fazenda Macuco, Campinas. Desenho de José de Castro Mendes. Fonte: Mendes, J. E. T. *Lavoura Cafeeira Paulista (Velhas Fazendas do município de Campinas)*. São Paulo: Departamento Estadual de Informações, 1947.



Figura 139 - Aspecto da fachada da senzala da fazenda Macuco, Campinas. Desenho de José de Castro Mendes. Fonte: Mendes, J. E. T. *Lavoura Cafeeira Paulista (Velhas Fazendas do município de Campinas)*. São Paulo: Departamento Estadual de Informações, 1947.

Figura 140 - Aspecto do interior do quadrado da senzala da fazenda Rio das Pedras, Campinas. Desenho de José de Castro Mendes. Fonte: Mendes, J. E. T. *Lavoura Cafeeira Paulista (Velhas Fazendas do município de Campinas)*. São Paulo: Departamento Estadual de Informações, 1947.



As senzalas em único lanço corrido aparecem nas fazendas Sertão, Santa Francisca do Camandocaia, São Joaquim, em Campinas; na fazenda Pereiras e São Miguel, em Itatiba; e na fazenda Engenho das Palmeiras, em Itapira. Em Amparo, encontramos na fazenda São Sebastião o único exemplar de senzala com alpendre, na verdade um corredor sob o telhado da edificação, que originalmente era fechado por um gradeamento de madeira, hoje inexistente, semelhante àquele da fazenda São Luís, em Massambará, no Rio de Janeiro, cuja foto está no capítulo anterior. A existência desse gradeamento na senzala da fazenda São Sebastião pode ser constatada pela presença das perfurações de encaixe no frechal que sustenta a cobertura, e nas sambladuras para encaixe das travessas de apoio ao ripamento, existentes nos pilares de sustentação.

Figura 141 - Aspecto da entrada da senzala da fazenda Camandocaia, Campinas. Desenho de José de Castro Mendes. Fonte: Mendes, J. E. T. *Lavoura Cafeeira Paulista (Velhas Fazendas do município de Campinas)*. São Paulo: Departamento Estadual de Informações, 1947.



Figura 142 - Aspecto da senzala da fazenda Santa Francisca do Camandocaia, Campinas. Desenho de José de Castro Mendes. Fonte: Mendes, J. E. T. *Lavoura Cafeeira Paulista (Velhas Fazendas do município de Campinas)*. São Paulo: Departamento Estadual de Informações, 1947.

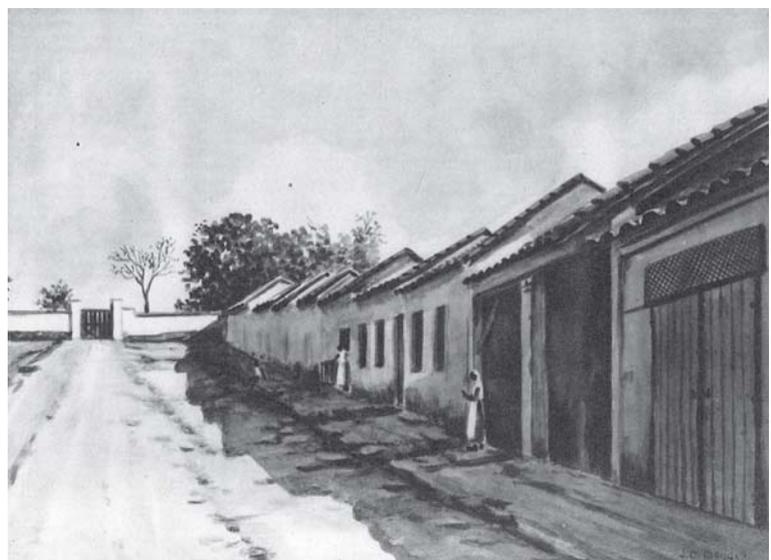




Figura 143 (à esquerda, topo) - Aspecto da edificação que abrigou a senzala e a casa de máquinas da fazenda São Miguel, Itatiba. Edificação cujas paredes externas são em taipa de pilão. Foto: V. Benincasa.

Figura 144 (à esquerda, centro) - Aspecto da edificação que abrigou a senzala. Fazenda São Sebastião, Amparo. Foto: V. Benincasa.

Figura 145 (à esquerda) - Detalhe da antiga varanda da senzala, vendo-se os orifícios no frechal, onde se encaixava o ripamento; e nos esteios, as sambladuras para as travessas de apoio do mesmo ripamento. Fazenda São Sebastião, Amparo. Foto: V. Benincasa.

Figura 146 (acima) - Aspecto interno da senzala, onde se vê antiga empena interna em taipa de mão. As paredes externas são de taipa de pilão. Fazenda São Sebastião, Amparo. Foto: V. Benincasa.

Quase todas essas edificações possuem paredes externas em alvenaria de taipa de pilão e divisões internas em taipa de mão. Porém são encontradas, também, senzalas inteiramente em taipa de mão, como a da Fazenda Sete Quedas, em Campinas. Os alicerces, em geral, são de pedra; a cobertura invariavelmente de telhas capa e canal.

Assim como no Vale do Paraíba, esses lanços eram subdivididos em cubículos, ocupados pelos negros segundo as regras estabelecidas em cada fazenda; alguns destinados a casais, outros a homens, outros a mulheres e crianças. Na fazenda Pereiras, em Itatiba, essa subdivisão pode ser observada claramente, embora a edificação tenha sofrido

algumas alterações ao longo do tempo, com a abertura de portas internas e janelas na face posterior. Também pudemos observar - e chegamos a fazer um levantamento métrico - um lanço de senzala da fazenda Engenho das Palmeiras, em Itapira. Ambas as edificações são de taipa de pilão, com algumas paredes internas de pau-a-pique. A do Engenho das Palmeiras, em que pese seu estado em ruínas, praticamente não foi alterada, e ali encontramos cubículos contendo as portas externas e janelas gradeadas voltadas para o pátio murado em duas laterais, e o quarto lado ocupado pela casa do feitor. Segundo o atual proprietário, o tronco ficava instalado próximo à porta da casa do feitor.

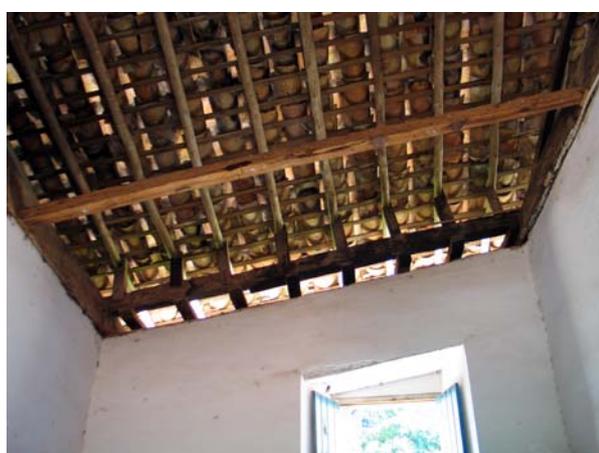


Figura 147 - À esquerda, o casarão; aos fundos a antiga senzala. Fazenda Pereiras, Itatiba. Foto: V. Benincasa.

Figura 148 - Fachada da senzala, voltada para os jardins fronteiros do casarão. Fazenda Pereiras, Itatiba. Foto: V. Benincasa.

Figura 149 - Aspecto interno da senzala: estrutura do telhado. Fazenda Pereiras, Itatiba. Foto: V. Benincasa.

Figura 150 - Outro aspecto interno da senzala: detalhe dos cachorros do beiral. Fazenda Pereiras, Itatiba. Foto: V. Benincasa.



Figura 151 (acima) - Aspecto interno da senzala: porta interna aberta entre dois cubículos, em período posterior ao final da escravidão. As paredes externas são de taipa de pilão. Fazenda Pereiras, Itatiba. Foto: V. Benincasa.



Figura 152 (à direita, topo) - Fachada posterior da senzala. Fazenda Pereiras, Itatiba. Foto: V. Benincasa.

Figura 153 (à direita) - Aspecto interno da senzala: detalhe do embasamento em taipa de pilão, sobre o qual se ergue a parede divisória de taipa de mão. Fazenda Pereiras, Itatiba. Foto: V. Benincasa.

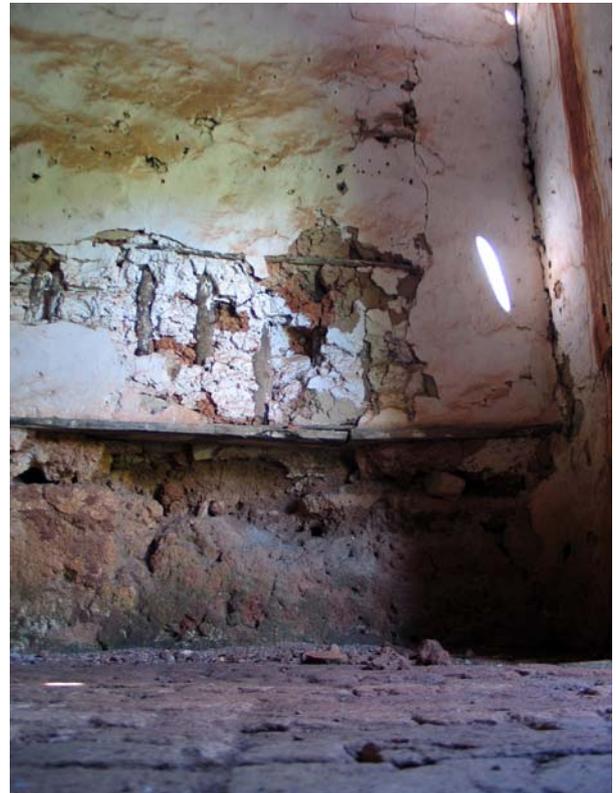




Figura 154 (acima) - Aspecto interno da senzala: a antiga porta do cubículo deu lugar a uma janela externa. Fazenda Pereiras, Itatiba. Foto: V. Benincasa.

Figura 155 (à direita, topo) - Aspecto externo da senzala, com muro divisorio em taipa de pilão em ruínas. As paredes externas da edificação também são de taipa de pilão. Fazenda Pereiras, Itatiba. Foto: V. Benincasa.

Figura 156 (à direita, centro) - Aspecto do que restou da cobertura da antiga senzala, onde se vê a empena interna. Fazenda Engenho das Palmeiras, Itapira. Foto: V. Benincasa.

Figura 157 (à direita) - Detalhe de ensutamento junto à porta de um dos cubículos da senzala. As paredes externas são de taipa de pilão. Fazenda Engenho das Palmeiras, Itapira. Foto: V. Benincasa.





Figura 158 - Aspecto externo da casa do feitor, com janela protegida por treliça de madeira, na face voltada ao pátio dos escravos. Fazenda Engenho das Palmeiras, Itapira. Foto: V. Benincasa.

A localização das senzalas, como naquelas fazendas do Vale do Paraíba, permanece próxima ao casarão e à casa do feitor, e as dimensões de algumas delas impressionam pelo tamanho, ajudando a desmentir o “mito” do caráter liberal e progressista do fazendeiro do “Oeste Paulista”. Basta ver que essa região Central, em 1886, às vésperas da abolição, contava com 31.184 escravos, produzindo cerca de 30% do café paulista, enquanto o Vale do Paraíba possuía um número inferior de mão-de-obra, 28.556 escravos<sup>36</sup>, respondendo por cerca de 20% da produção, ainda uma quantia bastante considerável.

## Capelas

Os tradicionais espaços destinados ao culto religioso não foram esquecidos, no meio rural da região Central. As capelas isoladas começaram a surgir na paisagem das fazendas de café principalmente na década de 1890, alguns anos após a extinção do trabalho escravo e quando a mão-de-obra se torna majoritariamente constituída por imigrantes. Até então, predominavam as capelas, ou oratórios, na parte interna dos casarões, à frente dos quais, pelas manhãs, o fazendeiro se postava antes da saída dos escravos para as roças, para responder ao pedido de benção dos escravos: Louvado Seja Nosso Senhor Jesus Cristo! O

fazendeiro era, nesse instante do dia, o representante da Igreja Católica, e a capela na sua casa reforçava essa sua condição. Antes de mais nada, essa estrutura poderia representar mais um meio de coerção sobre os escravos, o que, como já nos referimos anteriormente, é uma hipótese.

A proliferação das capelas externas responde a uma outra necessidade. Ela se torna um dispositivo controlador a mais, para fazer com que o colono se ausente o mínimo possível da fazenda, mesmo aos finais de semana, tendo assim o menor contato possível com o atrativo ambiente urbano. Se antes o fazendeiro garantia o bom andamento da fazenda exercendo grande opressão sobre seus escravos, agora ele necessita fixar, a qualquer custo, as famílias imigrantes em suas terras. A capela se presta, assim, a ser equipamento destinado não à afirmação de poder do fazendeiro, mas, antes, a ter um papel agregador, onde os colonos têm fácil acesso para orar, fazer pedidos, pagar promessas, casar, batizar seus filhos, comemorar os dias santos, e festejar...

<sup>36</sup> COSTA, E. V. da. *Op. cit.*, 1989, p. 235.

São edificações de valor mais referencial, em geral não muito grandes, construídas quase sempre próximas ao conjunto central de edificações. Em nossos levantamentos pela região, encontramos alguns exemplares nas fazendas: Cana Verde e Serra, em Itu; Pereiras, em Itatiba; Vanguarda, em Amparo; Dona Carolina, em Bragança Paulista; e Ermida, em Jundiá.

A atual capela da fazenda Pereiras foi construída em 1894, pelo seu então proprietário, o Coronel Lourenço Alves Cardoso, e substituiu uma outra, mais antiga e de menores proporções, dedicada a Nossa Senhora dos Remédios. Dizem que os milagres ali acontecidos foram chamando tanto a atenção da população da região que, ainda no final do século XIX, no dia dedicado à santa, começou a tradição de se fazer romarias que, até hoje, saem de Itatiba, todo ano, em direção à fazenda, onde missas e festejos acontecem. Ela está edificada à meia encosta de uma colina e possui dimensões bastante grandes, devido à proporção que a devoção à Nossa Senhora dos Remédios tomou no local. À sua frente, existe um pátio, tendo em uma de suas laterais a

residência da família mantenedora e uma venda. Uma escadaria conduz à colônia, situada logo abaixo. A capela possui na fachada uma torre sineira, ao lado da empena com frontão triangular, em que sobressaem as três janelas do coro e a grande porta de entrada, cuja verga possui arco abatido. Nos cunhais, a argamassa imita pilastras de gosto dórico, encimadas por pináculos. Uma placa de mármore com o nome do fazendeiro e a data de construção foi afixada na parte inferior da torre. Nas laterais, óculos em semi-círculos, colocados pouco abaixo das cimalkas junto ao beiral do telhado, garantem a iluminação interna, e duas portas, uma em cada lateral, também dão acesso ao seu interior. Na parte interna, a nave apresenta o forro dito de gamela, acompanhando a estrutura do telhado. O coro é todo feito em estrutura de madeira, acessado por uma estreita escadaria em dois lances apoiados numa das paredes laterais e na da fachada. O altar ostenta talha delicada, com anjos encimando o nicho onde fica a bela imagem de Nossa Senhora dos Remédios. Aos fundos, ficam a sacristia e um depósito.



Figura 159 - Escadaria de acesso à capela da fazenda Pereiras, Itatiba. Foto: V. Benincasa.

Figura 160 - Aspecto externo da capela, à direita, a casa do mantenedor e venda. Faz. Pereiras, Itatiba. Foto: V. Benincasa.





Figura 161 (acima, topo) - Detalhe da torre sineira. Fazenda Pereiras, Itatiba. Foto: V. Benincasa.

Figura 162 (acima) - Fachada lateral da capela. Fazenda Pereiras, Itatiba. Foto: V. Benincasa.

Figura 163 (acima, topo) - Fundos da capela. Fazenda Pereiras, Itatiba. Foto: V. Benincasa.

Figura 164 (acima) - Detalhe da placa de mármore, assentada na base da torre sineira, com o nome do fazendeiro e a data de construção: 1894. Fazenda Pereiras, Itatiba. Foto: V. Benincasa.



Figura 165 - Aspecto interno da capela, vendo-se, ao fundo, o altar-mor. Fazenda Pereiras, Itatiba. Foto: V. Benincasa.

Figura 166 - Aspecto interno da capela, vendo-se, ao fundo, o coro. Fazenda Pereiras, Itatiba. Foto: V. Benincasa.

Figura 167 - Pequeno oratório, dedicado a São Pedro, existente no interior da capela, ao lado do altar. Fazenda Pereiras, Itatiba. Foto: V. Benincasa.

Na fazenda Cana Verde, a capela também foi construída em 1894, no mesmo patamar em que fica o casarão. A fachada, de gosto eclético, possui empena com frontão triangular marcado por cimalkhas em todo o seu contorno, e cunhais marcados por imitações de pilastras dóricas. Uma segunda faixa de cimalkhas quebra um pouco o vazio do grande pano da fachada. A porta de entrada, centralizada, possui folhas almofadadas, e uma bandeira envidraçada, em arco pleno, protegida por delicado gradil de ferro, em que aparece o ano de construção. A bandeira é responsável, internamente, pela iluminação do coro, cujo piso está colocado exatamente na sua altura. A porta de entrada é realçada por uma moldura ornamental, de argamassa, com

baixo-relevos intercalando de modo contínuo losangos e círculos. Internamente, a planta é muito semelhante à da capela da fazenda Pereiras: o coro, inteiramente em madeira, a nave única, e a sacristia e o depósito aos fundos; o forro, hoje já alterado, mas que, como podemos observar, originalmente era em gamela. Chamaram-nos a atenção as delicadas pinturas decorativas florais das paredes laterais, e as que imitam azulejos, existentes na parede da parte posterior da capela, onde estão o altar-mor e os dois nichos laterais. De efeito bastante interessante, também, é a espécie de baldaquino que coroa a imagem de Nossa Senhora do Carmo, apoiado em oito colunas entalhadas em madeira, que encima o altar-mor.



Figura 168 (à esquerda, topo) - Aspecto externo da capela Nossa Senhora do Carmo. Fazenda Cana Verde, Itu. Foto: V. Benincasa.

Figura 169 (à esquerda) - Fachada da capela Nossa Senhora do Carmo. Fazenda Cana Verde, Itu. Foto: V. Benincasa.

Figura 170 (acima) - Detalhe da porta de entrada, capela Nossa Senhora do Carmo, fazenda Cana Verde, Itu. Foto: V. Benincasa.



Figura 172 (acima, topo) - Detalhe do frontão da fachada, capela Nossa Senhora do Carmo. Fazenda Cana Verde, Itu. Foto: V. Benincasa.

Figura 173 (acima) - Detalhe de pintura de parede lateral, interior da capela Nossa Senhora do Carmo. Fazenda Cana Verde, Itu. Foto: V. Benincasa.

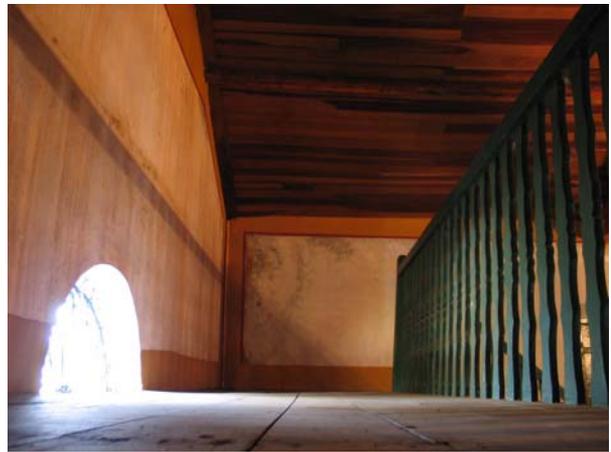


Figura 174 (acima, topo) - Aspecto interno, com altar ao fundo, capela Nossa Senhora do Carmo. Fazenda Cana Verde, Itu. Foto: V. Benincasa.

Figura 175 (acima, centro) - Aspecto interno: coro. Capela Nossa Senhora do Carmo. Fazenda Cana Verde, Itu. Foto: V. Benincasa.

Figura 176 (acima) - Vista do coro e iluminação por bandeira da porta de entrada. Capela Nossa Senhora do Carmo. Fazenda Cana Verde, Itu. Foto: V. Benincasa.

A capela da fazenda Dona Carolina, de 1898, foi igualmente construída em alvenaria de tijolos. Possui um desenho de fachada um pouco mais elaborado, de gosto marcadamente eclético. Apresenta a empena com frontão recortado, ornado por florões, compoteiras, cimais e socos com detalhes em baixo-relevo, além de uma rosácea com vidros coloridos. A parte inferior da fachada é arrematada pelos cunhais imitando pilastras coríntias, entre as quais aparecem a porta central, ladeada de duas janelas, todas com vergas retas, encimadas por uma pestana contínua e realçadas por moldura lisa. As janelas ostentam guilhotinas envidraçadas externas e folhas almofadadas internas; folhas semelhantes também aparecem na porta. Nas laterais, o beiral do telhado em duas águas é forrado. A iluminação interna é completada

pela presença, em cada uma dessas paredes laterais, de uma janela, semelhantes às da fachada. Internamente, o piso é revestido de tijolos. A nave é separada da parte posterior da capela por uma pequena balaustrada de madeira e por um arco cruzeiro, além do qual se encontra o altar-mor, feito de peças de mármore de cores diferentes, encimado por um nicho incrustado na parede, dentro do qual foi pintada a imagem de Nossa Senhora da Conceição. A ornamentação é completada por pinturas representando florões, guirlandas e pombas dispostas ao lado do altar. O forro sobre a nave acompanha as asnas das tesouras, estas ficando aparentes. Após o arco cruzeiro, foi criada uma estrutura rebaixada, em arco, configurando o que se convencionou chamar de forro de berço.



Figura 176 (acima) - Aspecto da fachada. Capela Nossa Senhora da Conceição, fazenda Dona Carolina, Bragança Paulista. Foto: V. Benincasa.



Figura 177 (à direita, topo) - Detalhe do frontão, com rosácea, crucifixo e ornamentos. Capela Nossa Senhora da Conceição, fazenda Dona Carolina, Bragança Paulista. Foto: V. Benincasa.



Figura 178 (à direita) - Detalhe de falsa pilastra e frontão, com compo-teira. Capela Nossa Senhora da Conceição, fazenda Dona Carolina, Bragança Paulista. Foto: V. Benincasa.



Figura 179 (acima) - Vista interna da rosácea. Capela Nossa Senhora da Conceição, fazenda Dona Carolina, Bragança Paulista. Foto: V. Benincasa.

Figura 180 (à direita, topo) - Vista da nave, com arco cruzeiro e altar ao fundo. Capela Nossa Senhora da Conceição, fazenda Dona Carolina, Bragança Paulista. Foto: V. Benincasa.

Figura 181 (à direita) - Altar e ornamentação pictórica. Capela Nossa Senhora da Conceição, fazenda Dona Carolina, Bragança Paulista. Foto: V. Benincasa.



Encontramos capelas mais singelas nas fazendas Vanguarda, em Amparo, de 1917, e na fazenda Serra, em Itu, de 1925, ambas construídas em alvenaria de tijolos. A primeira é uma pequena edificação com empena apresentando o tradicional frontão triangular, encimado por uma sineira vazada e o crucifixo. Cimalhas muito simples, além de pilastras nos cunhais, e dois nichos, hoje vazios, ladeando a porta central, com bandeira envidraçada em arco pleno, compõem a fachada. Alguns detalhes merecem destaque: a bandeira da porta central possui graciosos caixilhos de madeira, decorados com pequenos leques entalhados, além de recortes formando desenhos simples, destinados talvez à ventilação. São pequenos cuidados que fazem com que o edifício, à primeira vista muito simples, adquira um valor único e nos convide a um exame mais acurado. Nas laterais,

um conjunto de três aberturas circulares garante a iluminação interna. O piso é feito com ladrilho hidráulico, mosaico como diziam antigamente, nas cores cinza e vermelho. A estrutura de forro utilizada é a dita "abóbada de berço". Não há divisões internas, tudo é muito simples. O altar, feito em alvenaria, possui três nichos, um maior central e dois laterais, menores, tudo encimado por uma pestana saliente. O resultado conseguido, no entanto é muito agradável e convidativo a uma pausa para um momento de interiorização, efeito talvez ampliado pela localização da capela nos fundos do pomar, longe do burburinho do núcleo central da fazenda, em meio a velhas árvores e a um falso silêncio recheado de farfalhar de galhos e cantos de pássaros.

Figura 182 (abaixo) - Fachada da capela da fazenda Vanguarda, Amparo. Foto: V. Benincasa.

Figura 183 (à direita) - Detalhe da bandeira da porta de entrada, capela da fazenda Vanguarda, Amparo. Foto: V. Benincasa.

Figura 184 (à direita, embaixo) - Face lateral, capela da fazenda Vanguarda, Amparo. Foto: V. Benincasa.





Figura 185 - Altar, capela da fazenda Vanguarda, Amparo. Foto: V. Benincasa.

Figura 186 - Detalhe do piso em mosaico, feito com ladrilho hidráulico, capela da fazenda Vanguarda, Amparo. Foto: V. Benincasa.



Na fazenda da Serra, em Itu, a pequena capela encontra-se numa elevação natural do movimentado relevo aí existente. Volta-se para o casarão, situado pouco abaixo. Construída em 1925, segundo data indicada na fachada, suas dimensões são bem acanhadas, mais até do que o exemplo anterior. Mesmo assim, foi o único exemplar em que encontramos uma abside, aos fundos, acolhendo o altar-mor. O aspecto geral é muito singelo, sem ornamentações dignas de destaque: cunhais e cimalkas na fachada arrematada pelo crucifixo. Internamente, da mesma forma, não há divisões. A ornamentação resume-se a uma pintura estrelada da meia abóbada sobre a abside.



Figura 187 (à esquerda, topo) - Fachada da capela, fazenda da Serra, Itu. Foto: V. Benincasa.

Figura 188 (à esquerda) - Fundos da capela, vendo-se a abside. Fazenda da Serra, Itu. Foto: V. Benincasa.

Figura 189 (acima, topo) - Aspecto interno, capela da fazenda da Serra, Itu. Foto: V. Benincasa.

Figura 190 (acima) - Detalhe do altar, com oratório devotado a São Roque, capela da fazenda da Serra, Itu. Foto: V. Benincasa.

Um último exemplar, da primeira metade do século XX, encontramos na fazenda Ermida, em Jundiá. O próprio nome da fazenda sugere ter havido exemplar mais antigo que esse, em tempos remotos. A fachada apresenta desenho ligado à corrente neocolonial, com frontão de linhas estilizadas, inspiradas nas missões espanholas, e elementos ornamentais que foram freqüentes nesse estilo arquitetônico, como os quadrifólios, azulejos, volutas e pináculos. Infelizmente não pudemos entrar nessa edificação.

Figura 191 - Fachada neocolonial da capela da fazenda Ermida, Jundiá. Foto: V. Benincasa.



## Casarão e entorno

Na região Central encontramos casarões de variadas correntes arquitetônicas. Isso se deve ao fato de que seu povoamento se deu primeiramente por paulistas, ainda no século XVII e, durante o século XVIII, sobretudo após a decadência da mineração, pela vinda de mineiros, que trouxeram seu modo de construir. Décadas mais tarde, já no século XIX, com o advento da cafeicultura, muitos fazendeiros do Vale do Paraíba, tanto de sua porção paulista, quanto da fluminense, adquiriram fazendas nessa região. Além disso, como solução para o problema da escassez de mão-de-obra para o trabalho nos cafezais, ocorreu a vinda maciça de imigrantes do sul da Europa, dentre eles trabalhadores da construção civil, conhecedores de uma arquitetura carregada de elementos classicistas. Todos estes fatores contribuíram para a diversidade de tendências que se pode observar ali, onde ainda são encontrados casarões que conservam uma arquitetura mais tradicional, sem a

presença do alpendre frontal e com poucos elementos decorativos na fachada, ou mesmo casas de tradição bandeirista, como as sedes das fazendas Vassoural, Capoava, Campos Neto, a Chácara do Rosário, entre outras, em Itu, todas essas construídas em meados do século XVIII, que se tratam, evidentemente, de edificações do início do ciclo do açúcar; mesmo assim, durante o período cafeeiro, várias delas passaram por reformas que lhes alteraram o caráter austero.

Caso significativo é o do casarão da fazenda Vassoural: às velhas paredes de taipa de pilão foram acrescentados elementos ornamentais ligados ao classicismo, como as falsas pilastras dóricas, nos cunhais e as pestanas salientes sobre as janelas; ou elementos consagrados pelo higienismo do século XIX, como a adaptação de folhas venezianas na parte externa das janelas. Ou, ainda, a inclusão de falsas janelas, com guilhotinas diferenciadas, feitas de argamassa em alto-relevo, para compor melhor o novo desenho de fachada.



Figura 192 - Casarão da fazenda Capoava, Itu. Acervo do Museu Republicano "Convenção de Itu".

Figura 193 - Casarão da fazenda Campos Neto, Itu. Acervo do Museu Republicano "Convenção de Itu".





Figura 194 (à esquerda, topo) - Casação da fazenda Vassoural, Itu. Foto: V. Benincasa.

Figura 195 (à esquerda) - Detalhes de fachada, decorrentes de reforma ocorrida durante o período de predomínio do ecletismo. Observar as falsas janelas. Casação da fazenda Vassoural, Itu. Foto: V. Benincasa.

Figura 196 (acima) - Pilastra de cunhal. Casação da fazenda Vassoural, Itu. Foto: V. Benincasa.

O casarão do período de predomínio da lavoura cafeeira, por sua vez, vai apresentar, nessa região, uma mistura de elementos da tradição paulista e mineira, com certo refinamento trazido da arquitetura neoclássica. Isso só foi possível devido aos bons resultados econômicos obtidos anteriormente, pela lavoura canavieira. Os casarões de engenhos da primeira metade do século XIX já haviam adquirido um padrão de construção mais elaborado que as casas rurais paulistas do século anterior, inclusive com a incorporação do anexo de serviços ao corpo principal, mudanças significativas introduzidas pelos mineiros, que incorporadas à tradição paulista, acabaram por gerar uma casa rural de grande aceitação durante o período de vigência da cafeicultura. É, basicamente, a mesma planta que observamos nos casarões das fazendas do Vale do Paraíba, em que podemos distinguir três faixas de cômodos: a fronteira de salas, a intermediária de alcovas e dormitórios, a terceira composta pela sala de jantar e outros dormitórios; tendo, ao fundo, o anexo com as dependências de serviços. Um outro tipo de planta residencial surgiu em meados do século XIX, no município de Campinas, em que o corpo principal da edificação recebe dois anexos mais estreitos, um em cada lateral, contendo, num lado, a zona de serviços e, no outro, dormitórios e capela. O efeito conseguido é muito bom, destacando-se o corpo principal do restante da edificação, reforçando o seu caráter monumental. Segundo

Lemos, a mais antiga edificação a usar essa solução foi o casarão da fazenda Santa Maria, situada no alto da serra das Cabras, e sede de uma das maiores fazendas cafeeiras de Campinas. Sua edificação data, provavelmente, da década de 1840, executada a mando de Antônio Manuel Teixeira, que já havia sido proprietário e construtor do casarão do Engenho Salto Grande, em Americana. Lemos afirma que o casarão da Santa Maria:

*Já pode ser considerada uma construção do café, geratriz de outras, vindas com o progresso desconunal que o chamado ouro verde assumiu naquelas terras de excepcional produtividade. Ostenta um alpendre que não sabemos se era pertencente ao projeto original, pois há poucas notícias de acréscimos daquela dependência em velhas construções, acréscimos caros porque implicavam refazimento do telhado primitivo, já que os prolongos mineiros estavam completamente fora de moda. Em todo caso, sua planta, de tamanho desconunal, não tem compromissos com soluções anteriores, tanto mineiras como paulistas.<sup>37</sup>*

<sup>37</sup> LEMOS, C. A. C. *Op. cit.*, 1999, p. 215.

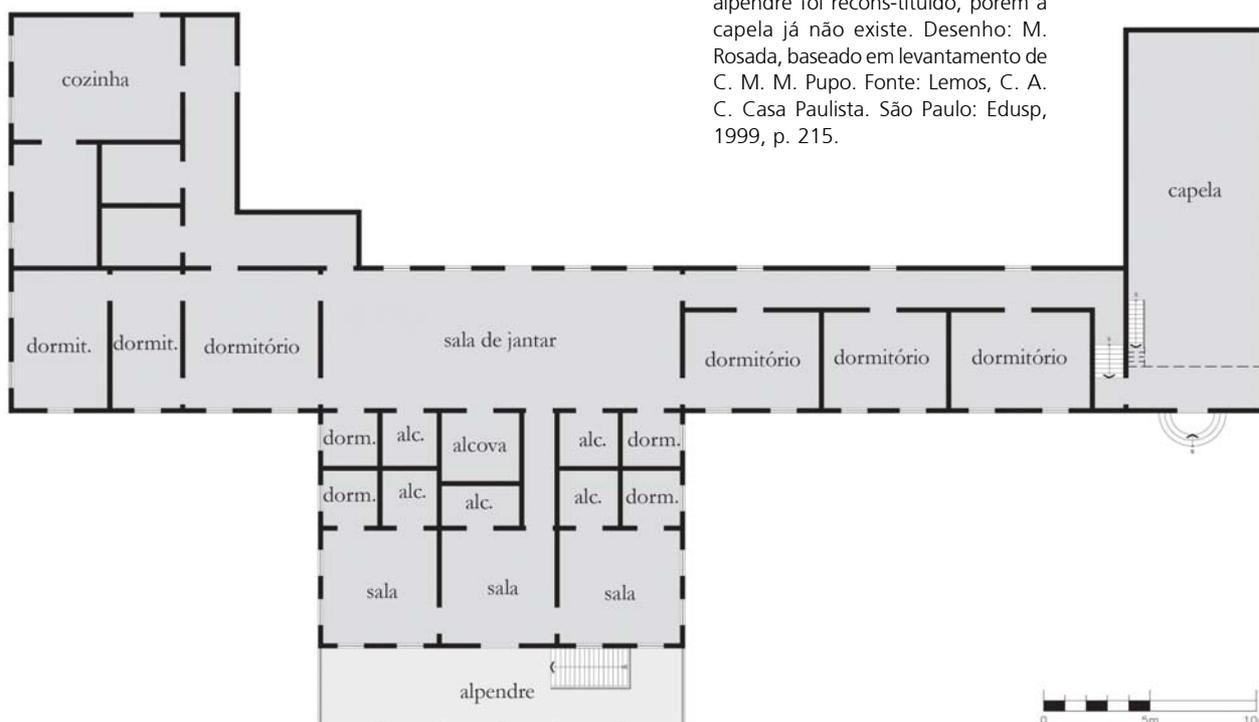


Figura 197 - Planta do casarão da fazenda Santa Maria, Campinas. O levantamento foi feito quando ainda existia a capela e o alpendre posterior havia sido fechado, constituindo um novo cômodo. Atualmente, o alpendre foi recons-tituído, porém a capela já não existe. Desenho: M. Rosada, baseado em levantamento de C. M. M. Pupo. Fonte: Lemos, C. A. C. Casa Paulista. São Paulo: Edusp, 1999, p. 215.

Esse casarão da Santa Maria, de dimensões monumentais, foi construído em declive acentuado, e para acomodá-lo usou-se a tradicional solução mineira de corte do terreno, seguro por muro de arrimo de pedra longitudinal à planta. Dessa maneira, a parte posterior da edificação foi assentada sobre a plataforma superior, possuindo um único pavimento, e a anterior ganhou o espaço sobrado do desnível que se dá entre essas duas plataformas, adquirindo então a configuração assobradada. No pavimento inferior estão os cômodos destinados, originalmente, à acomodação de hóspedes, além da guarda de mantimentos, tralhas de montaria, ferramentas, ou mesmo realização de alguns serviços, como foi comum naquelas épocas.

O acesso ao pavimento superior se dá por uma escada, apoiada na parede da fachada que alcança o alpendre. Esse alpendre chama a atenção por suas dimensões extremamente generosas. Dele, adentra-se a edificação pela grande porta central, com suas folhas duplas almofadadas, encimada por bandeira envidraçada em arco pleno. Todas as outras aberturas da edificação, portas e janelas, possuem um desenho mais tradicional, com vergas retas e folhas com consoeiras lisas consolidadas por travessas internas. As janelas do pavimento superior possuem, em sua parte externa, as características guilhotinas envidraçadas; as do pavimento inferior, por sua vez, ostentam o gradeamento muito utilizado à época, de madeira. Não há nenhum tipo de ornamentação nas fachadas, exceto o lambrequim situado nas vigas de sustentação do alpendre, entre as grossas pilastras. O desenho é limpo, a harmonia sendo conseguida através dos cheios e vazios de vãos e panos de parede, seguindo os padrões de proporção muito usados nas construções do século XIX.



Figura 198 - Aspecto parcial da fachada do casarão da fazenda Santa Maria, Campinas. Foto: V. Benincasa.

Figura 199 - Vista parcial do casarão da fazenda Santa Maria, vendo-se o corpo destacado, com alpendre fronteiro e o corpo posterior, Campinas. Foto: V. Benincasa.

Figura 200 - Aspecto do espaço resultante sob o alpendre frontal. Casarão da fazenda Santa Maria, Campinas. Foto: V. Benincasa.



Figura 201 (à esquerda, topo) - Detalhe das pilastras de sustentação do piso do alpendre frontal. Casarão da fazenda Santa Maria, Campinas. Foto: V. Benincasa.

Figura 202 (à esquerda) - Detalhe do forro, do pilar de madeira e da balastrada do alpendre frontal. Casarão da fazenda Santa Maria, Campinas. Foto: V. Benincasa.

Figura 203 (acima, topo) - Aspecto interno do alpendre frontal e da escadaria de acesso. Casarão da fazenda Santa Maria, Campinas. Foto: V. Benincasa.

Figura 204 (acima) - Aspecto da fachada posterior, já sem a capela. Casarão da fazenda Santa Maria, Campinas. Foto: V. Benincasa.



Figura 205 - O alpendre posterior reconstituído. Casarão da fazenda Santa Maria, Campinas. Foto: V. Benincasa.



Figura 206 - Aspecto do porão. As janelas internas gradeadas deviam ser a cômodos destinados à guarda de alimentos, como o sal, ou mesmo a objetos de valor, como as tralhas de montaria, armas, munição, etc. Casarão da fazenda Santa Maria, Campinas. Foto: V. Benincasa.



Figura 207- Outro aspecto do porão, onde podemos observar as grossas paredes de taipa de pilão. O gradeamento das janelas externas, no térreo e área de serviços, foi freqüente em casa de fazendas paulistas, até adiantado o século XIX. Casarão da fazenda Santa Maria, Campinas. Foto: V. Benincasa.

Cruzada a porta de entrada, encontramos novamente as três salas de frente, seguidas de dez alcovas. Logo depois, ocupando toda a largura desse corpo principal, aparece a vasta sala de jantar, com cerca de dezessete metros de comprimento. À direita dessa sala, fica uma ala contendo outros dormitórios e o anexo de serviços, que se prolonga aos fundos da construção. No outro lado, à esquerda, nova ala, percorrida na parte posterior por um corredor, que passa por três dormitórios e conduzia à capela. Assim como o anexo de serviços, a capela também se prolongava para os fundos da construção, configurando um pátio posterior, parcialmente fechado. Segundo Mello Pupo, era uma das poucas casas rurais que possuiu capela conjugada na região de Campinas.<sup>38</sup> Infelizmente, o casarão passou algumas décadas abandonado, e a capela, construída em taipa de mão, acabou ruindo.

<sup>38</sup> PUPO, C. M. de M. *Op. cit.*, 1983, p. 160.



Figura 208 (abaixo) - Aspecto do vestíbulo, com as portas com bandeiras envidraçadas bipartidas. Casarão da fazenda Santa Maria, Campinas. Foto: V. Benincasa.

Figura 209 (à direita, topo) - Corredor que fazia a ligação entre a sala de jantar e a capela. Casarão da fazenda Santa Maria, Campinas. Foto: V. Benincasa.

Figura 210 (à direita, centro) - A grande sala de jantar, com as várias portas de alcovas e dormitórios e do corredor que faz a ligação entre esse cômodo e o vestíbulo. Casarão da fazenda Santa Maria, Campinas. Foto: V. Benincasa.

Figura 211 (à direita, embaixo) - Detalhe do forro da sala de jantar: saia e camisa, arrematado por alisar. Casarão da fazenda Santa Maria, Campinas. Foto: V. Benincasa.



Internamente, não há, ou não restou, nenhum tipo de ornamentação original, se é que existiram, como pinturas parietais, por exemplo. O piso é assoalhado, feito com largas tábuas, e o forro utilizado é o do tipo saia e camisa, que nos principais cômodos ostenta o acabamento do alizar. As portas possuem folhas duplas, lisas, e ostentam bandeiras envidraçadas bipartidas. Todas as pinturas decorativas que existem na atualidade foram feitas durante as obras de restauro por que passou o casarão nos últimos anos.

A técnica construtiva empregada nesse casarão da fazenda Santa Maria foi a taipa de pilão nas paredes do porão, sobre embasamento de pedra. No pavimento superior, preferiu-se a taipa de mão, mais leve. No entanto, aqui, a estrutura de madeira foi escondida sob a argamassa, tanto interna, quanto externamente. Essa mescla de técnicas utilizadas

reflete a grande presença de mineiros numa região que, até o final do século XVIII, era ocupada maciçamente por paulistas, quando a tradição do emprego da taipa de pilão era muito forte. Passados mais de meio século de convivência entre os dois povos, as técnicas construtivas foram se adequando uma à outra, sendo ambas muito utilizadas, quase sempre numa mesma edificação.

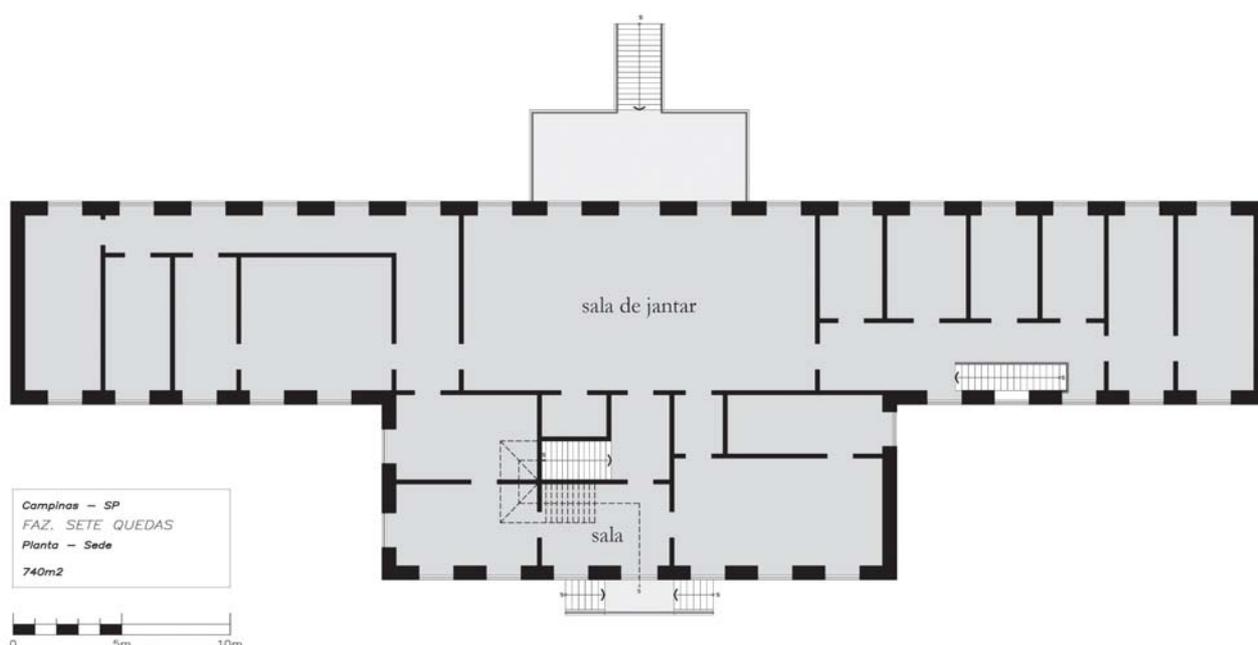
Muito semelhante à tipologia desse casarão, talvez até influenciado por ele, é a casa da fazenda Sete Quedas, também em Campinas. Construção provavelmente da década de 1870, foi mandada edificar pelo Visconde de Indaiatuba, o sr. Joaquim Bonifácio do Amaral. Segundo Mello Pupo:

*(...) o palácio de Sete Quedas, de taipa nas paredes externas e de pau-a-pique nas internas, e que tem, na*



Figura 212 - Casarão da fazenda Sete Quedas, Campinas. Desenho de José de Castro Mendes. Fonte: Mendes, J. E. T. *Lavoura Cafeeira Paulista (Velhas Fazendas do município de Campinas)*. São Paulo: Departamento Estadual de Informações, 1947.

Figura 213 - Planta do pavimento superior do casarão da fazenda Sete Quedas, Campinas, construída por volta de 1875. Desenho: M. Rosada, baseado em levantamento de C. M. M. Pupo. Fonte: Lemos, C. A. C. *Casa Paulista*. São Paulo: Edusp, 1999, p. 214.



*sua porta principal, as letras iniciais do nome do proprietário, Joaquim Bonifácio do Amaral, mais tarde Barão e Visconde de Indaiatuba. Construção suntuosa, de vastas proporções, tinha, como de hábito, o piso térreo destinado a serviços e depósitos, e a residência da família no segundo piso. O prédio, evitando alcovas ou reduzindo-as a duas pequeninas, se estende transversalmente, o que lhe dá ares de maior amplitude, elevando-o de categoria. Está conservado com o lindo parque fronteiro.*

Infelizmente, não tivemos a oportunidade de visitá-lo, mas observando algumas fotos e ilustrações, verificamos que se trata de exemplar já bastante influenciado pelas normas de uma arquitetura classicizante: uma simetria rígida, portas do pavimento inferior com arco pleno, uso de pestanas sobre as janelas, falsas pilastras, cimalthas e bandeiras com pinázios decorativos nas bandeiras das sete portas-balcão, do corpo central. Todos esses elementos decorativos, aliados a uma rigorosa composição e harmonia de proporções, garantem a esse casarão um alto grau de beleza.

Essa tipologia, no entanto, parece não ter tido uma grande difusão. Na região Central, assim como no Vale do Paraíba, predominaram os casarões de volumetria mais compacta, com planta em "L", cobertos com telhas capa e canal. Nas fazendas mais antigas, em geral, nem o alpendre frontal existiu, embora fosse um elemento comum nas casas de fazendas mineiras, cobertos com telhado de prolongo ou sob a cobertura da edificação. Nesse aspecto, essas velhas casas seguiram a tradição da arquitetura paulista, em que o alpendre era um elemento pouco usado.

Figura 214 - Aspecto do casarão da fazenda Palmeiras, Campinas, construção térrea, de fachada simples, porém simétrica. À direita, a senzala. Desenho de José de Castro Mendes. Fonte: Mendes, J. E. T. *Lavoura Cafeeira Paulista (Velhas Fazendas do município de Campinas)*. São Paulo: Departamento Estadual de Informações, 1947.





Figura 215 (à esquerda, topo) - Vista do casarão térreo da fazenda do Major Antônio Augusto da Fonseca, Itatiba. Fonte: AMARAL, Amadeu, et alli. *Almanach de Itatiba 1916*. Itatiba: Typographia d'A Reacção, 1916.

Figura 216 (à esquerda, centro) - Vista do casarão da fazenda São Joaquim, Itatiba. Foto: V. Benincasa.

Figura 217 (à esquerda) - Vista da lateral do casarão da fazenda São Joaquim, Itatiba. Aqui pode ser vista parte da alvenaria de taipa de pilão, onde a argamassa caiu. Foto: V. Benincasa.

Figura 218 (acima) - Detalhe dos cunhais e guarda-pó dos beirais, casarão da fazenda São Joaquim, Itatiba. Foto: V. Benincasa.

São casas assentadas no terreno de maneira a aproveitar o desnível, prevalecendo a solução mineira de implantação. Talvez um dos poucos exemplares que fogem a essa regra seja o casarão da fazenda Cana Verde, em Itu, localidade de forte tradição arquitetônica paulista, na qual as casas rurais eram construídas em um único pavimento, em terraplenos que corrigiam o desnível: assim foi construída essa casa, sobre porão baixo, em 1881, por Francisco Corrêa Leite. A técnica construtiva, porém, foi a taipa de mão, com embasamento de pedra.



Figura 219 (à esquerda, topo) - Casarão da faz. Cana Verde, Itu. Originalmente, o alpendre fronteiro não existia. Foto: V. Benincasa.

Figura 220 (à esquerda, abaixo) - Bandeira da porta de entrada, com a data de construção e as iniciais do então proprietário: FCL-1881. Casarão da faz. Cana Verde, Itu. Foto: V. Benincasa.

Figura 221 (acima, topo) - Aspecto da sala de jantar, que foi conservada sem forro, como era originalmente. Casarão da fazenda Cana Verde, Itu. Foto: V. Benincasa.



Figura 222 (acima, topo) - Outro aspecto da sala de jantar. Casarão da fazenda Cana Verde, Itu. Foto: V. Benincasa.

Figura 223 (acima, centro) - Vista da sucessão de portas entre os cômodos da faixa fronteira, a partir da sala de jantar, a seguir o vestibulo, e outra sala ao fundo. O curioso, nessa edificação, é a sala de jantar tomar toda a largura do corpo principal da edificação, tendo janelas voltadas tanto para a fachada, quanto para os fundos. Uma solução incomum, talvez resquícios da sala da casa bandeirista, que se voltava para os alpendres fronteiro e posterior. Fazenda Cana Verde, Itu. Foto: V. Benincasa.

Figura 224 (à direita, topo) - Fachada do casarão da fazenda Dona Carolina, Bragança Paulista, observar a simetria, das aberturas do pavimento superior. Foto: V. Benincasa.



Figura 225 (à direita, ao centro) - Janela da fachada lateral, vista do interior. Casarão da fazenda Dona Carolina, Bragança Paulista. Foto: V. Benincasa.

Figura 226 (à direita, inferior) - Detalhe da bandeira de janela da fachada principal. Casarão da fazenda Dona Carolina, Bragança Paulista. Foto: V. Benincasa.



Figura 227 (acima) - Detalhe da fachada do casarão da fazenda Dona Carolina, Bragança Paulista, com porta central com bandeira protegida por gradil de ferro, ladeada por janelas com guilhotinas externas. Foto: V. Benincasa.

Figura 228 (à direita, topo) - Detalhe da bandeira da porta principal, com data de construção: 1872. Fazenda Dona Carolina, Bragança Paulista. Foto: V. Benincasa.

Figura 229 (à direita, centro) - Vista lateral do casarão da fazenda Dona Carolina, Bragança Paulista, com o belo jardim de canteiros sinuosos e fontes. Foto: V. Benincasa.

Figura 230 (à direita) - Vista do muro e gradil de proteção dos jardins, na lateral da fachada do casarão da fazenda Dona Carolina, Bragança Paulista. Foto: V. Benincasa.



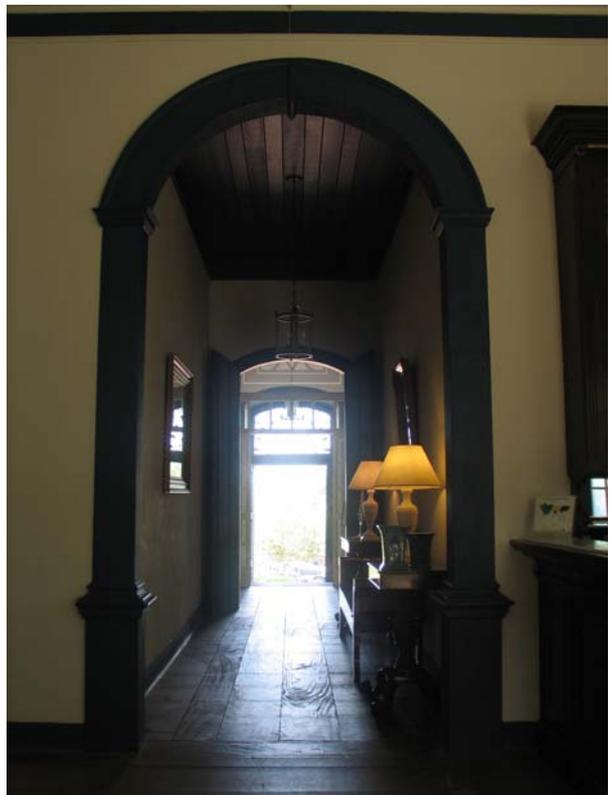


Figura 231 (acima, topo) - Detalhe da bandeira de porta da sala de visitas. Casarão da fazenda Dona Carolina, Bragança Paulista. Foto: V. Benincasa.

Figura 232 (acima) - Sala de visitas, casarão da fazenda Dona Carolina, Bragança Paulista. Foto: V. Benincasa.

Figura 233 (à direita, topo) - Detalhe do forro da sala de visitas do casarão da fazenda Dona Carolina, Bragança Paulista. Foto: V. Benincasa.

Figura 234 (à direita) - Corredor central que leva da porta de entrada à sala de jantar, passando por salas e dormitórios. Casarão da fazenda Dona Carolina, Bragança Paulista. Foto: V. Benincasa.



No desenho de fachada, já se podem perceber características que refletem uma ampla aceitação de alguns dos ensinamentos do neoclassicismo, introduzido no Brasil em princípios do século XIX. Nelas predominou o rigor da simetria, tendo no eixo a porta de entrada, quase sempre encimada por bandeira em arco pleno, envidraçada e protegida por gradil de ferro forjado, ladeada por janelas. A caixilharia, por vezes, apresenta desenhos bastante elaborados, com a utilização de vidros coloridos nas bandeiras, e ostentando invariavelmente as folhas envidraçadas na parte externa, como por exemplo, as do

casarão da fazenda Engenho das Palmeiras, em Itapira, e Fazenda Floresta, em Itu, e Dona Carolina, em Bragança Paulista, que são alguns dos exemplares mais sofisticados da região. Curiosas pela simplicidade e pelo inusitado do desenho resultante, são as janelas do casarão da fazenda Vanguarda, em Amparo, sobre as quais foram aplicados tímpanos triangulares de madeira, formando uma espécie de falsa bandeira, num provável desejo de criar uma solução formal um pouco diferenciada. Esse pequeno detalhe acaba por lhe conferir um aspecto singular entre os casarões da região.

Figura 235 - Fachada do casarão da fazenda Engenho das Palmeiras, Itapira. Notar o gracioso desenho dos pinázios de janelas, o gradil da bandeira e o entalhe nos batentes da porta principal. Foto: V. Benincasa.

Figura 236 - Planta do casarão da fazenda Engenho das Palmeiras, Itapira. Levantamento: V. Benincasa e M. Rosada. Desenho: M. Rosada.

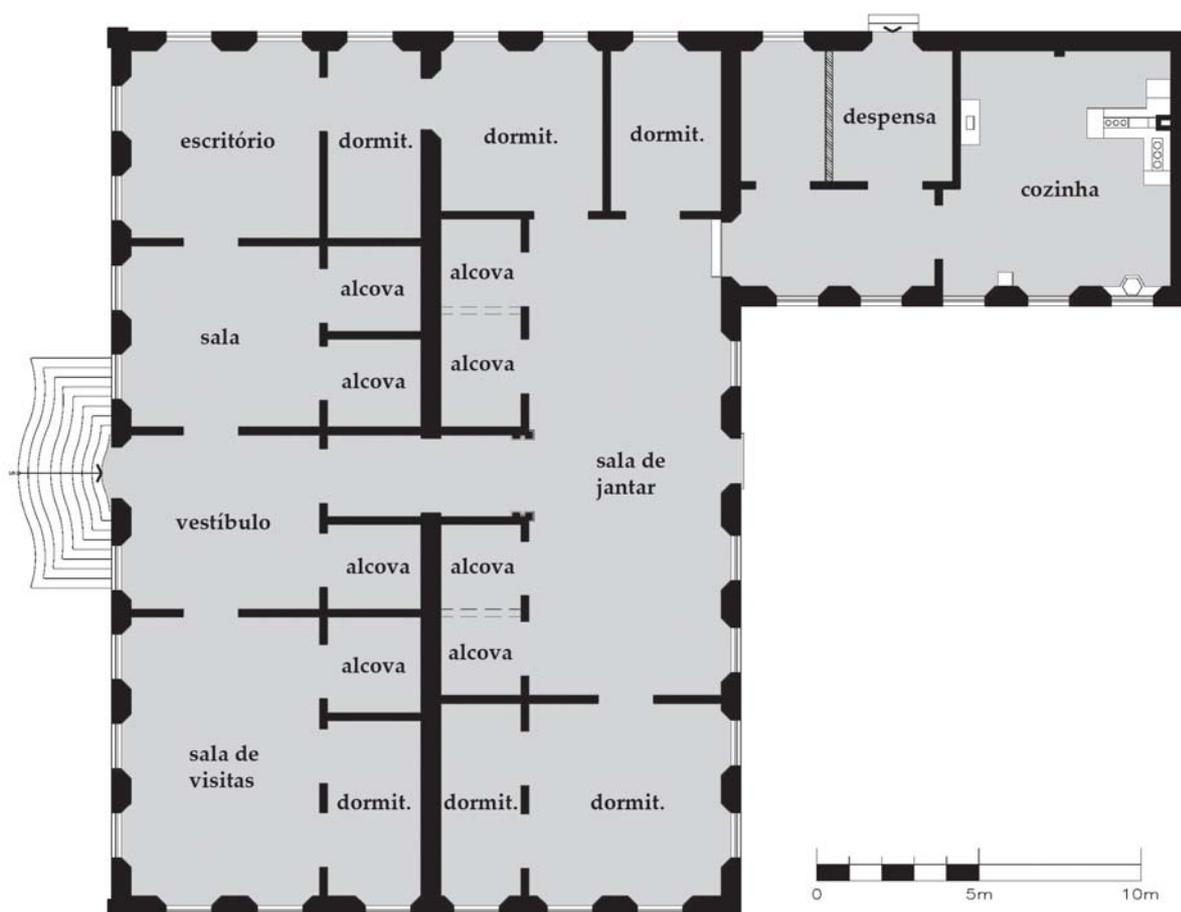




Figura 237 (acima, topo) - Aspecto da fachada do casarão da fazenda Engenho das Palmeiras, Itapira. Foto: V. Benincasa.

Figura 238 (acima) - Detalhe de falsa pilastra aplicada à taipa de pilão. Notar a pintura, e os dentículos. Casarão da fazenda Engenho das Palmeiras, Itapira. Foto: V. Benincasa.

Figura 239 (acima, topo) - Aspecto da fachada lateral do casarão da fazenda Engenho das Palmeiras, Itapira. Além do muro fica o jardim fronteiro, aquêm, o pomar. Foto: V. Benincasa.

Figura 240 (acima) - Aspecto da fachada posterior do casarão. Aos fundos o anexo de serviços. Fazenda Engenho das Palmeiras, Itapira. Foto: V. Benincasa.



Figura 241 (à esquerda, topo) - Aspecto da fachada lateral do casarão. Fazenda Engenho das Palmeiras, Itapira. Foto: V. Benincasa.

Figura 242 (à esquerda) - Aspecto da fachada do anexo de serviços, voltada para o pomar. Fazenda Engenho das Palmeiras, Itapira. Foto: V. Benincasa.

Figura 243 (acima, topo) - Aspecto do forro do vestíbulo, decorado com pinturas. Casarão da fazenda Engenho das Palmeiras, Itapira. Foto: V. Benincasa.

Figura 244 (acima) - Vestíbulo, com paredes e folhas de portas ricamente decoradas com pinturas. Casarão da fazenda Engenho das Palmeiras, Itapira. Foto: V. Benincasa.



Figura 245 (acima, topo) - Sala de visitas, com paredes, assoalho, forro e folhas de portas e janelas decoradas com pinturas. Guarda ainda parte do mobiliário original. Casarão da fazenda Engenho das Palmeiras, Itapira. Foto: V. Benincasa.

Figura 246 (acima) - Canto da sala de visitas, com o velho piano. Observar as folhas de janela decoradas. Casarão da fazenda Engenho das Palmeiras, Itapira. Foto: V. Benincasa.



Figura 247 (acima, topo) - Porta de dormitório e alcova voltados para a sala de visitas. Notar a bela decoração das folhas e batentes das portas, o espelho de cristal. Casarão da fazenda Engenho das Palmeiras, Itapira. Foto: V. Benincasa.

Figura 248 (acima) - Detalhe da pintura de parede, imitando papel, na sala de visitas. Casarão da fazenda Engenho das Palmeiras, Itapira. Foto: V. Benincasa.



Figura 249 (acima) - Detalhe de quadro a óleo, retratando a fazenda em 1900, de autoria de Guido Ducci. Faz parte da decoração da sala de visitas. Casarão da fazenda Engenho das Palmeiras, Itapira. Foto: V. Benincasa.

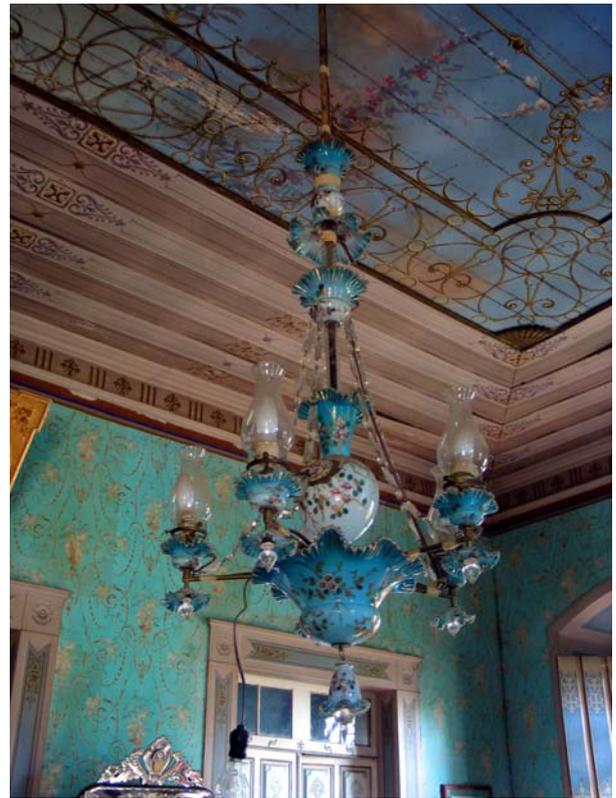


Figura 250 (à direita, topo) - Lustre da sala de visitas. Casarão da fazenda Engenho das Palmeiras, Itapira. Foto: V. Benincasa.



Figura 251 (à direita, centro) - Vista parcial do forro da sala de visitas, com pintura decorativa simulando um gradil, através do qual se vê alguns galhos de árvores e a abóbada celeste. Casarão da fazenda Engenho das Palmeiras, Itapira. Foto: V. Benincasa.

Figura 252 (à direita) - Outro aspecto do forro da mesma sala. Casarão da fazenda Engenho das Palmeiras, Itapira. Foto: V. Benincasa.





Figura 253 (acima) - Detalhe do forro decorado da sala de visitas. Fazenda Engenho das Palmeiras, Itapira. Foto: V. Benincasa.

Figura 254 (à direita, topo) - Saleta, situada entre o vestíbulo e o escritório. As paredes são forradas com papel importado. Casarão da fazenda Engenho das Palmeiras, Itapira. Foto: V. Benincasa.

Figura 255 (à direita) - Forro decorativo da mesma saleta, com o belo lustre. Casarão da fazenda Engenho das Palmeiras, Itapira. Foto: V. Benincasa.





Figura 256 (acima, topo) - Escritório, hoje utilizado como dormitório. Fazenda Engenho das Palmeiras, Itapira. Foto: V. Benincasa.

Figura 257 (acima) - Piso assoalhado do escritório, onde foi aplicado um verniz, criando uma camada decorativa. Casarão da fazenda Engenho das Palmeiras, Itapira. Foto: V. Benincasa.

Figura 258 (acima, topo) - Detalhe do piso do escritório. Casarão da fazenda Engenho das Palmeiras, Itapira. Foto: V. Benincasa.

Figura 259 (acima) - Detalhe de pintura *trompe l'oeil* sobre a porta de entrada do escritório. Casarão da fazenda Engenho das Palmeiras, Itapira. Foto: V. Benincasa.



Figura 260 (à esquerda, topo) - Detalhe de pintura do escritório, simbolizando a justiça. Casarão da fazenda Engenho das Palmeiras, Itapira. Foto: V. Benincasa.

Figura 261 (à esquerda) - Outra pintura do mesmo escritório. Casarão da fazenda Engenho das Palmeiras, Itapira. Foto: V. Benincasa.

Figura 262 (acima) - Gônil existente no escritório. Casarão da fazenda Engenho das Palmeiras, Itapira. Foto: V. Benincasa.



Figura 263 (à esquerda, topo) - Forro decorativo do escritório, com o belo lustre. O medalhão central foi pintado em tela, na França, e aplicado sobre o forro. Casarão da fazenda Engenho das Palmeiras, Itapira. Foto: V. Benincasa.

Figura 264 (à esquerda, centro) - Detalhe do forro decorativo do escritório. Casarão da fazenda Engenho das Palmeiras, Itapira. Foto: V. Benincasa.

Figura 265 (à esquerda) - Medalhão central do forro do escritório. Casarão da fazenda Engenho das Palmeiras, Itapira. Foto: V. Benincasa.

Figura 266 (acima) - Forro e paredes de alcova junto à sala de visitas. Casarão da fazenda Engenho das Palmeiras, Itapira. Foto: V. Benincasa.



Figura 267 (acima, topo) - Arandela a gás de acetileno. Dormitório voltado para a sala de visitas, casarão da fazenda Engenho das Palmeiras, Itapira. Foto: V. Benincasa.

Figura 268 (acima) - Arandela que a gás de acetileno, situada no corredor central do casarão, que une o vestíbulo à sala de jantar. Casarão da fazenda Engenho das Palmeiras, Itapira. Foto: V. Benincasa.

Figura 269 (à direita, topo) - Detalhe do forro e arcos no corredor central. Casarão da fazenda Engenho das Palmeiras, Itapira. Foto: V. Benincasa.

Figura 270 (à direita, centro) - Detalhe de arcos do corredor central, vistos da sala de jantar. Casarão da fazenda Engenho das Palmeiras, Itapira. Foto: V. Benincasa.

Figura 271 (à direita) - Corredor central, com paredes revestidas por pintura imitando mármore, com falsa tela, pintada diretamente na parede. Casarão da fazenda Engenho das Palmeiras, Itapira. Foto: V. Benincasa.





Figura 272 (acima) - Corredor central, visto da sala de jantar. Casarão da fazenda Engenho das Palmeiras, Itapira. Foto: V. Benincasa.

Figura 273 (abaixo) - Aspecto geral da sala de jantar. Casarão da fazenda Engenho das Palmeiras, Itapira. Foto: V. Benincasa.



Figura 274 (acima) - Detalhe da sala de jantar, com portas de alcovas. Notar a decoração pictórica nas paredes e portas. Casarão da fazenda Engenho das Palmeiras, Itapira. Foto: V. Benincasa.





Figura 275 (acima) - Lavabo da sala de jantar. Casarão da fazenda Engenho das Palmeiras, Itapira. Foto: V. Benincasa.

Figura 276 (acima, à direita) - Outro aspecto da sala de jantar. Casarão da fazenda Engenho das Palmeiras, Itapira. Foto: V. Benincasa.



Figura 277 (abaixo, à esquerda) - Detalhe de decoração pictórica na sala de jantar. Casarão da fazenda Engenho das Palmeiras, Itapira. Foto: V. Benincasa.

Figura 278 (abaixo, centro) - Outro detalhe de decoração pictórica na sala de jantar. Casarão da fazenda Engenho das Palmeiras, Itapira. Foto: V. Benincasa.

Figura 279 (abaixo, à direita) - Gancho de parede, numa das portas de alcova que se abrem para a sala de jantar. Casarão da fazenda Engenho das Palmeiras, Itapira. Foto: V. Benincasa.



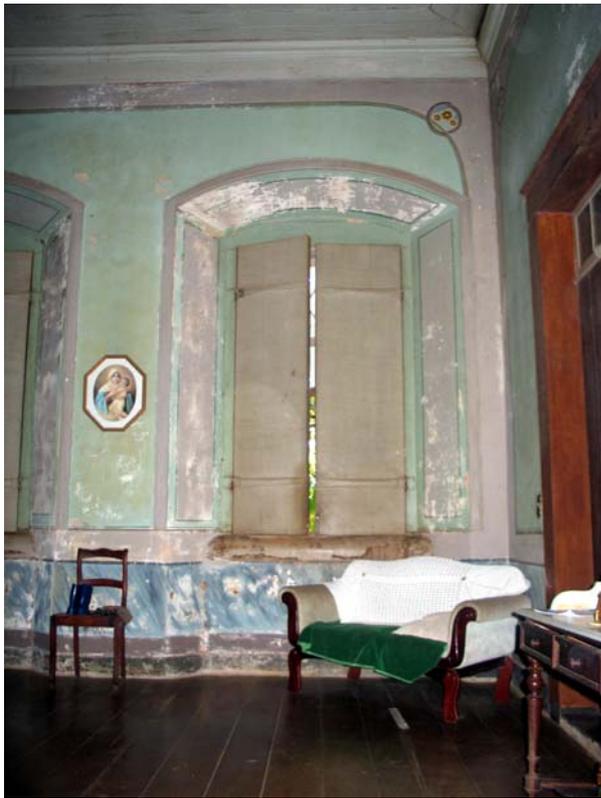


Figura 280 (à esquerda, topo) - Aspecto de dormitório voltado aos fundos do casarão,. situado na extremidade da sala de jantar Casarão da fazenda Engenho das Palmeiras, Itapira. Foto: V. Benincasa.

Figura 281 (à esquerda, centro) - Arandela a gás de acetileno, situada em dormitório voltado para o pátio lateral. Casarão da fazenda Engenho das Palmeiras, Itapira. Foto: V. Benincasa.

Figura 282 (à esquerda, embaixo) - Detalhe de decoração pictórica do mesmo dormitório. Casarão da fazenda Engenho das Palmeiras, Itapira. Foto: V. Benincasa.

Figura 283 (acima) - Outro detalhe de decoração pictórica do mesmo dormitório. Casarão da fazenda Engenho das Palmeiras, Itapira. Foto: V. Benincasa.



Figura 284 (à esquerda, topo) - Dormitório situado na face voltada para o pátio lateral. Casarão da fazenda Engenho das Palmeiras, Itapira. Foto: V. Benincasa.

Figura 285 (à esquerda, centro) - Outro aspecto do dormitório anterior. A pintura das paredes impressiona pela riqueza e delicadeza de detalhes. Casarão da fazenda Engenho das Palmeiras, Itapira. Foto: V. Benincasa.

Figura 286 (à esquerda)- Detalhe de fechadura e maçaneta da porta vista na foto anterior. Casarão da fazenda Engenho das Palmeiras, Itapira. Foto: V. Benincasa.

Figura 287 (acima) - Detalhe do lustre do mesmo dormitório, que funcionava a gás de acetileno. Casarão da fazenda Engenho das Palmeiras, Itapira. Foto: V. Benincasa.



Figura 288 (acima, topo) - Decoração pictórica do forro do dormitório das fotos anteriores: um bellissimo rendilhado. Casarão da faz. Eng. das Palmeiras, Itapira. Foto: V. Benincasa.

Figura 289 (acima) - Detalhe de decoração pictórica de alcova voltada para a sala de jantar. Notar a taipa de mão aparecendo. Casarão da fazenda Engenho das Palmeiras, Itapira. Foto: V. Benincasa.

Figura 290 (acima, topo) - Aspecto da cozinha. Casarão da fazenda Engenho das Palmeiras, Itapira. Foto: V. Benincasa.

Figura 291 (acima) - Pote de água. Cozinha do casarão da fazenda Engenho das Palmeiras, Itapira. Foto: V. Benincasa.

Outros elementos que se popularizaram no século XIX, através da difusão do neoclassicismo, aparecem com freqüência, como as falsas pilastras marcando os cunhais; as pestanas sobre janelas; a presença de porão, mesmo nas partes em que a edificação se apresenta com um único pavimento, com as tradicionais gateiras, para a ventilação e proteção do piso assoalhado; além de cimalthas de alvenaria ou de madeira, junto aos beirais.

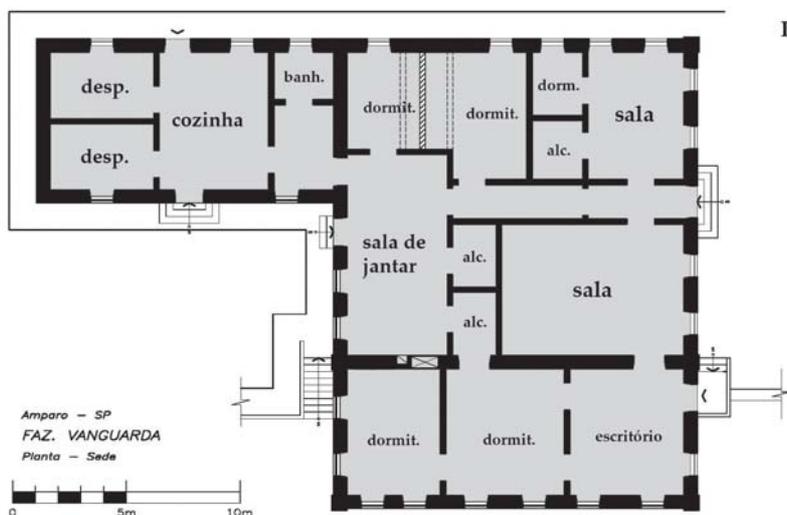
A simplicidade de algumas fachadas por vezes era quebrada pela presença de uma escadaria à frente da porta central, proporcionando uma diferenciação na monotonia de suas fachadas. Digna de menção é a escadaria de pedra lavrada de desenho bastante requintado, com degraus esparramando-se em três direções, da casa do Engenho das Palmeiras. Certamente um exemplo raro na região Central, pois a maioria possui desenhos mais simples, com um ou

dois lances de degraus paralelos à fachada. Somente ao final do século XIX, com a difusão da corrente eclética, é que desenhos mais elaborados surgiriam.

A partir da década de 1870, tornaram-se mais comuns as casas alpendradas nessa região. Alpendres quase sempre com função puramente ornamental, sem o objetivo de proteger as paredes da insolação, proporcionando um ambiente mais agradável no interior. Também não configuram um local abrigado de intempéries, pela sua alta cobertura. Ostentam colunas ou pilares bem torneados, em madeira, belos guarda-corpos, e são apoiados em pilastras ou colunas de alvenaria de tijolo ou pedra, de gosto clássico. Em geral são estreitos, pouco convidativos a uma longa permanência; podemos dizer que são, antes de qualquer coisa, postos de observação.

Figura 292 - Fachada do casarão da fazenda Vanguarda, Amparo. Foto: V. Benincasa.

Figura 293 - Planta do casarão da fazenda Vanguarda, Amparo. Desenho de C. Corsi, baseado em levantamento dos arquitetos A. L. Dias de Andrade e Luís Alberto, de 1973, pertencentes ao acervo do Condephaat.



Pavimento Superior

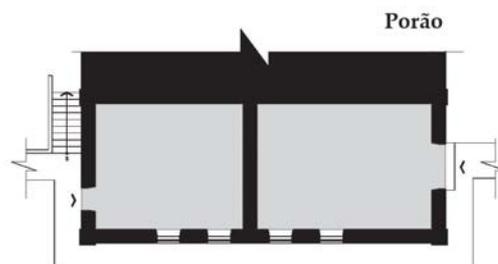




Figura 294 (acima, topo) - Vista do pátio de serviços, aos fundos do casarão da fazenda Vanguarda, Amparo. Foto: V. Benincasa.

Figura 295 (acima) - Fachada lateral do casarão, com janelas gradeadas no pavimento inferior e com aplicação de tímpanos triangulares sobre as aberturas do pavimento superior. Fazenda Vanguarda, Amparo. Foto: V. Benincasa.

Figura 296 (à direita, centro) - Detalhe da fachada do casarão da fazenda Vanguarda, Amparo. Foto: V. Benincasa.

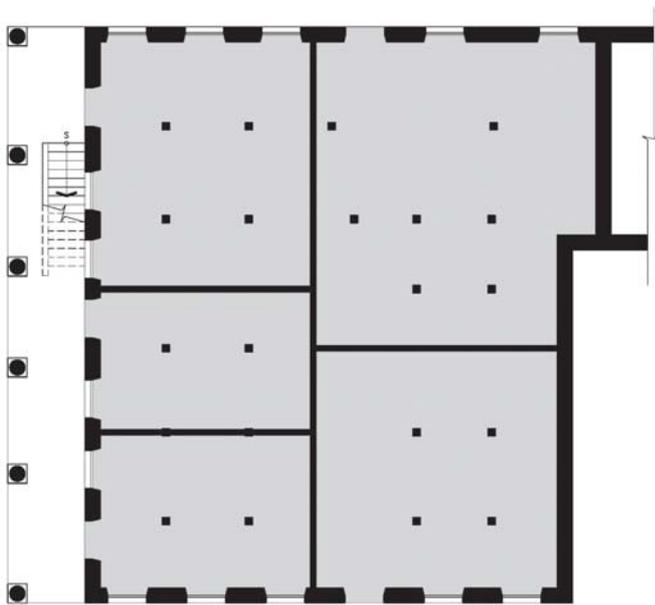
Figura 297 (à direita) - Aspecto da sala de jantar, vendo-se o armário embutido e um pequeno oratório, também embutido, casarão da fazenda Vanguarda, Amparo. Foto: V. Benincasa.



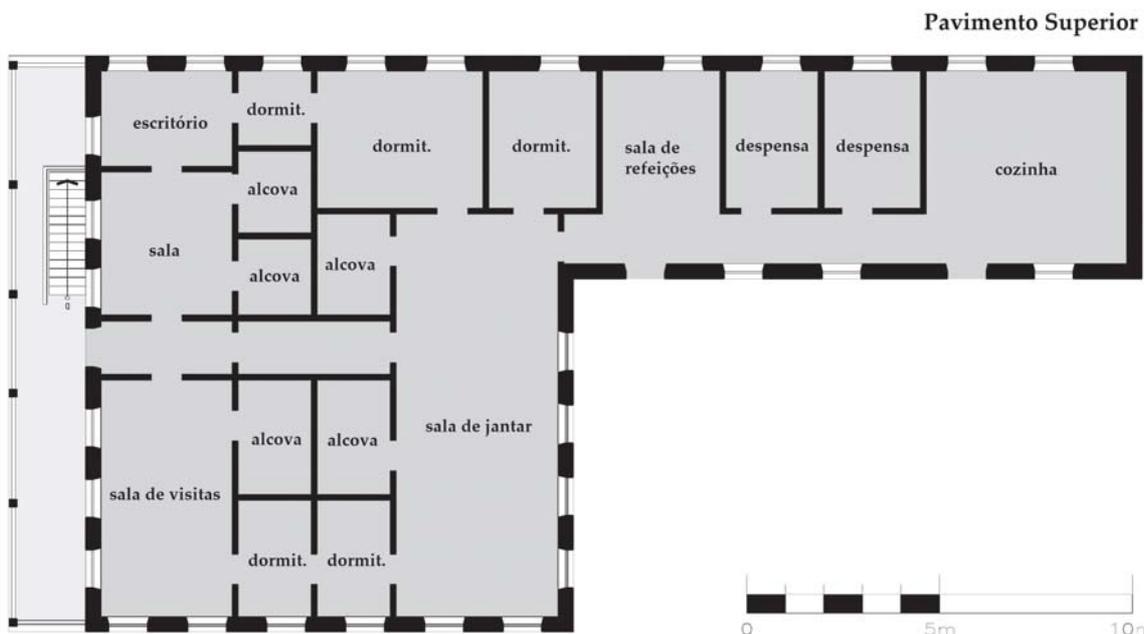
Figura 298 - Fachada do casarão da fazenda São Sebastião, Amparo. É um belo exemplar de casarão alpendrado. Construído na década de 1880. Foto: V. Benincasa.



Figura 299 - Planta do casarão da fazenda São Sebastião, Amparo. Desenho de C. Corsi, baseado em levantamento dos arquitetos A. L. Dias de Andrade e Luís Alberto, de 1973, pertencentes ao acervo do Condephaat.



Porão



Pavimento Superior



Figura 300 (à esquerda, topo) - Vista da lateral do casarão da fazenda São Sebastião, Amparo. Foto: V. Benincasa.

Figura 301 (à esquerda) - Corredor frontal sob o alpendre. Casarão da fazenda São Sebastião, Amparo. Foto: V. Benincasa.

Figura 302 (acima, topo) - Escadaria de acesso ao alpendre. Casarão da fazenda São Sebastião, Amparo. Foto: V. Benincasa.

Figura 303 (acima) - Detalhe de bandeira de porta de entrada ao pavimento inferior. Casarão da fazenda São Sebastião, Amparo. Foto: V. Benincasa.



Figura 304 (acima, topo) - Interior do porão. Casarão da fazenda São Sebastião, Amparo. Foto: V. Benincasa.

Figura 305 (acima) - Casarão da fazenda Ermida, Jundiá, no início do século XX. Casa não alpendrada com acesso ao pavimento principal por escadaria existente no piso inferior. Acervo da Fazenda Ermida.



Figura 306 (acima, topo) - Aspecto atual da face posterior do casarão da faz. Ermida, Jundiá. Assentada sobre o desnível do terreno, a fachada dos fundos tem o aspecto de edificação térrea. Foto: V. Benincasa.

Figura 307 (acima, centro) - Aspecto atual da fachada do casarão, fazenda Ermida, Jundiá. Foto: V. Benincasa.

Figura 308 (acima) - Casarão da fazenda Pereiras, Itatiba. Foto: V. Benincasa.



Figura 309 (acima, topo) - Detalhe de porta de acesso ao pavimento inferior. Casarão da fazenda Pereiras, Itatiba. Foto: V. Benincasa.

Figura 310 (acima) - Detalhe de guarda-corpo da escadaria frontal, com as iniciais de antigo proprietário: Lourenço Alves Cardoso. Casarão da fazenda Pereiras, Itatiba. Foto: V. Benincasa.

Figura 311 (à direita, topo) - Detalhe de bandeira da porta principal. Casarão da fazenda Pereiras, Itatiba. Foto: V. Benincasa.

Figura 312 (à direita, centro) - Vista dos fundos do casarão da fazenda Pereiras, Itatiba, que adotou a tradicional planta em "L". Foto: V. Benincasa.

Figura 313 (à direita) - Porta de acesso ao jardim "espanhol", na lateral do casarão da fazenda Pereiras, Itatiba. Foto: V. Benincasa.



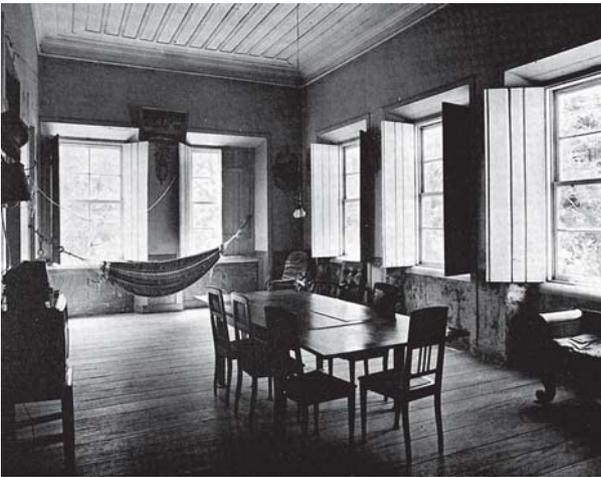


Figura 314 (acima, topo) - Fachada do casarão da fazenda Santa Leopoldina, Itatiba. Foto: Antonio Carlos Bellia. Fonte: *Cadernos de Fotografia nº 5 – Fazendas do Ciclo do Café, Região de Campinas*. São Paulo: Secretaria de estado da Cultura, s/d.

Figura 315 (acima) - Aspecto interno da sala de jantar do casarão da fazenda Santa Leopoldina, Itatiba. A casa com alvenaria em taipa de pilão, apesar das alterações no modo de vida, a permanência de velhos hábitos, como o uso da rede de dormir. Ganchos de rede são muito comuns nessas salas, inclusive nas casa mais recentes, de gosto eclético, do final do século XIX. Foto: Antonio Carlos Bellia. Fonte: *Cadernos de Fotografia nº 5 – Fazendas do Ciclo do Café, Região de Campinas*. São Paulo: Secretaria de estado da Cultura, s/d

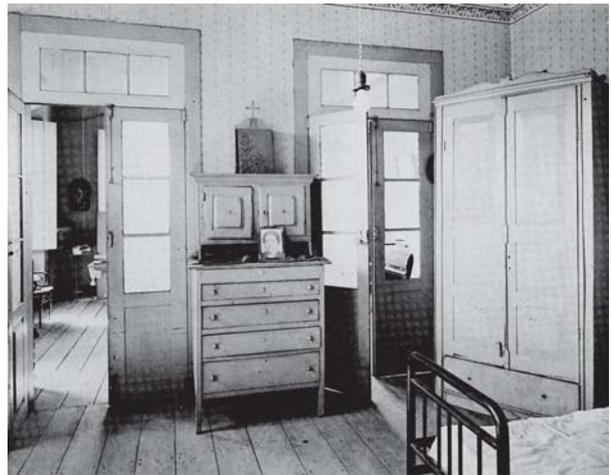
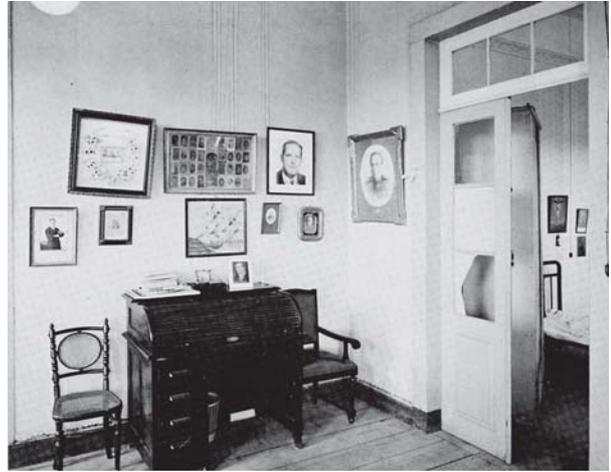


Figura 316 (acima, topo) - Aspecto interno do escritório do casarão da fazenda Santa Leopoldina, Itatiba. Foto: Antonio Carlos Bellia. Fonte: *Cadernos de Fotografia nº 5 – Fazendas do Ciclo do Café, Região de Campinas*. São Paulo: Secretaria de estado da Cultura, s/d.

Figura 317 (acima) - Aspecto interno de um dormitório do casarão da fazenda Santa Leopoldina, Itatiba. Notar as portas envidraçadas, a pintura nas paredes, as tábuas do assoalho com corte regular: exemplos de um acabamento mais apurado. Foto: Antonio Carlos Bellia. Fonte: *Cadernos de Fotografia nº 5 – Fazendas do Ciclo do Café, Região de Campinas*. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, s/d.

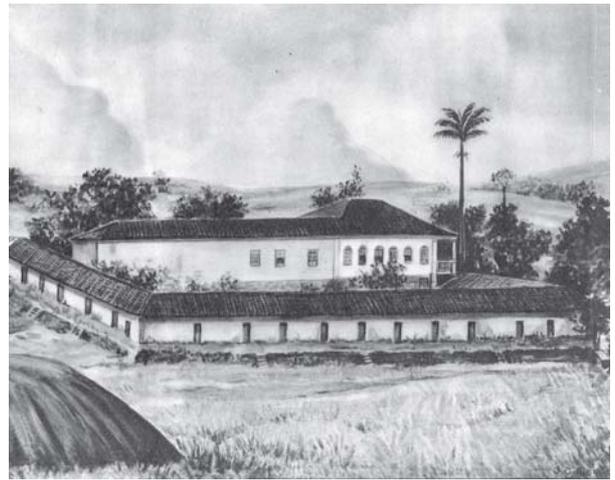


Figura 318 - Aspecto do casarão da fazenda Três Pedras, Campinas, construção parcialmente assobradada, com alpendre na fachada simétrica. Em primeiro plano, a senzala. Desenho de José de Castro Mendes. Fonte: Mendes, J. E. T. *Lavoura Cafeeira Paulista (Velhas Fazendas do município de Campinas)*. São Paulo: Departamento Estadual de Informações, 1947.

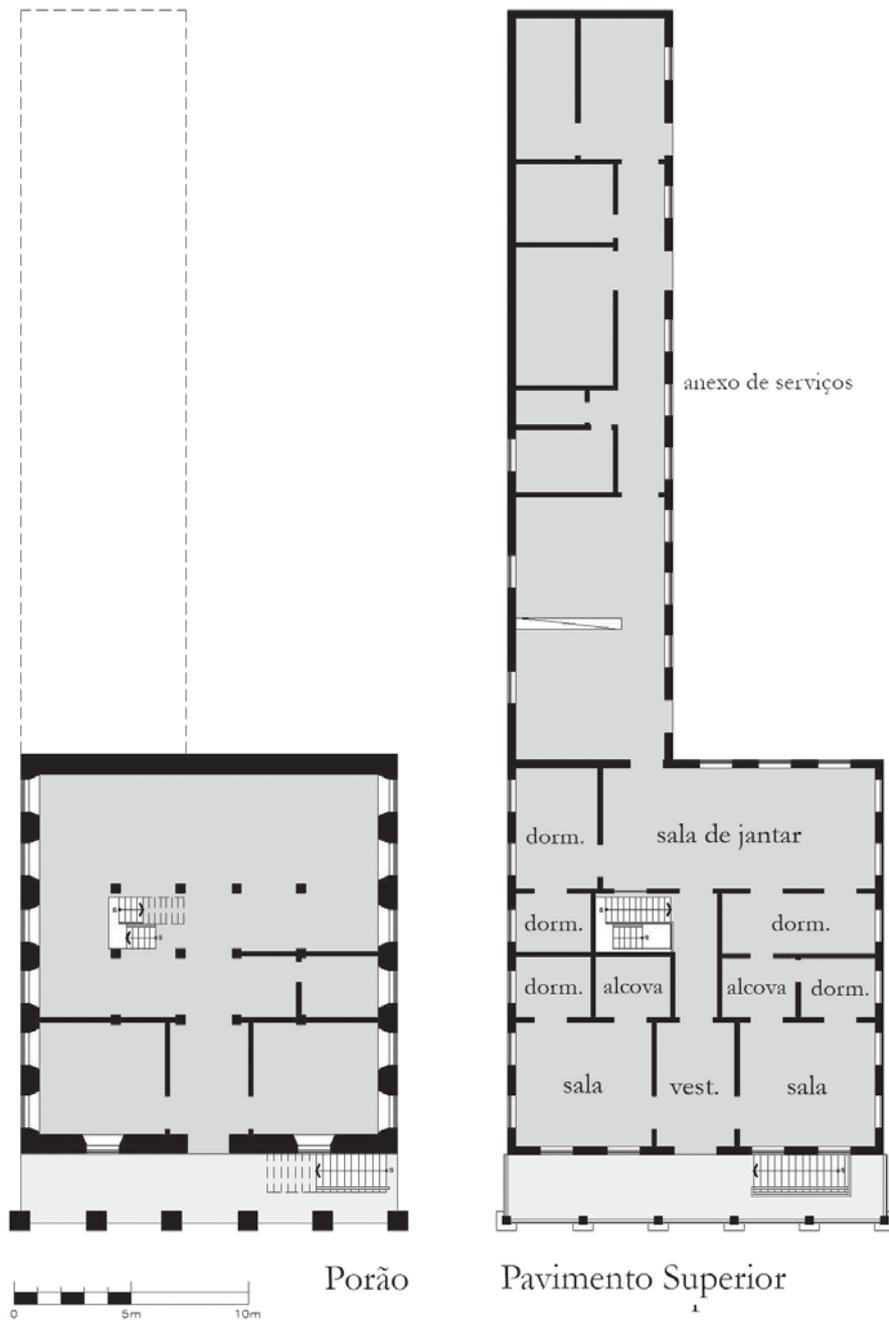


Figura 319 - Planta do casarão da fazenda Três Pedras, Campinas, de cerca de 1875. Notar a grande área de serviços e a presença do alpendre fronteiro. Essa configuração seria muito usual, durante o ciclo do café. Foto: V. Benincasa.



Figura 320 (acima, topo) - Aspecto do casarão da fazenda Bocaina, Campinas, construção parcialmente assobradada, com alpendre recobrindo apenas as três aberturas centrais, Fachada simétrica. Aos fundos, a senzala. Desenho de José de Castro Mendes. Fonte: Mendes, J. E. T. *Lavoura Cafeeira Paulista (Velhas Fazendas do município de Campinas)*. São Paulo: Departamento Estadual de Informações, 1947.

Figura 321 (acima) - Casarão da fazenda Santa Luzia, Campinas, construção parcialmente assobradada, com alpendre na fachada. Desenho de José de Castro Mendes. Fonte: Mendes, J. E. T. *Lavoura Cafeeira Paulista (Velhas Fazendas do município de Campinas)*. São Paulo: Departamento Estadual de Informações, 1947.



Figura 322 (acima) - Casarão da fazenda Santa Francisca do Camandocaia, Campinas. A fachada assemelha-se bastante ao corpo principal da fazenda Santa Maria, do mesmo município. Notar a disposição diferenciada das colunas de sustentação do alpendre, intercaladas por dois esteios de madeira. Desenho de José de Castro Mendes. Fonte: Mendes, J. E. T. *Lavoura Cafeeira Paulista (Velhas Fazendas do município de Campinas)*. São Paulo: Departamento Estadual de Informações, 1947.

A disposição interna dos cômodos, nessas casas com planta em “L”, que podem ser assobradadas ou térreas, é muito semelhante àquelas do Vale do Paraíba. Houve uma permanência na distribuição geral de funções e atividades internas, no entanto, através de relatos de alguns viajantes, podemos ressaltar algumas particularidades que as distinguem, como por exemplo, o costume de deixar parte do piso da sala de jantar, ou varanda, como era chamado esse cômodo na época, em terra batida, ou então recoberto por tijolos. Aí, se acendiam fogueiras nas noites de frio, ao redor das quais as pessoas se reuniam para conversar e desenvolver atividades domésticas. Como não havia nenhum sistema de exaustão de fumaça, como as chaminés, essas salas eram total ou parcialmente desprovidas de forro, para que a fumaça se dispersasse pelos vãos existentes entre as telhas. Esse costume acabou sendo perdido, principalmente depois da adoção dos fogões com chaminés, muito difundidos com a chegada dos imigrantes europeus. Nos exemplares remanescentes que encontramos na região, somente na casa da fazenda Cana Verde ainda se pode ver a sala de jantar sem forro, uma opção dos atuais proprietários para mantê-la no seu aspecto original, embora o piso já tenha sido inteiramente assoalhado.

Outra característica é que as alcovas vão lentamente desaparecendo das plantas dessas casas; quanto mais tardias, menos aparecem esses cômodos sem iluminação. A sua manutenção se devia mais à crença de que os partos deveriam ser efetuados nessas instalações, e de que os recém-nascidos tinham de ficar abrigados da luz do sol até a queda do umbigo: tais cuidados, conforme acreditava a gente da época, evitariam que os bebês ficassem cegos... Pouco a pouco, as normas higienistas venceram tais crenças e o sol e os ventos acabaram por entrar em todos os cômodos, livremente, tornando mais saudáveis essas casas rurais.

Figura 323 - Planta do casarão da Fazendinha, antiga fazenda Atibaia, Campinas. Essa casa é curiosa pois trata-se de uma casa de engenho, com planta em "L", à qual, no ciclo do café, foi acoplada uma nova residência, com planta em "U". Posteriormente foram unidas, com a demolição de algumas paredes internas. Passou por várias reformas, inclusive no século XX, mas ainda é possível observar as duas plantas primitivas. As paredes mais grossas são de taipa de pilão, e as outras de taipa de mão. Levantamento: V. Benincasa. Desenho: M. Rosada.

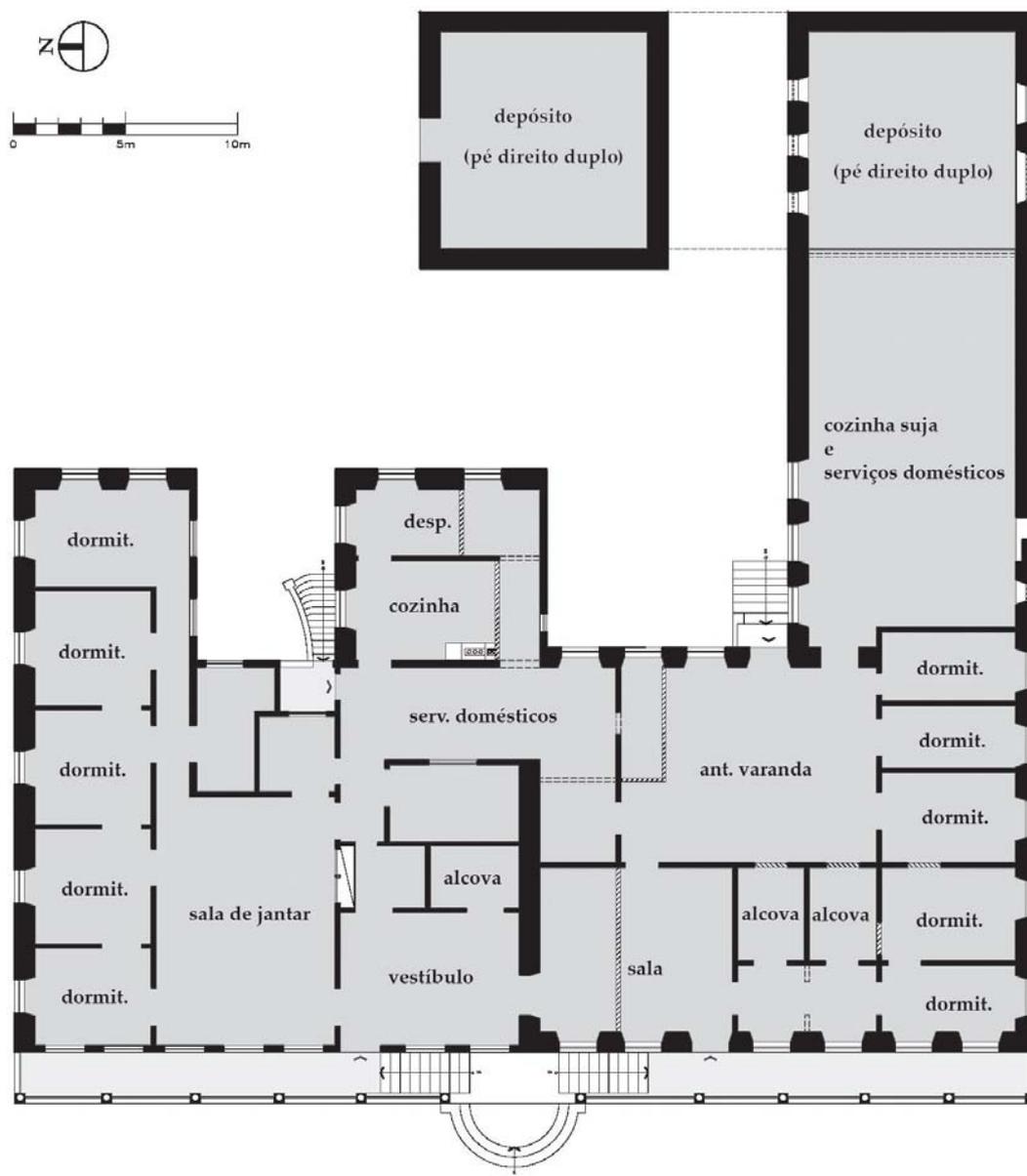




Figura 324 (acima, topo) - Vista da fachada do casarão da Fazendinha, ou fazenda Atibaia, Campinas. Foto: V. Benincasa.

Figura 325 (acima) - Vista da face posterior do casarão da Fazendinha, ou fazenda Atibaia, Campinas. Foto: V. Benincasa.



Figura 326 (acima, topo) - Vista da face posterior do casarão da Fazendinha, ou fazenda Atibaia, em sua parte mais antiga. Na cobertura podemos ver a diferença entre o nível do telhado da casa original, mais alta, e do acréscimo, mais baixo. Foto: V. Benincasa.

Figura 327 (acima) - Lateral da casa original, voltada para os terreiros de café. Casarão da Fazendinha, ou fazenda Atibaia, Campinas. Foto: V. Benincasa.



Figura 328 (acima) - Vista interna do alpendre da fachada, onde se pode ver a taipa de pilão na parede. Casarão da Fazendinha, ou fazenda Atibaia, Campinas. Foto: V. Benincasa.



Figura 329 (à direita, topo) - Outro aspecto do alpendre fronteiro. Casarão da Fazendinha, ou fazenda Atibaia, Campinas. Foto: V. Benincasa.

Figura 330 (à direita) - Porta de entrada da parte "nova" do casarão da Fazendinha, ou fazenda Atibaia, Campinas. Foto: V. Benincasa.





Figura 331 (acima, topo) - Detalhe de coluna de madeira do alpendre da parte "nova" do casarão da Fazendinha, ou fazenda Atibaia, Campinas. Foto: V. Benincasa.

Figura 332 (acima) - Balaústres torneados, em madeira, do alpendre da parte "nova" do casarão da Fazendinha, ou fazenda Atibaia, Campinas. Foto: V. Benincasa.

Figura 333 (acima, topo) - Aspecto interno da faixa fronteiria de cômodos do casarão original da Fazendinha, ou fazenda Atibaia, Campinas. Foto: V. Benincasa.

Figura 334 (acima) - Sala de jantar, com armário embutido, forrado com papel de parede importado, na parte "nova" do casarão da Fazendinha, ou fazenda Atibaia, Campinas. Foto: V. Benincasa.



Figura 335 (acima) - Detalhe de fechadura do armário da foto anterior. Casarão da Fazendinha, ou fazenda Atibaia, Campinas. Foto: V. Benincasa.

Figura 336 - (à direita, topo) - Detalhe de forro da mesma sala de jantar. Casarão da Fazendinha, ou fazenda Atibaia, Campinas. Foto: V. Benincasa.

Figura 337 (à direita, centro) - Dormitório situado ao fundo de uma das alas da parte "nova" do casarão da Fazendinha, ou fazenda Atibaia, Campinas. Foto: V. Benincasa.

Figura 338 (à direita) - Aspecto da sala de jantar da parte original do casarão da Fazendinha, ou fazenda Atibaia, Campinas. Notar as bandeiras e folhas mais rústicas nas portas. Foto: V. Benincasa.



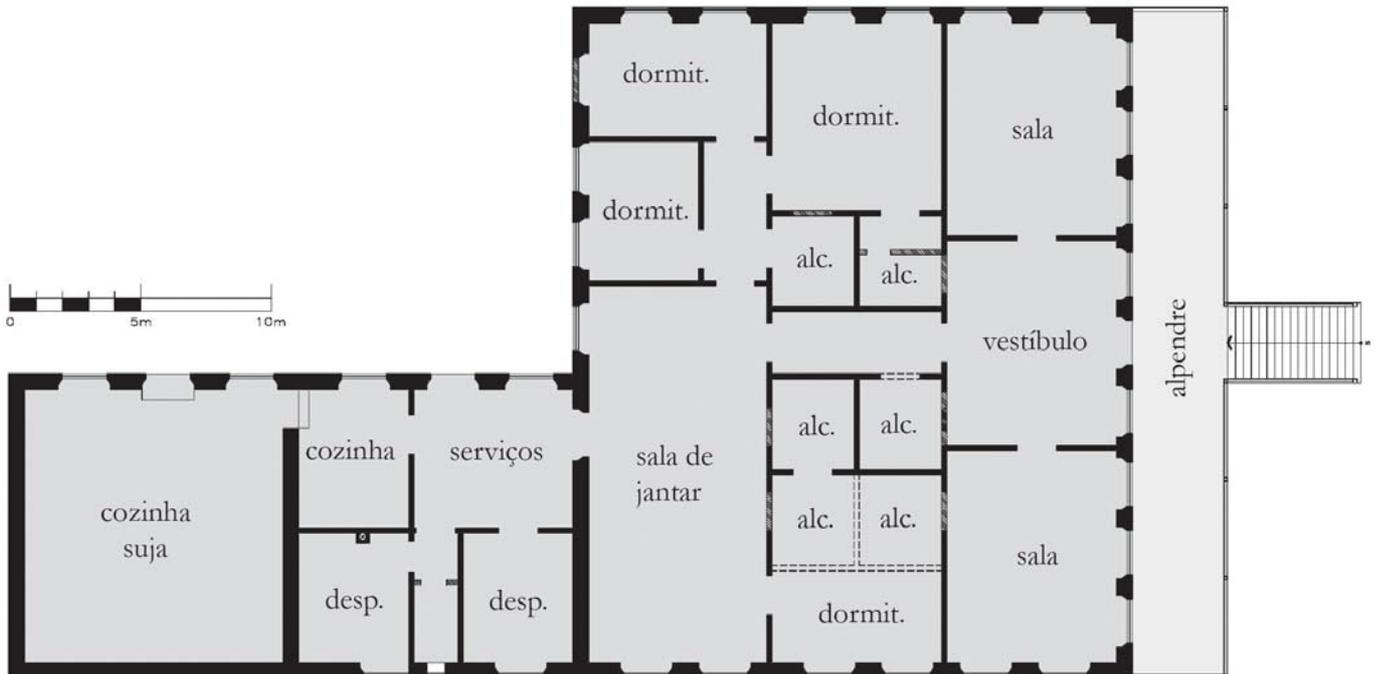


Figura 339 - Casarão da fazenda Floresta, Itu. Notar as janelas com folhas envidraçadas, com bandeiras tripartidas e vidro colorido, mais modernas que as tradicionais guilhotinas. Foto: V. Benincasa.



Figura 340 - Outro aspecto do casarão da fazenda Floresta, Itu. Alpendre já apresenta colunas metálicas. Foto: V. Benincasa.

Figura 341 - Planta do casarão da fazenda Floresta, Itu. Construção provavelmente da década de 1880. Levantamento: V. Benincasa. Desenho: M. Rosada.



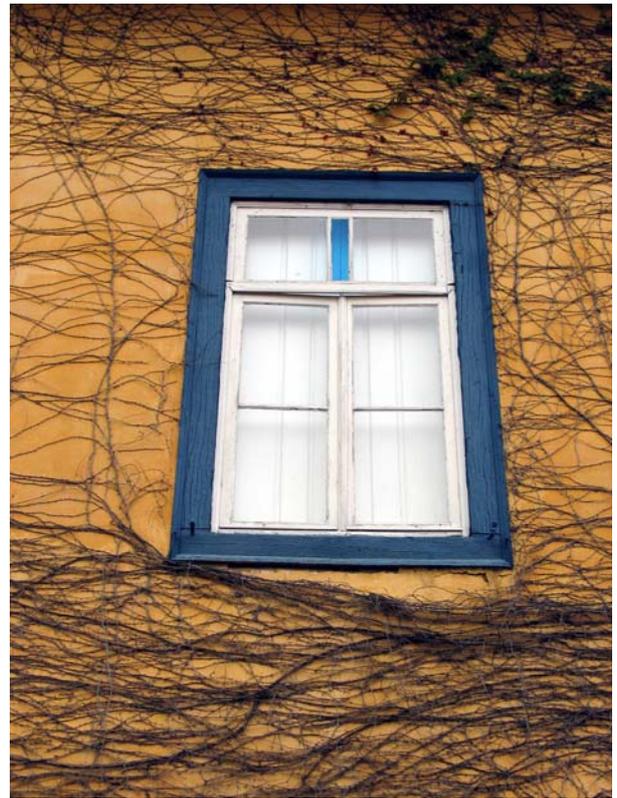


Figura 342 (acima, topo) - Vista interna do alpendre: o piso assoalhado original foi substituído por laje de concreto, revestida com cerâmica. Fazenda Floresta, Itu. Foto: V. Benincasa.

Figura 343 (acima) - Detalhe das colunas do alpendre. Casarão da fazenda Floresta, Itu. Foto: V. Benincasa.

Figura 344 (à direita, topo) - Detalhe da janela, fachada lateral. Casarão da fazenda Floresta, Itu. Foto: V. Benincasa.)

Figura 345 (à direita, centro) - Fachada lateral. Casarão da fazenda Floresta, Itu. Foto: V. Benincasa.

Figura 346 (à direita) - Vista parcial do anexo de serviços. Casarão da fazenda Floresta, Itu. Foto: V. Benincasa.





Figura 347 (acima, topo) - Aspecto da sala de jantar: o ensutamento das janelas, nas paredes da taipa de pilão, recebeu alisar para proteção dos chanfros. Casarão da fazenda Floresta, Itu. Foto: V. Benincasa.

Figura 348 (acima, centro) - Sala de jantar: forro do tipo saia e camisa, encabeirado; piso de assoalho, com tábuas de corte regular. Casarão da fazenda Floresta, Itu. Foto: V. Benincasa.

Figura 349 (acima) - Aspecto da cozinha, sem forro, onde se pode observar as empenas e paredes internas em taipa de mão. Casarão da fazenda Floresta, Itu. Foto: V. Benincasa.

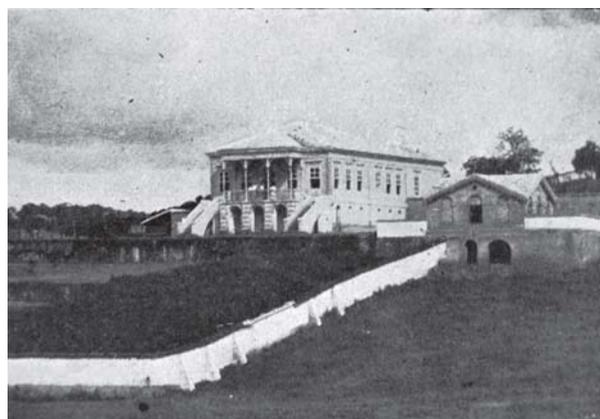


Figura 350 (acima, topo) - Fazenda Santana, Itatiba. Exemplo de casarão construído seguindo tendências do ecletismo arquitetônico: rusticação nas paredes, alpendre metálico, dois lances de escadarias monumentais. A construção no plano inferior, à direita, segue o mesmo padrão eclético. Fonte: AMARAL, Amadeu, et alli. *Almanach de Itatiba 1916*. Itatiba: Typographia d'A Reacção, 1916.

Figura 351 (acima) - Fazenda Santa Genebra, Campinas. Outro exemplo de casarão com ornamentação classicizante, empregada de maneira mais livre que no neoclassicismo; uso de folhas envidraçadas, ao invés de guilhotinas, e de folhas venezianas externas; aberturas em arco pleno, na fachada lateral. Fonte: *Coleção João Falchi Trinca*, Centro de Memória – UNICAMP.

Internamente, possuem bom acabamento, principalmente nas áreas nobres. Elementos quase sempre encontrados são as bandeiras envidraçadas com desenhos variados nas portas internas de dormitórios e salas; o piso assoalhado com largas tábuas de madeira de lei nas zonas íntima e social, ou revestido de ladrilhos quadrados de barro cozido, na zona de serviços; e forro saia e camisa encabeirado e guarnecido de alisares. Também foram comuns os armários embutidos, forrados internamente com papel decorativo, importado, principalmente naqueles situados na sala de jantar.

Em casas mais sofisticadas aparecem, nos cômodos de recepção, e em alguns casos também em dormitórios, as paredes com pinturas decorativas ou forradas com papel de parede. Exemplo máximo de decoração interna, que encontramos em nosso levantamento, é o casarão da fazenda Engenho das Palmeiras. Muito embora boa parte da decoração interna tenha sido executada no início do século XX, quando por ali esteve o pintor italiano Guido Ducci, ela ainda ostenta, em determinados cômodos, telas aplicadas ao forro de madeira, de origem francesa, do século XIX. Todos os cômodos das áreas social e íntima possuem decoração nas paredes, nos forros e, inclusive, nas tábuas do assoalho e nas folhas das portas, tanto na parte interna, quanto externa. Em alguns cômodos, as paredes são forradas com papel importado; em outras, há pinturas decorativas extremamente belas, por vezes utilizando a técnica do *trompe l'oeil*, por vezes imitando papel de parede, ou, ainda, florões, guirlandas, naturezas-mortas... A variedade encontrada aqui torna esse exemplar dos mais requintados e raros de todo o território paulista.

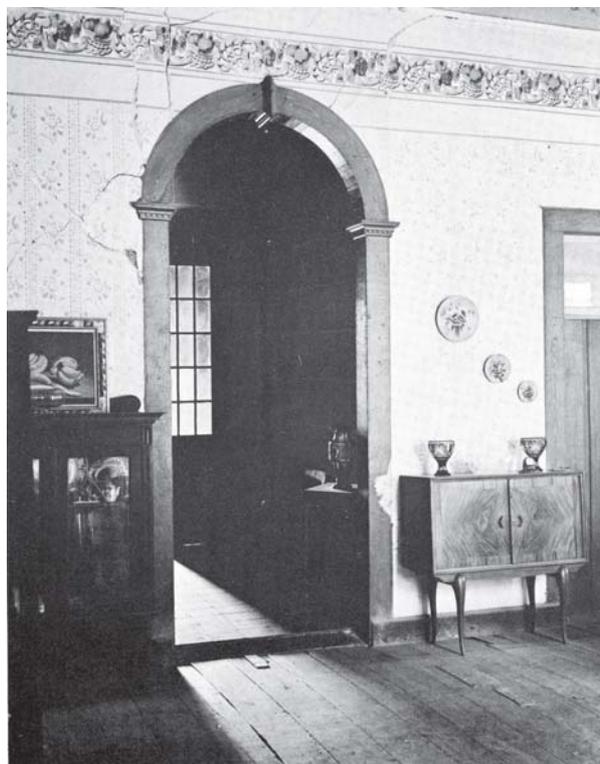


Figura 352 - Sala de jantar da fazenda Vésper, Morungaba. Notar o arco pleno, as pinturas decorativas. Foto: Antonio Carlos Bellia. Fonte: *Cadernos de Fotografia nº 5 – Fazendas do Ciclo do Café, Região de Campinas*. São Paulo: Secretaria de estado da Cultura, s/d.

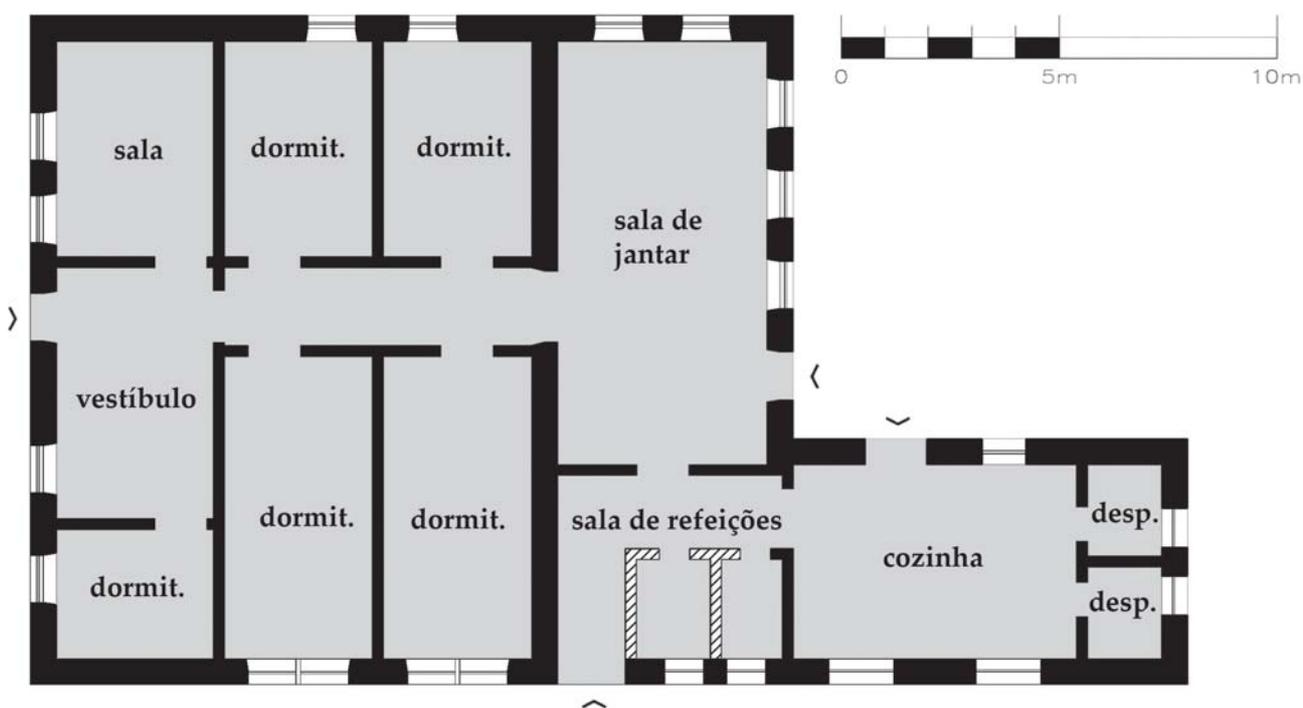


Figura 353 - Outro aspecto da sala de visitas. Fazenda Vésper, Morungaba. Notar as pinturas decorativas nas paredes, imitando papel. Foto: Antonio Carlos Bellia. Fonte: *Cadernos de Fotografia nº 5 – Fazendas do Ciclo do Café, Região de Campinas*. São Paulo: Secretaria de estado da Cultura, s/d.

Pupo Mello descreve bem o interior dessas casas rurais da região de Campinas, inclusive falando sobre a questão da iluminação, que passa a ser feita com gás de acetileno, produzido na própria fazenda, em cômodos próximos à casa grande, e distribuído internamente através de dutos de cobre ou de chumbo, que terminavam em finos e decorativos *lustres de opalina ou cristal lapidado de apurado gosto, com formoso "plafonnier" de bronze*.<sup>39</sup> Desse tipo de iluminação encontramos vestígios na casa do Engenho das Palmeiras. Pupo Mello discorre também sobre mobiliário, objetos de uso doméstico, objetos de decoração, retratos, grandes bibliotecas, espelhos de cristal bizotados, instrumentos musicais, etc. Nos inventários de grandes fazendeiros da região, como no da Baronesa de Itu, no do Conde de Paranaíba, entre outros, encontramos muitos itens vindos da França, da Bélgica, Áustria, Estados Unidos... Trazidos até às fazendas pelos mesmos trens que conduziam o café.

<sup>39</sup> PUPO, C. M. de M. *Op. cit.*, 1983, p. 75.

Figura 354 - Planta do casarão da fazenda Santo Aleixo, de 1877, Amparo. Desenho de C. Corsi, baseado em levantamento dos arquitetos A. L. Dias de Andrade e Luís Alberto, de 1973, pertencentes ao acervo do Condephaat.



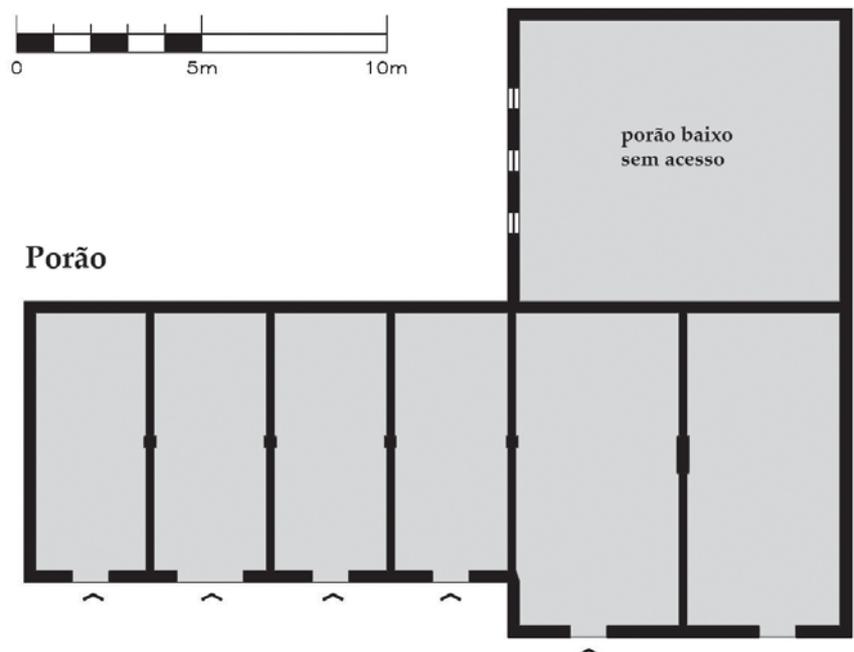
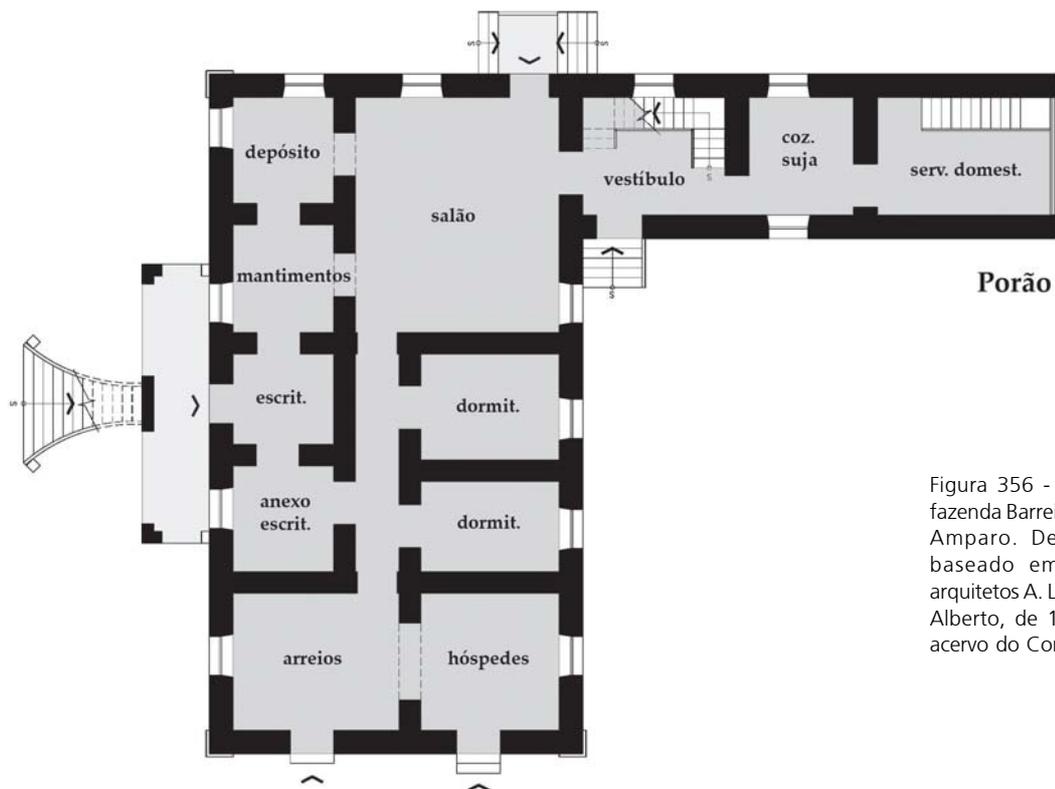


Figura 355 - Planta do casarão da fazenda Atalaia, da década de 1880, Amparo. Desenho de C. Corsi, baseado em levantamento dos arquitetos A. L. Dias de Andrade e Luís Alberto, de 1973, pertencentes ao acervo do Condephaat.





**Porão**

Figura 356 - Planta do casarão da fazenda Barreiro, da década de 1880, Amparo. Desenho de C. Corsi, baseado em levantamento dos arquitetos A. L. Dias de Andrade e Luís Alberto, de 1973, pertencentes ao acervo do Condephaat.



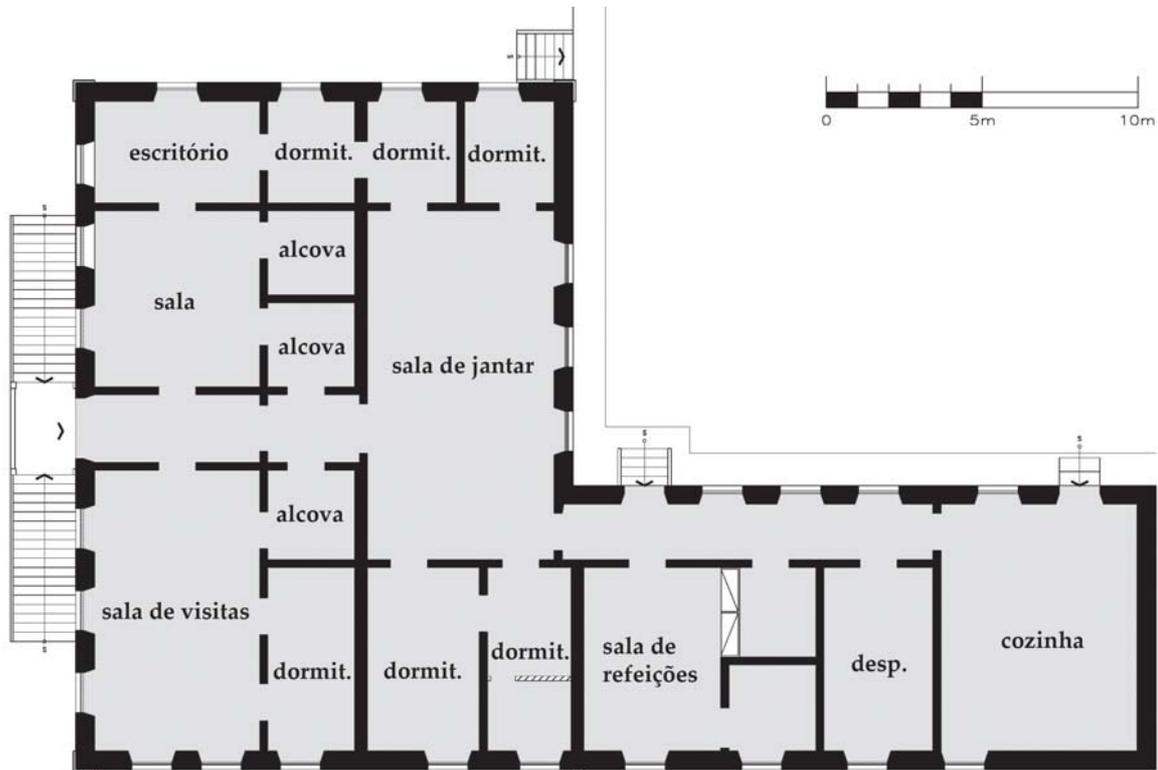
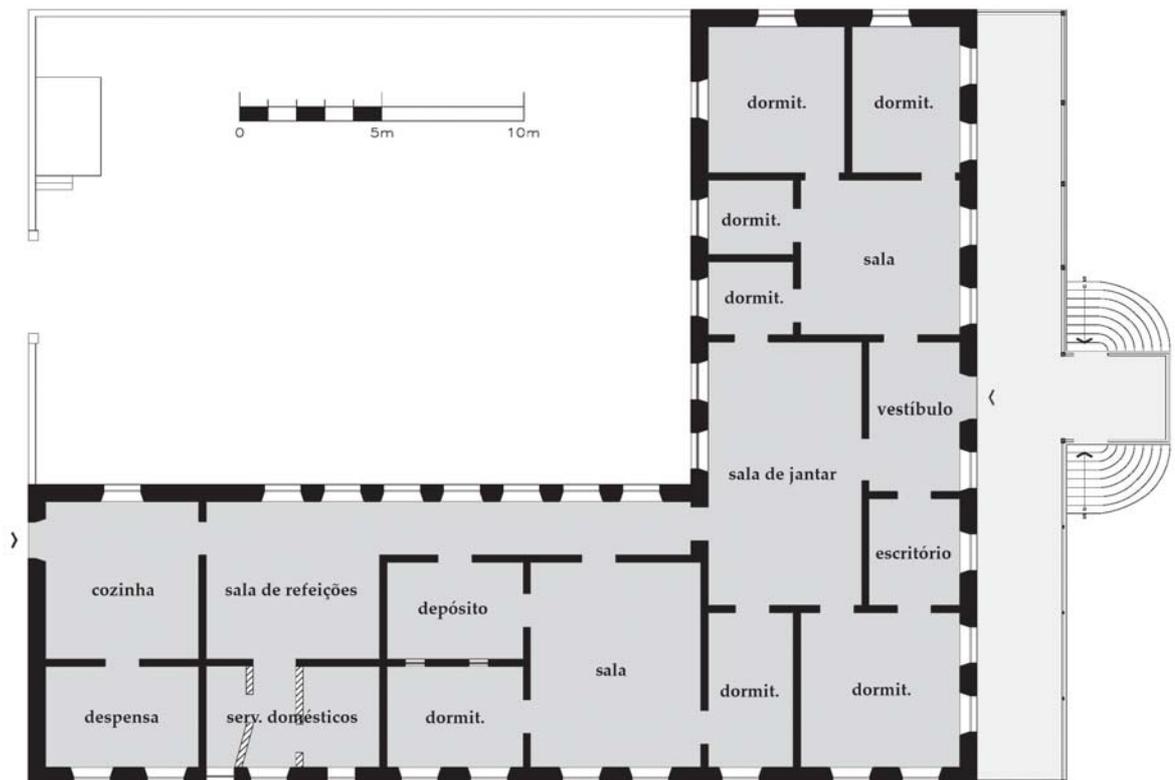


Figura 357 (acima) - Planta do casarão da fazenda Paraíso, de 1890, Amparo. Desenho de C. Corsi, baseado em levantamento dos arquitetos A. L. Dias de Andrade e Luís Alberto, de 1973, pertencentes ao acervo do Condephaat.

Figura 358 (abaixo) - Planta do casarão da fazenda Nova Esperança, de 1896, Amparo. Desenho de C. Corsi, baseado em levantamento dos arquitetos A. L. Dias de Andrade e Luís Alberto, de 1973, pertencentes ao acervo do Condephaat.



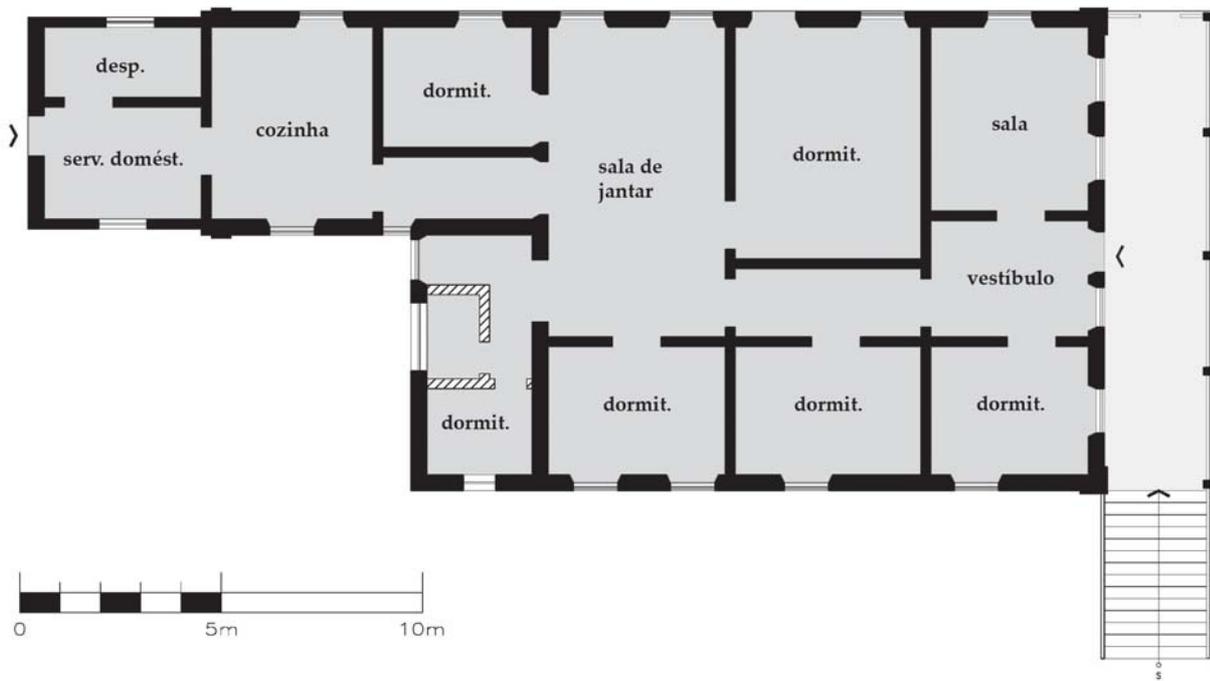
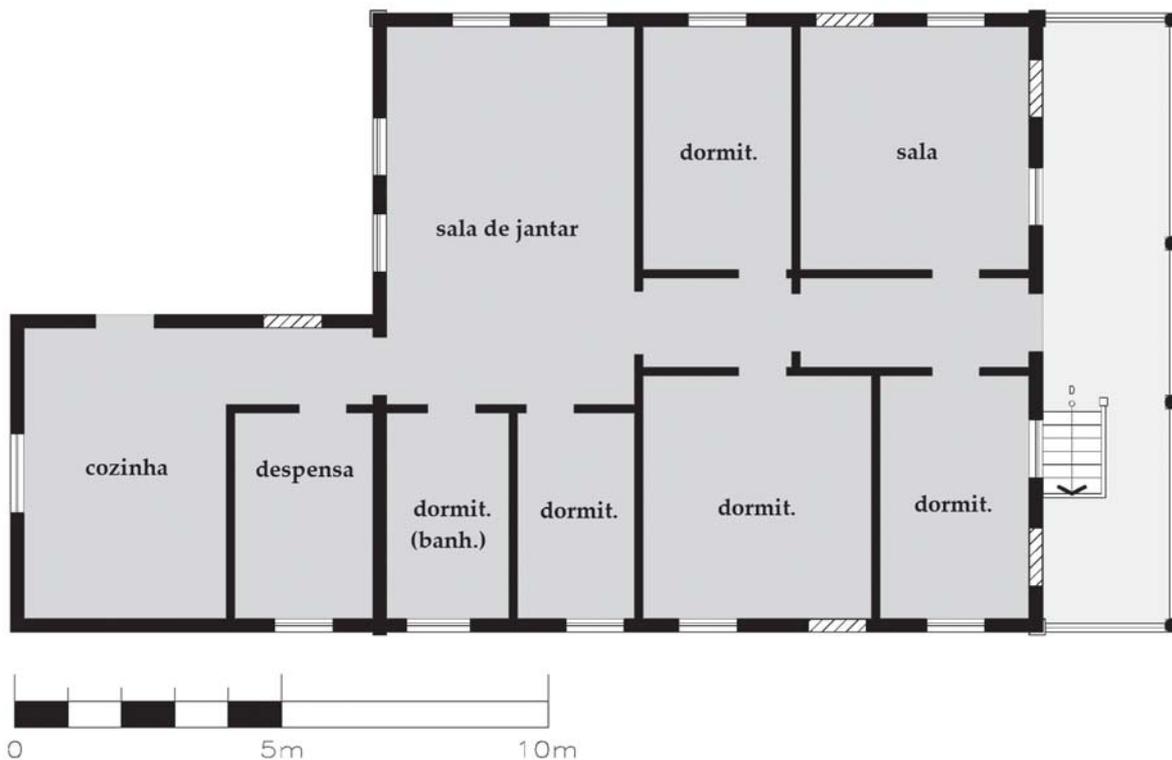
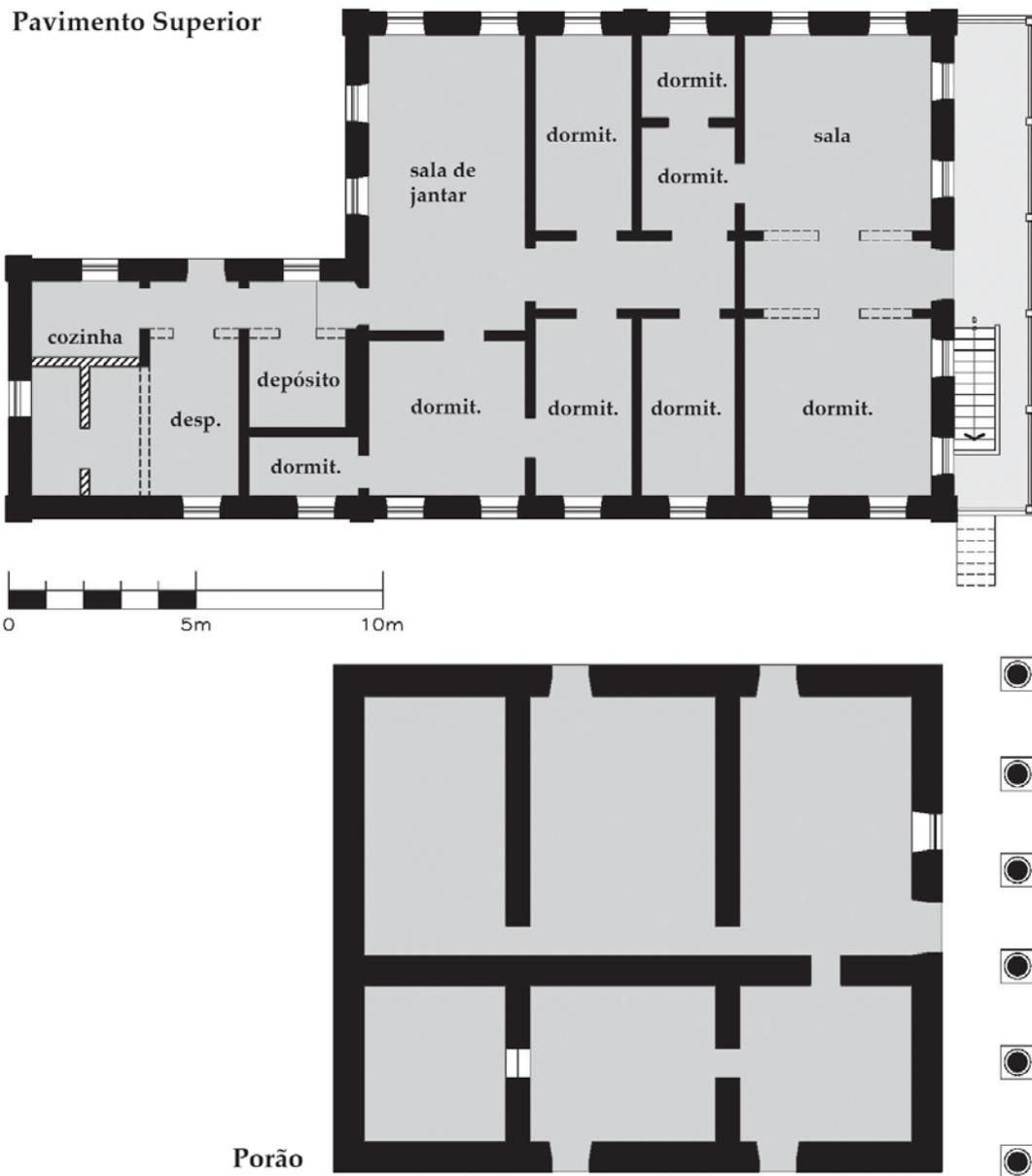


Figura 359 (acima) - Planta do casarão da fazenda Santa Isabel, da década de 1890, Monte Alegre do Sul. Desenho de C. Corsi, baseado em levantamento dos arquitetos A. L. Dias de Andrade e Luís Alberto, de 1973, pertencentes ao acervo do Condephaat.

Figura 360 (abaixo) - Planta do casarão da fazenda Campinho, cerca de 1900, Serra Negra. Desenho de C. Corsi, baseado em levantamento dos arquitetos A. L. Dias de Andrade e Luís Alberto, de 1973, pertencentes ao acervo do Condephaat.





(Figura 361. Planta do casarão da fazenda Chave Preta, de 1908, Serra Negra. Desenho de C. Corsi, baseado em levantamento dos arquitetos A. L. Dias de Andrade e Luís Alberto, de 1973, pertencentes ao acervo do Condephaat.)

Os casarões das fazendas de café da região Central, de uma forma geral, guardam em si a tradição das casas do ciclo do açúcar do século XIX, de aparência externa despojada. No entanto, o ciclo do café trouxe mudanças significativas em seu interior, conseqüências do maior afluxo de capital e do aumento do grau de instrução dos fazendeiros. As casas de fazendas tornam-se maiores: a sofisticação e a comodidade fizeram parte de seu cotidiano. Em fazendas mais recentes, como na Santa Genebra, de Campinas, já notamos mudanças formais consideráveis em seu aspecto exterior, influências do ecletismo arquitetônico trazido na bagagem de profissionais que passaram a estudar arquitetura na Europa. Porém, o que mais chama a atenção nesses casarões é a permanência de elementos tradicionais, como guilhotinas envidraçadas na parte externa e o uso de técnicas como taipa de mão e de pilão, mesmo depois do enriquecimento e da chegada da ferrovia.

As maiores mudanças absorvidas no final do século XIX, em se tratando do ambiente externo, nas proximidades do casarão, talvez seja a introdução de espaços destinados aos jardins. Dignos de menção são os existentes no Engenho das Palmeiras. Situados à frente do casarão, foram

desenhados de maneira a formar caminhos sinuosos, entre os canteiros, contendo ainda um tanque com chafariz, hoje desativado, e um caramanchão com bancos. Como não havia banheiros no interior da residência, quando se construíram os jardins, provavelmente no final do século XIX, foram feitos também quatro pequenos banheiros numa de suas extremidades: dois banheiros voltados para o jardim e outros dois voltados para o pomar. Essa pequena edificação mostra claramente a sua ligação com o gosto eclético da época, inclusive no formato das aberturas, com bandeiras venezianas em formato ogival.

Os jardins projetados, aliás, foram razoavelmente freqüentes, na Região Central, alguns mais simples, como o da fazenda São Sebastião, em Amparo, outros mais sofisticados, como os das fazendas Pereiras, em Itatiba, e Dona Carolina, em Bragança Paulista, que possivelmente foram obra do mesmo arquiteto. Segundo informações obtidas na fazenda Pereiras, os jardins ali executados datam de final do século XIX, e foram projetados por um arquiteto espanhol. A semelhança entre os dois exemplares mencionados acima se dá principalmente no desenho do chafariz, revestidos de uma argamassa sobre a qual foram



Figura 362 - Aspecto dos jardins fronteiros ao casarão da fazenda Pereiras, Itatiba. Foto: V. Benincasa.



Figura 363 - Portão de acesso ao jardim, situado na lateral do casarão da fazenda Pereiras, Itatiba. Foto: V. Benincasa.

aplicadas conchas de pequenos moluscos e seixos rolados. Alguns outros elementos comuns podem ser vistos, como as peças cerâmicas decorativas, aplicadas nos limites dos canteiros; o uso de bancos construídos em alvenaria, etc. São espaços fechados, destinados aos familiares e àqueles que gozavam da intimidade do proprietário, muito difundidos durante o final do século XIX e início do século XX, que tentavam configurar ambientes idealizados, quase cenários idílicos, bem ao gosto do ecletismo vigente à época,

exemplos de que o enriquecimento e o grau de ilustração desses fazendeiros era tal, que se permitiam momentos de fruição. A fazenda passava a ser, cada vez mais, um local não mais exclusivamente destinado à grande produção. As regras da sociedade, pela nova condição alcançada, exigia do fazendeiro uma nova postura frente a si mesmo e ao seu mundo particular, que passava necessariamente por itens como refinamento e conforto...



Figura 364 (acima, topo) - Vista do muro do jardim, na lateral do casarão da fazenda Pereiras, Itatiba. Foto: V. Benincasa.

Figura 365 (acima) - Pequena escada do jardim. Casarão da fazenda Pereiras, Itatiba. Foto: V. Benincasa.

Figura 366 (acima, topo) - Aspecto geral do jardim, com seus caminhos de areia, entre canteiros geométricos. Casarão da fazenda Pereiras, Itatiba. Foto: V. Benincasa.

Figura 367 (acima) - Um dos tanques d'água, com peixes coloridos do mesmo jardim, situado à frente da porta na lateral do casarão da fazenda Pereiras, Itatiba. Foto: V. Benincasa.



Figura 368 (acima, topo) - Outra visão do tanque d'água da foto anterior. Casarão fazenda Pereiras, Itatiba. Foto: V. Benincasa.

Figura 369 (acima) - Detalhe da divisão dos canteiros, feita com elementos cerâmicos decorativos. Casarão da fazenda Pereiras, Itatiba. Foto: V. Benincasa.

Figura 370 (à direita, topo) - Fonte metálica ao centro de tanque incrustado de conchas e seixos rolados. Casarão fazenda Pereiras, Itatiba. Foto: V. Benincasa.

Figura 371 (à direita) - Detalhe da fonte metálica. Jardim "espanhol" do casarão da fazenda Pereiras, Itatiba. Foto: V. Benincasa.